

# ACERVO DIGITAL FUNDAJ

Campanha abolicionista no Recife:

eleições 1884: discurso

de Joaquim Nabuco

**Fundação Joaquim Nabuco**

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)



**Joaquim Nabuco  
no Recife,  
1884**



# **Campanha Abolicionista no Recife**

**Eleições 1884  
Discursos de Joaquim Nabuco**

**Estudo introdutório de  
Fernando da Cruz Gouvêa  
Prefácio de Anníbal Falcão  
2ª Edição fac-similar**

**Recife  
Fundação Joaquim Nabuco  
Editora Massangana  
1988**



1M90

ISBN 85-7019-152-9

© Fundação Joaquim Nabuco

Reservados todos os direitos desta edição

Reprodução proibida mesmo parcialmente, sem autorização da  
Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana  
Rua Dois Irmãos, 15, Apipucos - Recife - PE - Brasil  
CEP 52.071

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

Conselho Editorial

*Fernando de Mello Freyre* (Presidente)  
*Aluizio Bezerra Coutinho*  
*Bráulio do Nascimento*  
*Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti*  
*Frederico Pernambucano de Mello*  
*Gilberto de Mello Kujawski*  
*José Geraldo Nogueira Moutinho*  
*Leonardo Dantas Silva*  
*Luiz Antônio Barreto*  
*Maria do Carmo Tavares de Miranda*  
*Tânia Bacelar*

Diretoria Executiva da Editora Massangana

*Leonardo Dantas Silva* - Diretor Geral  
*Maria da Conceição Luna Rodrigues* - Gerente Administrativo  
*Silvio Bentzen Pessoa* - Diretor de Editoração  
*Evaldo Donato* - Diretor de Comercialização

Capa: *Rejane Vieira Pinto*

Ilustração da capa: *Fotos de escravos brasileiros outrora pertencentes à Coleção Carneiro de Mendonça e hoje integrante do acervo da Fundação Gilberto Freyre.*

Folha de guarda: *Detalhe da gravura de Ângelo Agostini, publicada na Revista Ilustrada de 13 de junho de 1885, no qual aparece Joaquim Nabuco, deputado eleito pelo 5º Distrito, sendo conduzido pela "Briosa Província de Pernambuco" que "dá uma tremenda lição aos negreiros da Câmara"*

# Campanha Abolicionista no Recife

Eleições 1884



CEM ANOS DA  
ABOLIÇÃO  
1888 - 1988

MinC - Ministério da Cultura  
Governo José Sarney  
Programa Nacional do Centenário  
da Abolição da Escravatura

**SÉRIE ABOLIÇÃO, 8**

*1ª edição: Typ. de G. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1885*

Presidente da República  
**JOSÉ SARNEY**

Ministro da Cultura  
**JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**

Secretário Geral do MinC  
**JOAQUIM ITAPARY FILHO**

Coordenador do Programa Nacional do Centenário da Abolição  
**CARLOS ALVES MOURA**

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco  
**FERNANDO DE MELLO FREYRE**

Foi feito o depósito legal.

Nabuco, Joaquim, 1849-1910

Campanha abolicionista no Recife. Eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; prefácio de Anníbal Falcão; estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa. 2. ed. — Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

206 p.: (Abolição. Fundação Joaquim Nabuco; v. 8)

ISBN 85-7019-152-9

Fac-símile de: Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1885

1. ABOLIÇÃO - BRASIL. 2. ABOLICIONISTAS. I. Título.  
II. Fundação Joaquim Nabuco. III. Série

CDU 326.8(81)



A “Um patriota” do *Diário de Pernambuco* – Não posso empreender dar resposta a quantos artigos anônimos forem dirigidos contra mim. Admira-me, entretanto, que comece tão cedo a mesma campanha de difamação com que em 1871 fui recebido em Pernambuco. A calúnia, porém, de que fui ou sou subvencionado pelo Tesouro fere-me no que tenho de mais sensível: a integridade imaculada de minha carreira política, e por isso os que me conhecem desculpar-me-ão contá-la. Em mim não há ponto algum de mercenário. – Joaquim Nabuco.<sup>1</sup>

Dissolvida a Câmara dos Deputados pelo Imperador a pedido do conselheiro Dantas, Presidente do Gabinete de 6 de junho de 1884, que se sentia tolhido na sua política abolicionista pela minoria conservadora reforçada pelos dissidentes liberais, Joaquim Nabuco decidiu disputar uma cadeira pelo 19 distrito de sua província, e ao chegar ao Recife na manhã de 29 de setembro daquele ano, a bordo do vapor inglês *Tagus*, já no dia seguinte lia nas páginas do jornal conservador uma mensagem “Aos pernambucanos”, verdadeiro amontoado de calúnias à sua pessoa acompanhadas de informações erradas, como, por exemplo, o caso do seu pseudônimo nos artigos que vinha publicando em favor da abolição no *Jornal do Commercio* e em seguida nas páginas de *O Paiz*. Nabuco era um dos “ingleses do Sr. Dantas”, denominação que longe de ser depreciativa, como pretendia o conselheiro Martinho Campos, o liberal que confessaria ser um “escravocrata da gema”, representaria antes um elogio, levando-se em conta o objetivo da colaboração de alto nível daquele grupo de defensores da libertação do elemento servil, secundando assim os esforços do conselheiro Dantas nesse sentido. “Garrison”, fora o nome escolhido por Nabuco para assinar os seus artigos, enquanto Gusmão Lobo era o “Clarkson”, detalhe que o “patriota” do *Diário de Pernambuco* ignorava.

A réplica de Joaquim Nabuco, um homem que se confessava sensível e incapaz de apelar para qualquer espécie de jogo baixo usual na política, mostrava que ele guardava justas mágoas das mesquinhas provincianas com que fora recebido em 1871, ao pretender representar Pernambuco no Centro Liberal, obrigando o Barão de Vila Bela, presidente do PL local a explicar a Nabuco de Araújo as dificuldades surgidas. Mais viva, por certo, era a lembrança dos doestros contra ele assados em 1878, quando chegou ao Recife para disputar pela primeira vez uma vaga na representação de sua província na Câmara dos Deputados. Na ocasião, aos insultos dos conservadores que não respeitavam sequer a memória do pai, há pouco falecido, juntaram-se os agravos de liberais irritados com a sua inclusão na chapa partidária, contrariando pretensões de figuras como Aprígio Guimarães e o Deão Faria.

Com evidente temor da vitória do candidato liberal-abolicionista, esperada pela opinião pública brasileira mais esclarecida, dizia o panfletário, sem dúvida um membro do Club da Lavoura:

"Realiza-se o que todos nós esperamos: a vinda do Sr. Joaquim Nabuco a esta província, para pleitear sua eleição pelo 19 distrito, como candidato imperial e pensionista do Tesouro Público.

É o mesmo *Clarckson*, do *Jornal do Commercio*, escrevendo subvencionado pelo Governo, insultando e caluniando a Lavoura, a quem se pretende abater e arruinar, para que possam mais desassombradamente reinar o Sr. D. Pedro II e a sua dinastia."

Violentador intencional da verdade, o "patriota" do *Diário de Pernambuco* sustentava que a resistência ao absolutismo que para ele fundava-se na monarquia brasileira, residia na lavoura e no comércio, fontes de riqueza e engrandecimento "deste mal fadado país", e se aqueles segmentos tivessem as mãos atadas, o resultado seria o mais cruel e feroz despotismo. Daí a sua preocupação com o "aspecto tremendo e perigoso", nunca visto antes, dizia, na eleição a ser travada para deputados gerais, com o governo Dantas ousando recomendar Joaquim Nabuco como candidato pela província de Pernambuco.

"Não podemos acreditar um só instante que os nossos chefes liberais cometam a fraqueza de se curvarem ao governo.

Se for preciso, faça-se desde já acordo, um *pacto* entre os dois partidos constitucionais, Conservador e Liberal: votação cerrada de ambos eles no 29 escrutínio em favor do candidato amigo da Lavoura, <sup>2</sup> e contra o abolicionista.

Eleitores do 19 distrito, cerrai fileiras contra o moço leviano e inexperiente, que mais nos tem deprimido e vilipendiado no estrangeiro, seduzido por uma falsa glória de brilho e renome afagado e incitado pelo Erostrato imperial, que se tem constituído o chefe ostensivo do abolicionismo.”

No final, um apelo patético que não teria nenhuma influência na decisão do eleitorado de maior percepção:

“Pernambuco, Leão do Norte, levanta-te, sacode a tua juba soberba e majestosa!

Volvem os tempos heróicos do patriotismo e das grandes lutas contra o despotismo! – Um patriota.”

No dia 2 de outubro, Nabuco seria desagravado por um correligionário através das “Solicitadas” do *Jornal do Recife*, folha simpática no Partido Liberal, e como bom conhecedor das mesquinhas das escravocratas, o autor da matéria enviada à referida folha não teria dificuldades para identificar o autor do ataque ao candidato liberal: era coisa de Ambrósio Machado, o raivoso escravista, senhor de engenho reacionário e responsável pela chamada “hecatombe” de Vitória de Santo Antão, em 1880.

Dizia “Fabricius” na sua carta intitulada “Já começam os garotos”:

“Exibiu-se ontem, no *Diário de Pernambuco*, um ridículo Patriota (! ?) armado de pedras contra a candidatura do grande cidadão Joaquim Nabuco.

Na verdade é hora dos garotos pôrem-se em ação para injuriar aqueles que consideram a pátria um ídolo sagrado e não um pasto de serpentes que devoram irmãos! . . .”

Para o missivista liberal, tratava-se de um desvario a tentativa de abater no conceito público homens da estatura de Joaquim Nabuco, que tinha um lugar entre os verdadeiros servidores do país. Julgava ele que, felizmente, Pernambuco não dava atenção “às assuadas da garotagem açulada por homens de baixa representação social”, elementos que por todos os meios procuravam emparelhar-se com figuras elevadas pelo merecimento próprio.

“Joaquim Nabuco distancia-se a perder de vista, dos ambrósios e quejandos”, e aí residia “a potente razão das proclamações desonestas para magoá-lo”.



Tendo a seu favor o vindouro julgamento da História, prosseguia o liberal:

“Na atualidade esta província tem um recurso para elevar-se do abatimento em que dormita: <sup>3</sup> é o de entre outros, apoiar nas urnas os nomes respeitáveis, ilustres e admirados de Joaquim Nabuco e José Mariano.

Procedendo assim terá tentado conquistar os meios de sua conservação e esmagado a coorte dos injuriadores que já começa a ostentar as suas misérias!

Nada de hesitações! O patriotismo e o bom senso acerquem-se de Joaquim Nabuco, assim como o egoísmo e as nulidades rodeiam os *ambrósios et reliqua*!”

\* \* \*

Em 1881, ano que assinalaria o fracasso eleitoral dos liberais no poder, consequência, dizem os historiadores, da imparcialidade de Saraiva, cumprindo rigorosamente a Reforma que implantara há pouco, Nabuco veria fracassar a sua tentativa de continuar na Câmara dos Deputados, onde já alcançara a categoria de verdadeiro líder nacional do movimento abolicionista. Sentindo que os liberais-conservadores de Pernambuco dificultavam a inclusão do seu nome na chapa partidária, Nabuco candidatou-se pelo 2º distrito da Corte, mas a falta de raízes eleitorais e as circunstâncias daquele pleito, determinaram a sua derrota, juntamente com a de dois ministros do Gabinete e de alguns valorosos abolicionistas, como aconteceria com Rui Barbosa na Bahia.

Impedido, assim, de “dar batalha” à escravidão no parlamento, tribuna de repercussão nacional, Joaquim Nabuco repugnando o jogo baixo da política, deixou-se dominar por um desencanto tão forte que a partir daí não pensou em outra coisa senão em se retirar para Londres, cidade civilizada, onde vivera dias esplêndidos no convívio do Barão de Penedo, o *grand-seigneur* que regia a Legação do Brasil junto à Corte de Saint James.

“Se eu tivesse nascido inglês, talvez detestasse a Inglaterra, mas como nasci brasileiro, adoro-a”, já dissera antes a Penedo, e como guardava no coração este confessado amor pela terra inglesa, a vontade de regressar a capital britânica cresceu no seu espírito, inclusive por saber que ali poderia continuar lutando noutro plano pela liberdade dos escravos brasileiros.

Sua decisão era tão forte de viajar que se dispunha a enfrentar como simples correspondente de jornal, — cerca de £ 70 por mês —, a vida cara na chamada capital do mundo. A idéia chegaria a espantar

Penedo, que, afetuoso com o jovem amigo, o advertiria com toda franqueza, que a sua ida para a Europa “com *animo permanendi* era além de um ostracismo, um suicídio político”. Nabuco não arrefeceu na determinação já adotada, e quando Penedo, depois de alguns contatos com os diretores do *Jornal do Commercio* — a principal folha hesitava em contratar os serviços do líder abolicionista, temerosa de com isso desgostar um governo que contemporizava com o escravismo — telegrafou dizendo “Venha já”, ele partiu sem demora.

Londres não seria para o jovem ex-parlamentar um exílio dourado, isto, aliás, ele previa, mas não chegou a ser de todo o “desterro” de que fala Carolina Nabuco. Trabalho duro, obrigação de escrever para o exigente *Jornal do Commercio*, do Rio, cartas quase diárias que pela abrangência dos assuntos e o estilo do autor agradariam bastante, inclusive a Machado de Assis, que adiantaria a Nabuco o quanto ele as apreciava; e havia ainda o compromisso assumido com *La Razón*, de Montevideu, tarefas que exigiam muito daquele homem de bela figura, mas de saúde algo frágil. Além disso, o frio londrino obrigava a quem chegava do verão tropical cuidados especiais, mas as dificuldades aos poucos iam sendo superadas, até intensas pesquisas sobre a história da escravidão Nabuco levou a cabo no Museu Britânico e já em 1883 ele publicava uma obra célebre: *O Abolicionismo*.

Sem o apoio do Barão de Penedo e família, abrindo para o amigo querido os salões de Grosvenor Gardens, impossível teria sido a Nabuco permanecer em Londres naquela situação material e psicológica adversa. Na Legação ele encontraria um aconchego quase familiar, figuras da sociedade londrina conhecidas de outros tempos, voltariam à sua convivência, não faltando a adorável Miss Schlesinger, uma inglesa “formosa e inteligente”, dona de belos olhos azuis, companhia adequada para o não menos belo e brilhante abolicionista brasileiro, que bem poderia esquecer “as próprias aflições” diante daquela beleza nórdica, diria Luís Viana Filho. Acontece que a paixão absorvente de Joaquim Nabuco naquele momento, era a libertação do elemento servil da sua pátria, e nem Miss Schlesinger “com as suas louras tranças” o afastariam daquele apostolado. As vezes as lembranças do Brasil acudiam-lhe à mente, mas as mágoas políticas continuavam grandes e ele desabafava em carta a Sancho de Barros Pimentel, amigo da juventude:

“A verdade é que para nós qualquer governo serve. O país habituou-se à sua lepra e não tem vontade nem coragem de curar-se”, palavras extremamente duras que, um século depois guardam uma triste atualidade.

Aos poucos, porém, as circunstâncias levariam Nabuco a admitir seu retorno ao Brasil. Aquela existência em terra estranha, posto que

por ele muito estimada, somar-se-ia o declínio da saúde, e após consultas médicas, o Dr. Weber diagnosticaria: "all connected with stomach", revela Luís Viana Filho.

Nabuco faria confidências sobre o "desterro forçado" que ele adotara após a derrota eleitoral menos dele do que da causa abolicionista, e ao cunhado Hilário Gouvêa não esconderia que sentia saudade de casa. Os Penedo, diz Viana Filho, "continuavam incomparáveis no desvelo com que amparavam o idealista amargurado", as cartas dos amigos fiéis e companheiros de lutas abolicionistas, todos preocupados com a sua saúde, sugeriam a volta ao Brasil. Mas Nabuco não se decidia. Conta, ainda Luís Viana Filho que um dia Rebouças generoso, mas "em tom que não admitia réplica", escreveu ao correligionário:

"Necessitamos de você no dia 19 de maio, pelo menos. O Rodrigues lhe entregará £100 para as despesas de viagem, e etc."

Solucionado o problema que estava a impedi-lo de se juntar aos companheiros abolicionistas, dificuldade que não existiria se ele fosse "subvencionado pelo Tesouro", como queria o escravocrata pernambucano, Joaquim Nabuco atendeu ao chamado de Rebouças, e em breve estava no Brasil disposto a retomar a luta pela liberdade.

\* \* \*

Os familiares e amigos mais chegados que foram ao seu desembarque, constataram que Joaquim Nabuco estava com a saúde debilitada, e André Rebouças registrava no seu "Diário":

"17 - Maio - Chega de Londres, no Tamar, o amigo Nabuco, em extrema debilidade nervosa (dispepsia por excesso de trabalho)".

No seio da família e sob as vistas do Dr. Hilário Gouvêa a recuperação foi rápida, logo Nabuco voltava às atividades abolicionistas e aos contatos políticos agora um pouco mais favorecidos com a presença do conselheiro Dantas à testa do governo. Mesmo assim, Nabuco ainda encontrou resistência ao seu nome na parte do Partido Liberal de Pernambuco que atendia ao deputado Souza de Carvalho, e bastou isso para o ex-deputado pensar em nova candidatura pela Corte. Não foram poucas as opiniões em contrário, e de Londres o Barão de Penedo, embora algo desatualizado com a intimidade política brasileira após décadas no exercício de funções diplomáticas, escrevia a Nabuco em 21 de setembro aconselhando-o a se candidatar por Pernambuco. "Deus o ampare com a sua graça", dizia Penedo, advertindo, porém, que "em nossa terra a popularidade é mui fugitiva, e quando começa a ser muita, julga-se logo ser de mais, e de pronto se organiza uma vanguarda para se lhe opor!" Mesmo com a "revolução" provocada pela Lei Saraiva no



sistema eleitoral, Penedo julgava mais seguro para Joaquim Nabuco a sua candidatura por um distrito de Pernambuco.

Apesar de ser um político romântico, Nabuco tinha igual opinião, as reticências, entretanto, dos escravistas somente começaram a ser arredadas quando Silveira Martins e Sancho de Barros Pimentel agiram junto a Luís Felipe de Souza Leão para a inclusão do seu nome na chapa liberal pernambucana. Ainda assim a resposta do presidente do Partido Liberal, segundo Luís Viana Filho, foi evasiva, e adiantava que viajaria para o Recife, e lá ouviria os correligionários.

Joaquim Nabuco decidiu então embarcar para Pernambuco no mesmo navio em que viajaram Luís Felipe de Souza Leão e outros liberais:

"O Sr. Dr. Joaquim Nabuco — Telegrama da Corte diz haver dali saído na quarta-feira última, a bordo do paquete inglês *Tagus*, o ilustrado e distinto abolicionista Sr. Dr. Joaquim Nabuco, que no ato de seu embarque foi alvo das mais solenes e honrosas manifestações de apreço.

Deve chegar na segunda-feira próxima", anunciava o *Jornal do Recife* de 27 de setembro.

Dias antes chegara ao Recife José Mariano, e a presença do combativo abolicionista sem dúvida fortaleceria a posição de Nabuco na competição que iria travar com a ala moderada do partido.

A imprensa divulgava as revoadas dos liberais:

"*Representantes da nação* — Chegaram ontem do sul, no paquete inglês *Tagus*, o exm. senador Luís Felipe de Souza Leão, e os deputados gerais Drs. Ulisses M. Pereira Viana e Amaro B. Cavalcanti. Os amigos do Sr. Senador foram recebê-lo no Arsenal de Marinha, onde S. Exc. desembarcou, e o acompanharam, em grande número até a casa de sua residência", lia-se no *Diário de Pernambuco* de 30 de setembro.

Segundo Luís Viana Filho, teve Joaquim Nabuco uma recepção inexpressiva no Recife, "onde apenas alguns estudantes o receberam", afirmativa nada verdadeira, a julgar pelos registros da imprensa local, de ambos os partidos. O *Jornal do Recife*, liberal, adiantava que os amigos e abolicionistas receberam Nabuco no cais do Comércio, "com honrosas manifestações de apreço, tocando no ato de desembarque a banda de música do Corpo de Polícia. Muitas pessoas acompanharam-no a carro até o hotel do Caminho Novo, onde está hospedado".

Conservador, o *Diário de Pernambuco* assim noticiou a chegada de Joaquim Nabuco:

"*Chegada* — Chegou ontem do sul, no paquete inglês *Tagus*, o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, que, consta, se apresenta candidato por esta província nas próximas eleições. O Sr. Dr. Nabuco foi recebido pelos seus apreciadores e comissões das sociedades abolicionistas, tocando no

ato do seu desembarque, no Arsenal de Marinha, uma banda de música”.

Na mesma edição, informava o jornal dos Figueiros:

“*Passeata* — Ontem à noitinha, diversas sociedades abolicionistas incorporadas e tendo uma música à frente, saíram em passeata, e foram cumprimentar o Sr. Dr. Joaquim Nabuco. Depois percorreram diversas ruas da cidade, dissolvendo-se em boa ordem na rua do Imperador, às 8 horas e 1/4”.

Ao *O Tempo*, jornal conservador algo panfletário, não escapou a notícia de uma pequena arruaça durante a passeata, que nada tinha a ver com Nabuco, mas interessava aos conservadores difundir que um clima de intranquilidade reinava nas reuniões liberais:

“*Mais duas estocadas!* — Informavam-nos que na passeata abolicionista, que foi cumprimentar ao Sr. Joaquim Nabuco, um indivíduo levou nada menos de duas estocadas no braço, não tendo podido nem ao menos pedir socorro, porque a isso se opuseram os *propagandistas* com ameaças!

Vejam os Srs. Sancho Pimentel e Manuel Ventura a que estamos reduzidos.

*Abram S. Excs. os olhos!”*

\* \* \*

A resistência dos liberais escravistas à candidatura de Joaquim Nabuco teve o aplauso dos conservadores que temiam pelo destino do conselheiro Machado Portela, mas dessa vez a fraqueza e as tergiversações incompreensíveis dos chefes liberais, como diria Aníbal Falcão, não repetiriam 1881. Crescera consideravelmente o entusiasmo dos recifenses pelo fervoroso abolicionista,<sup>4</sup> caracterizara-se o sentido popular do seu nome com o apoio de José Mariano, e ao cabo de uns poucos dias o Partido Liberal divulgava a sua chapa de candidatos a deputados gerais, fruto de uma composição entre os grupos que compunham o partido. Daí a ressalva com relação a abolição, uma concessão evidente do grupo de idéias mais esclarecidas aos amigos de Souza Carvalho.

No dia 10 de outubro, na seção “Publicações a Pedido”, publicava o *Diário de Pernambuco*:

“*Ao Partido Liberal* — Apresentamos, tendo ouvido os nossos amigos, a combinação de nomes para a eleição geral do 19 de dezembro do corrente ano. Esta combinação não entende com a questão do elemento servil e atendeu somente às conveniências do Partido. Esperamos que ela merecerá a adesão de todos os nossos correligionários e amigos, e que estes unidos trabalharão com esforço para seu triunfo, por amor

ao partido, aos princípios liberais e ao futuro da província. 1º distrito Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. 2º dito: Dr. José Mariano Carneiro da Cunha. 3º dito: Dr. Armínio Coriolano Tavares de Melo Barreto. 4º dito: Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto. 5º dito: Dr. Antônio Epaminondas de Melo. 6º dito: Dr. Pedro da Cunha Beltrão. 7º dito: Dr. Sigismundo Antônio Gonçalves. 8º dito: Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho. 9º dito: Dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina. 10º dito: Dr. Ulysses Machado Pereira Viana. 11º dito: João Augusto do Rego Barros. 12º dito: Dr. Caetano Xavier Pereira de Brito. 13º dito: Dr. Antônio Manoel de Siqueira Cavalcante. Recife, 7 de outubro de 1884. Antônio Epaminondas de Melo. Luís Felipe de Souza Leão".<sup>5</sup>

A inclusão, como se vê, de decididos defensores da abolição, ao lado de elementos moderados que não aceitavam uma solução imediata para a questão do elemento servil, fora feita com habilidade sob a presidência do senador Luís Filipe, ambos os grupos tiveram que ceder em questões de forma, mas ninguém abdicaria ao direito de postular de público as suas idéias, e o que era importante naquele momento, garantira-se a unidade partidária, conforme salientava a imprensa liberal.

Os conservadores que apostavam na fratura dos liberais, comemorariam a seu modo a chapa adversária. No dia 9, *o Tempo*, em linguagem moderada, já considerava a chapa liberal "um verdadeiro mosaico", de vez que nela figuravam todas as cores possíveis de abolicionistas, todas as opiniões, "desde a mais acentuada resistência aos avanços da idéia abolicionista, até o abolicionismo o mais adiantado, uma escala inteira e completa entre os dois seguintes extremos opostos, — o Sr. Dr. Souza Carvalho, o proprietário e diretor do *Diário do Brasil*, e o Sr. Joaquim Nabuco, o abolicionista impaciente e sem restrição".

Salientava o articulista que em Pernambuco, como em toda parte, a lavoura assustada, promovia resistência ao abolicionismo, os partidos vinham exigindo dos candidatos opiniões francas em relação ao problema, e enquanto o próprio governo comportava-se moderadamente, os dois chefes liberais da província estimulavam surpreendentemente a oposição à lavoura. A significação daquela chapa, e o papel que fizeram tais chefes organizando-a, era o que à folha conservadora interessava saber:

"Com que direito, por quais considerações e conveniências, o diretório liberal amparou, com igual acolhimento, as resistências do Sr. Dr. Souza Carvalho e o abolicionismo do Sr. Dr. Joaquim Nabuco? Que imperiosas considerações resolveram o Sr. Dr. Epaminondas de Melo a abrir espaço para o Sr. Dr. Nabuco no 1º distrito, indo solicitar os sufrágios da lavoura do 5º?"

Segundo *O Tempo*, nas circunstâncias daqueles dias, as atitudes deveriam ser definidas e ninguém poderia assumir a cômoda posição de "acender uma vela a Deus e outra ao diabo". Imiscuindo-se na economia interna do Partido Liberal, o jornal conservador contrariado com a preservação da unidade dos seus adversários, doutrinava que "um partido não tem o direito de assim de público e solenemente mostrar-se contraditório". Em vista disso, dizia, só o Partido Conservador, "com os seus hábitos de governo, inspirando confiança a todos, seria capaz de levar por bom caminho a solução de assunto tão complicado, que atualmente se pretende resolver de acordo não com os interesses da pátria, mas conforme as exigências dos agitadores das ruas".

No dia seguinte, 10 de outubro, *O Tempo* no longo artigo intitulado "A candidatura do Dr. Joaquim Nabuco", sustentaria que essa candidatura não poderia passar despercebida, entendendo que mais do que todas, ela tinha uma história, e sua aceitação gerava apreensões a respeito dos meios que por certo seriam aplicados para fazê-la triunfar. Recordava o jornal o início da vida política do já renomado abolicionista:

"O Dr. Joaquim Nabuco figurou na primeira câmara liberal da atual situação sendo eleito por esta província sob os auspícios e recomendações do Ministro de Estrangeiros do Gabinete de 5 de janeiro, o finado barão de Vila Bela. <sup>6</sup>

Com boas disposições para a tribuna e dispondo de robusto talento e variada ilustração, o jovem deputado fez figura saliente, e foi o vulto mais notável da deputação pernambucana de então.

Finda a legislatura, e feita a reforma eleitoral pelo Gabinete de 28 de março, o Dr. Joaquim Nabuco, que se havia descuidado de criar elementos na província, de onde sempre andou distanciado, e faltando-lhe o auxílio do Barão de Vila Bela, que havia falecido, viu-se sem colocação na eleição seguinte, em que não figurou seu nome, embora o Partido Liberal da província tivesse duplicata de candidatos por toda a parte, por isso que estava dividido em dois grupos, disputando a chefia e suprema direção os Srs. Luís Filipe e Souza Carvalho.

Segundo versão da folha conservadora, abandonado e sem oportunidade de agitar na Câmara dos Deputados a questão servil, Nabuco fora ao estrangeiro buscar elementos que recomendassem mais adiante a sua reeleição. Na Europa, dizia o jornal, inculcara-se e foi recebido como o chefe do abolicionismo no Império, e de volta ao Brasil, Nabuco teria levantado na Corte a sua candidatura, amparada por Silva Costa e pelo conselheiro Leôncio de Carvalho, ex-ministros que tentavam aproveitar uns minguados elementos, restos da gerência da Pasta do Império. O que se viu, ironizava o redator, apesar das "melodias de uma recomendação publicada no *Jornal do Commercio* pela pena mimosa do

senador Otaviano", foi o jovem abolicionista naufragar, "sendo dos naufragos o que mais se afundou!".

Magoado com a ingratidão dos *cariocas*, recordava o jornal que Nabuco novamente atirara-se aos mares e plantou sua tenda de trabalho em Londres, e embora de quando em vez se fizesse lembrado como abolicionista, "tendo até escrito sobre a questão servil no Brasil um livrinho que corre por aí em nítida impressão londrina,\* todos supunham que o político pusera o ponto final na carreira apenas iniciada. E prosseguia o sarcástico jornalista conservador:

"Engano; o Dr. Joaquim Nabuco não deixa de lembrar-se da pátria todas as vezes que vislumbra uma possibilidade de ser eleito deputado, e tendo o abolicionismo subido até às alturas do poder, exatamente quando estava a findar uma legislatura, aí veio de torna viagem o malogrado deputado, que tanto mais se encheu de esperanças quando assistiu à dissolução da Câmara em nome de sua idéia querida".

Lembrado na Corte como candidato derrotado em 1881, Nabuco pôs o pé em terras de Pernambuco, salientando *O Tempo* que a coincidência de vir ele no mesmo vapor que trouxera o senador Luís Filipe, "fez crer a muita gente que a esta vinha confiada a sorte da candidatura daquele, especializando-se até o 11º distrito, como o em que seria agasalhado o ilustre abolicionista, obtida pelo mesmo senador a renúncia do candidato liberal, já ali aninhado, o Dr. João Augusto".

Segundo o jornal conservador, Souza Leão, após algumas conferências mantidas nos primeiros dias no Recife, declarara que não podia amparar a candidatura do seu companheiro de viagem, deixando assim muito clara a resistência do Dr. João Augusto, "e não, como pensam alguns, pelas idéias do Dr. Joaquim Nabuco na questão servil, pois elas não podiam impressionar a quem, por si, no Senado, e por seus amigos na câmara temporária, sustentou o Gabinete 6 de junho, autor do projeto que todo o país conhece; e, se fossem elas um obstáculo, amparadas também não deviam ser as candidaturas dos Srs. Drs. A. de Siqueira, José Mariano, Ulysses Viana e Joaquim Tavares".

Entendia o articulista conservador, empenhado na última tentativa de desunir os liberais sempre envolvidos em tantas contradições, que Nabuco não poderia esperar amparo do chefe democrata, e que Epaminondas de Melo, com a substituição do desembargador José Manuel de Freitas na presidência da província, estava com a própria candidatura em condições precárias e não poderia apoiar terceiros.

"Em tais condições, sem elementos próprios, e abandonado pelos grupos de seu partido, os únicos que lícita e decentemente podiam carregar às costas a sua candidatura, o Dr. Joaquim Nabuco viu-se por alguns dias sem pouso, sem distrito".

Na verdade, dizia *O Tempo* na edição de 26 de setembro de 1884 — "Vai se fazendo a luz" —, a viagem de Joaquim Nabuco na com-

\* "Eu escreveria, e aí está o meu livro, O Abolicionismo, o serviço maior que eu pessoalmente podia prestar à nossa propaganda" (p. 104).



panhia do senador Luís Filipe, tirava todas as dúvidas se “o chefe dos abolicionistas intransigentes revolucionários” representaria novamente a província. “O Sr. Joaquim Nabuco não se decidiria a empreender esta viagem, se por ventura não estivesse definitivamente assentada a sua candidatura. Mas se assim é, se o chefe liberal desta província aceita, para ser agradável ao governo, o nome do Sr. Joaquim Nabuco e apresenta-o ao eleitorado, é claro que, nas condições em que vai ferir a luta, todos os candidatos liberais devem ser suspeitados de abolicionismo intransigente, de sectários veementes do programa ministerial, que é um programa que pode mais tarde chegar ao comunismo”. E repetindo o conhecido argumento, *O Tempo* julgava que em tais condições, “quem tem o que perder, quem prefere o bem do país aos louvores do estrangeiro, não pode e não deve votar senão em candidatos que apresentem garantias. Ora, qual é o liberal que está neste caso, se todos são apresentados pela mesma pessoa que adota a candidatura do Sr. Joaquim Nabuco, cujo nome é por si só uma ameaça à lavoura?”

Se a candidatura de Joaquim Nabuco recebia da imprensa conservadora reparos inevitáveis numa linguagem àquela altura ainda sem agressões pessoais, áreas que apoiavam o defensor da abolição investiram contra o conselheiro Machado Portela com uma fúria exacerbada. Tais ataques não partiram de fontes liberais, mas de uma folha que se apresentava como “Órgão das Idéias Republicanas”, propriedade e redigida por Fortunato Pinheiro, um panfletário que nas palavras de Luís do Nascimento,<sup>7</sup> tinha como característica “a linguagem solta, os insultos dirigidos às autoridades públicas, o desrespeito à honra alheia”.

Solidário sempre com José Mariano, que na época muitos julgavam próximo de uma adesão à propaganda republicana, *O Rebate* em 1884 entregou-se ao seu modo, à campanha de Nabuco e em uma de suas pasquinadas garantia que cada vez mais caía no ridículo a candidatura do “fidalgo escravista Manuel Portela”, diante da propaganda do “pernambucano mas distinto e ilustre da presente geração” em favor da causa abolicionista.

“Quem deixará de votar em Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, essa glória do Brasil, que tanto tem feito estremecer o mundo inteiro, para votar num rato inchado, indivíduo ruim e patoteiro? Ninguém. . . Só indivíduos que não prezam, que sacrificam a causa grandiosa da pátria por conveniências partidárias. Só homens que visando um emprego qualquer votam cegamente num indivíduo como o Sr. Manuel Portela que está rico à custa das patotas que tem feito durante o domínio do Partido Conservador”, escrevia o jornalzinho republicano. No seu empenho de “vituperar o erro, quer político, quer social, quer moral”, a folha adiantava que Machado Portela “só foi eleito deputado por um desses erros cometidos pelos liberais, que hoje tanto se arrependem porque essa pústula nunca mereceu o conceito que nele depositaram. Foi uma lição que tomou o eleitorado do 19 distrito, para nunca mais mandar ao parlamento homens nas condições do Sr. Dr. Manuel Portela”.

E concluía num espasmo de ódio:

"O seu crime vai ter a devida punição. O seu castigo será o desprezo de sua infame candidatura".<sup>8</sup>

\* \* \*

Mais coeso do que na eleição de 1881, o Partido Liberal, embora não desenvolvesse uma ação política uniforme, devido à corrente anti-abolicionista, insensível às reformas inseridas no programa elaborado há algum tempo pelo Centro Liberal, decidiu trabalhar razoavelmente pela vitória sobre o Partido Conservador.

A atoada da imprensa adversária não poderia desviar a atenção dos candidatos que se empenharam firmes na campanha diretamente junto aos eleitores dos respectivos distritos. Joaquim Nabuco e José Mariano proferiram conferências, como chamavam na época os discursos em que analisavam o tema da preferência de ambos, a libertação do elemento servil. Um grande encontro do autor de *O Abolicionismo* com os eleitores do 19 distrito, começou a ser convocado pela imprensa para o domingo, dia 12 de outubro, a 1 hora da tarde, no Teatro Santa Isabel.

"O festejado orador e ilustre pernambucano falará sobre questões de atualidade e é de esperar que seja muito numerosa a concorrência de pessoas que procurarão ouvi-lo. Os camarotes de 1ª e 2ª ordem reservam-se especialmente às famílias que se dignem de abrilhantar o ato com suas presenças", escrevia o *Jornal do Recife*, no dia 19, lembrando ao público liberal e abolicionista que o "talentoso conferenciador", no Brasil e no estrangeiro "tem causado grande entusiasmo pela facúndia e eloquência", daí a certeza de que não faltariam ouvintes e admiradores à sua conferência.

Demonstrando apreciável educação política, o *Diário de Pernambuco*, embora integrado na campanha de Machado Portela, publicava naquele sábado, 11 de outubro, uma convocação dos liberais para a conferência de Nabuco. "O ilustre conferenciador ocupar-se-á de assuntos importantes da atualidade e pelos créditos de que merecidamente goza como orador e publicista é de crêr que grande seja o auditório perante o qual tem de orar", previa o anúncio.

Na manhã do domingo, dia 12, o *Jornal do Recife* dizia que a reunião liberal do Teatro Santa Isabel seria dirigida pelo Dr. Gomes de Matos, presidente da Comissão Central Emancipadora, orando em nome desta o Dr. José Mariano. E antecipava:

"A marcha e o desenvolvimento do abolicionismo no país e o dever político desta capital no próximo pleito eleitoral, são os pontos capitais sobre que falará o ilustrado conferenciador".

A campanha eleitoral de Joaquim Nabuco deflagrada de fato naquele domingo de 1884, foi um acontecimento político de grande importância, merecedor da parte da imprensa de um destaque que con-

trastava com o clima de inexpressividade que cercava a candidatura do oponente conservador, expoente do imobilismo daquela sociedade de senhores.

Com o seu porte sobranceiro, Nabuco refletia toda a gama de aspirações da maioria da população que apoiava a sua pregação em favor de reformas sociais, a começar pela extinção do trabalho escravo.

A primeira grande conferência do candidato liberal pelo 19 distrito, teria como tema "Pernambuco e o apelo à Nação", e serviria para uma demonstração cabal da sua identificação com os sentimentos populares, o mesmo acontecendo com José Mariano, pois eram ambos figuras carismáticas, cada um a seu modo, donos de uma oratória carregada de magnetismo, como diziam os contemporâneos.

Um periódico local, *A Tribuna*, de coloração conservadora, mas abolicionista, escrevia na edição de 14 de outubro:

"Apesar da muita chuva que caía, o teatro já antes da hora marcada estava regorgitando de expectadores, entre os quais contavam-se famílias, cavalheiros pertencentes as mais elevadas classes de nossa sociedade, homens de letras, jornalistas, deputados provinciais, magistrados, membros de corporações docentes, do corpo acadêmico, funcionários públicos, comerciantes, artistas e operários. No palco tomaram assento, em grande número, os membros das sociedades abolicionistas".<sup>9</sup>

Ao meio-dia do domingo era enorme a afluência popular ao Teatro Santa Isabel, a vibração a todos contagiava, "fazendo-se notar a presença de algumas senhoras", registrava por sua vez o *Jornal do Recife* da terça-feira, 14 de outubro. Merecia destaque aquela primeira participação da mulher pernambucana numa campanha mais do que simplesmente eleitoral, pois o tema central de Nabuco e de José Mariano era a abolição.

Em linguagem moderada, o principal jornal liberal garantia que a conferência fora um sucesso, a começar pela saudação de José Mariano, seguido na tribuna por Joaquim Nabuco, que, logo nas primeiras palavras empolgou o público de composição heterogênea, talvez mais seduzido pela sua vibrante oratória do que mesmo pelo sentido social que ela continha.

Para neutralizar as acusações mesquinhas sempre repetidas por certos desafetos provincianos, Nabuco, que estava num dos seus grandes dias, julgou importante começar a conferência reiteirando sua devoção à terra natal e a disposição de lutar para que Pernambuco, herdeiro de 1817, garantisse um futuro correspondente ao seu corajoso passado. Para ele, impunha-se uma segunda restauração pernambucana, agora para promover a "igualdade de todos os brasileiros", através da Liberdade e do trabalho, "o Trabalho que dá dignidade, e Liberdade que dá valor à vida".

Nabuco queria o fim do indiferentismo que cercava o movimento abolicionista no seio daquela parte da população, que, ele julgava

uma aliada natural dos propagandistas. Ver homens livres ou escravizados, submetidos à causa dos grandes proprietários, era aos olhos de Nabuco um espetáculo profundamente melancólico. Se a carência de politização deixava na capital uma parcela considerável à margem da campanha abolicionista, no interior o medo explicava o alheamento da gente rural que vivia num estado de sujeição total ao poder incontrastável dos senhores. Poderia o candidato liberal desconhecer esta realidade?

"Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão eles sinal algum de compreender o alcance desta propaganda, de saber que estamos lutando para dar-lhes uma independência honesta, algumas braças de terra que eles possam cultivar como próprias, protegidos por leis executadas por uma magistratura independente, e dentro das quais tinham um reduto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caráter com qualquer senhor de engenho?" questionava Nabuco em meio a uma "profunda sensação" dos espectadores.

Não havia, é claro, na assistência que superlotava o Teatro Santa Isabel, moradores do campo, todos abandonados nas distâncias na época enormes que separavam a capital dos canaviais, onde eles mourejavam na completa dependência dos proprietários, que dispunham por inteiro do que eles possuíam isto é, o corpo, a alma e as filhas, estas especialmente mencionadas pelo orador como desprotegidas diante de cupidez desenfreada da maioria dos donos das casas-grandes.

Desafiando os senhores de engenhos e seus prepostos políticos com uma pregação que passado um século ainda é temerário fazer, Nabuco pedia ao Recife livre que não se equivocasse no pleito de dezembro, quase um plebiscito entre abolicionismo e escravismo:

"O Governo quer saber, o país quer saber como o Recife pensa, qual é a opinião do Recife: se *Sim*, se *Não*", palavras recebidas com "agitação prolongada", registram as notas taquigráficas.

Retomando sua exposição, afirmava Nabuco:

"Sim, senhores, o Recife não pode estar ao mesmo tempo com o Governo que quer cobrir com a bandeira de misericórdia da consciência nacional o tumulto dos escravos, como já se lhes cobriu o berço, e contra o governo que está assim salvando a honra do país. É preciso que esta capital pense de uma forma ou de outra: como o Dr. José Mariano ou como o Dr. Portela! Que ela forme um só todo. Tenha uma só palavra, constitua uma unidade orgânica, e que as pontes do Capibaribe não dividam este berço de tão grandes tradições em dois campos inimigos, um, em que flutua a bandeira de liberdade e outro feudo da escravidão! (Sensação)"

Tendes assim, que escolher entre duas políticas, a do Gabinete Dantas e a da Câmara dissolvida; uma a política da evolução, outra a do aviltamento do nome brasileiro; uma a política do governo livre num



Estado livre, outra a política do governo servil num Estado escravista; uma a política do Salário, outra a do chicote. . . (Aqui um novo aparte que parece ter sido do Dr. J. J. Seabra: "Queremos a emancipação imediata com indenização", e que o orador não pôde ouvir, deu lugar à interrupção da conferência por alguns minutos. Depois de restabelecida a ordem o orador continuou').

O aparte, como diziam as notas taquigráficas, fora realmente do baiano Dr. J. J. Seabra, professor da Faculdade de Direito, filiado ao Partido Conservador e que, no regime republicano alcançaria altas posições políticas no seu Estado e no cenário nacional. Naquele instante, o Dr. J. J. Seabra inconformado com a denominação de "partido chicote" dado por Nabuco aos conservadores, refutou o orador e enfrentou uma tempestade de impropérios da parte dos espectadores mais exaltados, e teria sofrido mesmo agressões, se José Mariano não acudisse em sua defesa, pedindo moderação ao povo.<sup>10</sup>

As referências de Joaquim Nabuco ao ranço escravista do Partido Conservador, provocando a réplica de J. J. Seabra, eram, evidentemente, um recurso eleitoral que o candidato liberal não poderia deixar de utilizar. A abolição seria o tema principal, senão exclusivo da campanha de 1884 em Pernambuco, e já em agosto o problema vinha servindo às retaliações entre os defensores do elemento servil, entrincheirados no Partido Liberal e nos jornais ligados a essa facção, e os grupos que, pleiteando indenização e uma emancipação gradual, no fundo pretendiam retardar quanto possível o advento do trabalho livre.

Antes de deflagrada a luta eleitoral, debatiam as duas correntes, através das folhas, o papel dos dois partidos constitucionais na questão servil. Antecipando uma resposta a Joaquim Nabuco, José Mariano e a outros abolicionistas liberais, aparecia na seção "*comunicados*", do *Diário de Pernambuco* de 10 de agosto de 1884, um longo artigo em que o autor, "Mário", pseudônimo de Filipe de Figueirôa Faria, proprietário do jornal, assinalava que a escravidão, "essa peste negra que nos foi legada pelas gerações idas", tinha até anos atrás duas causas mantedoras de sua incessante renovação: a importação de africanos e os filhos da mulher escrava. Fiel à sua filiação partidária, indagava o articulista:

"Quem fez secar essas duas fontes? Quem destruiu essas duas casas?"

Silenciando sobre as contradições políticas que sempre tiravam do poder os desunidos liberais, minados de escravistas, como acontecia em Pernambuco, e levavam a Coroa a chamar os conservadores, para ela mais confiáveis, respondia "Mário" que fora o Partido Conservador com Eusébio de Queiroz e o Visconde do Rio Branco, a força que estancara as fontes alimentadoras da escravidão. "Como, pois, com que direito, com que fundamento se diz no Parlamento, e se repete na im-



prensa e na praça pública que o Partido Conservador é escravocrata? Assegurá-lo é pura e simplesmente um dislate, um crime de lesa-lógica, de lesa-patriotismo", asseverava o diretor do *Diário de Pernambuco*.

Estribado numa visão rigorosamente partidária, o autor de "Para longe o labéu de escravocratas" não aceitava que se atribuisse ao Partido Liberal qualquer contribuição, por atos, para a solução do problema.

"Para traz, pois, o torpe labéu. Longe de nós conservadores, o ignomioso título, que devolvemos a quem nô-lo atira à face, porque nós somos um grêmio de homens livres, de espíritos cultos, que sabemos pesar na balança da civilização os progressos reais dos povos, e que jamais abraçaremos outro norte que não este — Ordem e Liberdade", sustentava Filipe de Figueroa Faria.

Com a presença de Nabuco, junto com José Mariano, as críticas aos conservadores cresceram de tom, como previa o diretor do *Diário de Pernambuco*, e em troca os jornais anti-liberais estampavam manifestações um tanto anêmicas àqueles dois abolicionistas, sobretudo depois da primeira conferência de Nabuco no Teatro Santa Isabel:

"*Alerta pernambucanos*", lia-se na seção "Publicações a Pedido" daquele matutino, em que "Muitos negociantes" exortavam os seus comprovincianos a não se deixarem seduzir "pelos homens que estão auferindo os maiores lucros desta infeliz situação! Nabuco e José Mariano não devem ser votados para deputados pelos dois distritos desta ilustrada capital". Segundo os signatários, que tanto podiam ser negociantes como gente dos Clubes da Lavoura, os dois candidatos liberais, "protegidos de um governo desbragado e sem patriotismo", queriam, na verdade, engrandecer-se à custa da ruína do comércio e da lavoura. O tempo era de eleições, e os "Muitos negociantes" não hesitaram em utilizar a maledicência, garantindo que o auxílio às províncias, tão defendido por José Mariano, ficara reduzido ao palacete da rua do Imperador, já se sabe, onde na época residia o decidido abolicionista. E completavam a provocadora proclamação:

"O povo continua a gemer sob impostos pesadíssimos, e o comércio, o pequeno comércio, aquele que precisava ser mais ajudado e favorecido, ficou nas mesmas condições, senão piores. Alerta! Comerciantes e artistas, salvemos o futuro de nossos filhos, e cerremos os nossos votos, deixando de parte a maldita política, nos dois distintos cidadãos amigos sinceros e desinteressados do comércio e da lavoura, Drs. Manuel do Nascimento Machado Portela e Ambrósio Machado da Cunha Cavalcante".

A resposta viria imediata, no mesmo *Diário de Pernambuco*, edição de 18 de outubro, mas os signatários não eram patrões do comércio e da lavoura, sim "artistas", gente simples que executava serviços

simples na cidade, o que dava a medida do caráter eminentemente popular das candidaturas de Nabuco e de José Mariano:

*"Ao público* — Em resposta ao artigo do *Diário* de ontem, intitulado *Alerta pernambucanos*, declaramos que estamos alerta para salvar o futuro de nossos filhos e da pátria, cerrando, no dia 1 de dezembro, os nossos votos nos dois cidadãos sinceros os Srs. Drs. José Mariano e Joaquim Nabuco. *Muitos artistas eleitores*".

Enquanto os inflamados eleitores trocavam proclamações, os candidatos liberais-abolicionistas prosseguiram as suas campanhas. No dia 26 de outubro, em seguida à conferência de José Mariano, foi Nabuco à tribuna com o objetivo, dizia de tornar mais vivas as vibrações que as palavras do candidato do 2º Distrito haviam produzido em todos os corações, e exortar aos pernambucanos que aclamassem José Mariano, no dia 1 de dezembro, o deputado do Recife.

Supunha Nabuco que, não havia muito a dizer em sua defesa e do companheiro a propósito dos doestos lançados contra eles por desafetos sem nenhuma grandeza. Havia, entretanto, que continuar cortando a cabeça da escravidão, julgando natural "que o sangue que ela verte se transforme ao tocar o solo aquecido por tantas lágrimas em viboras estéreis. (Novos aplausos)".

Com o entusiasmo dos presentes, Nabuco animou-se a desmentir a alegação intrigante divulgada nos jornais, de que ele chamara o Partido Conservador de partido do chicote. "Não falei do Partido Conservador; eu disse que tinheis a escolher entre duas políticas — a do governo e a da oposição", ou conforme explicaria adiante, entre a política da emancipação e a do cativo, e como a política da escravidão representava tudo que continha a escravidão, "eu tinha o direito de dizer que a política da oposição era assim a política do chicote". Isto, entretanto, não impediria que de público reconhecesse ter o Partido Conservador liquidado o tráfico com Eusébio de Queiroz, e emancipado o Ventre com o Visconde do Rio Branco. Naquele momento, dizia Nabuco, o seu desejo era que o Partido Conservador não se ache sempre no caminho de Damasco, não se esteja convertendo todos os dias, mas se mostre capaz de iniciativa: "O que nós queremos é que chegados a este ponto da questão da emancipação dos escravos, ele se não ponha em nosso caminho, pretendendo ser a corrente que há de vencer a força dos nossos braços".

Os jornais do dia 30 de outubro anunciavam que no dia 1º de novembro, Joaquim Nabuco faria no Teatro Santa Isabel sua 2ª conferência, desenvolvendo a seguinte tese: "Procedência de emancipação entre as grandes reformas nacionais, com base de todas elas".

No *Jornal do Recife* do dia 1º de novembro, "*Nemo*", pseudônimo de um entusiasta eleitor de Joaquim Nabuco, comunicava ter a

Comissão Central Emancipadora anunciado que as senhoras teriam lugares reservados para assistirem a todas as conferências do "distintíssimo" candidato abolicionista.

"Pois bem: as senhoras de Pernambuco não devem deixar de corresponder a tão gracioso convite. Não devem perder ocasião de animar com o seu comparecimento aquelas brilhantes festas de humanidade e redenção".

"Nemo" acreditava que a mulher "é a luz suavíssima que enche de claridade e graça o recinto do lar doméstico. Mas para que a sua missão seja aí mais profíqua e grandiosa, e mais sublime a sua influência sentimental, é necessário que ouça de uns lábios acostumados a dizer a verdade em frase levantada e pura, o que sentem em geral os homens verdadeiramente interessados pelos altos destinos da pátria brasileira, os homens em cuja nobre consciência doi, como seta envenenada, a vergonha enorme de três séculos de escravidão".

Um tanto galanteador, asseverava "Nemo" que "as senhoras são para as celebrações o que o sol é para os dias festivos de primavera". E concluía:

"Pois que o sol do sentimento feminino dê, se tanto é possível, mais animação e grandeza à voz inspirada do Dr. Joaquim Nabuco, o maior dileto da tribuna brasileira.

Às conferências do Santa Isabel, minhas senhoras!", recomendava.

O apelo de "Nemo" e da imprensa liberal abolicionista lotaram o Teatro Santa Isabel de recifenses atraídos pela oratória vibrante e politicamente desafiadora de Joaquim Nabuco, sem falar nos arroubos inesquecíveis do tribuno querido do povo, José Mariano.

Habilmente, Nabuco começaria com uma indagação: "Onde estão os nossos adversários?" Da platéia respondiam que os conservadores andavam de porta em porta, ou que somente saíam à noite. Nabuco gostaria de saber por que eles não subiam, àquela tribuna, como faziam os abolicionistas num ambiente em que tudo era animação e grande participação. No seu entender, o motivo daquela "afasia simulada", estava na consciência de todo o eleitorado que notava o partido no poder disputando a vitória pela palavra, provocando o julgamento da opinião, e em troca o partido que pretendia o poder fugia ao povo, não se atrevia a comparecer a uma reunião pública.

Joaquim Nabuco, acreditava que essa fuga dos conservadores do campo de batalha já garantia a vitória liberal do 19 de dezembro, daqueles que representavam "a opinião, as esperanças do povo do Recife", vale dizer dos candidatos abolicionistas que não escondiam a sua bandeira, antes levantaram-na à vista do Brasil inteiro.

O orador não cederia à tentação de manter o vasto auditório preso a uma retórica, que, prolongada, arriscar-se-ia a ser rotulada de demagógica. Prevenindo os seus eleitores dos riscos de uma derrota provocada por "vícios profundos" detectados no caráter e no temperamento nacional, "vícios que todos resultam ainda da escravidão", Nabuco faria uma longa análise desse regime escandaloso, falaria da escravidão doméstica, agrícola e territorial, e, é claro, dos reflexos desse sistema nas finanças e na política, que sempre deixava o povo atraído nas anunciadas reformas. Não hesitaria em afirmar que o Partido Liberal chamara afinal a si, com o projeto Dantas, promover a libertação do trabalho, daí a importância decisiva da vitória eleitoral no dia 19 de dezembro.

"Não há classe cujo voto eu não tenha o dever e o direito de pedir", avançava Joaquim Nabuco: ali, naquele momento, rogava os votos do comércio, "pois comércio e escravidão são incompatíveis"; conclamava a lavoura, "porque não compreendo por lavoura somente os senhores de escravos, mas também, sobretudo, os trabalhadores agrícolas, todos os homens de enxada, todos quantos a escravidão reduz a simples substitutos de escravos", diria, arrancando aplausos com a sua previsão de uma situação que perdura um século depois do 13 de Maio.

Nabuco queria os votos dos militares de mar e terra, que haviam tomado consciência da realidade nacional desde os campos do Paraguai, chamava o clero para votar nos abolicionistas, pois repugnava "essa monstruosa tolerância em nosso país" da Igreja de Cristo com uma instituição que era fundamentalmente contrária às aspirações e à obra do cristianismo. E demonstrando que ele era no Brasil o político de maior consciência social, dizia Nabuco:

"Peço os votos de todos os descendentes de escravos, de todos os homens de cor, porque estou trabalhando pela sua causa (apoiados), e porque, apesar de não haver entre nós o preconceito que desonrou a democracia norte-americana, com o que lhe damos um grande exemplo de liberalismo e fraternidade, é preciso que a raça negra se convença de que ela ainda tem no futuro de nosso país grandes transe por que passar, grandes dificuldades, desigualdades e opróbios que vencer, e de que a justiça que ela terá de receber no futuro será medida pelo interesse e pelo amor que nesta geração houver mostrado pelos seus irmãos de cativeiro. (Longos aplausos)".

Com a independência que sempre nortearia o seu comportamento político, Nabuco pediria ainda os votos dos operários, "porque represento a liberdade, a dignidade do trabalho", e preocupava ao grande reformador social, que, após a morte da escravidão no país, tentassem por meio do capital ou qualquer outro mecanismo de domínio, "escravizar os homens livres".

Com uma rara percepção, advinda, por certo da visão adquirida teoricamente, e sobretudo nos contatos entretidos nos grandes países capitalistas naquele final do século passado, Nabuco profetizava um retrato do Brasil dos dias atuais: haveria no país esforços poderosos para a criação de uma nova escravidão: a da pobreza, a da miséria, a da falta de trabalho, a da fome; palavras que a assistência acolheu com “prolongados aplausos”, dizem as notas taquigráficas.

Confessando o cansaço físico depois da longa conferência feita em voz alta, pois a época estava longe de conhecer os recursos da eletrônica, Joaquim Nabuco faria ainda uma observação oportuna:

“Chamam-nos de comunistas, a nós que proclamamos o princípio da inviolabilidade da propriedade humana. Chamam-nos de nihilistas, a nós que queremos destruir o pior dos nihilismos — o nihilismo da nossa personalidade: a escravidão!”

Quando serenaram um pouco os aplausos, Joaquim Nabuco lembrou que os escravocratas assoalhavam que ele e seus companheiros de campanha não tinham o que perder, mas, no seu entender, tal qualificação não os molestava: “Sabeis por que isso não nos ofende? Porque como eles somos a idéia nova, a redenção da pátria! Porque somos dez milhões de brasileiros, a nação inteira, “os que nada têm que perder”, afirmava desafiador, desencadeando “aplausos prolongados”.

Analizando as conferências pronunciadas por Joaquim Nabuco naquele sábado e domingo, 1 e 2 de novembro, no Teatro Santa Isabel, na sede do diretório liberal da freguesia de Santo Antônio e no povoado do Peres, diria o *Jornal do Recife*, edição do dia 4, que todas as falas do candidato pelo 19 distrito haviam sido tão imponentes pelo assunto e pela concorrência que era difícil dizer qual a mais notável e merecedora de menção especial.

Na do sábado, 1, no Teatro Santa Isabel, durante mais de 2 horas e diante de mais de 2.000 pessoas, ávidas de ouvi-lo, Nabuco tratou “da precedência que cabe à emancipação sobre todas as reformas nacionais”, ganhando com isso não só aplausos como adesões à sua pregação. “Foi depois dele chamado com insistência à tribuna o Sr. Dr. José Mariano, que, falando quase 1 hora sobre a questão abolicionista, aproveitou a oportunidade para defender a sua, como a candidatura do orador a quem sucedera, e pulverizar acusações que adversários seus não cessam de levantar-lhes como armas de guerra”. Garantia o *Jornal do Recife* que as palavras do tribuno provocaram da parte dos que as ouviram aplausos calorosos, terminando a conferência entre vivas ao abolicionismo e aos dois oradores.

Quanto à conferência de Nabuco no diretório liberal de Santo Antônio no domingo, 2, pela manhã, convocada para a casa nº 9 do



largo do Carmo, "não se pôde aí efetuar, à vista do grande número de eleitores que se apresentaram, de modo a tornar-se insuficiente o espaço oferecido por aquele local e ser necessário transferirem-se todos para o Teatro Santo Antônio, que ficou literalmente cheio", contava o redator do *Jornal do Recife*. Segundo ele, Nabuco justificou ali a sua candidatura e pediu o voto popular, expondo em linguagem simples as suas idéias e programa político. "Escusado dizer que o ilustre candidato impôs-se mais uma vez pela sua autorizada e fluente palavra", era a impressão do noticiarista.

O ponto alto, entretanto, daquele intenso trabalho propagandístico de Joaquim Nabuco, aconteceu, conforme se lê no *Jornal do Recife*, no povoado do Peres, para onde o candidato liberal se dirigiu depois da reunião do Teatro Santo Antônio, no centro da cidade. O eleitorado do Peres fora convocado para o palacete do Dr. Joaquim José Ferreira da Rocha, "eram 4 1/2 horas da tarde quando Nabuco chegou, na suposição de encontrar apenas os votantes do local, "porém dentro em pouco grande multidão estava em frente daquela casa, formada por pessoas do lugar e das proximidades e outras muitas idas desta cidade em carros e num trem especial da estrada de ferro de Caruaru em construção, todas abaladas pelo desejo de assistir a apresentação do ilustre candidato.

Oferecido um lauto jantar pelo Sr. Luís Rocha ao Sr. Dr. Nabuco, e muitos amigos que o acompanharam, ao terminar a refeição dirigiu-se o candidato para a grade que há em frente do palacete, e foi daí que falou ao povo aglomerado da parte de fora, justificando a sua candidatura, como pela manhã fizera ante os eleitores do Santo Antônio, e apresentando o programa que tem traçado para observar, se lhe for confiado o mandato que aspira".

No final da notícia, o *Jornal do Recife* destacava um aspecto particular daquela reunião de Nabuco com a gente do Peres que lhe proporcionou uma experiência nova na sua carreira política:

"Foi essa a primeira vez, disse o orador, que falava ao ar livre; mas isto em vez de constituir para ele uma dificuldade, parece que serviu para mais inspirá-lo.

O orador, naquele estilo elevado e fluente que lhe é peculiar, atraiu por espaço de 1 hora a atenção e aplausos da multidão que o ouvia, deixando em todos uma agradável impressão". Acrescentaria a folha que o povo não se contentou somente em ouvir Nabuco: exigiu também que depois dele falasse José Mariano, que, não se recusou a tal exigência, dirigindo "igualmente feliz e inspirado, a palavra aos que a reclamavam".

A reunião do Peres dissolveu-se quase as 8 horas da noite, quando Nabuco e José Mariano regressaram ao Recife acompanhados por crescido número de pessoas, concluía o *Jornal do Recife*.

No dia 5 de novembro Nabuco estava na praça de S. José de Ribamar para um "meeting popular", um encontro a céu aberto com os eleitores de uma freguesia onde os conservadores eram fortes e o candidato liberal do 19 distrito dizia-se disposto "a não consentir que este baluarte histórico do liberalismo pernambucano se converta de repente em trincheira de escravidão".

Não foi por acaso que Joaquim Nabuco escolheu aquela ocasião para levantar, pela primeira vez, "a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural", o sonho profético, diria, de André Rebouças. A freguesia de S. José era densamente habitada pela pequena classe média, gente de comércio, funcionários e mesmo operários, ou "artistas" como chamavam na época os executores de pequenos serviços. Não havia senhores de engenhos residindo no velho e característico bairro do Recife, e Nabuco diante dos seus eleitores e simpatizantes afirmou com firmeza que não havia "outra solução para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e nossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra".

Dizia o candidato que em certos bairros do Recife o povo não vivia, — e continua vivendo — na pobreza, mas na miséria, e acertava ao sustentar que sofrimentos tão grandes somente seriam remediados com "a organização da propriedade da pequena lavoura. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado ajude a sê-lo. Não há empregos públicos que bastem às necessidades de uma população inteira. É desmoralizar o operário acenar-lhe com uma existência de empregado público, porque é prometer-lhe o que não se lhe pode dar e desabitua-lo do trabalho que é a lei da vida".

Insistia Nabuco que a solução para a nossa pobreza não era o emprego público: "é o cultivo da terra, é a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quizerem adquiri-la, por meio de um imposto — o imposto territorial". Falar nestes termos ao povo de uma terra de latifundiários, exigia uma dose acentuada de audácia, e o candidato abolicionista indo adiante, advertia: "Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honras aos poderes do Estado".

E enfatizava:

"Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões, — a da emancipação dos escravos e a democratização do solo. (Longos

aplausos.) Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão, não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”.

Joaquim Nabuco conhecia de sobra as reações dos poderosos da sua terra, daí a alusão às acusações de anarquistas, demolidores e petroleiros atiradas contra os homens do trabalho e do salário, aos “que nada têm a perder”. Não era justo que somente quem adquiria fortuna entre nós, “bem ou mal ganha”, se julgasse no direito de dirigir o país. Tal coisa não passava de uma pretensão absurda, pois “os que têm a perder” constituíam uma minoria insignificante, “e vós, de outro lado, sois a nação inteira”.

Desenvolvendo teses dessa ordem, constantemente interrompido pelos ruidosos aplausos populares, Joaquim Nabuco concluiria assegurando que, se votassem nele, os eleitores de S. José não estariam votando por um indivíduo, nem somente por um partido: votais pela libertação do nosso território e pelo engrandecimento do nosso povo, votais por vós mesmos, e vos elevais neste país de toda a altura da liberdade e da dignidade humana. (Prolongadas aclamações e vivas”).

Palavras vigorosas, eram igualmente confiáveis para a gente humilde, lembrada de que o candidato de 1884 já demonstrara no parlamento que sabia agir em termos objetivos. Os discursos de Joaquim Nabuco à população pobre do Recife jamais seriam tiradas demagógicas de um oportunista cortejador da não raro crédula opinião pública, por isso assustavam os latifundiários, aqueles que tinham o que perder, como ele costumava lembrar. Reagiriam os donos do poder enviando sob pseudônimos, textos para os jornais conservadores, mobilizados na defesa menos do partido do que nos interesses dos grandes proprietários e dos seus prepostos que se mantinham longe de qualquer contato com o povo, ao contrário do que faziam os candidatos liberais-abolicionistas Joaquim Nabuco e José Mariano.

“Cassius”, (pseudônimo não identificado por Luiz do Nascimento) um conservador empedernido, sustentaria no *Diário de Pernambuco* que nas conferências abolicionistas de Nabuco, todos estavam ouvindo doutrinas perniciosas e contrárias às instituições existentes na sociedade brasileira. “O eleitorado imparcial e independente cumpre meditar muito sobre a escolha dos seus representantes no parlamento, fazendo recair os seus votos em cidadãos inteligentes e probos que procurem o bem estar da nação e da província; neguem os seus votos àqueles que foram conquistar nome e glória para si, no estrangeiro, na Inglaterra”.

Lançada a farpa, o articulista que exigia também dos candidatos o patriotismo que no seu entender faltava a muitos, já se sabe aos abolicionistas radicais, concluiria suas considerações pautadas na estreita visão reacionária que professava:

"As conferências no Santa Isabel, as doutrinas enunciadas, provam à evidência, que os candidatos abolicionistas querem a ruína do país, a miséria para numerosas famílias, o estabelecimento da república ou melhor o comunismo com a democratização da propriedade". 11

O discurso de Joaquim Nabuco no "meeting popular" de 5 de novembro de S. José, marcou, como dizem os estudiosos, a associação da questão da reforma agrária na campanha abolicionista. Com efeito, foi ali, misturado à pobreza recifense, que Joaquim Nabuco passou a defender, também, os chamados sem-terra, levantando na ocasião a instituição do imposto territorial, como medida de profundo alcance social e definiria os seus conceitos sobre o direito de propriedade.

Não obstante ter sido um discurso de comício a céu aberto, o que Joaquim Nabuco afirmou naquele 5 de novembro merece ser lido hoje pela atualidade das análises e propostas por ele feitas à sociedade da época, e ainda pela justa apreciação de alguém que não era mais um simples político empolgado pelo apostolado da liberdade. Seu pensamento ganhara aos olhos da opinião pública nacional e internacional a dimensão de um reformador social, nascido na classe de senhores, e, que, sensível à degradante condição de vida daquela maioria de párias, utilizava o predicado de sua bela eloquência para difundir uma tese provocadora para as classes privilegiadas de ontem e de hoje, daí a semelhança das reações ideológicas desses seguimentos.

O impacto provocado pelo discurso de Joaquim Nabuco no bairro de S. José foi muito forte no seio daquela sociedade de senhores. Era preciso impedir a eleição do ousado abolicionista, visto, agora, como um "petroleiro", um "comunista" — assim também chamavam o Conselheiro Dantas, — que arribara à província, onde acidentalmente nascera, diziam, para insuflar os desejados contra os privilegiados.

Fundado em 1876 por um grupo liderado por Manuel do Nascimento Machado Portela e João Alfredo, "*O Tempo* — Órgão do Partido Conservador" —, conta Luiz Nascimento no volume II da sua *História da Imprensa de Pernambuco*, publicava em 1884 "constantes verriñas" contra José Mariano e José Maria de Albuquerque Melo, envolvia-se em ataques a folhas liberais como o *Jornal do Recife*, e embora alardeasse que não queria a perpetuação da abolição, desde que fosse evitada a desorganização do trabalho pelas "doutrinas subversivas", investiu, como era de esperar, contra Joaquim Nabuco. A propósito do discurso de 5 de novembro feito pelo candidato pelo 19 distrito, escrevia *O Tempo*, sob o título "Como são os nossos adversários", edição de 7 do referido mês:

"O Dr. Joaquim Nabuco nas suas prédicas aos *peixinhos*, e tendo esgotado o repertório das frases de efeito sobre a escravidão, na sua

última conferência, na freguesia de S. José, chamou contra os grandes proprietários, os quais por possuírem vastas terras, excluem os pequenos.

É uma promessa de lei agrária.

Não há como liberais para prometerem; pouco lhes importa a inexequibilidade da promessa, a questão é prometer para fazer efeito.

Na verdade, é curioso ver fazer questão de terras para a lavoura e agricultura num país como o Brasil, esse gigante imenso, pela sua maior parte inculto e desaproveitado.

Nesse afã de enxertar entre nós instituições, idéias e medidas estrangeiras, históricas, anárquicas, o Dr. Joaquim Nabuco, depois de esgotar os exemplos tirados da Europa, compreendida até a Turquia, acaba indo buscá-las no Japão, na China, na Pérsia e por toda a parte onde sentir cheiro de semi-barbaria.

"Estamos bem arranjados com semelhante reformador", concluía o inquieto periódico conservador recifense.

Entretanto, não é justo supor que a imprensa liberal dedicava aos candidatos conservadores, particularmente Machado Portela, que concorria com Joaquim Nabuco no 19 distrito eleitoral, um tratamento muito ameno. Apenas vale salientar que a linguagem dos liberais não chegava aos insultos com que os seus adversários visivelmente aturridos e sem condições de realizarem encontros com o povo nas praças, dirigiam contra Nabuco e José Mariano.

Uma demonstração de colocação equilibrada, tanto quanto é possível de se desejar numa campanha como a de 1884, em que se debatia menos os programas partidários do que interesses económicos e a propriedade particular, seria a análise estampada no *Jornal do Recife* do dia 5 de novembro, em que "Lincoln", que Luiz do Nascimento identifica como Faelante da Câmara, cotejava os respectivos candidatos dos 19 e 29 distritos:

"Começemos pelo Dr. Portela que se acha colocado *vis a vis* do vulto eminentemente simpático de Joaquim Nabuco", dizia o articulista, sustentando a importância de "um estudo anatômico" do "cadáver" da candidatura do velho cacique conservador, que, ao seu ver, era coisa perdida.

Recordando o passado parlamentar de Machado Portela, "Lincoln" indagava em tom desafiador:

"Durante os quatro anos da legislatura o que fez o ilustre ex-professor de Direito? Nós vemos com desprazer que o comercialista perdeu-se, naufragou.

Qual o seu discurso importante?"

Quando a Câmara discutiu a lei de 4 de novembro de 1882, sobre sociedades anônimas, "qual foi a luz que o talento do Mestre



projetou sobre a questão, questão que pertencia ao estudo de sua especialidade, pois que tratava-se de uma reforma ao nosso Código Comercial e a lei de 1860 sobre o mesmo assunto?"

O jornalista lembrava que "na Câmara, Portela assinara uma emenda suprimindo o auxílio dado ao Liceu de Artes e Ofícios, e quando trataram da suspensão do imposto de consumo, José Mariano propôs uma medida que supria a falta daquela renda para Pernambuco, Portela surpreendeu votando contra os interesses da sua terra, "sendo portanto o causador das dificuldades financeiras que a província atravessa".

Na sua extensa colaboração, Faelante da Câmara tinha outras restrições bastante sérias ao comportamento negativo de Portela na Câmara dos Deputados, e ao seu ver, não merecia "que pretendessem fazê-lo agora um "semi-Deus, dando-lhe proporções a que ele não chegou nem chegará jamais". Não tinha ele, portanto, o direito de querer a reeleição, pois "o Sr. Portela fez figura mais do que medíocre. Não agitou uma questão séria, não pronunciou um discurso alevantado, não apresentou um projeto que contivesse uma idéia generosa e boa.

Onde está a sua figura, onde ficaram os seus talentos "indagava o autor, acrescentando que o conservador, aos seus olhos um arcaico, era, sem dúvida, um cidadão honrado, um bom pai de família, "mas é um espírito atrasado, um cérebro acanhadíssimo". Diante de Nabuco, "o arrojado orador, o pernambucano grande, o talento vasto, o espírito elucidado, o moço nobre e limpo, o Sr. Portela fica a perder de vista, rola do pedestal em que o colocaram alguns *amigos* que estão acostumados a fazer de qualquer pedaço de matéria, um ídolo".

Se este era o conceito expedido por "Lincoln" a respeito de Machado Portela, candidato que, nas suas palavras, era um atraso, uma barreira ao progresso, e por isso seria certamente batido, o que representava o conselheiro Teodoro Machado, opositor de José Mariano no 29 distrito eleitoral?

"Que títulos, que documentos traz o Sr. Teodoro para se fazer candidato por aquele distrito? O fato de ter referendado a lei de 28 de setembro não lhe pode servir, pois que aquela lei já é um medalhão azinhavrado e gasto que passou para o domínio da Numismática", opinava o liberal, aduzindo que Teodoro Machado Freire Pereira da Silva depois de assinar a Lei Rio Branco, entendera de comprar escravos e abandonar a vida política em troca da existência cômoda e pacata "dos que se alimentam à custa do trabalho dos outros", e não tinha o direito de pedir votos aos pernambucanos.

A propósito de assertivas insistentes das folhas conservadoras acerca das atividades de Joaquim Nabuco na Europa, avançava "Lin-

coln" que o candidato pelo 1º distrito realmente buscara no estrangeiro meio de subsistência honrado e lícito "para não ter necessidade de contemporizar com os liberais escravocratas, ao passo que o Sr. Teodoro estava talvez amontoando o ouro, gozando todas as regalias, fruindo todos os gozos".

E concluía o severo redator do *Jornal do Recife*:

"Nabuco e José Mariano são os candidatos legítimos, verdadeiramente populares."

A campanha, todavia, caminhava para o momento de decisão, os liberais estavam no poder, mas Dantas na chefia do Governo Imperial não colocara a máquina oficial a serviço do seu partido, e o resultado do pleito comprovaria que o conselheiro não corrompera nem coagira, através dos presidentes das províncias, como alardeavam os conservadores, procedimento diverso do adotado por Cotegipe em 1886 e 1887. Em troca, os conservadores bons manipuladores do poder, na oposição mobilizaram amigos e simpatizantes, sobretudo os anti-abolicionistas, buscando entre eles os meios para derrotarem Joaquim Nabuco e José Mariano, o que terminariam conseguindo mais tarde na comissão de reconhecimento de poderes da Câmara, com péssima repercussão nacional, particularmente no caso de José Mariano literalmente esbulhado do mandato conferido pelo povo livre do Recife.

Como era de esperar, o poder econômico da época acudiu à campanha conservadora, e *O Rebate*, a folha mais atrevida naquela hora aliada aos abolicionistas, denunciaria a presença do dinheiro no pleito de 1884 em Pernambuco:

"Está em campo a cabala eleitoral. O dinheiro de uma dúzia de negociantes de nossa praça está sendo derramado em grande escala para se comprar votos, contanto que triunfe os candidatos escravocratas.

Desgraçadamente ainda se encontra eleitores que vendam as suas idéias a troco de meia dúzia de vinténs.

Desgraçadamente até o ouro do estrangeiro serve para comprar brasileiros degenerados. O que estamos observando todos os dias não se comenta, e só serve para provar a miséria e a degradação de um povo, que já não sente o fogo sagrado do patriotismo invadir-lhe o coração. (. . .) Até um joalheiro, um judeu que aqui vive por desgraça e vergonha de um governo que não se preza, já tem dinheiro para comprar votos dos eleitores em prol da causa escravocrata. Esse joalheiro criminoso em sua terra como moedeiro falso, aqui tem acumulado enorme fortuna para comprar votos de pernambucanos que não se pejam de bandear-se, contanto que obtenham de tal miserável uma insignificante quantia a troco de uma infâmia. Amanhã, quando se concluir as eleições, esses

escravocratas escarnecerão dos vendidos e lhes negarão pão e água", previa o jornal.

Numa linguagem talvez nova para aquela época, mas corriqueira nos tempos dos "lobbies", prosseguia *O Rebate*:

"Procurar-se especular com as desgraças de um país, para poder-se corromper os brasileiros é coisa que não podemos admitir, combatendo com todas as forças esse sistema que os miseráveis tiranos escravocratas querem introduzir no Brasil. A nossa miséria chegou a ponto tal, que até o comércio estrangeiro quer influir na política do país!...

Onde iremos parar? Joseph Krause comprando votos!!! Miséria!!! ... Pernambucanos venderem-se ao ouro desse audacioso larápio!... Desgraça! (...) Alerta pernambucanos".

No dia 9 de novembro Joaquim Nabuco comparecia à sessão magna do Monte Pio Pernambucano, e o discurso que ali pronunciou, sem fugir ao espírito de uma campanha eleitoral acirrada, tinha um sentido eminentemente social, provando que o candidato via muito além da simples abolição da escravatura. Diria Nabuco, que, em nome da Comissão Central Emancipadora transmitia à gente humilde presente, votos de longa prosperidade. "Que essa prosperidade sirva de exemplo, de estímulo, à fundação de instituições semelhantes, as quais deixam o homem do salário morrer em paz por ter garantida a honestidade das suas filhas e a existência da sua companheira de lutas e sacrifícios." Sublinhava que instituições protetoras do futuro dos operários representavam uma das mais belas criações do espírito de solidariedade, conforme observara em países da Europa, onde as ligas e associações atuavam numa distância igual à que separa os organismos do começo da vida animal aos organismos livres e inteligentes. Entendia Nabuco que somente "pela educação do espírito como do caráter, da inteligência como da vontade, o operário, o artista brasileiro pode perder de vista a sua condição atual para chegar à ativa posição do artista e do operário de outros países onde o trabalho tem consciência da sua força", acrescentando que um Monte Pio como aquele já existente em Pernambuco, representavam um ensaio de educação, "um começo de independência, um rudimento de associação e um germe fecundo de liberdade".

Muito aplaudido, Nabuco diria com propriedade, interpretando o fundo psicológico da sociedade da época:

"O abolicionismo, senhores, não é simplesmente a emancipação dos escravos, é a eliminação fisiológica, se me faço compreender assim, da escravidão", e a prova, dizia, estava no Ceará, no Amazonas, àquela altura já com os seus escravos libertados, mas com sinais claros de que a escravidão não desaparecera no âmbito provincial. Sentenciava Nabu-

co com extrema lucidez para os seus contemporâneos e para as gerações vindouras:

"Acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança. Os que temos em nós tendências de senhor, os que temos fraquezas de escravos, — e a massa da população brasileira composta de descendentes ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, têm os vícios combinados dos dois tipos, o senhor e o escravo, tipos aliás que formam um só porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o dono, (longos aplausos) — os que temos, dizia eu, um desses vícios ou todos eles, devemos pelo exame da nossa consciência e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer desses tristes legados da escravidão". E adiante:

"A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria".

Com uma percepção das questões sociais que se desdobrariam com o fim da servidão, bem mais larga do que qualquer outro abolicionista, Joaquim Nabuco advertia que o trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário, jamais abriria um horizonte para o Brasil:

"Ora, dessa educação nada faz parte mais essencial do que o que nós vemos hoje nesta reunião: o culto da família, o respeito e a proteção à velhice, por fim a previdência."

Esforçando-se em tratar de assuntos mais profundos do que as meras agressões e retaliações eleitoreiras que predominavam nas folhas pasquineiras, Joaquim Nabuco fazia na sua campanha, na verdade, não discursos de comícios, mas autênticas conferências, como seus correligionários mais lúcidos compreenderam. Mesmo nos comícios de céu aberto, ele não deixaria de aludir às questões que transcederiam, como se viu, ao simples ato que juridicamente extinguiria um dia o trabalho escravo.

Naquele mesmo dia 9, o candidato liberal pelo 1º distrito participou de uma das mais belas e movimentadas reuniões com o seu eleitorado. O *Jornal do Recife* viu assim a presença de Joaquim Nabuco em Afogados, próximo ao Recife:

"O Sr. Dr. Joaquim Nabuco — Mais de 2.000 pessoas estiveram anteontem, à tarde, reunidas no Largo da Paz, em Afogados, com o fim de assistir a apresentação do Sr. Dr. Joaquim Nabuco ao eleitorado daquela freguesia e ainda uma vez ouvir o ilustre candidato.

Os carros da Companhia Ferro Carril, na linha que ali vai ter, transitaram à tarde constantemente cheios, mas, pode-se dizer, trans-

portaram menos de metade dos que se dispuseram a comparecer àquela reunião e à falta de lugar nos mesmos veículos deixaram de fazê-lo, indo também muitas pessoas em carros de passeio.

Recebido em Afogados entre entusiásticas aclamações, o Sr. Dr. Joaquim Nabuco ocupou logo depois um chalet levantado em frente à igreja matriz, falando daí à multidão que o cercava e ouvi-o com tanta atenção quanto aplauso.

O discurso de apresentação do distinto candidato foi para este um verdadeiro sucesso.

O povo, depois de ouvi-lo, chamou à tribuna o Sr. Dr. José Mariano, que ali também estava e recebeu no correr e final de seu discurso não menos inequívocas manifestações populares do que aquele que o precedera.

Eram 7 horas da noite quando desceram os dois oradores da tribuna, e devia, portanto, dissolver-se a reunião, mas os que a formavam resolveram regressar ao Recife em grande passeata."

Naquela edição de 11 de novembro, o *Jornal do Recife* deixava transparecer que os partidários de Nabuco e de José Mariano começavam a externar uma confiança talvez excessiva àquela altura, na vitória dos dois grandes abolicionistas. Como se diria hoje, havia um clima de "já ganhou" na campanha contra os conservadores:

"A causa está ganha. Quem viu o enorme agrupamento de povo que desta capital concorreu domingo aos Afogados para ouvir a palavra de Joaquim Nabuco, e quem viu-o desfilar em massa, a pé, na extensão de quase uma légua, de Afogados à capital, tendo Joaquim Nabuco e José Mariano à frente, não pode erguer uma afirmação contrária.

A causa está ganha, moralmente ganha, defendida por um grupo de valentes da geração moderna", acreditava o jornal, e concluía:

"O que significa essa pequena mole de 20 ou 30.000 fazendeiros, senhores de escravos, que possa ter o país em face deste enorme movimento que rola do alto do norte como uma vaga imensa de compaixão?"

No presente volume prefaciado por Aníbal Falcão, vê-se que no dia 16 de novembro Joaquim Nabuco subia novamente ao palco do Teatro Santa Isabel, para cumprir, estas seriam as suas primeiras palavras, o compromisso assumido de oferecer uma "exposição completa" de sua vida pública, desde que em 1879 tomara assento na Câmara dos Deputados como representante de Pernambuco. O candidato julgara isto um dever, pois os homens públicos tinham a obrigação de dizer como haviam desempenhado o mandato que uso dele fizera, desde que o recebera do povo.

Bastante longa seria essa 3ª conferência de Joaquim Nabuco naquele teatro, não deixaria o candidato de aludir com minúcias todos os



problemas surgidos desde que, com emoção, comparecera à Câmara investido de representante do povo da sua província. A abolição, seu comportamento face ao Gabinete Sinimbu, e, conseqüentemente em relação ao Partido Liberal, a viagem à Europa e participação no Congresso de Milão, tão discutida pelos conservadores, Joaquim Nabuco conferiu com o numeroso público presente, que, a julgar pelos aplausos dispensados, aprovou a conduta política do novamente candidato ao parlamento.

As críticas dos adversários de que jamais defendera os interesses de Pernambuco — como antes já acontecera com o Conselheiro Nabuco, diziam os conservadores escravocratas —, respondia Joaquim Nabuco sem emoção fingida:

“Sinto-me altamente recompensado por ter vindo a esta província neste ano que representa uma crise nacional. Não volto a ela como um filho pródigo, mas como o soldado firme de uma idéia que esteve sempre no seu posto e que ainda está nele, combatendo. Esta terra querida, como eu a chamei em 1879, restituiu-me, como verdadeira mãe, a saúde, e deu-me por cima a estima, a adesão, a confiança dos meus comprovincianos com uma generosidade e largueza que eu não podia esperar. (Aplausos) O meu adversário tem sobre mim esta grande superioridade: vive na província. Se ele me vencesse, por tal motivo somente, notai bem, eu teria na minha derrota a satisfação de atribuí-la a esse amor entranhado da terra pernambucana, que é a única base sobre a qual Pernambuco pode reconstruir a sua grandeza e o seu futuro. (Prolongada sensação). Mas viver em Pernambuco é apenas um dos meios de demonstrar-lhe amor e dedicação. Há outros, senhores, e um deles, eu tenho esperança, vos parecerá digno de algum reconhecimento: é o do pernambucano que recebendo uma vez vosso mandato escolheu dentre todas as iniciativas e dentre todas as causas nacionais aquela que poderia conquistar para a sua província maior gratidão do futuro, identificou-se com essa idéia e essa causa na boa e na má fortuna, como deputado e como particular, no país como no estrangeiro, e só depôs as armas depois de resgatado o território nacional do poder da opressão e depois de proclamado ao mundo inteiro que no Brasil não havia mais escravos!... (Tempestuosos aplausos)”

A leitura dessa conferência tremendamente longa, leva à conclusão de que Nabuco incendiara considerável parcela dos recifenses seus contemporâneos, e esta impressão consolida-se com o que a respeito registraram sobre a reunião política e ao mesmo tempo uma festa de inteligência, no Teatro Santa Isabel:

“Atraiu extraordinário número de ouvintes a conferência que realizou anteontem o Sr. Dr. Joaquim Nabuco com o fim de expor toda a sua vida pública.

O Teatro Santa Isabel, insuficiente para conter a todos quanto procuraram assisti-la, encheu-se de modo a não ficar lugar vazio ou na platéia e aglomerar-se nos camarotes mais do duplo de sua lotação, notando-se a presença de muitas senhoras.

Foi uma das mais brilhantes conferências até agora efetuadas pelo ilustre candidato pelo 19 distrito e sem contestação a que mais efeito produziu.

O orador levou escrito tudo quanto julgou necessário dizer sobre aquele assunto, prendendo a atenção dos que o ouviram por mais de duas horas.

As palavras do Sr. Dr. Joaquim Nabuco, calando no espírito público, arrancaram, como sucede sempre, justos e merecidos aplausos. Brevemente será publicado o discurso do festejado orador", dizia o *Jornal do Recife*, edição de 18 de novembro.

Joaquim Nabuco vinha desenvolvendo uma atividade extraordinária naquela difícil campanha eleitoral. Em média ele falava duas vezes ao povo do Recife, em locais por vezes distantes da cidade, pois o 19 distrito era constituído de bairros centrais, mas estendia-se também a Afogados, que por sua vez incluía a Madalena, o que vale dizer que o candidato via-se obrigado a movimentações seguidas em condução precária, o que dele exigia um esforço físico não raro extenuante.

Naquele dia 16 de novembro, depois de uma conferência que se alongou por mais de duas horas, Joaquim Nabuco falaria ainda na Passagem da Madalena, adiantando, de início, que os presentes podiam avaliar a fadiga que sentia depois do esforço dispendido. Não obstante, cumpria o seu dever, pois sabia da curiosidade geral em torno do seu procedimento caso fosse eleito deputado.

"Falo, hoje, no bairro da riqueza do Recife, como domingo passado falei no bairro da miséria. Seja-me permitido dizer que essa riqueza não parece digna de entusiasmo ou admiração a quem contemplou a riqueza dos povos livres (aplausos), a quem descobre o contraste das duas e sabe que este simulacro de opulência com que nos querem deslumbrar, não exprime senão a miséria e o aviltamento da nação brasileira", assim começou Nabuco sua fala na Passagem da Madalena, local, na época, da preferência dos grandes senhores de engenhos, da gente opulenta, como ele salientara.

A propósito de trabalho, Nabuco estranhava que os homens ricos, como eram os moradores do bairro aristocrático que o ouvia naquele instante, não apoiassem mais o movimento abolicionista, e explicava: "Se não o fazem é porque neles a riqueza não substitue a inteligência e não corrige a ignorância", palavras fortes recebidas, no entanto, como se lê, com aplausos.

E adiante:

"Não é de admirar que os homens de capital e de fortuna não vejam senão desastres e perdição fora do navio apodrecido da escravidão em que navegam, quando uma sociedade, que pretende dirigir a lavoura e pôr-se à frente dela, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, não acha como qualificar o projeto Dantas senão de comunista. Não creio que dessa forma a associação pernambucana a que me refiro, auxilie a lavoura, como não creio que a lavoura sustente a tal sociedade", observação que foi recebida com "hilariedade", rezam as notas.

Mas a atitude da Sociedade Auxiliadora merecia uma observação: do orador sagaz e culto:

"O que quer dizer esta linguagem na boca de homens responsáveis, de homens que deviam medir o alcance de suas palavras? Comunista, por que? De que forma o projeto introduz neste país a menor sombra de comunismo? Será por que no art. 10 trata de libertar os escravos de 60 anos? Mas, senhores, em que se contém aí a idéia do comunismo? O Estado não vai tomar esses escravos para reparti-los entre nós, mas para dar-lhes a liberdade a que eles têm direito".

Cessados os aplausos, indagava Nabuco:

"Qual é o princípio do comunismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da propriedade a mais individual que existia no mundo — a propriedade de si mesmo. (Ruidosos aplausos)

Ora, se alguma coisa se assemelha ao comunismo não vos parece que é a escravidão, comunismo da pior espécie — porque é comunismo em proveito de uma só classe?"

Julgava Nabuco, acertadamente, uma indiferença mais criminosa a maneira como a classe dominante do país, desde que o Brasil começou a existir, assistia o crescimento ao desamparo da nossa população, a miséria que se espalhava, como hoje sobretudo, enquanto os poderosos só se preocupavam egoisticamente, em manter os seus interesses de classe, seus monopólios desumanos, atentatórios da civilização, dizia, "aumentando ao mesmo tempo no seu interesse exclusivo e para seus fins particulares as responsabilidades do Estado, levando-nos ao orçamento que hoje temos, isto é, hipotecando o futuro do país que não lhe pertence aos seus credores e aos seus parasitas? (Aplausos ruidosos)

Com estas palavras que pareciam pronunciadas nos dias correntes, Nabuco entrava na análise das questões orçamentárias, das finanças, o que revelava sua atualização com os problemas nacionais, insistindo sempre que longe de serem comunistas, "são os abolicionistas os que querem salvar da riqueza pública aquilo que ainda pode ser salvo, os que querem manter o crédito do Estado, e evitar uma bancarrota que será inevitável se não houver uma reação em nossos costumes e em nossa política, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e de indiferença em que entrou por causa da escravidão!"

Completando seu formoso discurso no bairro da Madalena, "que se ufana de ser a porção rica do Recife", Joaquim Nabuco exorta-

va aos recifenses a que impedissem que a capital se transformasse numa feira política, com infamantes inscrições nos postes: "Aqui compram-se votos!" "Aqui prometem-se empregos!" "Aqui falsificam-se cédulas!" "Aqui se coagem eleitores!" Não!, bradava o orador ainda com força para levantar a voz em favor das virtudes democráticas. "Não! A opinião do Recife há de pairar acima do monstruoso mercado de consciências com que querem desonrar esta cidade, e, franca e altamente enunciada, ela será uma glorificação da idéia que nós abolicionistas representamos. (Aplausos prolongados)."

Falando nas praças, enquanto seu adversário escrevia nos jornais, "ao *ar livre* da imprensa", ironizava Nabuco, choviam sobre a sua cabeça críticas e ataques pessoais que traíam a origem dos que os endereçavam às folhas conservadoras. "Sim, a candidatura Nabuco trará muita honra, glória e lustre para a Nação, e Pernambuco será apontado como tendo mandado ao parlamento um deputado que tanto no país como no estrangeiro elevou-nos até o nível dos Zulús!", dizia "Um velho liberal", quem sabe Ambrósio Machado, nas colunas do *Diário de Pernambuco* de 27 de novembro.

*O Tempo*, sempre às voltas com acusações ao Presidente da Província, Sancho de Barros Pimentel, por perseguições a funcionários, pedidos de transferências até para oficiais do Exército, ou corrupção nas obras públicas, como, por exemplo, na construção da ponte Buarque de Macedo, onde empregava às carradas trabalhadores indicados por liberais, fazia na edição do dia 20 de novembro, sob o título "A Nova Escravidão", uma acusação singular aos abolicionistas, Nabuco à frente:

Segundo o referido jornal, o movimento abolicionista ao enviar escravos para o Ceará, sujeitava "esses infelizes incautos" a uma nova escravidão, e acusava as autoridades provinciais de conivência contrária aos princípios humanitários.

"Por que esses propagandistas, que amontoam conferências sobre conferências, dando pasto à maledicência, falando de si e gastando o tempo em condenar uma instituição que ninguém aplaude e elogia, não pedem providências contra semelhante atentado, não previnem os escravos, muitos dos quais vão ouvi-los, contra tais ciladas?

Por que o Sr. Joaquim Nabuco, com a sua palavra fácil e imaginação fértil, não pinta em suas conferências o desventurado escravo, levado pela ânsia de liberdade até à ingratidão de fugir da casa do senhor, onde nada lhe faltava, onde era talvez tratado com desvelo, atirado em terra estranha, ao morrer do dia, nessa hora de tristeza, mal vestido e mal alimentado, fatigado pelo trabalho, gotejando-lhe pelo rosto as lágrimas de envolta com o suor, enfiando pelo horizonte um olhar cheio de arrependimento e de saudade?"

Pensando construir uma exploração política sobre as fugas de escravos para o Ceará, trabalho executado sobretudo por José Mariano no seu Poço da Panela, *O Tempo* defensor dos proprietários numa má literatura, concluía sempre com acusações a Nabuco:

“Melhor serviço prestaria assim o Sr. Joaquim Nabuco a essa raça infeliz, da qual se diz fervoroso advogado, porque a acautelaria contra os horrores dessa nova escravidão, que, sem ao menos ser tolerada pela lei, como a outra, ao contrário, a viola de frente e com requintada desumanidade. Uma propaganda no sentido de combater essa nova escravidão seria altamente humanitária, sem ofensa do direito de quem quer que seja.”

Chegava o dia 28 de novembro, e a campanha praticamente ao seu final. Naquela data, Joaquim Nabuco estava no Largo do Corpo Santo em um “meeting popular”, discursando à classe comercial do Recife.

“Sinto que a Associação Comercial me tenha recusado sob o fundamento de que não é associação política, o privilégio que eu reclamava de fazer esta conferência nos seus salões, isto é de dizer o que tinha que dizer aos eleitores deste bairro comercial do Recife na sede oficial do comércio pernambucano”, abria Nabuco a sua fala, estranhando que os membros da referida corporação assim procedessem, “eles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples demonstração do escravagismo”, e não acolhessem da mesma forma o movimento abolicionista.

Martelando sempre nos males que a escravidão provocava na saúde do país, obviamente na atividade mercantil, Nabuco apreciava o comércio do açúcar de Pernambuco, dizendo-se convencido de que a emancipação traria a esta atividade pelo menos a superação da incerteza, criando uma situação estável, senão um aumento do valor da terra, “o que dará desde logo base mais segura à dívida hipotecária, e uma vez adquirindo valor a terra arável, o parcelamento se faria rapidamente, aparecendo a pequena propriedade do lavrador — forma natural da cultura da cana, hoje que a iniciativa dos grandes engenhos centrais está determinando a divisão do plantio e do fabrico” . . . . .

Supondo que a pequena propriedade desenvolveria em melhores condições o cultivo da cana do que o latifúndio, Nabuco insistia que seria um grande erro alguém supor que a escravidão tolerada por mais tempo, poderia salvar o que ao seu ver estava irremediavelmente comprometido na lavoura canavieira. “Ela é literalmente a ruína de classes inteiras, e enquanto se não fechar esse falso caminho da fortuna que conduz disfarçadamente ao precipício, a desgraça da comunhão toda será de dia em dia maior. (Aplausos)”



O orador apreciaria ainda o comércio da importação e o de retalho à luz da influência negativa da escravidão, sempre inimiga das trocas, analisaria fatores outros que influíam na atividade mercantil, e destacava o triste espetáculo que dávamos ao ter medo da liberdade, medo da liberdade de contrato, não obstante a comprovada inferioridade que tais sentimentos provocavam no país. No apelo derradeiro, Nabuco lançaria mão de uma imagem literária, pedindo que no dia 19 de dezembro, todos os corações ouvissem o sublime grito que séculos afora puseram fim aos perigos, "esse grito de *Terra!* levantar-se dos mastros dos nossos navios e encher os corações dos escravos e dos livres ao despontar da nova pátria. (Longos e repetidos aplausos)"

Na edição da sexta-feira, 28 de novembro, o *Jornal do Recife* estampava a mensagem de Joaquim Nabuco "Ao eleitorado do 19 distrito". Os adversários faziam críticas até certo ponto perigosas ao seu comportamento de não aparecer nas casas dos eleitores pedindo votos, como eles aliás se limitaram a proceder naquela campanha. Embora fazendo uma campanha muito mais aberta ao lado do povo diariamente nas ruas e praças da cidade, Joaquim Nabuco viu-se na obrigação de refutar a solércia dos conservadores, e muito habilmente assim se dirigiu ao seu eleitorado:

"A direção que dei à presente campanha eleitoral para elevá-la à altura da questão nacional que nela está empenhado, obrigou-me a consumir em levantar a opinião pública desta capital o tempo que o meu adversário empregou na cabala de porta em porta. Por esse motivo não pude visitar o eleitorado.

Eu tinha que escolher entre muitas linguagens e uma só linguagem, entre promessas contraditórias, sem valor e compromissos públicos solenes, entre visitas particulares e repetidas reuniões públicas.

Está aí explicado porque não percorri o eleitorado; não foi por não querer pedir o voto pessoalmente a cada eleitor, porque teria muita honra nisso; não foi por não querer penetrar ainda mais nas mais humildes casas, porque há muito tornei-me o homem do povo, e uma classe mais infeliz do que os eleitores mais desamparados, a dos próprios escravos.

Foram somente a falta de tempo, a precariedade da minha saúde e principalmente a necessidade de preservar forças para a grande campanha da opinião que eu queria concluir com o mesmo vigor com que a encetou, as causas que me impediram de visitar cada um dos eleitores liberais e abolicionistas do 19 distrito.

Estou certo de que falando assim satisfaço todos os eleitores que dão o seu voto por motivos públicos de qualquer natureza, e que não se poderá mais explorar contra o candidato de toda a opinião liberal e não somente de partido, deste distrito o haver ele optado entre

a cabala que passa e que quando muito faz triunfar simples individualidades, a propaganda que dura, que serve de exemplo, e que faz triunfar as grandes idéias”.

Prestada essa indispensável satisfação ao seu eleitorado, Joaquim Nabuco apareceu confiante no último comício em praça pública. No dia 29 ele falava no Campo das Princesas aos artistas do Recife, avançando logo que não podia deixar que a sua campanha terminasse sem que dirigisse uma saudação àquela classe que, nas suas palavras, estava destinada a representar a principal força política moderna, a soberania do trabalho, no Brasil ainda muito retardada devido a escravidão.

“Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possui terras não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. Vós sabeis que, para eles, o comércio, são os grandes negociantes de açúcar, e a lavoura não compreende os cultivadores, mas somente os proprietários, do solo”, observava o orador com muita justeza, acrescentando que se lhe fosse possível invocar naquela circunstância o auxílio de uma só classe e com ela identificar-se, não seria nem com o comércio e a lavoura, “poderosos pela sua riqueza e sua clientela”, nem com os funcionários públicos, “formidáveis pelo número”, nem com qualquer outro segmento da sociedade, mas “com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia. (Aplausos)”

Nota-se que Joaquim Nabuco progressivamente ia alargando suas ligações com as camadas menos favorecidas da população, ele que era oriundo de grandes famílias dominantes da época. A leitura dessas orações, algumas, como esta feita no Campo das Princesas, dirigida a operários, ou artistas como se dizia dos que trabalhavam e executavam serviços humildes, permite ao leitor ou estudioso avaliar a força da comunicação daquele homem de físico privilegiado, alto, simpático, irradiando simpatia, com a gente pobre da província que ouvia não sedições conversas de políticos em tempo de eleição, mas antecipações no campo social, retrato realista da situação de um país que precisava de uma reforma profunda para se integrar na modernização que a escravidão impedia.

Nabuco sabia que a abolição não podia se limitar a um ato governamental pondo fim ao trabalho escravo, este seria o primeiro passo de um processo longo de reformas que levariam à extirpação completa da distorção que a servidão refletia na vida nacional como um leque gigantesco.

“Por muitas gerações ainda a nódoa infamante que a escravidão lançou sobre o trabalho em toda a América e, principalmente no Brasil há de continuar a ser a maldição da nossa pátria, mas, por isso mesmo, quanto antes revogarmos a condenação do trabalho manual,

quanto antes ferirmos de morte o poder que a fulmina, mais cedo teremos libertado as classes operárias da inferioridade em que estão colocadas. (Aplausos), dizia Nabuco numa previsão admirável que ele completava com observações atentas do quadro social nas cidades, invadidas pela mendicância, que, segundo ele, começava a atingir até descendentes de antigas famílias, netos de morgados. "Para a aristocracia, educada na escravidão quando não hoje, gerações atrás, pedir é menos humilhante do que trabalhar!", avançava o orador que, não sendo político profissional, permitia-se a empregar na sua campanha uma linguagem diferente, de análises sociais e defender a valorização do trabalho entre nós, aviltado pela escravidão.

Não podem passar sem um destaque as antecipações de Joaquim Nabuco naquela noite no Campo das Princesas praticamente encerrando seus contatos com a gente humilde da sua cidade natal:

"Do que vós precisais é principalmente de educação técnica e se eu entrar para a Câmara tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios. (Aplausos repetidos) É tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel. (Riso.) É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado atenda a esse imenso interesse do qual ele parece nem ter consciência".

Em meio aos aplausos, Joaquim Nabuco fazia com aquela massa que o ouvia um compromisso desconhecido nos discursos políticos da época:

"É essa a dupla proteção que vos prometo promover: a primeira, leis sociais que modifiquem as condições do trabalho, como ele se manifesta sob a escravidão, e façam da indústria nacional a concorrência vitoriosa da estrangeira em tudo que fôr seu legítimo domínio e, a segunda o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices. (Aplausos)"

Nabuco, entretanto, não queria paternalismos, daí alertar os artífices que o escutavam, de que eles poderiam ajudar o esforço que naquele instante prometia desenvolver: "Vós, também, pelo vosso lado, podeis ajudar-vos muito, unindo-vos, associando-vos. Não sois muitos, é certo, mas ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens do trabalho num país onde o trabalho ainda é mal visto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade. Vós sois a grande força do futuro, é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio de desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança", sentenciava o abolicionista que

entendia não haver uma liberdade integral sem a valorização do trabalho, e, conseqüentemente a arregimentação dos operários em suas associações, nos futuros sindicatos que ele já vira funcionando nos grandes países capitalistas por onde passara longos períodos.

No dia 30 de novembro, véspera da eleição, Joaquim Nabuco pronunciava no Teatro Santa Isabel sua quarta conferência, com o que encerrava formalmente a memorável campanha. Havia confiança entre os liberais e abolicionistas que o povo do Recife corresponderia à pregação de Joaquim Nabuco e de José Mariano, enquanto os conservadores através de uma campanha de conversas de porta em porta, de casa em casa dos eleitores, omissos das ruas e sem mensagem, embora esperassem sucesso não escondiam também preocupações, refletidas nas comunicações dos seus jornais. "Sim, esforcemo-nos todos para que a eleição de 19 de dezembro seja pura e limpa de vícios, a fim de que a vontade nacional se manifeste inteira e imponente, e possa governar o país, guindando este à altura a que tem direito e insuflando nas nossas instituições a vida que delas como que anda arredia, pelo falseamento dos princípios constitucionais", escrevia "Mário" no seu *Diário de Pernambuco* de 29 de novembro.

Garantia o conservador que tudo quanto fora possível debater, esgrimir, ele com os correligionários haviam feito, restava, após o dever cumprido, que deixassem falar o sufrágio popular. "Pela nossa parte, repetimos, ensarilhamos as armas de combate e deixamos que falem as urnas", dizia, apelando às autoridades e a todos os cidadãos que se mantivessem calmos e prudentes antes, durante e depois do pleito. Por último uma exortação ao bom senso geral dos comprovincianos:

"Salvemos este país do naufrágio, mas salvemo-lo abraçados com a ordem e com a liberdade".

Dizia Carolina Nabuco que ninguém podia prever os resultados daquela disputa de 1884, "luta que todos reconheciam ser de idéias e não de homens, citando a escritora a opinião externada pelo *Jornal do Recife*, de que em tempo algum no Brasil se pleiteara uma eleição de tanto peso no futuro. A campanha girara em torno de idéias, vale dizer da libertação do elemento servil, envolvendo poderosos interesses econômicos, mas num cenário provincial sempre propício a agitações e violências, seria de fato extraordinária a aceitação do veredito das urnas por parte de elementos politicamente deseducados. A propaganda transcorreria em relativa tranquilidade nas ruas da capital, do interior longínquo não se sabia de atentados ou violências contra militantes das duas facções, daí a esperança de que o 19 de dezembro decorreria sem acidentes graves.

Com efeitos, naquele dia desde cedo os candidatos percorriam calmamente as seções dos respectivos distritos tentando uma influên-



cia de última hora nas decisões dos votantes. Não tardou muito a notícia da vitória de José Mariano, absoluto no 29 distrito, com uma margem superior a 200 votos sobre o seu apagado contendor, o conselheiro Teodoro Machado. Entretanto, não eram boas as informações relativas ao destino de Joaquim Nabuco no 19 distrito, quase um curral eleitoral do velho Machado Portela. O povo aglomerava-se nas ruas, dava sinais de evidente preocupação pela sorte de Nabuco: "A curiosidade era intensa. Os boatos eram prontamente acolhidos e aumentados, e os de fraude e traição aos liberais pareciam especialmente verossímeis. Só assim podia-se explicar a derrota, nas urnas de Nabuco, o campeão consagrado por tantas ovações", escreve Carolina Nabuco reconstituindo o ambiente da tarde que caía sobre o Recife.

Prosseguindo, diria a filha e biógrafa de Joaquim Nabuco que o candidato pelo 19 distrito era dado por vencido com uma pequena diferença de 20 votos: "Tudo não passava, ainda, de primeiras notícias, espalhadas confusamente pelo povo que estacionava diante do palácio do governo ou percorria as ruas em bando. (. . .) José Mariano, que se encontrava na Câmara Municipal no momento de ser descoberta uma fraude em prejuízo de Nabuco, aconselhou calma ao povo, ávido de saber e de verificar a regularidade das eleições". A certa altura, José Mariano decidiu ir até a freguesia de S. José, onde constava a existência de tais abusos, e o povo seguiu o seu ídolo. Acompanhemos a descrição de Carolina Nabuco:

"À porta da Matriz de São José, onde se havia contado como certo o triunfo de Nabuco, estava afixado o resultado da eleição. Portela 94, Nabuco 76. A mesa havia começado a redigir a ata. José Mariano já se achava havia alguns momentos junto a ela, quando se ouvia chegar a onda popular, lançando vivas a Nabuco. Não havia polícia. O primeiro movimento dos mesários foi trancar as portas contra aqueles que vinham em número tão superior que nada se poderia fazer para garantir as urnas. Estabelecendo a clandestinidade da eleição, não fizeram senão confirmar as suspeitas dos que se aproximavam. "Estão falsificando a ata", gritaram de fora. O fiscal dos conservadores, ilegalmente armado, esperou o povo de revólver em punho, e antes de pagar com a vida essa defesa insólita, o obrigou por duas vezes a descer a escada em demandada. Os assaltantes, a princípio desprevenidos, subiram afinal armados de facas, cacetes e até paralelepípedos. O fiscal, major Esteves, vulgo Bodé, que com seu irmão e um sobrinho continuava a defender o recinto, foi mortalmente ferido e o sobrinho morto instantaneamente. Os livros e papéis foram destruídos".

Dera-se o inusitado, o Recife estava apreensivo. Na edição da terça-feira, dia 2 de dezembro, noticiava o *Jornal do Recife*:



*“Eleições* — Em todos os distritos de que há notícia até agora, com exceção do 1º, na 1ª seção da freguesia de S. José (Matriz), as eleições para deputados gerais correram ontem sem alteração da ordem pública.

Ali, porém, corria o processo quando se apresentou um grupo numeroso, estabelecendo-se uma luta terrível entre os lados contendores, da qual resultou a morte de uma pessoa e ferimentos diversos, alguns graves e outros leves, estando no número destes os Srs. Major Manuel Joaquim Ferreira Esteves, cujo estado, nos informaram, é gravíssimo, e o juiz de paz Aprígio José da Silva.

Este triste acontecimento causou grande pânico, logo que foi divulgado pela cidade, fechando-se quase todos os estabelecimentos e formando-se grupos de povo pelas ruas principais, onde o sucedido era comentado e geralmente deplorado como merecia. Compareceram no lugar do conflito os Srs. Dr. Chefe de Polícia, Comandante das Armas <sup>12</sup> e outras autoridades.

Eis o resultado das votações conhecidas:

1º Distrito

Freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves — Seção única — Arsenal de Marinha:

Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela —	94
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo —	85
Freguesia de Santo Antônio — 1ª Seção — Câmara Municipal	
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo —	102
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela —	69

Uma cédula em branco.

2ª seção — Escola Modelo

Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	98
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela —	57

3ª seção — Escola Normal

Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	88
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	62

Freguesia de S. José

2ª seção — Martírios

Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	86
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	85

3ª seção — S. José de Ribamar

Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	80
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	65

## Freguesia de Afogados

1ª seção — Matriz	
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	129
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	76
2ª seção — Remédios	
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	128
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	87
3ª seção — Peres	
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	37
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	28
4ª seção — Boa Viagem	
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	27
Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	7

## Resumo:

Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (L)	746
Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela	744

No 29 distrito, José Mariano vencia na Freguesia da Boa Vista (Seções na Assembléia, Matriz, Santa Cruz, S. Gonçalo, Soledade. Na Freguesia da Graça vencia na 1ª seção (Matriz) e perdia na 2ª seção — Belém, e ganhava folgado na Freguesia do Poço, 1ª seção — Matriz, por 116 votos contra 31 dados ao conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, e 1 dado ao Dr. Afonso de Albuquerque Melo; no Monteiro e na Várzea estava triunfante o candidato liberal, porém perdia na Freguesia de S. Lourenço (Seção única — Matriz) por 34 contra 29. Em resumo, José Mariano vencia por 917 votos contra 646 dados ao conselheiro Teodoro Machado.

\* . \* . \*

Na noite de 1 de dezembro, Sancho de Barros Pimentel, presidente da província já telegrafava ao conselheiro Dantas, Presidente do Gabinete, dando conta da tragédia de S. José, e adiantava as versões de que a multidão que acudira à matriz desejosa de saber o resultado da votação, que segundo corria, estaria manipulada pelos conservadores “Bodé” à frente, pois da eleição na matriz “dependia o da eleição do 19 distrito”, sendo recebida à bala e José Mariano fôra levemente ferido numa das mãos. “Por outro lado”, avancava o Presidente da Província, “afirmam os conservadores que o propósito era inutilizar a eleição por ter-lhes cabido, a eles, conservadores, a maioria.”

Teria havido premeditação naquela ação que tinha toda probabilidade de ocasionar um confronto de consequências imprevisíveis? Os depoimentos apaixonados e contraditórios, como assinala Carolina Nabuco, não estabeleceram responsabilidades, não sendo de excluir a influência de velhos ódios paroquiais, uma vez que o major Esteves, o "Bodé", chefe indiscutido dos conservadores na Freguesia de S. José, desde os tempos da Praieira, era um homem violento e autoritário.

O Imperador acompanhando os acontecimentos do Recife através do noticiário da imprensa e das comunicações oficiais, escrevia a Dantas: "O ex-deputado José Mariano bem podia deixar de andar capitaneando o povo ou antes a população", estranhando ainda o monarca que o combativo abolicionista tivesse saído do seu distrito eleitoral para se envolver em questões do 1º distrito, enquanto Nabuco, o maior interessado pelo que faziam os conservadores de "Bodé" na matriz de S. José de Ribamar, deixara-se ficar no palácio do governo com o Presidente Sancho de Barros Pimentel, seu companheiro dos bancos acadêmicos.

Ciente da repercussão nacional da tragédia de S. José, o vitorioso candidato pelo 2º distrito compareceu no dia 3 de dezembro às páginas do *Jornal do Recife* para uma explicação ao país inteiro do seu inesperado envolvimento no lutuoso acontecimento, "agora que tenho dominado as dolorosas emoções que então experimentei". Propunha-se deixar claro o que ali se passara, recordaria José Mariano que já vitorioso no seu distrito, percorrera as seções da Freguesia da Boa Vista "no meio das mais estrondosas aclamações populares" e ao chegar à rua do Imperador soubera que havia dúvidas sobre o resultado da eleição do candidato abolicionista do 1º distrito. Fora, então, percorrer seções, aconselhando os amigos sobre os recursos legais que deviam ser empregados. Da Câmara Municipal, escreveria José Mariano, "segui para a freguesia de S. José, preferindo ir a carro para não ser acompanhado pelo povo, que se mostrava bastante sobreexcitado com as notícias que corriam, de que o candidato abolicionista não tinha sido eleito". Uma vez na Matriz de S. José, prossegue o relato, "depois de cumprimentar a todos com a cordialidade que me é habitual", fora recebido pelo mesário, Sr. Antônio Samico de Lyra e Melo, que o informou do protesto apresentado contra a validade da eleição, e conversavam sobre o assunto "quando fomos todos surpreendidos por grande alarido e tropel, denunciadores da invasão de povo dentro da igreja. Notei o sobressalto dos mesários, igual ao meu, e lhes disse, para tranquilizá-los, que era provavelmente o povo, que estava ansioso por saber o resultado da eleição, mas que eu ia ao seu encontro para conter qualquer excesso".

Lembrava-se José Mariano de ter ido para a galeria de entrada, onde se deparou com uma compacta multidão, a quem falou, garantin-

do que a eleição estava ganha e ele ali estava para providenciar. Segundo ele, já teria conseguido acalmar a turba, se não fosse a precipitada decisão do mesário de fechar a porta para a galeria, o que para alguém do povo valeu como prova de que se fechavam para falsificação da ata da eleição. Fora-lhe, então, impossível "deter a onda" que o, levou de rojo. A multidão exacerbada pela suposta falsificação da ata, penetrou no consistório, sendo então "recebida a bala" pelo Major Ferreira e outra pessoa ao seu lado. O povo recuou até a escada, sempre perseguido pelo Major armado de 2 pistolas e com uma faca entre os dentes.

"Senti uma angústia profunda diante de tudo quanto de horroroso presenciava e a indignação de que me possuí deu-me coragem para enfrentar-me na distância de cinco a seis passos com o mesmo Major Ferreira Esteves e bradar-lhe no transe desesperado em que me achava: "Sr. Major, por que assassina assim os nossos irmãos?"

Garantia José Mariano que a estas palavras, o Major "Bodé" voltou-se para ele, fitou-lhe por alguns segundos, "medindo-me com um olhar cheio de cólera, que me fez adivinhar tudo quanto se passava no espírito desse homem que se deixava arrastar àquele selvagem desespero — e então bradei-lhe: "Sr. Major quer matar-me também?"

Mal proferira tais palavras, diria José Mariano, viu apontar para ele as duas pistolas que dispararam ao mesmo tempo, escapando milagrosamente pelo fato de ter alguém desviado o braço de "Bodé". Mas, enquanto isto se passava, havia luta no consistório entre o povo e os mesários, "e, levado pelo povo para fora da igreja, nada mais soubera, porém informado do que se passava no interior da matriz, ali entrou "a custa do maior esforço, conseguindo sempre dominar a indignação que a todos possuía; chegava eu, porém, muito tarde para evitar as conseqüências da luta a que o Sr. Major Ferreira Esteves havia arrastado o povo, que, aliás a princípio mostrou não estar para ela preparado, porque nenhuma resistência ofereceu, e só precipitou-se com furor e desespero quando correu a notícia de que eu estava gravemente ferido, quando apenas eu tinha algumas contusões e umas leves escoriações".

Terminados os novos conflitos, conta José Mariano que se dirigira à enorme multidão aglomerada dentro da igreja, vendo então chegar o Dr. Chefe de Polícia e logo o general Comandante das Armas, divisou pessoas feridas, um morto estendido no consistório, e o Major em estado grave.

Nas palavras finais do seu relato, ou explicação ao país inteiro, como dizia, José Mariano não conseguia esconder a ira que alimentava contra inimigos menos políticos do que pessoais, pois ele sempre provocara sentimentos exagerados de apoio e de oposição ao seu comportamento na vida pública da província. Havia arreganhos dos desafetos

mais radicais contra a sua integridade física, porém o homem do Poço da Panela não se intimidava:

“Não temo essas ameaças, porque tenho bastante desapego à vida para poder sacrificá-la por amor da causa que defendo; mas declaro, perante o país inteiro, que torno a pessoa do Sr. Conselheiro João Alfredo, chefe do Partido Conservador nesta província, o responsável por qualquer desacato ou atentado que eu venha a sofrer.

Assassinem-me covardemente, se têm sede de meu sangue que ontem não pôde ser derramado; mas fiquem certos de que, na balança da vindita, a minha cabeça pesa mais do que a do Sr. Conselheiro João Alfredo, que fica sendo, entretanto, o meu refém.

Assassinem-me, mas tenham a certeza de que ainda ficam amigos muito dedicados, aos quais confio o legado, que não deixará de ser cumprido, de vingarem a minha morte.

Não blazono, nem ameaço: faço apenas uma prevenção ao Sr. Conselheiro João Alfredo, com quem eu ou os meus amigos nos entenderemos, qualquer que seja o lugar em que se ache S. Exc.

Mandem assassinar-me, mas esperem a represália. Recife, 2 de dezembro de 1884. José Mariano.”

De um homem da coragem, do destemor de um José Mariano, sabiam os caciques conservadores, um pronunciamento dessa ordem não era uma demonstração de mera fanfarronada. Cumpria, pois, à cúpula conservadora deter os punhais e pistolas nas mãos dos sicários a serviço dos escravocratas desvairados. José Mariano não seria assassinado, a advertência fora por demais acesa. A resposta dos conservadores, capitaneados por João Alfredo, viria não muito tempo depois, na Câmara dos Deputados, onde José Mariano teve o seu mandato esbulhado, indo para o seu lugar o conselheiro Teodoro Machado. . .

O que diria Joaquim Nabuco diante da vilência que chocava a todos e em particular a sua sensibilidade de homem que evitava as demonstrações do provincianismo pouco ou nada civilizado?

No mesmo dia em que José Mariano dirigia aos seus desafetos palavras de fogo, divulgava Joaquim Nabuco nas “Publicações Solicitadas” do *Jornal do Recife*, uma mensagem “aos eleitores do 19 distrito do Recife”:

“Cumpro um dever de profundo reconhecimento agradecendo o número elevado de votos com que fui honrado pelos eleitores do 19 distrito do Recife.

Diz-me a consciência que em todo o meu procedimento, desde os primeiros passos que dei para sustentar a minha candidatura até depois de conhecido o resultado, procurei sempre elevar o nível da nossa política à altura dos princípios que eu defendia, e que em nada, absolutamente nada, faltei a esse propósito.



É falso que nas minhas conferências eu tenha chamado o ódio político sobre o meu contendor; para mim a questão nunca foi de pessoas, mas de partidos, de políticas de idéias.

É falso que a administração provincial tenha procurado influir na sorte da minha candidatura. Algumas pretensões que apoiei perante o meu ilustre amigo Sr. Barros Pimentel foram todas reclamadas pelo Partido Liberal e nenhuma foi medida de compressão ou violência."

Numa linguagem muito característica, e que fora desenvolvida durante a disputada eleição, avançava Joaquim Nabuco que, por outro lado, nas repartições públicas, "conhecidamente viveiros de adversários da situação atual", os tais empregados conservadores mostravam-se excitados diante da promessa de ascensão imediata do seu partido, os vacilantes temiam a reação costumeira das facções que chegam ao poder. Na sua convicção, os votos que recebera representavam tão-somente a união dos liberais de todos os matizes com os abolicionistas convencidos. Quanto ao que acontecera na matriz de São José, acusava Nabuco, "é todo de responsabilidade de quem descarregou o primeiro tiro sobre o povo. As mesas liberais não levaram uma arma para as seções. É uma grande responsabilidade a de quem dispara um tiro sobre a multidão: pode fazer em poucas horas uma cidade nadar em sangue!

É quando se pensa que alguns desses tiros foram descarregados contra o Sr. José Mariano, no mesmo dia em que ele acabava de ganhar a mais esplêndida de todas as vitórias, quando o povo o acompanhava, a ele que se revelava magnânimo de desinteresse, deve-se agradecer ao destino desta cidade a fortuna de não ter ela assistido uma cena de dor e desespero popular como nunca se viu em Pernambuco.

O meio de receber ajuda da multidão, antes de haver ela praticado o menor ato ilegal, não era por certo a tiros. Somente a mais irresponsável loucura podia aconselhar que mesmo para salvar-se uma ata, que se julgava ameaçada, se fizesse o Recife passar por uma convulsão como a que produziria a morte de José Mariano.

É preciso acrescentar que ao deputado do 29º distrito não se pode imputar um plano, que não houve, de salvar a minha eleição inutilizando os votos da matriz de S. José.

O meu ilustre companheiro de candidatura havia declarado no pátio de Santa Cruz e na praça do Conde d'Eu, e as declarações dessa ordem que ele fazia, fazia-as com assentimento meu, que não aceitaria o diploma de deputado se esse diploma resultasse de qualquer ato de violência ou de força do seu lado.

Essa declaração entendia-se feita por mim, que me declarei solidário com ele.

Ciente da importância ética de um mandato essencialmente destinado à luta pela libertação do elemento servil, o seu apostolado, reiterava Nabuco:

"Uma série de motivos de consciência, de ordem muito elevada, me impediriam de ser portador de um mandato que eu sentisse ter sido dado a outrem. O Dr. José Mariano sabia que em caso algum eu aceitaria o diploma de deputado pelo 1º distrito com exclusão dos votos da 1ª seção de S. José.

Não sei expressar a emoção que me causa a idéia de que no dia do seu maior triunfo ele escapou milagrosamente de ser vítima de tiros repetidos, quando dava ao povo pernambucano a prova de que não o iludira dizendo que preferiria a minha vitória à sua própria.

Julgo apenas necessário acrescentar que, se porventura me for conferido o diploma pela junta apuradora, eu só farei uso dele para demonstrar a nulidade da eleição do Dr. Portela, pelos vícios, corrupção e ilegalidades de que está inquinada, comprometendo-me a só aceitar o mandato se a Câmara reconhecer que ele me caberia independentemente da inutilização das atas de S. José".

Para concluir, Nabuco asseverava que nem uma tragédia como a da matriz de S. José, que por muito pouco não desencadeou uma autêntica hecatombe de proporções inusitadas na capital pernambucana, arrefeceria o ânimo dos abolicionistas:

"A minha candidatura pelo Recife foi um incidente do movimento abolicionista no país, mas nem por isso o movimento se deteve, e para mim é uma grande consolação termos já chegado a um ponto em que a sorte de nenhum indivíduo pode alterar-lhe a velocidade nem o curso."

Na "Correspondência" do Rio de Janeiro estampada pelo *Diário de Pernambuco*, edição de 12 de dezembro, chegavam à província ecos da imprensa da corte abordando os fatos do dia 1º no Recife. "Os lamentáveis acontecimentos que aí se deram na freguesia de S. José, por ocasião da eleição, têm causado aqui a penosa sensação, que é de supor, começava o correspondente, adiantando que telegramas dos amigos do governo davam Nabuco como eleito. Outras fontes falavam em empate na votação, e que teria de haver 2º escrutínio, correndo ainda uma 3ª versão de que Portela fora vitorioso. Quanto ao conflito, as únicas informações constavam do telegrama do Presidente da Província, mandado publicar no *Diário Oficial*. O missivista do *Diário de Pernambuco* aludia também a um telegrama de José Mariano ao *Jornal do Commercio*, sem maiores novidades. "Aplaudindo o triunfo que, no seu conceito, ia obtendo o abolicionismo, dizia a *Gazeta de Notícias*: "Quando um telegrama nos anunciou que José Mariano tinha sido feri-

do, vimos o povo palpitante, pálido, com o olhar desvairado numa angústia suprema pela vida do tribuno pernambucano". Confesso, arrebatava o correspondente, que me passou despercebida essa angústia suprema do povo da Corte".

Contundente em relação a José Mariano, escrevia a folha escravagista da Corte, o *Brasil*, reproduzido pelo *Diário de Pernambuco* de 16 daquele mês:

"O assassinato de João Francisco Régis, que o governo foi desenterrar depois de quase 25 anos, para provar que *Bodé*, ou o major Esteves, era turbulento e que o Dr. José Mariano foi recebido a tiros, deu lugar a um processo, onde provou-se que outro foi o assassino de Régis, como bem sabe pessoa que prisa hoje com o governo, se não é o mesmo autor do entrelinhado ministerial". Segundo a reacionária folha do Rio de Janeiro, não havia em Pernambuco uma pessoa sensata e imparcial que, há 3 anos, não considerasse José Mariano uma ameaça à ordem pública em qualquer reunião popular, que o tivesse dirigindo a marcha ou arengando em carroça, como em 14 de maio de 1873.

"Neste dia, recordava o periódico conservador, foi ele que dirigiu ao Colégio dos Jesuítas, onde sua gente cometeu todos os atos de vandalismo, como quebrar louças e mobílias, inclusive uma pedra de consolo que serviu de arma contra o padre José Virgílio, cujas contusões nas mãos e na cabeça foram vistas por quantos quiseram visitá-lo. Foi ele que no mesmo dia mandou quebrar a tipografia da *União* e queimar todos os papéis e móveis, fazendo uma fogueira no meio da Rua da Aurora. Foi ele que no dia 15 do mesmo mês, convocou de novo o seu povo para "tomar contas aos marinheiros da fortuna que tinham feito com moeda falsa", plano que segundo o *Brasil* não foi executado por causa das *estampilhas* do governo, como José Mariano chamara os sinais que lhe ficaram nas costas provocados pelas espadas. . . Prosseguindo, diria o jornal que em 1878 o Barão de Vila Bela tirara o turbulento tribuno do lugar de administrador da Casa de Detenção, onde devia estar, para fazê-lo deputado, uma história no mínimo incompleta sobre a inclusão de José Mariano na chapa eleitoral ao pleito daquele ano.<sup>13</sup>

"De então para diante a sua gente ficou insuportável até para as autoridades liberais, que, como o subdelegado Pestana, queriam conter uma célebre Companhia do Brinquedo do Boi, no Poço da Panela e no Arraial. A mesma gente tem insultado das galerias aos deputados conservadores da oposição. Ultimamente o vigário da freguesia do Poço não pôde celebrar o mês Mariano porque o Sr. José Mariano não quis; não achou meio de garantir o exercício do culto católico contra a vontade do atual *enfant gâté* do ministério, no Recife. Agora sai da sua pa-

róquia para outra a fim de inutilizar uma eleição contrária ao seu companheiro inseparável; fez o que foi fazer, matando 2 pessoas e ferindo 9, sai do teatro do crime com um ligeiro arranhão, pára pela casa de jóias do comendador Krause ameaçando saqueá-la, vai a palácio coberto de sangue das vítimas queixar-se delas, porque o receberam a tiros. Que moralidade se tira de tudo isto”, concluía o conservador *Brasil*, que não titubeava atribuir os acontecimentos do Recife ao efeito já visível do abolicionismo. . .

Por mais enérgicas que fossem as críticas da imprensa conservadora da Corte a José Mariano, a Joaquim Nabuco e ao governo de Sanchinho de Barros Pimentel, não se equiparariam, obviamente, à virulência dos ataques dos periódicos anti-liberais àqueles abolicionistas agora apontados como responsáveis pelo sangue derramado na matriz de S. José. A proclamação dirigida por Joaquim Nabuco aos pernambucanos explicando seu posicionamento e a disposição de não aceitar um diploma de deputado geral que permitisse aos conservadores questionar a validade do mesmo no que tange a falsificações de atas, que não representasse em termos inquestionáveis a vontade das urnas, irritou também *O Tempo*, que se apressou em replicar o arrazoado do líder abolicionista, obrigando-o a voltar às colunas do *Jornal do Recife* para apreciar os argumentos da folha portelista.

“*O Tempo* não está satisfeito com a declaração que fiz, e renovo, de que não aceitaria o mandato de deputado se esse mandato resultasse de não serem contados ao Dr. Portela os votos da 1ª seção de S. José. Ele não julga bastante que eu tire proveito algum do fato que todos lamentamos; quer que eu impugne a eleição do Dr. Portela por outros motivos! Isso é demais”, julgava o candidato já vitorioso, que indagava: Quando me comprometi eu a não denunciar as ilegalidades ou a ilegitimidade de uma vitória do meu adversário?

É certo que declarei repetidas vezes que o Dr. Portela tinha sido eleito pela maioria dos votos lidos nas seções, e aconselhei ao povo que se resignasse por não ter tido a brilhante vitória que se esperava. Mas isso não era reconhecer a validade da eleição do Dr. Portela, antes de haver eu lido as atas, sem ter sequer conhecimento do número exato de votos!

Num ponto sobretudo nunca mudei de propósito: tão deliberado estive sempre a não deixar que me aproveitasse a violência ou a fraude, quanto a não consentir que o mercado de votos, a compra de eleitores, que, segundo está na consciência pública, foi o meio empregado pelo Partido Conservador para disputar as eleições desta província e principalmente desta capital, passasse sem um protesto meu”.

Nesse documento fazia Nabuco um reparo muito sério do ponto de vista da ética política:

"*O Tempo* julga a corrupção um vício secundário, eu o julgo o maior, note-se bem, o maior que pode afetar uma eleição e engrangrenar um eleitorado. Na Inglaterra esse meio não envolve somente a perda do lugar para o deputado que o emprega, mas também a perda de representação para o distrito que o deixa decidir da eleição. O Dr. Portela deixou de entrar em segundo escrutínio, mesmo apurada a eleição da matriz de S. José, por uma tão insignificante minoria de votos que a validade de cada um deles é de imenso interesse para o exame da sua eleição:

Como podia eu proceder melhor e merecer mais a estima dos meus concidadãos do que protestando não aceitar nenhuma vantagem proveniente do fato de S. José? Todo mundo sabe que não concorri para ele, direta ou indiretamente. Associá-lo com as minhas conferências é fazer uma injúria à inteligência humana, e ao auditório que me ouviu sempre defender os princípios do direito e da justiça, falando à consciência e não à paixão. Pretender que foi um plano em que chegou mesmo a tomar parte o presidente da província é não querer ser acreditado à força do absurdo".

No seu longo pronunciamento, Nabuco responderia à acusação contra ele divulgada pelo Dr. Portela de que ele era o responsável legal pelos crimes do dia 19, argumento repetido pelo *O Tempo*. Reiteraria palavras anteriores de que salvação de uma ata não dava direito de atirar-se sobre o povo, e na sua opinião o depoimento de José Mariano só poderia ser contestado por testemunhas de vista, como o era o seu correligionário. "Ambos os partidos têm interesse em conhecer a verdade e somente a verdade", sustentava Nabuco. E completando:

"É dar prova de mau cidadão querer hoje fazer brotar do sangue derramado em S. José uma seara de ódios e de vinganças entre os dois partidos pernambucanos, porque ele daria lugar a novas cenas, tão indignas da nossa civilização como a que enlutou o dia 19 de dezembro de 1884."

Abolicionista radical, Joaquim Nabuco realmente nunca aticara contra os escravocratas qualquer sentimento de rancor popular, capaz de fazer de um apostolado de solidariedade humana uma guerra civil, uma divisão de raças que, antes ele pretendia congraçar sem ressentimentos do passado, e sim pensando em construir o futuro de paz e trabalho, como comprovam os discursos ou conferências reunidos neste volume que se vai ler. Por motivos menos nobres, e trabalhados pelo rancor e pela inveja muito provinciana, continuavam os conservadores destilando contra ele páginas rancorosas, de acusações que a história comprovaria como infundadas. Como poderia no futuro Joaquim Nabuco ser apontado como organizador de assalto a uma seção eleitoral para



usufruir vantagens que a sua formação repugnava? No dia 19 de dezembro, nas "Publicações Solicitadas" do *Jornal do Recife*, voltaria ele a se dirigir "Ao eleitorado do 19 distrito":

"O povo desta cidade sabe todo que não tive parte alguma nos atos que inutilizaram a eleição de S. José. De tais fatos, porém, resultou uma situação favorável a mim, e que de forma alguma posso alterar, nem consentir que seja alterada sem o mais solene protesto meu.

Nulificada como foi a eleição da matriz é a mim que deve caber o diploma de deputado do 19 distrito por ter eu 747 votos, que ninguém honestamente me pede contestar, contra 745 dados ao meu competidor e um ao Sr. Dr. Paulo de Oliveira. O voto em separado que teve o Sr. Dr. Portela é um voto legalmente nulo, resultante de uma cédula achada fora da urna, e deixada sem se saber por que eleitor.

Eu, porém, declarei solenemente que não aceitaría o diploma de deputado do Recife sem os votos de S. José.

Essa declaração eu a mantenho; mas por isso mesmo cabe-me o direito de protestar antecipadamente contra a apuração que a maioria da Junta, disposta a dar diploma ao Dr. Portela em qualquer caso, pretendo fazer de uma ata falsa, fabricada dez dias depois da eleição, quando legalmente não existia mais mesa eleitoral de S. José, assinada em casas particulares, no todo a mais monstruosa fraude que jamais se concebeu para iludir a lei; — ata feita sem publicidade, sem a presença dos mesários, sem anúncio prévio, tão em segredo como se fabrica moeda falsa."

Como se vê, a argumentação de Nabuco era segura, o candidato não se defendia, antes acusava o esbulho que se alongaria em breve à própria Câmara dos Deputados sob as vistas de uma maioria escravista, que criava problemas ao Gabinete Dantas, mas, que naquela ocasião ele confiava capaz de apreciar a tentativa de introduzir no regime da lei Saraiva, "o pior abuso das antigas eleições, o que torna qualquer eleição legítima impossível, a ata falsa, feita depois da eleição, sem nenhum requisito da lei". Ainda tinha argumentos a apresentar:

"Quanto a mim posso dizer isto. Pleiteei a minha candidatura servindo-me apenas de minha palavra em reuniões públicas, e pelos meios pelos quais se conquista a opinião de um eleitorado digno. Mas a ata de S. José vem mostrar que eu não era o candidato próprio para lutar com adversários que não esqueceram na eleição direta nenhum dos característicos que levaram o antigo sistema eleitoral ao último grau de indignidade.

Uma palavra ainda. Tanto quanto posso avaliar, peço aos meus amigos que se abstenham amanhã de aproximar-se da Câmara Municipal e mesmo de formar grupos nas ruas vizinhas, para que os nossos adversários não tenham o que alegar contra a segurança individual nesta

cidade, a qual por honra de todos nós deve ser amanhã mais perfeita do que nunca”.

Joaquim Nabuco, diz a filha sua biógrafa, previra em carta ao bom amigo o Barão de Penedo, que uma junta apuradora facciosa e empenhada em conduzir Portela à Câmara dos Deputados, reconheceria o candidato conservador, para desespero da população liberal e abolicionista do Recife. Nabuco, todavia, não desanimou naquela batalha das juntas. O segundo escrutínio, realizado em 9 de janeiro de 1885, trouxe a vitória do candidato liberal, como esperava o povo, que, logo estaria nas ruas num festejo que só os defensores das causas verdadeiramente progressistas recolhem”. Nabuco não só excedeu amplamente a votação de Portela e que ele próprio obtivera no 1º escrutínio, e o resultado, testemunhava o *Jornal do Recife* do dia 10 de janeiro, “foi motivo das mais significativas manifestações de regozijo público”. Apesar da empolgação do povo nas ruas, o jornal liberal em linguagem serena, frisava que tudo transcorreria num clima de muita ordem. “Deve estar contente o digno deputado pelo 1º distrito”, concluía o noticiário.

“Nabuco amou essa campanha, que foi a glória de sua vida”, sustentaria Aníbal Fernandes em seu estudo sobre o abolicionista. E acrescentaria: “São as eleições de 84, que marcam aquela afinidade entre Nabuco e o povo do Recife, afinidade que nunca mais se interrompeu.”<sup>14</sup>

Vitorioso na sua cidade, Joaquim Nabuco seguiu para a Corte, onde a Câmara dos Deputados haveria de esbulhá-lo. Naquele quente janeiro do verão recifense, Nabuco talvez não tivesse muitas ilusões sobre o que fariam do seu mandato, mas, vivia ele um momento glorioso.

“*Embarque* — A bordo do paquete inglês *Patagônia*, segue hoje para a Corte o ilustre Sr. Dr. Joaquim Nabuco. Os seus amigos e correligionários pretendem reunir-se ao meio-dia, na rua do Imperador, em frente à sede da Comissão Central Emancipadora, para daí acompanhá-lo até o posto do embarque.

Preparam-se diversas manifestações de apreço ao distinto abolicionista”, anunciava o *Jornal do Recife*, edição de 20 de janeiro de 1885. No dia seguinte, o referido periódico trazia completa descrição do embarque de Nabuco, em meio a estrepitosos vivas que deixavam o novo deputado grato a todas as manifestações populares.

“Teve um bonito embarque o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, foram esplêndidas as manifestações que ontem tributaram-lhe comprovincianos, amigos, correligionários e admiradores; mas é justo dizê-lo, de mais era digno o ilustre pernambucano”, julgava bem o *Jornal do Recife*.

Embora nunca perdesse o comando da sua alma, como dizem os ingleses, por mais forte que fossem as emoções vividas, Joaquim Na-

buco partia do Recife reconfortado com a espontaneidade das homenagens tributadas por todas as camadas da população, inclusive aquela que abrigava nos corações humildes a esperança da liberdade.

### "Despedida

Partindo do Recife, sem ter tido tempo para despedir-me do grande número de amigos e comprovincianos, que me deram nos três últimos meses tão constantes provas de simpatia política e pessoal, peço-lhes perdão de fazê-lo pela imprensa e ofereço-lhes os meus serviços na cidade do Rio, manifestando-lhes ao mesmo tempo o meu profundo reconhecimento.

Recife, 20 de janeiro de 1885.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo. "

Esta mensagem ficava nas páginas do *Jornal do Recife*, edição de 21 de janeiro de 1885, mas a figura do grande abolicionista não saía da memória daqueles que o acompanharam pelas cidades e arredores numa campanha memorável. Nas ruas e praças recifenses parecia ainda ecoar o hino abolicionista entoado pelos estudantes, seguidos pelo povo: "Nabuco é o nosso fanal".

Fernando da Cruz Gouvêa

## NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 *Diário de Pernambuco*, "Publicações a Pedido", edição de 1 de outubro de 1884.
- 2 Manuel Machado Portela, chefe conservador de Pernambuco, homem identificado com as correntes escravocratas da província.
- 3 "Reina um pânico temeroso entre os lauradores de cana, das nossas engenhocas. Corre que o açúcar baixou de preço para jamais subir. Há notícias de certa ordem que ainda sendo verdadeiras não deviam ser derramadas na população sem mais uma explicação, sob pena de abaterem-se os ânimos de um modo assustador"; escrevia para o *Diário de Pernambuco* o correspondente na Vila de Quipapá, muito bem informado sobre as dificuldades da economia açucareira da província. Prosseguia o missivista, no que tudo indica, homem ligado aos canaviais: "Acrecentam que só será procurado o açúcar dos engenhos centrais e o outro será repellido do mercado. De nada servem, por mais que se exponham, os fáceis meios de transportes que vamos ter pela estrada de ferro (fácil em presteza e igual ao sistema antigo por suas tarifas); o golpe está dado ao menos para a futura safra que podia ser maior. Devese acreditar que esta descrença latre em outros municípios. Em geral, força é confessar que um mal oculto mina a existência da agricultura da nossa província que parece uma das mais sofredoras. O 2º Congresso do Recife, que estudou a sério qual a verdadeira origem deste mal, antes de se formar já tinha observado na onda abolicionista. Mandou uma representação para que não se fizesse uma abolição imediata (não precisava porque nenhum governo sério a exigirá) e perdeu o seu latim. Não é este o mal; ainda mesmo que se não tratasse da abolição da escravidão, o mal existiria", julgava o correspondente-agricultor. Entendia ele que os meios que de ordinário se vinham seguindo na província para a permuta é que constituíam uma parte do todo deste mal: "Alguns agricultores de Minas e Rio lembraram-se de constituir uma sociedade na Corte, cuja diretoria receberia todos os cafés do interior e o mandaria diretamente para os mercados consumidores". Este alvitre foi lembrado por alguém que conhecia os problemas da agricultura canavieira, e o correspondente julgava aceitável: "O Centro da Lavoura e do Comércio do Rio manda seus agentes para todos os mercados da Europa e cremos que um foi até a China, e escrevendo sobre os méritos deles. S. Paulo e Minas organizaram companhias, estas prescindem de garantias de juros. Aqui, cremos que nunca haveria Senhores de engenhos que se propusessem a organizar essas companhias. Enquanto o sul joga com todos os meios para não se abater a sua agricultura, Pernambuco pede dinheiro a juros aos correspondentes de açúcar (opinião do Dr. Amintas) para plantar cana, fabricar o açúcar que entrega ao mesmo correspondente para vendê-lo mediante 3%; este entrega-o ao armazénario e este ainda é que o embarca. Não passa disto: eis toda a atividade agrícola de Pernambuco!". *Diário de Pernambuco*, "Revista Diária", edição 8 de agosto de 1884.
- 4 — Já em 14 de agosto de 1884, noticiava o *Jornal do Recife* na seção "Gazetilha": "Sociedade abolicionista — Informam-nos que com o nome de simpático pernambucano Joaquim Nabuco, trata-se de fundar no bairro do Recife uma nova sociedade abolicionista, cujos fins principais serão a libertação dos escravos residentes naquela freguesia, a educação dos ingênuos também ali residentes e a propaganda abolicionista. Os propugnadores de tão humanitária idéia são todos moços do comércio".

- 5 - "Chapa conservadora -  
 19 distrito - Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela  
 29 " Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva  
 39 " Dr. Antônio Francisco Correia de Araújo  
 49 " Dr. Belarmino Correia de Oliveira Andrade  
 59 " Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda  
 69 " Dr. Henrique Marques de Holanda Cavalcanti  
 79 " Dr. Indício Joaquim de Souza Leão  
 89 " Dr. Gaspar de Drummond  
 99 " Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior  
 109 " Dr. Francisco d'Assis Rosa e Silva  
 119 " Dr. Bento Ciciliano dos Santos Ramos  
 129 " Dr. Antônio Gonçalves Ferreira  
 139 " Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco." - *O Tempo*, edição de 8 de novembro de 1884.
- 6 Ver Fernando da Cruz Gouvêa, *O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua Época*, cit., p.
- 7 *História da Imprensa de Pernambuco*, vol. 2, edição da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1966, p. 271.
- 8 "A candidatura do Sr. Dr. Machado Portela", edição de 15 de outubro de 1884. O conselheiro Machado Portela tinha força política na província, mas não contava com a simpatia popular, para o que contribuía o seu tipo físico e sobretudo as teses rigorosamente conservadoras que defendia. A imprensa conservadora, sem trocar palavras com *O Rebate*, tentava apresentar Machado Portela, professor da Faculdade de Direito, como depositário do prestígio e da confiança do eleitorado, graças aos serviços por ele prestados a sua província durante uma longa vida. O *Diário de Pernambuco* acentuaria sempre os benefícios da colonização por ele estimulada, seus esforços no sentido da construção do edifício para a Faculdade de Direito, o melhoramento do porto, auxílio ao Instituto Arqueológico, apoio ao Liceu de Artes e Ofícios, etc.
- 9 No domingo, 12, o *Diário de Pernambuco* anunciou na sua "Revista Diária", a fala de Joaquim Nabuco, adiantando que "são incontestáveis os créditos literários do ilustre conferencista, sempre ouvido com atenção onde quer que tem feito conferências.
- 10 Na edição de terça-feira, 14 de outubro, informava o *Diário de Pernambuco* que o Teatro Santa Isabel esteve cheio de espectadores, e que depois de terem falado os Drs. Antônio Gomes de Matos e José Mariano Carneiro da Cunha, "foi a tribuna ocupada pelo Sr. Dr. Joaquim Nabuco, que desenvolveu a sua conferência, sendo aplaudido diferentes vezes. No correr do discurso, dando o Sr. Dr. Seabra alguns apartes, provocou isto uma assuada, que felizmente foi logo apaziguada, e não teve consequências. Na porta do Teatro uma comissão recebeu de esportulas voluntárias trezentos e tantos mil réis, em pró da causa emancipadora". Sobre o assunto ver Fernando da Cruz Gouvêa, "Joaquim Nabuco e José Joaquim Seabra: uma polémica sobre a abolição", in *Uma Conjuração Fracassada e outros Ensaios*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, "Coleção Recife", vol. 26, p. 167 e seguintes.
- 11 "As conferências e o tribuno pernambucano", seção "Publicações a Pedido", edição de 15 de novembro de 1884.



- 12 General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, antigo combatente na guerra do Paraguai, de tradições liberais-abolicionistas. Em Pernambuco, os conservadores apontavam o militar cearense como amigo de Joaquim Nabuco, simpático mesmo à eleição do líder abolicionista, tanto que tolerava a colaboração de um oficial na campanha do candidato liberal pelo 1º distrito, enquanto transferia dois outros que estariam participando da campanha dos conservadores. O assunto ganhou a imprensa, sem que houvesse fundamento nas assertivas do então partido oposicionista.
- 13 *O Partido Liberal no Império: O Barão de Vila Bela e sua época*, op. cit. p. 431 e segs.
- 14 Nabuco, *Cidadão do Recife*, conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 24 de agosto de 1949. Recife, 1949, p. 104.

# *série Abolição*

- 1 - **O Abolicionismo.** Joaquim Nabuco.
- 2 - **João Alfredo - O Estadista da Abolição.** Manuel Correia de Andrade.
- 3 - **Henrique Dias - Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil.** José Antônio Gonsalves de Mello.
- 4 - **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista.** André Rebouças.
- 5 - **Minha meninice e outros ensaios.** João Alfredo Corrêa de Oliveira.
- 6 e 7 - **Estudos Afro-Brasileiros.** (1º volume) e **Novos Estudos Afro-Brasileiros** (2º volume) - Edição fac-similar dos trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro no Recife, em 1934, sob a coordenação de Gilberto Freyre. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello.
- 8 - **Campanha Abolicionista no Recife.** Joaquim Nabuco.
- 9 - **A Escravidão.** Joaquim Nabuco.
- 10 - **A Abolição em Pernambuco.** Organizado por Leonardo Dantas Silva.
- 11 - **Alguns Documentos para a História da Escravidão.** Organizado por Leonardo Dantas Silva.
- 12 - **O Abolicionista,** edição fac-similar do jornal editado entre 1º de novembro de 1880 a 1º de dezembro de 1881.
- 13 - **A Imprensa e a Abolição.** Organizado por Leonardo Dantas Silva - edição fac-similar dos principais jornais e revistas abolicionistas que circularam em Pernambuco entre 1876 a 1891, além de outros números avulsos de interesse para o estudo do movimento abolicionista.
- 14 - **Abolição: A Liberdade veio do Norte.** Fernando da Cruz Gouveia.
- 15 - **Estudos sobre a Escravidão Negra.** Organizado por Leonardo Dantas Silva.
- 16 - **O Negro Brasileiro.** Arthur Ramos.

DISCURSOS  
DE  
JOAQUIM NABUCO

# CAMPANHA ABOLICIONISTA

NO

## RECIFE

(Eleições de 1884)

### DISCURSOS

DE

JOAQUIM NABUCO

PROPRIEDADE DA COMMISSÃO CENTRAL EMANCIPADORA



RIO DE JANEIRO

TYPE DE G. LEUINGER & FILHOS, RUA DO OUVIDOR 81

1885

# PREFACIO

PELO DR.

ANNIBAL FALCÃO

Publicam-se estes discursos, não tanto pela sua alta efficacia como obra de propaganda, quanto, sobretudo, pelo seu valor como documentos do movimento abolicionista. Com effeito, elles definem o character e demonstram a importancia da actual situação, agitada e profunda, de nossa Patria. O orador, o theatro das arengas, os incidentes da propaganda e da luta, e os resultados que d'ahi provieram, dão á ultima campanha eleitoral do Recife, á qual estes discursos serviram de preparo e de que foram poderoso elemento, a feição mais significativa e mais brilhante de toda a presente agitação abolicionista.

Desde que o actual gabinete, ao constituir-se, declarou fazer do acceleramento da emancipação dos escravos questão governamental, recrudesceu, em todos os pontos do Imperio, com a esperança dos abolicionistas, a resistencia dos escravistas de todos os matizes. Presentio-se desde então a importancia das eleições a que o ministerio convocava a nação; e a significação d'essa manifestação reclamada do eleitorado foi desde logo dada pelas candidaturas que se apresentavam. D'estas, uma das primeiras a indicar-se foi, do lado dos abolicionistas, a do sr. Joaquim Nabuco.

Era elle, desde annos, o chefe real do abolicionismo, quer simplesmente propagandista, quer militante como partido de reforma social. Na primeira legislatura da presente situação politica, fôra elle o presidente do pequeno e activo



grupo que, ao mesmo tempo que resistia ás tentativas retrogradadas e perturbadoras do ministerio Sinimbú, fizera da libertação dos escravos a questão da actualidade politica. A sua acção tenaz e profunda, ainda que sem effeito immediato, no seio do Parlamento, despertou e avivou a latente agitação abolicionista, que elle proprio tratou de encaminhar efficazmente, fora da Câmara, fundando a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. Iniciada assim de modo definitivo a campanha abolicionista no paiz, e, repellido da camara feita pela insignificante minoria burgueza a que o sr. Saraiva entregou absolutamente as eleições, contando entregar-lhe tambem o governo real da nação, o sr. Joaquim Nabuco retirou-se para a Europa, onde sustentou e desenvolveu a propaganda que já tão fructiferamente deixára começada no Brazil. De Londres, mandou-nos, pouco antes do seu regresso á patria, o eloquentissimo livro d'*O Abolicionismo*, que ficou sendo o codigo do nosso partido. Era, pois, esse o homem a que todas as circumstancias estavam indicando como devendo ser o candidato, em torno de quem mais rudemente se ferisse a lucta eleitoral: elle era quem mais legitima e cathegoricamente responderia pelos abolicionistas do Imperio á consulta, que ao eleitorado fazia o governo, relativamente ao seu projecto de libertação dos escravos.

Mas, se estava claramente indicada a candidatura do illustre chefe do abolicionismo, não succedia o mesmo em relação ao districto onde elle devesse pleitear a sua eleição. A nova lei eleitoral, restringindo as circumscripções por onde os cidadãos se pódem apresentar candidatos a logares no Parlamento, difficultava assim a manifestação da opinião abolicionista, — opinião nacional, convicta e fundamente professada em todos os pontos do Imperio, mas sem a necessaria organização local, segundo conviria para o triumpho certo dos seus representantes, em dada região do paiz.

Certamente, não poderia occorrer a ninguem a idea de que o chefe dos abolicionistas se apresentasse candidato por algum districto rural, — e esta mesma exclusão suggeria uma medida que foi depois defendida e reclamada, relativa á separação dos campos e das cidades, no ponto de vista do suffragio politico. Mas qual das capitães seria a que devesse eleger o advogado dos escravos? Seria a do Ceará, cuja libertação total fôra proclamada a 25 de Março? Seria a do Amazonas? Seria a capital de qualquer das outras provincias que estavam em via de rapida emancipação, como o Rio Grande do Sul ou Goyaz? Seria a mesma capital do Imperio?

Este ponto era importante e urgia resolvê-lo; mas a difficuldade da solução era grave, porquanto, atido o governo, embora tratando-se de causa tão alta e superior a escrúpulos representativistas, — atido o governo ás nugas do systema parlamentar, exaggeradas pela lei Saraiva, não poderia por si fazer eleger o chefe abolicionista. Por seu lado, este, convencido da sua missão patriótica e do quanto, para o exito d'ella, importava não se rebaixar na cabala e na chicana dos partidos, não ageitara para seu uso e gozo o eleitorado d'um districto. Em meio á estas difficuldades, a isenção e a pureza do chefe abolicionista fizeram-n'o recusar propostas e offercimentos fagueiros, e elle proprio escolheu, para theatro de suas luctas eleitoraes e de sua gloria, a sua cidade natal — o Recife.

Foi uma resolução feliz, porque, em verdade, nenhuma outra cidade do Brazil offerecia á candidatura do sr. Joaquim Nabuco tantos e tão valiosos elementos de exito. Ainda que a nossa patria seja porventura a mais una e a mais homogenea de todo o occidente, ha todavia em algumas das suas cidade-capitães e talvez em cada uma d'ellas caracteres que não são communs ás outras. Esta idéa será plenamente accitavel para quem quer que saiba

que uma cidade não é apenas um montão de casas, não é um acampamento permanente. É uma construção social devida a muitas gerações, e, portanto, a sua feição, é o passado que a determina. Assim é que a preponderancia dos bahianos em nossa governação vem de que a cidade d'elies foi, durante quasi todo o dominio colonial, o centro da administração do nosso paiz. E a cada uma das outras cidades do Imperio poderíamos fazer a conveniente applicação d'este principio, salvo áquellas recentemente fundadas, que, não tendo passado, não têm character exclusivo ou peculiar. Quanto ao Recife, é a cidade nacional por excellencia. Nascida da resistencia ao estrangeiro, que primeiro a fundou, avigorada na lucta com a metropole e a monarchia, o seu passado resume as phases capitaes de toda a nossa existencia nacional. Assim, a pernambucanos não falleis da sua passada opulencia, mas lembrae-lhes unicamente a gloria das luctas que os seus avós venceram. Perdida a sua hegemonia politica — muito felizmente sacrificada ao Rio de Janeiro — o Recife, extreme da preocupação mercantil, que faz da côrte mais do que a capital do Brazil, a grande praça commercial, e livre do elemento estrangeiro, que felizmente não impede as suas expansões de patriotismo; a capital do Norte continua a ser o fóco das revoluções patrioticas no Brazil. A mais plena confirmação teve tudo isto na ultima campanha eleitoral n'aquella cidade.

Com que notaveis elementos de triumpho contaria, porém, a candidatura do sr. Joaquim Nabuco? Liberal, elle devia esperar até certo ponto o apoio do seu partido; mas este, sem cohesão, sem intuitos, sem homens e sem idéas, recusava manifestar-se claramente na questão aberta pelo governo, illudia e vacillava. Era preciso, pois, não dispensando o poderoso auxilio do partido liberal, congregar todos os elementos abolicionistas, de cujo zelo e dedicação dependeria sem duvida a decisão do pleito. Mas a mesma situação

do partido liberal na provincia de Pernambuco, situação obscura, indicativa de fraqueza e revelando da parte dos chefes tergiversações incomprehensíveis, dificultava a alliança com os abolicionistas puros, que, cheios de fé e ardor patriótico, desprezavam todas as suggestões de interesses exclusivamente partidarios. Para nós abolicionistas não se tratava, nem se trata d'outra coisa que não da emancipação dos trabalhadores brasileiros; e unicamente o candidato que, por si ou em nome do seu partido, formulasse n'esses termos a questão, obteria a nossa adhesão e os nossos suffragios. Ora, os liberaes, como partido official, não se animavam, repetimos nós, a definir-se pela causa dos escravos; e assim é que a sua lista de candidatos incluia os nomes das personalidades que mais affoitamente pensam n'essa questão da abolição do elemento servil, como os srs. Nabuco e J. Marianno, d'um lado, e d'outro o sr.... Souza Carvalho.

A sinceridade do illustre candidato não lhe permittio hesitar: elle, sem vacillar um momento, repudiou toda a solidariedade com a direcção d'um partido, que, na mais grave das presentes questões de nossa patria, respondia simultaneamente — Sim e Não. As declarações da sua ruptura com os chefes officiaes do partido liberal foram reiteradas publicamente, no que o sr. Joaquim Nabuco era ardentemente acompanhado pelo sr. José Marianno, — o seu mais poderoso e mais prestimoso alliado e collega.

Augmentando assim as difficuldades em que o chefe abolicionista via a sua candidatura, tornava-se preciso que elle, ao mesmo tempo que regenerasse os liberaes, fazendo-os desprezar pretensos interesses de partido e adoptar francamente as medidas reclamadas no projecto do governo, congregasse todos os varios representantes da opinião abolicionista. Só assim seria possível ao sr. Joaquim Nabuco derrotar o candidato adverso, homem prestigioso e forte-

mente sustentado pelo partido conservador, do qual é um dos chefes em Pernambuco. Para conseguir todo este resultado o notavel agitador contava apenas, além do enthusiasmo fervido dos abolicionistas, com a sua propria acção pessoal, isto é, com a sua palavra. Como não se tratava de governar, mas sim de propagar idéas e de mover os animos, era preciso que elle fosse, não o estadista, mas o orador a cuja eloquencia todas as difficuldades deveriam ceder.

E elle foi esse orador. O leitor tem diante dos olhos as ardentes arengas do tribuno abolicionista; passam-lhe pela mente essas imagens vivas e fulgidas, essas phrases harmoniosas e eloquentes, e sente um frémito de enthusiasmo. Pois bem: fôra mister ouvil-as para avaliar o profundo effeito que ellas produziam n'aquellas assembléas de milhares de homens, cada vez mais incendidos no amor da Patria e no desejo vehemente de vel-a gloriosa e prospera.

Essas orações do sr. Joaquim Nabuco em nada se parecem com outros discursos quaesquer, de antigos ou de modernos. Ellas nada têm da estudada e brilhantissima rhetorica de Emilio Castelar, nem das vehementes apostrophes dos tribunos revolucionarios, nem da fina ironia voltaireana dos actuaes oradores francezes; nem se assemelham ás antigas orações gregas, verdadeiras peças logicas, de tão falsa reputação de ardor e valentia. Ellas são, ao mesmo tempo, apaixonadas e logicas, simples e imaginosas, descuidadas e d'um vago sabor litterario. Dirieis d'ellas que são d'aquella eloquencia harmoniosa e rapida, a que Tacito considerava, condoido, ter baixado a tribuna romana; mas dil-o-ieiis apenas se lhes não sentissemos ao mesmo tempo o fogo propagandista e a argumentação cerrada e impressiva.

Alludi ao effeito d'esses discursos. Não me cabe dizer aqui a impressão que elles deixaram no povo, que ia ouvil-os com avidez, e que encontrava n'elles a fonte e o motivo de fortes e varonis emoções. Basta dizer, para mostrar



a importancia do movimento que produziram, que elles foram o que sobretudo determinou a final victoria da candidatura do sr. Joaquim Nabuco. Com effeito, elles é que realizaram essa difficil operação de congregar em torno da candidatura do illustre orador, todos os abolicionistas, liberaes, conservadores e republicanos, unindo-os na mesma aspiração e disciplinando-lhes os esforços. A *Commissão Central Emancipadora*, presidida por um conservador e, em sua maioria, composta de republicanos, foi, a par do directorio liberal do Recife, recentemente organizado, o mais poderoso nucleo de adhesões á candidatura Nabuco.

Não foi todavia esse resultado exclusivamente devido ao talento oratorio do chefe abolicionista, senão tambem ás idéas patrioticas por elle propagadas, e que encontraram no coração dos pernambucanos um eco de profunda e vivissima sympathia. O leitor permittirá que chamemos a sua attenção para algumas d'essas idéas, notando ligeiramente a sua alta importancia social. Releva accrescentar que essa importancia não provém da originalidade de taes idéas, senão de serem ellas professadas por um politico e propagadas como fazendo parte capital d'um programma politico.

Seguramente a idéa primordial do sr. Joaquim Nabuco em sua propaganda no Recife é a de que não é só necessario e urgente abolir a escravidão, mas tambem de que essa operação preliminar deve preceder qualquer das muitas reformas que o nosso estado social reclama. Este ponto de vista foi brillantemente firmado, o que aliás já o illustre orador fizera muito desenvolvidamente no seu livro *O Abolicionismo*; sendo notavel que o unico vicio de que podemos accusal-o é o de ter sido exaggeradamente systematico ou, melhor, exclusivista em todas as conclusões que d'esse ponto de vista elle tirou para a apreciação da situação brasileira.

— As mesmas difficuldades que os abolicionistas encontraram na ultima campanha eleitoral suggeriram ao

sr. Joaquim Nabuco uma idéa que, embora essencialmente politica, tem contudo importantissimas consequencias de ordem social. É a que diz respeito á separação radical das cidades e dos campos, no tocante á materia eleitoral. Embora o orador não a tenha formulado claramente, não tenha indicado o modo porque conclue essa separação, limitando-se a reclamar com o alargamento da funcção do voto maior numero de representantes de cidades; embora nada houvesse precisado a esse respeito, devemos notar como elle adoptou e reclamou essa medida, cujo alcance só espiritos bastante positivos podem comprehender. Este caso demonstra evidentemente quanto a situação se oppõe a idéas metaphysicas de parlamentarismo. Com effeito, sendo o sr. Joaquim Nabuco adepto convencido do regimen representativo, é elle proprio que, urgido pelas circumstancias sociaes, professa com ardor uma idéa que contradiz a essencia d'esse systema, de accôrdo com o qual não haveria razão para que se separassem os campos e as cidades, em relação á funcção eleitoral. A garantia do exercicio d'essa funcção deveria, segundo os parlamentaristas, ser uniforme e tão efficaçmente prestada a todo o cidadão, fosse urbano, fosse habitante de circumscripções ruraes.

— Os sentimentos abolicionistas, que são fundamentalmente sentimentos de dedicação aos proletarios, inspiraram ao sr. Joaquim Nabuco eloquentes phrases, com as quacs descreveu a triste e penosa situação dos nossos trabalhadores livres. Parallelamente, a consideração do estreito egoismo dos poucos detentores da riqueza no Brazil levou-o a adoptar a fórmula: *A Propriedade não tem sómente direitos, mas também deveres*. Bem ou mal expressa, não deixa de ser digno de nota ouvir d'um jurista essa idéa. Tão profundamente a legislação romana enraizou nos espiritos a concepção absoluta da propriedade individual, que, até hoje, desde a libertação dos servos, uma constante

contradição se tem mantido entre o direito escripto, fundamentalmente romanista, e os costumes modernos cada vez mais restringindo o character exclusivamente pessoal do direito de propriedade. Accresce que o irreflectido medo ás aspirações communistas tem feito com que se explore contra os abolicionistas, a accusação de quererem derrocar a propriedade. Era preciso, portanto, desprezar a superstição romana da inviolabilidade do direito de propriedade, e corajosamente reclamar dos proprietarios que estes reconheçam tambem os seus deveres.

— Mas aquelles mesmos sentimentos, avivados pelo espectaculo que elle talvez pela primeira vez presenceasse, da miseria dos trabalhadores livres nas nossas cidades, avigoravam no espirito do chefe abolicionista a idéa, acariciada por alguns dos nossos economistas liberaes, da democratização do sólo. Idéa vaga e, alem do mais, por isso mesmo perigosa, — devo dizel-o com franqueza. Reduzir-se-ha ella ao aproveitamento das terras esterilizadas pelo egoismo e pelo espirito rotineiro dos nossos grandes proprietarios ruraes? Referir-se-ha ao retalhamento effectivo da propriedade agricola, como se dá em França, por exemplo? Parece a alguns que é isso signal d'um verdadeiro progresso economico e industrial; e todavia as causas da actual constituição da propriedade territorial em França são bem differentes das que se apontam geralmente, e todavia a situação normal da industria agricola, como de toda a industria, — situação normal que o estado presente annuncia, — será inteiramente fundada sobre a concentração das riquezas. — Como quer que seja, a idéa do retalhamento do sólo — mesmo em nosso paiz — se apparentemente é uma solução do problema do proletariado, nem por isso é definida e segura; para quasi todos carecerá de aprofundado exame, para alguns deve ser repellida. Não deve, portanto, estar alliada á propaganda abolicionista,

fundada em idéas tão sãs e evidentes e animada de sentimentos indisputavelmente generosos.

— Felizmente podemos applaudir sem reservas outra idéa que o illustre chefe abolicionista enunciou e sustentou corajosamente, pois o cosmopolitismo da moda não hesita em chamar de bairristas a todos quantos ainda entendem e sentem o que é uma Patria. Essa idéa é a de que não devemos promover oficialmente a emigração de trabalhadores estrangeiros para o nosso paiz. O grande José Bonifacio sustentára já que tínhamos a população sufficiente para constituirmos uma patria de homens livres, explorando convenientemente o nosso sólo, em proveito nosso e da Humanidade, em geral... Mas, no tempo de José Bonifacio, os grandes sentimentos patrióticos que haviam incendiado o peito dos nossos avós laborando pela independencia do Brazil inspiravam-lhes melhor idéa da nossa força e do papel que nos estava reservado como nação.

Não é esta a occasião de repellir a accusação de *chauvinismo* que nos é feita e de mostrar os inconvenientes da immigração; mas, como é tambem em nome dos sentimentos de humanidade que os nossos adversarios fallam, dir-lhes-hemos: é justamente em nome da Humanidade que queremos manter aos trabalhadores europeus as suas respectivas patrias, conservál-os no seio de suas familias, e, sobretudo, não illudir a solução do principal problema moderno — a incorporação do proletariado. O que nós não queremos é pervertel-os, desenvolvendo n'elles o espirito de ganancia... Com a sorte d'elles o Abolicionismo não póde deixar de sympathizar e com ella sente-se solidario, pois ella não exprime senão a phase mais adiantada da mesma questão, cuja primeira fôrma é a da libertação dos escravos. — Por ser dos poucos abolicionistas que bem comprehendem e que proclamam abertamente essa solidariedade entre as varias questões relativas a todos os trabalhadores, escravos

ou livres, nacionaes ou estrangeiros, é, principalmente, que o sr. Joaquim Nabuco mostra como para elle o abolicionismo não é uma aspiração sentimental, mas um complexo e urgentissimo problema humano.

Não seria completo este depoimento sobre o que foi a campanha eleitoral do snr. Joaquim Nabuco, se eu não dissesse como em todos os seus actos elle, candidato politico, se manteve fiel ás suas idéas e aos seus sentimentos de propagandista. Assim é que, não só repellio constantemente toda tentativa de suborno de eleitores, de compressão, ou de cabala, como recusou que se commettesse qualquer fraude, no intuito de servir á sua candidatura. Quando, depois dos successos de S. José, os seus amigos queriam obter-lhe o diploma de deputado eleito em 1.º escrutinio, recusou-se terminantemente a acceital-o, e insistio por um novo pronunciamento do eleitorado, por uma clara e decisiva manifestação, extreme de qualquer vicio, e que fosse inatacavel e insuspeita. Felizmente a este constante proceder cheio de isenção e de pureza, demonstrativo de que a regeneração dos nossos costumes eleitoraes depende sobretudo dos candidatos; a esta attitude de superior dedicação, o eleitorado do Recife correspondeu dignamente, confirmando o chefe abolicionista na dignidade do seu representante, segunda vez eleito — e d'essa, praticamente, por absoluta maioria de votos.

Qualquer que seja agora o resultado de todos esses esforços, uma conquista se acha definitivamente realizada: a opinião abolicionista do Recife, desenvolvida e avigorada pela acção superior do sr. Joaquim Nabuco, é hoje invencivel, e, sem hesitar, acha-se disposta a resistir em bem da Patria e da Humanidade.



PRIMEIRA CONFERENCIA  
NO THEATRO SANTA ISABEL  
A 12 DE OUTUBRO

Meus Senhores,

Eu seria completamente destituído de espirito publico se uma manifestação como esta que me acabaes de fazer em seguida ao generoso discurso do Dr. José Marianno não me compensasse, com grande saldo de reconhecimento, o que eu possa porventura ter soffrido por as prevenções ha annos creadas contra mim n'esta minha cidade natal, e as rivalidades pessoaes e animosidades politicas de então. Estes applausos, antes de me ouvirdes; este acolhimento tão espontaneo quanto cordial que encontro no meio de vós, mostram que na opinião do povo do Recife, pelo menos, não fui indigno portador do mandato Pernambucano, e que elle comprehende, approvando-me, que a attitudo por mim assumida no Parlamento de 1879 a 80 — de independencia para com os grupos em que se dividia a vossa deputação — me foi imposta pela necessidade de ficar fiel ás grandes tradições d'esta provincia.

Tambem, senhores, se na Camara ou fóra da Camara prestei algum auxilio directo ou indirecto ao movimento que n'estes ultimos annos tem absorvido a opinião e chegou a impôr-se ao governo, os meus esforços me são tanto mais caros quanto, partindo de um Pernambucano, representam

uma parcella do ascendente e da influencia que esta provincia sempre exerceu nos destinos do paiz. (*Muito bem.*)

Eu disse que me faltaria espirito publico, se esta demonstração não me fizesse esquecer quaesquer soffrimentos; mas devo accrescentar que me faltaria de todo coragen se não me sentisse animado para continuar na lucta em que estou empenhado, quando tenho diante de mim espectaculos populares como o desta reunião, em que um mesmo fluido patriotico e Pernambucano atravessa todos os corações e um mesmo espirito de resistencia e de combate parece dar como coiraza a uma grande idéa que caminha o peito de um povo que se levanta. (*Applausos.*)

Ha menos de um mez achei-me em S. Paulo deante de um auditorio como este, no qual havia como entre vós o brilhante reflexo intellectual de uma Academia, e em que se sentia palpitar a mesma sympathia pela sorte do escravo, a mesma anciedade pela sorte do paiz, que de alma em alma chega até mim n'este momento como uma onda humana de compaixão; e agora o meu primeiro impulso, ao verificar n'esta cidade a existencia do mesmo enthusiasmo, um phenomeno identico d'essa maré vivificante e crescente do abolicionismo Brasileiro, não póde ser outro senão o de proclamar essa unanimidade moral do nosso povo, essa alvorada simultanea de todos os seus instinctos generosos, essa união de todos nós para a obra da expiação e da reparação que deve ser commum.

Sim, senhores, desafio a que se me conteste quando affirmo que A CONSCIENCIA NOVA DA PATRIA BRAZILEIRA, que nós abolicionistas representamos, está tomando posse, e posse definitiva e perpetua, de todos os pontos do paiz até onde ella já conseguiu penetrar. Saúdo pois na capital do Norte, como saudei em S. Paulo, esse espirito novo que vai quebrando, argola por argola, a pesada cadeia da escravidão que ha trezentos annos prende n'um mesmo supplicio o

escravo e o senhor, o escravo e a patria! (*Muito bem*)  
Saúdo esse espirito de liberdade n'esta capital com, tanto  
mais effusão quanto sou Pernambucano!

Parece, senhores, que offendo a susceptibilidade de algumas pessoas, que devem achar-se ou estar representadas n'este recinto, commettendo a ousadia de confessar-me Pernambucano, mas é que não lhes reconheço, nem a ninguém, o direito de proscrever-me moralmente. Podem, sim, negar-me os seus votos para deputado; dizer que no Parlamento não concorri para realçar o papel desta grande provincia; accusar-me por me ter isolado dos grupos inimigos da deputação Pernambucana, crime que confesso e que commetti para não commetter um maior: o de renegar os principios fundamentaes da consciencia humana, os principios de que nunca hei de apostatar, muito menos para servir estadistas omnipotentes; podem forçar-me a ir bater á porta de outra provincia, empenhado como estou em solicitar um logar na proxima legislatura cuja existencia vai ser toda um combate sem descanso em torno da escravidão; isso podem, mas não rasgar o meu titulo de Pernambucano, que ninguém me póde tirar porque ninguém me póde fazer filho de outra provincia, nem, sem nada saberem de minha vida intima, pretender que eu renegasse ou publica ou tacitamente, por *pensamentos, palavras ou obras*, as minhas origens, o meu berço, A MINHA PATRIA. (*Prolongados applausos*)

Sim, senhores, não digo de mais dizendo: A minha patria. Nunca fallei linguagem diversa d'esta. N'este ponto, como em tudo mais, tenho a coherencia espontanea das affeições que são os alicerces da nossa vida moral. Ha relações que me prendem a diversos pontos do paiz, tenho orgulho em confessal-o e quizera multiplical-as. Ha por exemplo um laço intellectual que me prende a S. Paulo, — hoje uma simples recordação; ha um laço complexo de associações variadas cobrindo mais da metade da minha

vida, que me prende ao Rio de Janeiro; ha o laço abolicionista que me prende ao Ceará; mas nenhuma d'essas relações se confunde nem se quer se compara com a identificação de alma e coração que me prende a Pernambuco tão intimamente como o filho com a mãe e de tal fôrma que, se por uma d'essas terriveis fatalidades que eu daria a ultima gotta do meu sangue para evitar, esse magnifico territorio fosse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser Pernambucano como hoje penso em não ser Brasileiro! (*Sensação.*)

Sim, senhores, sinto-me tão Pernambucano como quem melhor o seja. Ninguem, acreditai-me, faz mais sinceros nem mais ardentes votos do que eu para que Pernambuco reconquiste no futuro algum reflexo pelo menos da hegemonia nacional que, capitania ou provincia, exerceu no passado, do papel que representou n'este Brazil em cuja alma insuflou o espirito de nacionalidade, o espirito de independencia e o espirito de liberdade! (*Muito bem.*)

Era preciso, senhores, que eu reivindicasse os meus fôros de cidadão Pernambucano para ter o direito de comparecer perante vós como candidato por este primeiro districto, por esta capital ciosa do nome dos seus filhos. Vós sabeis em que condições me apresento; disse-o o Dr. José Marianno, que não podia ter-se identificado com a minha eleição de modo mais franco nem mais leal. Eu nada posso dizer-vos sobre elle que não esteja em vossa consciencia. Direi sómente, do homem que vive no meio de vós: que n'esta cidade elle é o mais popular dos Pernambucanos vivos, e popular pelo muito que recebeu do povo e pelo muito que tem dado ao povo; do deputado que vi no Parlamento em duas legislaturas: que sabe impôr a vontade dos seus eleitores aos governos do dia e combater a peito descoberto pelos seus principios. O que elle fez n'esta reunião é uma prova d'essa franqueza, ou para usar da verdadeira

expressão, d'essa honestidade, d'esse decóro, d'esse respeito 2  
de si mesmo que lhe faz, como também, a mim preferir a 2  
derrota á victoria, quando a victoria só possa ser comprada 3  
a preço da dubiedade do character, ou do silencio das con- 4  
vicções proprias. Vós sabeis que o meu nome figura com 5  
o do Dr. José Marianno n'uma combinação feita pelos dois 6  
chefes do partido liberal. D'essa combinação direi sómente 7  
que admiro a elasticidade da opinião do partido liberal que,  
ainda hoje, vai do extremo dos nossos nomes ao extremo  
opposto do nome do Sr. Souza Carvalho, mas que não  
admiro, — o contrario seria um excesso de temeridade, —  
que esse partido depois de acolher no seu seio o representante  
mais exaltado da reacção escravista não commetta o suicidio  
de querer lançar fóra dos seus arraiaes toda a grande  
massa de opinião abolicionista que nós representamos no  
seio d'elle, e que fóra a sua porção que tem verdadei-  
ramente o direito de chamar-se — liberal. (*Applausos.*)

Lucto, senhores, n'esta minha candidatura com duas  
grandes difficuldades: tenho o meu nome apagado na pe-  
numbra do intenso interesse que desperta em vós a candi-  
datura do meu illustre amigo pelo 2.º districto, e substituo  
como candidato regular do partido um homem, como é o  
Dr. Epaminondas de Mello, que representa uma *injustiça tra-*  
*dicional* e que n'esse character falla a todos os vossos senti-  
mentos. A minha força está n'isto: que represento uma  
idéa que não póde deixar de ser acolhida pelo povo Per-  
nambucano, e que se impõe ás vossas consciencias.

Sabeis que o actual presidente do Conselho appellou  
para o eleitorado do voto de desconfiança da Camara  
passada sobre o projecto de emancipação. N'essa votação  
solemne o Recife disse *Sim* pela voz do Sr. José Marianno  
e disse *Não* pela voz do Sr. Portella. (*Rumor*) O governo  
quer saber, o paiz quer saber como o Recife pensa, qual é  
a opinião do Recife: se *Sim*, se *Não*... porque não póde,



1 não deve ser por honra d'esta cidade — *Sim e Não. (Agi-*  
2 *tação prolongada)*

3 *(Aqui o orador ouve de um dos camarotes uma contestação*  
4 *que não pôde bem distinguir).*

5 Peço licença para continuar sem ser interrompido...  
6 Esta tribuna está franca para todos os que não pensarem  
7 como eu. *(Numerosos apoiados)* Sim, senhores, o Recife não  
8 pôde estar ao mesmo tempo com o governo que quer cobrir  
9 com a bandeira de misericórdia da consciencia nacional o  
10 tumulto dos escravos, como já se lhes cobriu o berço, e  
11 contra o governo que está assim salvando a honra do paiz.  
12 É preciso que esta capital pense de uma fôrma ou de  
13 outra: como o Dr. José Marianno ou como o Dr. Portella!  
14 Que ella fôrme um só todo, tenha uma só palavra, constitua  
15 uma unidade organica, e que as pontes do Capibaribe não  
16 dividam este berço de tão grandes tradições em dois  
17 campos inimigos, um, em que fluctua a bandeira da liber-  
18 dade e outro — feudo da escravidão! *(Sensação)*

Tendes, assim, que escolher entre duas politicas, a do gabinete Dantas e a da Camara dissolvida; uma a politica da evolução, outra a da immobildade; uma a politica da dignidade nacional, outra a do aviltamento do nome Brasileiro; uma a politica do governo livre n'um Estado livre, outra a politica do governo servil n'um Estado escravista; uma a politica do salario, outra a do chicote...

*(Aqui um novo aparte que parece ter sido do Dr. J. J. Seabra: « Queremos a emancipação immediata com indemnisação », e que o orador não pôde bem ouvir, deu lugar á interrupção da conferencia por alguns minutos. Depois de restabelecida a ordem o orador continuou).*

Meus senhores, não tenho responsabilidade alguma por este incidente. Á primeira interrupção que ouvi eu disse que a tribuna estava franca a quem me quizesse contestar.

O estado de minha saúde não me permite deixar que esta Conferencia degenerem em dialogo. Os que me fizeram a honra de vir assistir a um discurso meu deviam estar preparados para ouvir as opiniões que estou manifestando. Disse e repito, se os meus adversarios entendem que podem fazer o que nós, abolicionistas, estamos fazendo, se se julgarem com forças para sustentar a candidatura do Dr. Portella em reuniões populares como esta, a tribuna não é monopolio nosso e lhes está tão franqueada como a nós mesmos... (*Dupla salva de applausos*)

Sim, senhores, tendes que escolher entre duas politicas: uma, para resumir-me, que é a politica do Terror Negro dos Clubs de Lavoura do Sul, e outra que é a politica da execução da lei de 28 de Setembro no interior das fazendas; uma, para inverter o contraste, a politica da civilização, da humanidade e do direito — em uma palavra: do futuro; e outra, a politica Hindú das castas, a politica Irlandeza dos *landlords* ausentes, a politica colonial de tres seculos de senzala, isto é, de perseguição domestica e social de uma raça a que o Brazil deve a maioria dos seus habitantes e cujos filhos de hoje são os nossos cidadãos de amanhã! (*Novos applausos*)

Entre essas duas politicas qual vai Pernambuco preferir? A duvida só por si parece um ultrage ao vosso passado, porque setenta annos depois da revolução de 1817 — essa primeira Independencia do Brazil — é doloroso que ainda se duvide se Pernambuco vai collocar se do lado da liberdade ou do lado da escravidão — e da escravidão intacta no seu barbarismo, illimitada no seu arbitrio e cuja sustentação a esta hora envolve a maior das injustiças contra o estadista patriota que nos tem feito viver estes cinco mezes como que na aurora da redempção da nossa patria (*adhesão*), o homem que resuscitou o partido liberal do tumulto das suas apostasias e das suas capitulações, e

teve a rara coragem de dizer aos senhores de escravos que treze annos depois da lei de 28 de Setembro de 1871 a medida de reparação e justiça do partido liberal para com as gerações escravas não podia ser a mesma que a do partido conservador. (*Applausos prolongados*)

E, senhores, se a batalha pudesse ser ganha, valeria talvez a pena feril-a, mas a escravidão não pôde mais resistir aos effeitos da politica do actual ministerio que, divorciando d'ella o governo, condemnou-a officialmente, como ella já estava condemnada socialmente. Que força,izei-me, pôde dar vida a uma instituição contra a qual se insurge a consciencia de uma nação? Com que meios, com que elementos podeis manter a escravidão como instituição do Estado? Até quando ha de o Estado, por exemplo, exigir que a magistratura desconheça a lei de 7 de Novembro de 1831, as origens illegaes da escravatura, proclame a existencia de umCodigo Negro que nós não temos, trate os escravos como animaes, condemne-os a açoites, pactue com todo esse regimen de senzala que um desembargador nomeado para a Relação do Recife <sup>1</sup> qualificava em S. Paulo de *regimen de violencia*, pelo que dava *habeas-corpus* contra elle? (*Sensação*)

Até quando ha de o Estado exigir que a policia se empregue no triste officio de perseguir escravos fugidos, para entregal-os á tortura das sevicias domesticas, e de açoitar escravos displicentes? Até quando ha de o Estado exigir da força publica, do exercito nacional, que esteja a postos nos quarteis para restabelecer, se preciso fôr, em pequenos feudos uma tyrannia que a lei não fiscaliza, isto é, para conservar *a nodoa de sangue* na bandeira que é para o soldado o symbolo da patria? (*Muito bem*)

Até quando, finalmente, ha de o Estado, violentando

---

(<sup>1</sup>) O Desembargador Domingos Alves Ribeiro.

as nossas consciencias, obrigar-nos a pagar impostos, como pagamos, para sustentar a escravidão que nos repugna? Até quando ha de o paiz soffrer uma violação dessa ordem na sua consciencia moral?

O grande argumento contra a Egreja do Estado é que se não deve forçar cidadãos que não acreditam n'ella a contribuir para a sua conservação. Entretanto, senhores, n'esse caso trata-se de uma fé, trata-se de um principio religioso, de uma divergencia de dogmas e não de moral. Não será portanto muito mais grave impor-nos o Estado que contribuamos para a manutenção — não de uma fé que julgemos erronea — mas de uma instituição que a humanidade, o consenso unanime do mundo declara criminosa? Com que direito se nos faz solidarios de uma oppressão, cúmplices de um attentado? N'um caso viola-se a nossa consciencia religiosa; no outro viola-se a nossa consciencia moral. Qual d'ellas é a mais respeitavel?! (*Movimento prolongado*)

Infelizmente, senhores, nós luctamos contra a indifferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deveram ser nossas alliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miseria e dependencia. É triste dizel-o, mas é a verdade. Por acaso os homens de côr, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a historia do martyrio da sua raça, têm adherido ao nosso movimento com a dedicação e a lealdade que era de esperar dos herdeiros de tantos soffrimentos? Não! Elles não se atrevem a fazer causa commum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrario! (*Sensação*)

Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão elles signal algum de comprehender o alcance d'esta propaganda, de saber que estamos luctando para dar-lhes uma

independencia honesta, algumas braças de terra que elles possam cultivar como proprias, protegidos por leis executadas por uma magistratura independente, e dentro das quaes tenham um reducto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caracter como qualquer senhor de engenho? (*Profunda sensação*) Não, senhores, elles não comprehendem que o abolicionismo é o começo da propriedade do lavrador. Quem viu nos Estados-Unidos o simples trabalhador do campo, depois de deixar o arado, tomar o jornal e interessar-se pela questão do papel-moeda cujas relações com o bem estar do seu lar domestico elle perfeitamente comprehendia; ou quem viu a tremenda revolução agraria da Irlanda, não pôde deixar de lamentar o gráo de inconsciencia da população livre do interior, que parece nem sentir a sua triste condição e nesse ponto pelo menos estar ainda abaixo do nivel de consciencia do escravo. Não é comnosco, os que levantamos o grito de — abolição — que se unem essas victimas impassiveis do monopolio territorial; é com os outros que levantam o grito de — escravidão — da escravidão que as esmaga sem que ellas o saibam porque as comprime desde o berço. (*Applausos*)

E no emtanto, senhores, que amor têm a este pobre povo do interior os que fallam em nome d'elle — porque elle não tem voz? Vou mostral-o com um simples facto. Vós ouvis e sabeis que os sustentadores da escravidão não contam com a população nacional para coisa alguma fóra da propria escravidão. A theoria d'elles é que o Brasileiro não trabalha e portanto que é preciso importar elementos de trabalho, quanto mais servil melhor. (*Applausos*) A solução para elles do mal incuravel do nosso povo é o immigrante! Ninguém mais do que eu deseja a immigração estrangeira, mas a minha theoria quanto á immigração é esta: quero-a espontanea, por isso repillo a subsidiada; quero-a homogenea, por isso repillo a Chinezta (*novos ap-*



*plausos*); mas para attrahirmos immigração natural e vivificante só temos um meio: fazermos do Brazil um paiz que os immigrants queiram para sua patria e isso tornando-o antes de tudo uma patria para os seus proprios filhos. (*Applausos prolongados*)

Vêde bem, senhores, nós temos hoje de dez a doze milhões de habitantes, população que vai sempre em augmento e cujos descendentes, entregue ella a si mesma, serão um dia cem milhões. Pretende-se que essa população tem certos vícios, accusam-n'a de indolencia, de incapacidade para o trabalho continuo, de indifferença pela propriedade, e não sei que mais, e d'isso concluem que a salvação do Brazil está na importação em larga escala de uma raça que trabalhe sem intermittencia. Mas eu pergunto: Que Brazil se trata de salvar assim? É o territorio, ou é a população? (*Approvação*) Dizei-me como se salvaria quer um quer outro, abandonando a essa ociosidade invencivel, a esse desamor pelo trabalho e pela propriedade, uma população de dez milhões e sua descendencia, deixando-a viver na pobreza e multiplicar-se na miseria, abstrahindo d'ella, e pensando tão sómente em importar pouco a pouco em carregações successivas um povo diverso que fosse capaz de possuir e cultivar este magnifico torrão do globo? Quem já viu o problema dos defeitos de uma raça ser solvido pela importação de outra? Uma nação declarando-se impropria para o trabalho e importando outra para dominal-a, porque quem trabalha é quem domina! (*Muito bem*) Não, senhores, o recurso da immigração é muito importante, mas é secundario a perder de vista comparativamente a esse outro: o de vincular ao trabalho, o de transformar pelo trabalho, a nossa população toda. Se ella não trabalha é porque *não pôde* ou porque *não quer*, e a nossa tarefa é fazer que ella queira e que ella possa, creando a emulação que lhe falta, se é porque ella não quer, destruindo os obstaculos — *quasquer que sejam* —

que se lhe oppõem, se é porque ella não póde. (*Prolongados applausos*)

N'um e n'outro caso, senhores, o primeiro passo a dar é abolir a escravidão, essa maldição do trabalho, porque com ella não é possível nem fazer brotar do solo o trabalho nacional nem attrahir o estrangeiro. <sup>2</sup>

Por isso mesmo, senhores, tudo depende dos operarios, da comprehensão que elles possam ter de que da abolição da escravidão em todas as suas creações legaes e sociaes, depende o futuro do trabalho nacional e por consequencia da civilisação Brasileira

Confio que da parte dos operarios e artistas Pernambucanos não faltará auxilio á nossa obra e que nas eleições de 1.º de Dezembro isso ficará bem patente. Lycurgo dizia do povo de uma parte da Grecia que não era de admirar que elle tivesse juizo um dia em cinco annos. Senhores, é de esperar que o povo do Recife saiba escolher uma vez em quatro annos. (*Riso approbativo.*) N'esse voto que dais todos os quatro annos resume-se a parte que vos pertence na direcção do paiz; mas conforme a escolha que fizerdes então, vereis esse voto unico, essa cedula isolada multiplicar-se durante uma legislatura em todas as votações do Parlamento, e talvez fazer pender para o lado da escravidão a balança dos destinos nacionaes. Comprehendeis, pois, a gravidade da situação em que estais hoje collocados. (*Muito bem.*)

---

(<sup>2</sup>) Occupando-se ainda da questão da immigração com relação á escravidão, o orador disse em outra reunião eleitoral no Peres: « Vede bem, senhores, duas das mais salientes contradicções da escravidão. Ella clama pela immigração estrangeira e immobilisa parte da população nacional; quer que o trabalhador europeu deixe o seu paiz, e não consente que um milhão e meio de homens se movam livremente no nosso. Ella pede a grande naturalisação, que o estrangeiro tenha duas patrias, e não permite que se nacionalise uma vasta porção do nosso povo, que mantém sem patria. »

UMA VOZ: — E inutilisa, degrada ou escravisa mais de um milhão de indios.

Nas diversas reuniões eleitoraes em que pretendo tomar parte terei occasião de desenvolver as minhas idéas politicas. Posso, porém, desde já mostrar-vos em que sentido ellas correm. Partidario do governo parlamentar, entendo que elle póde robustecer-se entre nós por uma triplice reforma, não da lei, mas da nossa educação constitucional. A primeira é que os ministerios representem os partidos e não como até hoje as ambições que esphacelam os partidos, e assim o nosso governo seja de gabinete e não de presidente do Conselho. A segunda é que os grandes negocios do Estado, e com maior razão os menores, sejam em regra decididos em conferencia de ministros e não em despacho imperial, isto é, que a responsabilidade ministerial seja respeitada. A terceira é que o eixo parlamentar passe pela Camara responsavel e não pelo Senado vitalicio. Entendo que a maior de todas as reformas politicas, aquella a que pretendo dedicar-me, como hoje á emancipação, quando esta se achar concluida, é uma descentralisação quasi federal das provincias, que as torne senhoras da sua sorte e dê satisfação ao legitimo desejo que ellas têm de governar-se por si mesmas em tudo que não affecte a integridade nacional. Inclino-me a uma lei eleitoral que seja o suffragio dos que souberem ler e escrever, ao mesmo tempo que sou contrario a qualquer reforma que tenha por fim estabelecer a eleição das provincias sem dar representação propria e elevada ás grandes cidades. Com effeito, senhores, penso que a deputação das cidades deve ser augmentada em taes proporções que a parte esclarecida do paiz predomine sobre a que está privada, pelo monopolio escravista, de instrucção, de propriedade, de independencia. Sou pela honestidade nas transacções do thesouro e portanto contra o *deficit* permanente que nos constitue em fallencia adiada de exercicio em exercicio, e que impõe sacrificios cada vez maiores á nação extenuada. Em materia

de politica exterior sou resolutamente pelo arbitramento internacional e faço votos por uma approximação para esse fim entre as nações deste continente, o que é neste momento uma das inscrições dos dois partidos Norte-Americanos na lucta presidencial. Penso, entretanto, senhores, que nenhuma reforma *politica* produzirá o effeito desejado em quanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão e as suas instituições auxiliares, antes de termos purificado o nosso ambiente do vapor pestifero que mata nelle tudo que é espontaneo e livre, tudo que aspira a subir e ousa levantar a cabeça. *(Na exhibição destas idéas o orador foi constantemente applaudido.)*

Sim, senhores, é diante do movimento abolicionista que vos achais collocados. Para qualquer lado que me volte, vejo o horisonte coberto pelas aguas d'essa inundação enorme. Vi essa grande corrente, que hoje alaga o paiz como um rio equatorial nas suas cheias, quando ella descia como um fio de agua crystallina dos cimos de algumas intelligencias e das fontes de alguns corações, illuminados tanto umas como outros pelos raios do nosso futuro. *(Applausos)* Eu o vi, esse rio já formado, abrir o seu caminho como o Niagara pelo coração da rocha, pelo granito de resistencias seculares. *(Muito bem)* Vi-o quando, depois das cataractas, elle ganhou as planicies descobertas da opinião *(continuam os applausos)*, e desdobrou-se em toda a sua largura, alimentado por innumerous affluentes vindos de todos os pontos da intelligencia, da honra e do sentimento nacional; mudando de nome no seu curso, como o Solimões, — chamando-se primeiro Ceará, depois Amazonas, depois Rio-Grande do Sul *(os applausos cobrem a voz do orador)* e hoje o vejo prestes a despejar-se no grande oceano da egualdade humana, dividido em tantos braços quantas são as provincias, levando em suas ondas os despojos de cinco

ministerios e a represa de uma legislatura (*acclamações*) e vos digo, senhores: não tenhais medo da força d'essa enchente, do volume d'essas aguas, dos prejuizos d'essa inundação, porque assim como o Nilo deposita sobre o solo arido do Egypto o lodo de que sahem as grandes colheitas, por fórma que se disse que o Egypto é um presente do Nilo: assim tambem a corrente abolicionista leva suspensos em suas aguas os depositos de trabalho livre e de dignidade humana, o solo physico e moral do Brazil futuro, do qual se ha de um dia dizer que elle na sua prosperidade e na sua grandeza foi um presente do abolicionismo. (*Enthusiasticos applausos*)

Ah! Pernambuco tem um grande passado, mas parece que os seus filhos não querem que elle tenha um grande futuro! Elle exerceu a hegemonia nacional; accendeu no seculo XVII dois grandes pharóes que allumiaram os mares d'este Continente — a liberdade de consciencia e a liberdade de commercio, e, desajudado, só por si, entre as convulsões da monarchia portugueza e os esforços supremos da Hollanda, elle nos campos de Guararapes hasteou ha mais de duzentos annos essa bandeira da Nacionalidade Brazileira, em cujo centro desenhou mais tarde com o sangue dos seus martyres os grandes symbolos Americanos da Independencia e da Republica. (*Salva de palmas*)

Mas hoje aquelles grandes pharóes apagaram-se; o movimento já não se irradia d'este centro de tanta actividade generosa; o sangue não parte mais d'este coração viril do Brazil colonial; a cidade de Mauricio de Nassau perdeu a iniciativa das resoluções heroicas, e no meio de tal abatimento o Leão do Norte desaparece entre os rios da Veneza Americana como o grande Leão de S. Marcos, o symbolo da poderosa Republica do Adriatico, entre os Canaes das suas Lagunas. (*Novos applausos.*)

Pois bem, Pernambucanos, resuscitemos o nosso patrio-



tismo e para levantar esta provincia á altura do seu passado começemos por inscrevel-a entre as provincias livres, na porção luminosa e não na porção escura do paiz. Lembrai-vos que foi em Pernambuco que pela primeira vez em nossa historia houve um governo — de sonhadores e de martyres! — que teve a coragem, n'uma hora de revolução e já no caminho do cadafalso, de prometter a liberdade aos escravos, sentindo que elles suspiravam tambem pela Independencia desejada, e não desprezeis esse testamento dos heróes de 1817 sómente porque o governo d'elles foi uma explosão espontanea da alma Pernambucana e não uma tyrannia imposta de fóra. Começemos por abi, e façamos um pacto nós todos que choramos de dor ao ver a decadencia politica da nossa provincia, façamos um pacto para effectuar uma segunda Restauração Pernambucana, para restaurar Pernambuco em seu papel historico, e para isso, antes de procurarmos a solução ainda duvidosa do problema federal, completemos, realizemos a solução conhecida do problema maior — o da egualdade social de todos os Brasileiros — solução que para ser fecunda deve ser dupla e que se resume n'esta fórmula: « Liberdade e Trabalho » — o Trabalho que dá dignidade, a Liberdade que dá valor á vida. *(Muito bem, muito bem. Vivas e acclamações. Reproduzem-se as salvas de palmas. O orador é victoriado.)*

---

# DISCURSO PRONUNCIADO

## NO THEATRO SANTA ISABEL

A 26 DE OUTUBRO

(em seguida á conferencia do Dr. José Marianno.)

---

Meus senhores, eu vos tomo por testemunhas de que vós mesmos me chamastes a esta tribuna depois do discurso do Sr. Dr. José Marianno, sabendo que eu seria o meio de repercutir, e não de amortecer, o echo de suas palavras. Ellas estão gravadas em vossa alma e ficarão em vossa memoria.

Subindo á tribuna depois d'elle, não posso ter outro fim senão tornar mais vivas as vibrações que ellas produziram em vossos corações, e echoar pela minha vez os sentimentos do povo pernambucano, a esperança de que o Sr. Dr. José Marianno que, hoje, desta tribuna se apresentou candidato pelo 2.º districto, seja no dia 1 o deputado acclamado do Recife.

*(Bravos ; muito bem)*

Como presidente honorario da Commissão Central Emancipadora, devo, ao mesmo tempo, já que se me offerece occasião, agradecer ao povo pernambucano a prova que elle nos dá de vitalidade com a sua presença aos milhares neste recinto, e o modo pelo qual volta sempre aqui, quasi sem renovar-se, para sustentar com a sua animação e energia os que combatem pela sua causa !

Senhores, não preciso de dizer nada em favor do

Sr. José Marianno. Eu disse, n'outro dia, desta tribuna que elle era o mais popular dos pernambucanos vivos, quando elle fez-me a honra de sustentar a minha candidatura em palavras repletas de adhesão liberal e solidariedade abolicionista. Hoje mesmo vós vistes que elle fez um discurso que reverte mais em favor de minha candidatura do que em favor da sua.

Esses que exploram contra mim o exclusivismo e preconceito provinciaes, podem continuar que nesse terreno o Sr. José Marianno abriu a sepultura do candidato conservador do 1.º districto, e não falta outra cousa senão escrever-lhe o epitaphio. (*Muito bem*).

Senhores, de que é que accusam o Dr. José Marianno? Accusam-n'o de ser um instrumento potente e efficaz do pensamento, da vontade deste eleitorado; accusam-n'o de não ser uma dessas machinas pneumaticas que fazem o vacuo nas assembléas onde funcçãoam, mas pelo contrario de ser uma palavra poderosa, uma vontade resoluta, um organismo cheio de ascendente.

E que mais queriam que elle fizesse?

Queriam que depois de ter conquistado o governo elle submettesse á sua vontade uma camara e um senado na metade conservadores!

Isso ninguem pôde fazê-lo até hoje em nosso paiz, nem o governo, quanto mais um simples cidadão!

Mas elle ahi está no meio de vós, sem se ter outra coisa que lhe lançar em rosto senão e por ignobil baixeza esse palacete que o commercio lhe offereceu em reconhecimento de um grande serviço prestado, favor que uma vez effectuado ninguem tinha o direito de exprobrar-lh'o e que passou como um caso julgado da opinião contemporanea. (*Applausos*) Sim, é indecoroso lançar-se em rosto ao Sr. José Marianno o presente que espontaneamente lhe fizeram! Era como se o commercio inglez censurasse a

Cobden por ter accedido os diversos subsidios pecuniarios que os seus partidarios lhe offereceram na grande campanha pela liberdade do commercio!

Não preciso accrescentar nada mais, porque o Sr. José Marianno vive no meio de vós, envolvido desde que deixou a Academia, desde que vestio a toga viril de cidadão, na lucta politica em que outros só se envolvem depois de feita a sua fortuna! (*Applausos*)

Sim, senhores, é preciso dizer tanto menos em favor delle quanto, para elle, o ganhar e o merecer a vossa estima e consideração não é, — como é infelizmente ainda para mim, uma conquista a fazer, mas uma conquista a guardar, e que elle, como acaba de o mostrar, jámais deixará fugir de suas mãos. (*Vozes: V. Ex.<sup>a</sup> é tambem uma conquista feita.*)

Obrigado. Não devo descer desta tribuna, á qual sómente vós me chamastes e na qual sois os unicos responsaveis pela minha demora sem cumprir dois deveres, um delles como presidente honorario desta Commissão.

O primeiro vem a ser o annunciar-vos que terei a honra de fazer neste theatro successivamente nos domingos do mez de Novembro tres conferencias mais, e o segundo explicar, de passagem tambem, algumas censuras feitas ao meu ultimo discurso.

Esta é uma tribuna aberta a todos. O povo acha-se aqui representado na minha pessoa, como na do Sr. José Marianno, e não temos mais direito de fallar do que qualquer outro cidadão que queira a ella subir, de motu-proprio ou chamado pelas acclamações deste auditorio.

Não faço referencia á calumnia, porque estou habituado a desprezar as calumnias vibradas contra mim. Quando Perseu cortou a cabeça de Medusa e voou com ella pelos ares, as gottas de sangue que cahiam sobre o sólo ardente da Lybia convertiam-se em serpentes. Senhores, nós corta-

mos a cabeça da Medusa da escravidão (*applausos*), e é natural que o sangue que ella verte se transforme ao tocar o sólo aquecido por tantas lagrimas em viboras estereis. (*Novos applausos*)

Uma destas calumnias esmaguei ha dias, quando affirmei que tinha as mãos limpas de qualquer transacção sobre entes humanos, e que, em tempo algum de minha vida, nunca exerci um minuto ou segundo de poder juridico sobre um escravo!

Mas refiro-me a uma intriga, a uma especulação que corre nos jornaes — de que eu disse que o partido conservador era o partido do chicote.

Creio que grande parte dos que estão presentes neste recinto assistiram á minha conferencia passada, e portanto posso-vos tomar por testemunhas de que não estou recuando neste momento. Não devo explicação alguma ao partido conservador organizado; mas ha na massa do partido conservador, desses que de pertencerem a um partido só têm tido até hoje os inconvenientes e os desgostos, ha no seio desse partido *leaders* eminentes, — como Gusmão Lobo, o maior espirito da moderna geração Pernambucana — ha operarios distinctos da idéa abolicionista, e não quero que elles tenham de mim o menor resentimento.

Não fallei do partido conservador; eu disse que tinheis a escolher entre duas politicas, — a do governo e a da opposição: uma, a politica positiva que se resolve com a inflexibilidade de uma equação; a outra, uma politica que só se póde formular por uma addição heterogenea, por o X do Sr. João Alfredo mais o zero do Sr. Paulino (*riso*); uma, a politica da emancipação, outra, a do captiveiro; e, portanto, desde que é a politica da escravidão, a politica de tudo que se contém na escravidão, de todos os seus attentados, dos quaes os castigos corporaes são o mais insignificante. Eu tinha o direito de dizer que a politica da opposição era assim a politica do chicote.



Mas, foi-me dito: Não devieis esquecer que o partido conservador acabou o trafico com Eusebio de Queiroz, e emancipou o ventre com Rio-Branco.

Senhores, confesso e reconheço a gloria desses dois homens, e a amizade fraternal que me prende ao filho do segundo, assim como o grande respeito que eu lhe votava a elle e a benevola consideração que me manifestou sempre, bastariam para fazer com que eu não procurasse de fôrma alguma diminuir a grandeza d'aquelle vulto historico.

Mas eu quizera que o partido conservador não se lembrasse nesta questão da emancipação de invocar tanto aquelles dois exemplos.

É verdade que em 1850 elle acabou o trafico pela mão forte de Eusebio, mas, antes que Eusebio tivesse coragem bastante para deportar os traficantes, o partido conservador, desde 1840, movêra guerra aos Andradas e aos liberaes pelo odio que elles tinham ao trafico (*muito bem*), condemnára a ser lettra morta a lei regencial de 7 de Outubro de 1831, e, por fim, só extinguiu a pirataria humana quando, em execução do Acto *Aberdeen*, a Inglaterra deu ordem para que seus navios fizessem prezas mesmo nos mares territoriaes do Brazil, ao alcance das baterias das nossas fortalezas. (*Sensação*)

Em 1866, senhores, quando um gabinete liberal inscrevia na *Falla do Throno* a idéa da emancipação dos escravos, o partido conservador, unido como um só homem, levantou os mesmos brados, de expoliação, de desordem, de anarchia, que hoje ergue contra nós.

De 1866 até 1871 os abolicionistas eram todos liberaes; não havia calumnia nem diffamação que não forjassem contra elles. E lembrai-vos que, ainda em 1871, para se fazer a emancipação do ventre, foi preciso que o partido conservador se dividisse em dois pedaços, dos quaes um verdadeiramente conservador, o depositario das tradições

conservadoras, estava do lado da escravidão e tinha por chefe o Sr. Paulino de Souza.

Senhores, estou longe de condemnar absolutamente o partido conservador, mas vejo que esse partido não tem representado papel proprio na historia do nosso paiz, que elle não é capaz de, em opposição, ter idéas suas, não tem alma quando está debaixo para comprehender o alcance das grandes reformas, e limita-se ao papel inglorio de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositados em seu ninho pelo partido liberal... (*Applausos*)

Senhores, o que desejo é que o partido conservador não se ache sempre no caminho de Damasco, não se esteja convertendo todos os dias, mas se mostre capaz de iniciativa. O que nós queremos é que chegados a este ponto da questão da emancipação dos escravos, elle se não ponha em nosso caminho, pretendendo ser a corrente que ha de vencer a força dos nossos braços! (*Applausos*)

*(O orador annuncia a data e o assumpto das suas proximas conferencias, em uma das quaes explicará toda a sua carreira politica.)*

Espero que essas paginas de minha vida publica, postas deante de vós e documentadas com o testemunho dos homens mais insuspeitos, desde o Sr. Saraiva até o Sr. José do Patrocínio; — espero que a abundancia de provas que tenho em meu favor e a narração do que fiz na Europa, sobretudo a destruição dessa calumnia de que fui diffamar o meu paiz, — como se grandes homens ante quem fallei, homens de coração, pudessem applaudir aquelle que vinha denunciar de sua Patria; — a fidelidade provada com que sirvo á causa com que me identifiquei, vos hão de garantir que, se me fizerdes mais uma vez a honra de eleger-me deputado de Pernambuco, de habilitar-me a no proximo Parlamento fallar com a autoridade — outr'ora tão grande e hoje tão dealustrada — de representante desta provincia,

tereis entregue a vossa bandeira a um veterano do abolicionismo que nunca a ha de trahir! (*Applausos*)

A ultima conferencia, senhores, que terei a honra de fazer diante de vós será no dia 30 de Novembro, na vespera das eleições geraes, e terá por objecto a importancia, o alcance da grande batalha do dia seguinte, — que podemos contar será uma victoria (*acclamações*), — e a honra que advirá a Pernambuco de ter dois representantes abolicionistas no Parlamento de 1885-1889, isto é, no Parlamento que ha de prender como uma cadeia o fim do presente movimento abolicionista á commemoração gloriosa e universal do centenario da Revolução Franceza. (*Adhesão geral*)

Tenho concluido, meus senhores, e só accrescentarei uma palavra. Observai e estudai um facto, cuja significação depois se ha de aprofundar, a saber, o facto de nós candidatos liberaes, que somos tambem os candidatos de todos os matizes abolicionistas — liberal, conservador e republicano, — disputarmos a nossa eleição na praça publica, diante de vós, não no crepusculo das intrigas nem nas sombras da cabala, mas á luz dos principios, prestando a maior homenagem que se possa render á soberania do povo, isto é, a de sustentar que vós eleitores não dispondes irresponsavelmente dos vossos votos, mas sois tambem responsaveis perante o povo desta cidade do qual sois uma fracção. Ao passo que fazemos isso, os nossos adversarios desaparecem e escondem-se aos olhos da opinião que os procura, á anciedade do eleitorado que os interroga: pois bem, eu os desafio a que façam como nós, a que venham a esta tribuna dizer o que promettem fazer do mandato que pretendem alcançar, a que fallem ao eleitorado como a um jury de honra do povo brasileiro, reunido ao appello de um grande Ministro, para decidir no processo entre partes — a Patria e a Escravidão! (*Calorosos applausos. Vivas*).

---

SEGUNDA CONFERENCIA  
NO THEATRO SANTA ISABEL  
NO 1.º DE NOVEMBRO

Meus senhores,

Devo começar agradecendo uma vez mais ao povo Pernambucano a maneira porque tem affluido ás reuniões convocadas para este theatro pelos candidatos abolicionistas. Tão imponentes manifestações populares mostram, qualquer que seja o resultado da eleição do dia 1.º de Dezembro, que a victoria moral já é nossa. (*Applausos, acclamações.*)

Com effeito, onde estão os nossos adversarios? (*Uma voz: Andam de porta em porta. Outra voz: Só saem de noite.*) É porque não podem ou porque não querem, que não sobem a esta tribuna? Em torno de nós tudo é animação, tudo é interesse e enthusiasmo; é a idéa que nos agita, e a patria que nos move; em torno d'elles tudo é segredo e mysterio, dir-se-hia que não estamos na mesma cidade, ou que o Recife apresenta hoje o contraste das republicas Italianas da Edade Media: na mesma praça cheia do tumulto das grandes agitações populares os monges praticando no segredo do claustro a disciplina do silencio, em plena morte civil. (*Applausos.*)

O que explica porém esse retrahimento, essa deserção dos nossos adversarios? Que visão, que revelação teve o

Zacharias conservador, á porta do Templo, para perder de repente a voz? (*Applausos.*)

Não é difficil investigar as razões d'essa aphasia simulada. Ellas estão na consciencia de todo o eleitorado. Mas para melhor apreciar-as é preciso não esquecer que o partido que disputa a victoria pela palavra, dizendo o que quer, provocando o julgamento da opinião, é o partido que está no governo (*approvação geral*), e que pelo contrario o partido que se cala, que foge do povo, que não se atreve a comparecer n'uma reunião publica, é o partido que quer o poder! (*Grandes applausos.*)

Dir-se-ha que elles desdenham d'esta tribuna por ser popular, sendo elles conservadores? Mas na Inglaterra, por exemplo, os descendentes *tories* da nobreza dos Tudors e dos Stuarts não acham que esteja abaixo da sua posição politica o lutar com os adversarios na mesma tribuna que elles levantam e disputar diante do povo um mandato que é do povo. (*Applausos.*) E o que faz um Marquez de Salisbury na Inglaterra aristocratica, porque não o fariam no Brazil democratico os chefes e candidatos do partido conservador, que não têm o mais insignificante pretexto para pretenderem ter melhor sangue do que o de nós todos?

Acreditai que não lhes falta nem intelligencia nem percepção politica para ver que demonstrações como esta, reuniões de character tão representativo de milhares de pessoas de todas as classes do nosso povo, e nas quaes sente-se bater o coração Pernambucano, não são factos a que elles se possam julgar estranhos e muitos menos sobranceiros. Acreditai que elles acompanham estas manifestações com anciedade e que têm os olhos no manometro que marca a pressão das atmosferas populares. Se elles não apparecem, se deixam correr á revelia o seu processo diante da opinião, é que sentem todo o odioso da posição que assumiram, oppondo-se ao movimento emancipador e



comprando o apoio dos engenhos de assucar a preço da liberdade humana. (*Grandes applausos.*)

Mas, parece que me estou queixando do que devêra antes regosijar-me, a saber de que os nossos adversarios mostrem e demonstrem que não são um partido que se apoia na opinião, ao passo que nós abolicionistas mostramos sermos a opinião prestes a tornar-se um partido. (*Applausos.*) Não devo queixar-me por tres razões.

Em primeiro lugar, porque sois vós e não eu os offendidos, porquanto sois vós que tendes o direito de exigir que compareçam a explicar-se perante vós aquelles que aspiram a honra de representar-vos. Esse é o direito do eleitorado que o deve reivindicar, porque nesse direito está a força das democracias modernas. (*Adhesões.*)

Em segundo logar, porque, como já o disse, vejo n'esse abandono do campo de batalha da opinião a prova de que temos desde já a victoria moral, e portanto, se no dia 1.º de Dezembro, por um triumpho inesperado da cabala ou pela victoria de meios subterraneos, indignos de nós, formos sacrificados nas urnas, teremos o direito de dizer, lembrando-nós de manifestações como estas que se repetem e appellando para o vosso testemunho, que nós — e não os eleitores — representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife. (*Prolongados applausos.*)

Viesse hoje de qualquer parte do mundo um estadista estrangeiro estudar as nossas eleições: fosse elle dos Estados-Unidos, onde n'este momento continúa nos *meetings* populares a grande campanha da eleição presidencial; fosse da Inglaterra, onde ultimamente o povo se agglomerava ás centenas de milhar para pedir a capitulação da velha camara dos *lords*; fosse da Belgica, onde essa inesperada ascensão dos clericaes produziu logo uma tremenda reacção e abalou a monarchia nos seus alicerces; e esse juiz imparcial, assistindo ao desenvolvimento da campanha

abolicionista no Recife, havia de dizer que mesmo antes de irmos ás urnas nós estávamos senhores da opinião quasi unanime d'esta cidade. (*Muito bem. Adhesão.*)

Em terceiro logar, senhores, não tenho direito de queixar-me de uma abstenção, que é uma homenagem eloquente á justiça da nossa causa e á força do direito que advogamos. Com effeito, o que se passa no Recife hoje é o que se passou ha pouco tempo na Camara dos Deputados, quando a maioria heterogenea dos adversarios do actual gabinete, hesitava em manifestar-se, recuava do combate, não por causa do ministerio, que elles sabiam estar á mercê dos seus votos, mas por causa da idéa que esse ministerio representava e que elles sabiam que era invencivel. (*Applausos.*)

Mas, como quer que seja, tomo o povo de Pernambuco por testemunha de que os candidatos abolicionistas não escondem a sua bandeira, como faria algum navio negreiro carregado de vidas humanas (*applausos*), mas levantam-n'a tão alto que ella é vista do Brazil inteiro. (*Applausos.*)

Sim, senhores, todo o Brazil sabe que no dia 1.º de Dezembro ha de se ferir na capital de Pernambuco uma batalha em torno dos tumulos dos escravos, tão imponente como a que se travou a 28 de Setembro de 1871 em torno dos seus berços (*muito bem*), assim como todos sabeis que os vossos candidatos preferem a derrota no terreno dos principios a pedir votos com duas linguagens diversas, enganando os livres e os escravos, e escondendo o seu titulo de abolicionista que é hoje o unico titulo de honra para o cidadão Brasileiro. (*Calorosos applausos.*)

Se por acaso formos derrotados nas urnas, não será porque a opinião desta capital não aneeie pelo nosso triumpho, mas sim por causa dos vícios profundos em politica do character e do temperamento nacional, vícios que

todos resultam ainda da escravidão. De qualquer lado que se encare a escravidão, que é o centro de todo o nosso organismo social, ella é a enfermidade moral de que todos soffremos; e por isso quando vos digo que é preciso, antes do tudo e acima de tudo, eliminá-la do nosso systema não estou senão expressando a magnitude dos effeitos que ella produziu e das influencias que ella exerce sobre todos nós.

Vós me ouvistes na passada conferencia mostrar que a escravidão estava moralmente morta, e que nada podia resuscitar uma instituição sepultada na consciencia de um povo.

Eu vos disse então que o espirito publico tinha-se levantado em revolta contra ella e que, quando o espirito publico assim se levanta contra uma ordem de coisas, não ha força material que a possa manter. Mostrei-vos a marcha da idéa abolicionista, que comparei a uma grande corrente equatorial, formada dos affluentes do character e da intelligencia nacional; disse-vos que não tivésseis medo dessa inundaçãõ, porque assim como o Nilo deposita sobre o solo arido do Egypto camadas fecundas, assim tambem da corrente abolicionista havia de brotar o solo physico e moral da Patria futura! (*Applausos*).

Pois bem, se a escravidão está morta, se não ha nada que a possa resuscitar e se por outro lado o que vem atraz della é a abundancia e a fertilidade, é preciso abreviar o mais possivel o terrivel interregno que estamos atravessando da escravidão para a liberdade. (*Applausos*).

Senhores, ha uma palavra da qual comprehendéis toda a importancia e todo o alcance e que para mim póde resumir a influencia da escravidão entre nós. A escravidão é o meio social do nosso povo.

Muitos suppoem que ella não tem as ramificações que já deitou pelo solo, abaixo da superficie do nosso paiz.

Esses pensam na escravidão que se vê, mas a escravidão que se não vê tem muito maior extensão e profundidade. (*Muito bem*).

Vai longe o tempo em que um grande philosopho inglez, Charles Darwin, ao atravessar as ruas do Recife, ouvindo os gemidos dos escravos, escrevia no seu livro, nesse grande livro que encerra a maior das concepções da natureza, uma phrase que tenho por vezes citado: — « Graças a Deus, não tornarei mais a visitar um paiz de escravos. »

Esse tempo já passou, e a escravidão assim escandalosa não é mais encontrada em torno de nós na cidade e é preciso penetrar no interior para ver esse melancolico grupo de escravas no serviço da enxada como uma tradição que nunca se extingue.

Mas a escravidão não é uma oppressão ou constrangimento que se limite aos pontos em que ella é visivel; ella espraia-se por toda a parte; ella está onde vós estaes; em nossas ruas, em nossas casas, no ar que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão...

Ella começou por ser um regimen de trabalho agricola. O Europeu, transportado para este mundo virgem, procurou o braço do Africano para tomar posse do territorio. Mas esse regimen de trabalho agricola só podendo ser mantido por a suppressão da natureza humana, precisava de cercar-se de protecções especiaes e de viver n'um meio á parte, fechado e todo seu, e d'ahi resultou um systema territorial, caracterisado pelo monopolio da terra e pela clausura dos trabalhadores. Tal systema deu origem nos seus intersticios e nas suas fendas apenas, á apparição e gradualmente ao crescimento de uma população livre, que nada tem que possa chamar seu, sem um palmo de terra que possa cultivar por sua conta, miseravel e dependente no mesmo gráo que o escravo.

Eis ahí a escravidão agricola e territorial.

Mas como se vê, com uma instituição que possui o solo, o trabalho agricola e a população livre, o mal não podia circumscrever-se: a escravidão, de systema agricola e territorial, tornou-se um regimen social e estendeu o seu dominio por toda a parte. Com effeito, senhores, havendo uma só classe que produz neste paiz, todas as outras são tributarias della e d'ahi um systema social que se expressa desta fórma: — um paiz de algumas familias transitoriamente ricas e de dez milhões de proletarios. (*Adhesões. Movimento*).

Desse regimen social, nasceu fatalmente a politica negativa que nos abate, porque ficamos sem povo (*Sensação*). A escravidão não consentiu que nos organizassemos e sem povo as instituições não tem raizes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. Sim, senhores, os poderes politicos deste paiz nunca exprimiram, nem podem exprimir, a vontade nacional, porque esta não existe. (*Applausos*) Não podem exprimir a consciencia da Nação Brasileira, porque essa consciencia está ainda com muito poucos e a nação não está formada; elles exprimem tão sómente a perpetuidade e a tradição do unico poder independente que ha entre nós, a monarchia, por fórma que pude dizer no *Abolicionismo*, subindo e descendo toda a nossa escala social, vendo a dependencia em que a vida inteira do paiz está para com a vontade de um só homem, que essa degradação politica era a vindicta da Nemesis Africana que visitava por fim o tumulto de tantas gerações! (*Applausos*).

Em tal regimen, o que conseguem reformas politicas? Muitas têm sido tentadas, algumas feitas; mas com que resultado?

As reformas politicas exprimem em nosso paiz 50 annos de esperanças populares atraçadas.



Fez-se por exemplo uma reforma eleitoral, elevando-se o censo, no intuito de obter uma manifestação mais sincera e mais veridica da vontade nacional (*muito bem*); e o resultado foi que o Parlamento converteu-se n'um verdadeiro Congresso Agricola; foi que, por alguns logares dados ás cidades que representam a intelligencia e a intuição nacional, cem foram dados em penhor á escravidão, entregues ao monopolio territorial. (*Adhesões.*) Como poderia haver eleições livres no interior, onde a lei não é respeitada nem cumprida, onde não ha justiça, onde um jury de analfabetos funciona sob a pressão da lei de Lynch, onde a população livre está na mais absoluta dependencia daquelles que só lhe permitem viver, sem o mais leve traço de dignidade e independencia pessoal, nos feudos que possuem?

Fez-se a abolição do recrutamento; queria-se libertar a população da ameaça de servir no exercito, de seguir a mais honrosa das carreiras, a das armas, mas esses mesmos que pediram a extincção do recrutamento por ser uma perseguição contra a população livre do interior, são os que estão pedindo uma nova especie de recrutamento — o serviço obrigatorio da enxada! (*Applausos.*)

Pela reforma eleitoral quiz se afastar da politica a magistratura, e ella tornou-se mais politica do que nunca.

Tudo isto mostra que entre nós as reformas politicas não têm base e portanto não têm ainda razão de precedencia, e que as reformas de que immediatamente necessitamos são reformas sociaes que levantem o nivel do nosso povo, que o forcem ao trabalho, e dêem em resultado o bem estar e a independencia que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a nação brasileira. (*Assentimento geral.*)

Não é por certo o funcionalismo, o emprego publico que ha de resolver o terrivel dilemma: a fome ou a infamia, que abi está posto diante de grande numero de cidadãos nossos. (*Sensação.*)

A escravidão produziu, como systema financeiro, um orçamento colossal, muito superior ás nossas forças, e que se apoia sobre quatro pilares, cada qual mais carcomido: a apolice que nunca se amortiza, a divida externa que se aggrava com o cambio, o papel-moeda que sempre se deprecia, e um *deficit* colossal e crescente que nada póde encher. (*Applausos.*)

Vêde, senhores, — em outros paizes, na Inglaterra e na Allemanha, por exemplo, as reformas sociaes estão tomando o passo ás reformas politicas.

O que é que Bismark esta fazendo na Allemanha para chamar a si a democracia? Está se occupando da sorte dos operarios, está promovendo leis que estabeleçam o regimen da justiça nas relações das diversas classes. E o que está fazendo Gladstone na Inglaterra? Depois dessa lei agraria, que vinculou ao solo da Irlanda os antigos rendeiros, está se occupando de melhorar a sorte dos operarios, de proporcionar-lhes bem-estar, de dar á pobreza habitações dignas de entes humanos, de desenvolver emfim uma legislação humana e humanitaria que dê alguma satisfação real a isso que se chama por ironia a soberania do povo! (*Approvação.*)

Não é só porque importa um verdadeiro epigramma essa Constituição, dita livre, em um paiz em que existem mais de um milhão de escravos; não é só porque a escravidão é contraria a todos os principios de humanidade, que convém antes de tudo effectuar a abolição d'esse estado legal violento; é porque enquanto não o fizerdes não tereis formado para vós e para vossos filhos uma *patria*, não tereis aberto campo á actividade da população livre do interior, a qual vive n'um verdadeiro subterraneo moral. (*Applausos.*)

Sim, senhores, precisamos, muito mais do que de reformas politicas, de reformas sociaes, sobretudo de duas grandes reformas: a abolição completa, civil e territorial.

da escravidão, que é o meio da integração da nossa Patria, e o derramamento universal da instrução. (*Applausos.*)

Eis a razão pela qual abandonei no parlamento a attitude propriamente politica para tomar a attitude do reformador social. Foi porque tambem eu desenganei-me das reformas politicas.

Essa mesma reforma eleitoral feita pelo Sr. Saraiva (apesar de ser deputado da maioria, tres vezes votei em questão de confiança contra o gabinete que não queria ampliar a lei) passou contra meu voto não tanto porque ella alterava fundamentalmente a Constituição, supprimindo o votante e começando do eleitor, não tanto por isso como por ser uma tentativa para fazer retroceder o curso da democracia entre nós e proclamar a politica de desconfiança contra o povo, que eu quero ver de todos os modos elevado na sua propria estima e aos nossos olhos e educado na escola de todos os direitos e da mais completa egualdade. (*Longos applausos.*)

Mas para isso é preciso que comecemos pelo principio, e o principio não é outro senão a abolição desse mal que se ramifica por todo o corpo nacional, é o ponto causador de todas as nossas fraquezas e que, enquanto existir, annullará todos os esforços que possamos tentar, em qualquer sentido que seja, para melhorar a sorte do nosso paiz.

Mas, dizem-me, a escravidão está abolida; a lei 28 de Setembro encarregou-se de obter o resultado que vós quereis conseguir.

Senhores, o referendario da lei 28 de Setembro está entre nós e é candidato por um dos districtos d'esta capital. Se estaes contentes com a lei de 28 de Setembro, votae por elle; mas deixae-me dizer que a lei de 28 de Setembro, vista do futuro, ha-de parecer um acto muito mesquinho de reparação nacional. N'ella podiam caber talvez as aspirações dos escravos, esquecidos de si para

só pensarem em seus filhos, mas não cabem por certo as aspirações de um grande povo. (*Acclamações*). Ella é um grande poema truncado: dir-se-hia a *Divina Comedia*, com o seu Inferno em que se debatem todos aquelles que uma vez entraram na escravidão, e deixaram á porta tenebrosa o ultimo alento de esperança (*applausos*); com o seu Purgatorio por o qual devem passar os futuros cidadãos que ella creou, escravos até aos 21 annos (*applausos*); mas sem o Paraizo, sem essa recompensa idéal para esses a quem todavia foi promettida a bemaventurança quando se disse:— « Bemaventurados são os que choram ». (*Grandes applausos*).

Senhores, uma vez tive occasião de dizer a um chefe conservador que reprovava o projecto Dantas: — « Vós que fizestes a lei de 28 de Setembro tendes obrigação de fazer alguma cousa mais ». Sim, porque, quando em 1871 se lhes offereceu, como alternativa, o praso de 20 annos para a abolição da escravidão, elles responderam: « 20 annos! É demais! ». E, entretanto, os 20 annos estão se approximando com uma terrivel celeridade; na sepultura dos 20 annos vão cahindo todos os dias novas e mais infelizes creaturas, e a escravidão está sendo resolvida, de que modo? Pela morte. (*Sensação e applausos*).

Ha mais do que isto. Ha um argumento que sáe das entranhas da lei de 28 de Setembro, e é este. A lei 28 de Setembro, no art. 4.º, autoriza o escravo a fazer contractos de serviço para obter a sua liberdade, com tanto que esse tempo de serviços não exceda a sete annos.

A lei toma o escravo — é um escravo moço e que apenas entrou na maioridade — e diz-lhe: « Pódes fazer um contracto de serviços, mas que não se prolongue por mais de sete annos ». E porque? Pois a este escravo que está condemnado á perpetuidade da escravidão, porque hade ser vedado o fazer um contracto para sua liberdade por mais de sete annos?

Senhores, é que a lei reconheceu e proclamou que sete annos de serviços pagavam, com immensa usura, o valor do escravo (*applausos*); pagavam com immensa usura o capital empregado no escravo (*novos applausos*), e portanto que um contracto de serviços por mais de sete annos era um escandalo contra a humanidade. O que dizer então da escravidão? Não será peor a escravidão do que a locação?!

E dizer-se, senhores, que a lei 28 de Setembro já tem dado aos proprietarios não sete, mas quatorze annos de serviços dos seus escravos!

Na Judeia o escravo era livre no fim de seis annos de captiveiro; a nossa lei entendeu que, com sete annos de serviços, o escravo tinha demasiadamente pago o seu preço; e vós, entretanto, ao completarem-se os quatorze annos da lei, o duplo do tempo marcado pela lei para a indemnisação do escravo, não quereis aceitar nenhuma medida legal que o confirme nessa liberdade a que elle assim tem o mais pleno direito! (*Applausos repetidos*).

E o que se me diz, senhores? Não sei se vos tem acontecido cotejar o que diz um defensor da escravidão com o que pensa outro. Sabeis o que elles querem? Elles querem... Nada. (*Applausos*). Não ha nada absolutamente que elles acceitem. Elles não acceitam nem a liberdade dos escravos de sessenta annos, nem o imposto sobre a propriedade escrava; elles aceitam sómente um plano que tenho ouvido mais de uma vez formular assim: — Emancipação immediata com indemnisação.

Um notavel escriptor francez, — ao cital-o devo dizer que a Republica em França tem desmentido a sua definição que se tornou celebre, — o Sr. Weiss definiu a republica conservadora da seguinte fórma: « A republica conservadora é uma tolice. »

Senhores, a emancipação immediata com indemnisação é uma tolice. (*Applausos*.)



Não temos meios para preencher o nosso *deficit* annual: onde é que iremos buscar 300 ou 600 mil contos para resgatar os escravos?

Eu disse uma vez ao Sr. Saraiva: « Não me opponho a que vós, se fôrdes Governo, indemniseis a cada senhor d'escravo com uma apolice de conto de réis, mas acho que isso seria illudir a bôa fé dos proprietarios. Taes apolices não seriam pagas. »

Como lançar semelhante peso sobre os hombros da sociedade brasileira?

Entretanto proclamado o direito d'indemnisação, os escravos, para serem livres, teriam que esperar que as finanças do Brazil se concertassem? Elles pôdem viver muito tempo; mas não viverão tanto que vejam as finanças da escravidão restauradas. (*Applausos.*)

As finanças, que estão em bancarrota na provincia e no Imperio, são as finanças da escravidão (*applausos*), e essas durante a escravidão nunca se hão de restaurar. (*Novos applausos.*)

Admittido o principio de que o Estado deva uma indemnisação pelo escravo, o que se deve seguir? Que o Estado, não tendo com que pagal-a, fique em divida ou obrigação para com o senhor e não que deixe o escravo nas mãos d'elle como penhor de um devedor fallido ao credor inexoravel. (*Muito bem.*)

Não ha nada que nos obrigue a continuar uma pratica reputada criminosa pelo mundo inteiro, sómente porque não temos dinheiro para desaproprial-a.

« A França, disse-se uma vez, é bastante rica para pagar a sua gloria. » Senhores, o Brasil não é bastante rico para pagar o seu crime! (*Applausos repetidos.*)

Ê, penso eu, dever dos eleitores do Recife revelarem

do modo o mais publico a sua convicção de que não ha interesse algum em prolongar o estado actual de coisas.

O projecto Dantas espalhou immensa esperanza sobre este paiz e esta esperanza terá forças para impedir que a queiram resolver por uma decepção tremenda. Não, não está no poder de 40 ou 50 mil eleitores deter o curso de uma onda de dez milhões de homens que clamam pela liberdade do trabalho. (*Applausos.*) O censo póde ser alto, mas não será alto bastante para impedir que passe por cima d'elle a torrente, que vai tudo nivelando, da consciencia nacional. (*Applausos.*)

O que póde acontecer é que com a emancipação siga tambem o suffragio universal, ou que um grave abalo social venha realizar aquillo que podeis fazer por vossa livre vontade. (*Applausos.*)

O partido liberal chamou afinal a si essa grave tarefa.

Reconhecendo-o, senhores, rendo homenagem ao partido que assumiu o nome de liberal, por ter assim justificado o seu nome (*applausos*), e devo render-lhe homenagem, porque combati cinco annos os chefes desse partido para fazel-os abraçar a reforma, que eu julgava dever ser o ponto de partida de qualquer movimento liberal, — a egualdade social do nosso povo. (*Applausos.*)

Peço, portanto, a todos vós, meus comprovincianos e correligionarios politicos, que empregueis os vossos esforços para que no dia 1.º de Dezembro seja proclamada a victoria abolicionista. Não ha classe cujo voto eu não tenha o dever e o direito de pedir. Peço os votos do commercio, porque estou convencido de que commercio e escravidão são termos incompativeis (*applausos*), de que o commercio deve ter no Brazil o papel que tem tido em toda a parte, isto é, o de explorador, de *pioneer* da civilisação. (*Applausos*) Peço o voto da lavoura, porque não

comprehendo por lavoura sómente os senhores de escravos, mas também, e sobretudo, os trabalhadores agrícolas, todos os homens da enxada, todos quantos a escravidão reduz a simples substitutos de escravos. (*Applausos*) Peço o voto dos militares de mar e terra, porque o exército deve lembrar-se de que, se a honra nacional foi salva nos campos do Paraguay, o foi pelos descendentes e filhos de escravos (*applausos*); devem lembrar-se de que as classes proprietárias entenderam que não valia a pena fazer o sacrificio das suas preciosas vidas para defender a integridade do territorio (*sensação*), sem esquecerem que enquanto os libertos, resgatados pelo Estado, derramavam o seu sangue nos campos de batalha, os titulos de nobreza eram dados aos senhores. (*Novos applausos*) Peço os votos do clero, porque não é compatiavel essa monstruosa tolerancia em nosso paiz, esse contubernium, da Igreja que desceu do Calvario envolta na mortalha do grande Redemptor, com uma instituição que é fundamentalmente contraria a todas as aspirações do Christo, a toda a obra do Christianismo. (*Applausos*) Peço os votos de todos os descendentes de escravos, de todos os homens de côr, porque estou trabalhando pela sua causa (*apiados*), e porque, apesar de não haver entre nós o preconceito que deshonrou a democracia Norte-Americana, com o que lhe damos um grande exemplo de liberalismo e fraternidade, é preciso que a raça negra se convença de que ella ainda tem no futuro de nosso paiz grandes transe por que passar, grandes difficuldades, desigualdades e opprobrios que vencer, e de que a justiça que ella terá de receber no futuro será medida pelo interesse e pelo amor que n'esta geração houver mostrado pelos seus irmãos de captiveiro. (*Longos applausos*) Peço o voto dos operarios, porque represento a liberdade, a dignidade do trabalho, e elles sabem que ainda mesmo quando a escravidão tiver morrido em nosso paiz, quando

não houver mais escravos nem senhores, o espirito maldito que degradou e aviltou o trabalho, e que hoje atrophia o nosso paiz, tendo perdido as senzalas, ha de continuar a esvoaçar como uma ave de rapina sobre os trabalhadores livres. (*Applausos*) Sim, elles devem saber que o poder insaciavel de sangue humano que, julgando certa a perda do tributo Africano, já lança olhos cubiçosos para o immenso manancial de homens que se chama China, vendo-se sem outros recursos, ha de procurar — ou por meio do capital accumulado ou por outro qualquer meio de dominio — escravizar os homens livres, e que teremos que assistir a esforços para crear uma escravidão talvez peor que a verdadeira escravidão: a da pobreza, a da miseria, a da falta de trabalho, a da fome! (*Prolongados applausos*)

Chamam-nos de Communistas, a nós que proclamamos o principio da inviolabilidade da propriedade humana (*Applausos*). Chamam-nos de Nihilistas, — a nós que queremos destruir o peor dos nihilismos — o nihilismo da nossa personalidade, a escravidão! (*Applausos*). Dizem que somos os que não têm o que perder. Pois bem, senhores, essa qualificação não nos offende mais do que offendia os livres, os indomaveis Hollandezes quando elles sacudiam o jugo estrangeiro e combatiam pela independencia da sua patria e pela liberdade das suas consciencias, o serem chamados de *Gueux* pelos Hespanhóes orgulhosos, deslumbrados com as riquezas do Novo-Mundo. (*Muito bem*) Sabeis porque isso não nos offende? Porque como elles somos a idéa nova, a redempção da patria! Porque somos dez milhões de brasileiros, a nação inteira, « Os que nada têm que perder. » (*Applausos calorosos*)

Sinto, meus senhores, não ter forças para proseguir, e não ter podido senão indicar summariamente, sem as desenvolver, as relações profundas da escravidão com todos os vícios, fraquezas e atrasos nacionaes. Receio entretanto

haver esboçado um quadro demasiadamente sombrio, de sorte que a muitos pareça que nada podemos fazer para modificar uma situação tão desesperada; mas é preciso que tudo façamos, é nosso dever não desesperar. Chegamos, eu confesso, a um tempo difficil, cuja litteratura unica em harmonia com as calamidades nacionaes parece ser a dos antigos prophetas chorando lamentações sobre as ruínas e o captiveiro de Jerusalem, mas por isso mesmo é chegado o tempo da lucta e do combate. Lembremo-nos que as nações, como os individuos, que « cessam de luctar, começam a morrer. » O vosso futuro está nas vossas mãos.

Ha na historia dos Hebreus uma passagem celebre que parece symbolizar o periodo de anciedade, de privação, de desespero que os povos atravessam quando sahem do captiveiro para a liberdade. É a peregrinação dos quarenta annos no Deserto. Moysés não tira o seu povo da terra do Egypto para leval-o logo á Terra da Promissão... Entre uma e outra medeia esse longo intervallo de mais de uma geração, em que o character nacional é sujeito ás provações do Deserto e educado na escola da obediencia, da fome, da resignação, da disciplina, e durante o qual os que viveram no captiveiro morrem sem chegar á terra promettida. Não vos parece que essa grandiosa legislação do Sinai torna-se maior e mais sublime entendida assim — como a fundição da alma de um povo creado no captiveiro para as luctas, a orphandade e os esforços do homem entregue a si mesmo? (*Longos applausos*)

Pois bem, senhores, lembremo-nos d'essa epopéa hebraica que póde symbolizar a apprendizagem difficil da vontade e dos habitos de independencia nos povos que a escravidão reduziu á triste condição de creaturas alheias, possuidores ou possuidos: entre o Brazil do captiveiro e o Brazil de homens livres, cujos pulmões possam respirar a atmosphaera d'este Continente, cujo organismo possa supportar as privações da




honestidade e da altivez moral, cujos nervos resistam ás grandes emoções da lucta, e cuja vida seja um continuo esforço de resistencia para com os que nos querem esmagar e de protecção para os que dependem de nós, entre o passado e o futuro desdobra-se, acreditei-me, um longo e penoso Deserto moral, como o dos Hebreus, em que a nossa alma tem que educar-se a si propria, em que a grande, a maior de todas as reformas sociaes — a reforma de nós mesmos — terá que ser effectuada no meio de amargos sofrimentos e á custa de grandes sacrificios. (*Longos applausos*)

Mas isso não nos deve desanimar. O character das nações não se fórma de repente como esses comoros de areia que o vento reúne no Sahara. Tal formação seria logo destruida na primeira tempestade. É nas profundidades de nós mesmos, nos abysmos insondaveis do inconsciente, sobre o que os nossos instinctos têm de mais solido, aproveitando para o presente e para o futuro os alicerces da hereditariedade que temos em nos, que dia por dia, gradualmente, havemos de levantar essa muralha do character nacional, unico amparo e defesa possivel da liberdade e da honra da nossa patria. (*Applausos*)

É esse o supremo dever da nossa geração, á qual nós abolicionistas podemos apenas mostrar a estrada real que leva á transformação segura e á consolidação do futuro nacional. Não venho aqui defender o meu interesse individual, mas sómente a causa com a qual me identifiquei. (*Applausos*)

Acreditei-me, senhores, quanto mais tardarmos em começal-a, mais difficil se ha de tornar a realização d'essa grande obra da transfiguração do Brazil, que para ser consummada exige como os Jardins Suspensos de Babilonia, o trabalho de milhões de braços, e como as grandes Cathedraes gothicas a fé e o amor de gerações successivas.

(*Longos applausos*). Não é da nossa sorte individual que se trata, é da vossa, porque quanto a nós, abolicionistas, como eu disse ha annos no principio d'esta agitação que nada tem podido enfraquecer, emquanto houver um escravo no Brazil nós devemos saber esperar! (*Applausos prolongados. Vivas e acclamações*)



# DISCURSO

PROFERIDO N'UM MEETING POPULAR

NA PRAÇA DE S. JOSÉ DE RIBA MAR

A 5 DE NOVEMBRO

Eleitores de S. José, — A minha presença nesta reunião é uma homenagem ao eleitorado desta freguezia como entendo que se lhe deve render homenagem, isto é, considerando-o, primeiro, não uma serie de atomos dispersos, mas um todo consciente, que tem uma só vontade e por isso quer que se lhe falle uma só linguagem; e segundo, uma parte distincta do eleitorado desta capital, ciosa da sua reputação liberal, resolvida a que a sua voz não seja abafada pela das outras freguezias no grande dia do pronunciamento do Recife. Tambem, senhores, compareço perante vós certo de que estaes resolvidos a que a batalha de 1 de Dezembro, se fôr uma victoria para a causa da civilisação, não seja ganha sem os votos, e muito menos contra os votos de S. José, firmemente dispostos a não consentir que este baluarte historico do liberalismo Pernambucano se converta de repente em trincheira da escravidão. (*Applausos*).

Candidato liberal, sustentado por todas as forças do partido liberal, posso ufanar-me de ter igualmente do meu lado todos os elementos progressistas da opinião, qualquer

que seja o seu nome. Se não digo que sou abolicionista antes de ser liberal, é porque penso que o liberal deve começar por ser abolicionista, e não comprehendendo uma só hypothese em que, favorecendo o interesse do abolicionismo, eu prejudicasse os interesses do partido liberal. Mas, candidato, como sou, desse partido, represento acima de tudo uma idéa, a saber, que a escravidão, palavra que os brasileiros não deviam mais pronunciar porque queima como ferro em brasa a consciencia humana, deve ser banida para sempre das nossas leis.

É triste, senhores, que até hoje, quando apenas cinco annos nos separam do centenario glorioso dos direitos do homem, nesta America que parecia dever ser o refugio de todos os perseguidos, o asylo de todas as consciencias, a praça inexpugnável de todos os direitos, a escravidão ainda manche a face do continente, e um grande paiz, como o Brazil, seja aos olhos do mundo nada mais, nada menos, do que um mercado de escravos. (*Grandes applausos*)

Pois bem, é contra esse escandalo vergonhoso que nos levantamos e procuramos levantar-vos, e o que se passa aqui neste momento, esta insurreição da consciencia publica, é um espectaculo que deve encher-nos de contentamento a nós abolicionistas, a nós que entramos nesta longa, aspera e difficil campanha contra alguns detentores da riqueza nacional só com este interesse: o de podermos confessar que somos Brasileiros sem que se nos lance em rosto o sermos os ultimos representantes na America, e quasi que no mundo, da instituição homicida e inhumana que foi o verdadeiro Inferno da historia. (*Applausos*)

Vêde tambem que forças nós creamos! Vêde o enthusiasmo, a dedicação, o desinteresse que nos acompanham; vêde que resuscitamos o espirito publico, e que o paiz inteiro estremece de esperanza como que nas vespervas de uma segunda Independencia! Vêde tudo isto, eleitores de

S. José, eizei-me se forças taes são a criação da cabala, do empenho, da compressão, da venalidade. Se o governo podia unir esperanças e aspirações patrioticas, que nada pretendem do governo, que nada acceitariam delle. Se a miseria de alguns empregos ou um punhado de ouro das verbas secretas poderia crear assim a alma, a consciencia de um povo.

O povo de S. José sabe que não têm escolha hoje senão entre dous nomes. A *tregua de Deus* assignada entre todos os partidos adeantados da opinião, para que a hora presente seja do abolicionismo, habilita-me a dizer-vos que não haveria candidato mais adeantado do que eu. A vossa escolha está, pois, limitada a dous homens: um que representa o movimento que já libertou tres provincias, outro que assentou praça de soldado raso nas fileiras do Sr. Paulino... Porventura os vossos sentimentos serão conservadores? Conservar o que? O que é que neste paiz não carece de reforma radical?

Para que os conservadores voltem ao poder é preciso que nós, homens da reforma e do movimento, lhes deixemos a elles, os homens da conservação, alguma cousa que mereça ser conservada! (*Approvação geral*). O periodo actual, porém, não é de conservação, é de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda que se possa chamar Revolução; de uma reforma que tire este povo do subterraneo escuro da escravidão onde elle viveu sempre, e lhe faça ver a luz do seculo XIX. Sabeis que reforma é essa? É preciso dizel-o com a maior franqueza: é uma lei de abolição que seja tambem uma lei agraria.

Não sei se todos me comprehendéis e se avaliaes até onde avança neste momento levantando pela primeira vez a bandeira de uma lei agraria, a bandeira da constituição da democracia rural, esse sonho de um grande coração, como não o tem maior o Abolicionismo, esse propheticó sonho de André Rebouças.

Pois bem, senhores, não ha outra solução possível para o mal chronico e profundo do povo senão uma lei agraria que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, á vos e vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra. Esta congestão de familias pobres, esta extensão de miseria — porque o povo de certos bairros desta capital não vive na pobreza, vive na miseria — estes abysmos de soffrimento não têm outro remedio senão a organização da propriedade da pequena lavoura. É preciso que os Brasileiros possam ser proprietarios de terra, e que o Estado os ajude a sel-o. Não ha empregos publicos que bastem ás necessidades de uma população inteira. É desmoralizar o operario acenar-lhe com uma existencia de empregado publico, porque é prometter-lhe o que não se lhe póde dar e deshabitual-o do trabalho que é a lei da vida.

O que póde salvar a nossa pobreza não é o emprego publico, é o cultivo da terra, é a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quizerem adquiril-a, por meio de um imposto — o imposto territorial. É desse imposto que nós precisamos principalmente, e não de impostos de consumo que vos condemnam á fome, que recaem sobre as necessidades da vida e sobre o lar domestico da pobreza. A Constituição diz: « Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. » Pois bem, senhores, ninguem neste paiz contribue para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. O pobre carregado de filhos paga mais impostos ao Estado do que o rico sem familia. É tempo de cessar esse duplo escandalo de um paiz nas mãos de alguns proprietarios que nem cultivam suas terras, nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fertilidade do nosso territorio; e de uma população inteira reduzida á falta de independencia que vemos. Se eu não estivesse convencido de que uma lei agraria prudente e



sábia podia crear um futuro aos Brasileiros privados de trabalho, teria que aconselhar-lhes que emigrassem, porque a existencia que levam não é digna de homens que se sentem validos e querem dar a seus filhos uma educação que os torne independentes e lhes prepare uma condição melhor do que a da presente geração. (*Adhesão*)

Senhores, A PROPRIEDADE NÃO TEM SOMENTE DIREITOS, TEM TAMBEM DEVERES, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra á propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se fôr eleito, não separarei mais as duas questões, — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (*Longos applausos.*) Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão, não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. Comprehende-se que em paizes velhos, de população excessiva, a miseria acompanhe a civilização como a sua sombra, mas em paizes novos, onde a terra não está senão nominalmente occupada, não é justo que um systema de leis concebidas pelo monopolio da escravidão produza a miseria no seio da abundancia, a paralyzação das forças deante de um mundo novo que só reclama trabalho.

Sei que fallando assim serei accusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quizerá nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-a chegar ao nivel do art. 179 da Constituição que nos declara todos iguaes deante da lei. (*Applausos.*) Vós não calculaes quanto perde o nosso paiz por haver um abysmo entre senhores e escravos por não existir o nivelamento social.

Sei que nos chamam anarchistas, demolidores, petroleiros, não sei que mais, como chamam aos homens do trabalho e do salario *Os que nada têm que perder.* Todos aquelles que de qualquer modo adquiriram fortuna entre nós, bem ou mal ganha, entendem que são elles, elles os

que têm que perder, quem deve governar e dirigir este paiz!

Não preciso dizer-vos quanto essa pretensão tem de absurda. Elles são uma insignificante minoria, e vós, do outro lado, sois a nação inteira. Elles representam a riqueza accumulada, vós representais o trabalho, e as sociedades não vivem pela riqueza accumulada, vivem pelo trabalho. (*Applausos.*) Elles têm, por certo, interesse na ordem publica, mas vós tanto como elles, porque para elles mesmo grandes abalos sociaes resultariam na privação de alguns prazeres da vida, de alguma satisfação de vaidade, de algum luxo dispendioso tão prejudicial á saúde do corpo como á do character — e vós, perdendo o trabalho, vos achais deante da divida que é uma escravidão tambem, deante da necessidade, em cuja noite sombria murmuram os demonios das tentações mercenarias, os filhos sem pão, a familia sem roupa, o mandado de despejo nas mãos do official de justiça, o raio da penhora trazendo sobre a casa todos os horrores da miseria! Quem tem á vista desse quadro mais interesse em que a marcha da sociedade seja tão regular e continua como a de um relógio ou a das estações — o capitalista ou o operario? (*Applausos*)

Quanto a mim, tenho tanto medo de abalar a propriedade destruindo a escravidão quanto teria de destruir o commercio acabando com qualquer forma de pirataria. Por outro lado, não tenho receio de destruir a propriedade fazendo com que ella não seja um monopolio e generalizando-a, porque onde ha grande numero de pequenos proprietarios a propriedade está muito mais firme e solidamente fundada do que onde por leis injustas ella é o privilegio de muitos poucos.

Eleitores de S. José, não é a minha causa que está em vossas mãos neste momento. Eu vos repito o que disse aos

eleitores de Santo Antonio: já cheguei em nossa patria á posição que, sem ousar aspirar a ella, me pareceu sempre a maior das medidas de uma ambição verdadeiramente patriótica, a de ser ouvido pela nação como um conselheiro leal e desinteressado.

Essa função de dizer o que me parece ser a verdade ao meu paiz, posso exercel-a onde quer que me ache. Se eu pudesse fazer uma distincção dentro de mim mesmo entre o particular e o homem publico, eu diria que a derrota deste seria a victoria d'aquelle, mas não posso porque o individuo desapareceu no abolicionista, fez dos enthusiasmos, das esperanças, das tristezas d'este os seus enthusiasmos, as suas esperanças e tristezas proprias, desde que entrou em campanha contra a escravidão. (*Adhesão.*)

Liberaes, Conservadores, Republicanos, Abolicionistas, vós tendes hoje duas unicas bandeiras deante de vós. A inscripção de uma é este brado da civilização: « — Abaixo a escravidão! » A inscripção da outra é um sophisma: « Respeitemos o direito de propriedade », quando o objecto possuido é um homem como nós. Entre essas duas bandeiras a vossa consciencia não deve hesitar — ella não ha de sancionar por mais tempo os abusos e os horrores da escravidão que mancha a historia da America; ella não ha de ter compaixão de um regimen que degrada com uma das mãos o escravo na senzala e com a outra esmaga o operario nas cidades; ella não prolongará por um dia o prazo fatal dessa instituição que forma um Imperio no Imperio; para a qual vós, artistas e operarios, não sois mais do que os substitutos dos escravos, e que se atreve a querer avassallar o eleitorado desta capital, juntando a todas as suas oppressões mais esta: a oppressão da consciencia de homens livres, e a todos os seus traficos da dignidade humana mais este: o trafico do voto. (*Ruidosos applausos.*) Sim, senhores, vós mostrareis que a escravidão

não ha de produzir neste paiz depois do mercado de escravos o mercado de eleitores. Ella póde ter por si todos os votos de partido, e além desses todos os votos venaes e todos os votos que possam ser obtidos pela compressão, mas os votos livres, os votos independentes, hão de salvar na hora suprema o nome Pernambucano.

Senhores, um antagonista meu, o qual só poderia prejudicar-me inutilizando o grande esforço que está fazendo o partido liberal unido e dando ganho de causa ao partido conservador, allegou para merecer a vossa escolha o muito que tem sido preterido e o muito que tem esperado em vão... Mas ha neste paiz quem tenha sido mais preterido, quem tenha esperado em vão, mais, infinitamente mais do que elle... São os escravos que esperam ha tres seculos (*longos applausos*), é o povo Brasileiro preterido desde a Independencia (*continuum os applausos*), e é como representante dessa enorme massa de victimas da escravidão que eu vos peço que me mandeis ao Parlamento... Votando por mim não votais por um individuo, não votaes sómente por um partido... votaes pela libertação do nosso territorio e pelo engrandecimento do nosso povo, votais por vós mesmos, e vos elevais neste paiz de toda a altura da liberdade e da dignidade humana. (*Prolongadas acclamações e vivas*)

---

# DISCURSO

PRONUNCIADO NA SESSÃO MAGNA

DO MONTE-PIO PERNAMBUCANO

A 9 DE NOVEMBRO

Meus senhores, — A Comissão Central Emancipadora mandou-nos reunidos felicitar-vos pelo vosso novo anniversario e pela alta significação que lhe destes concedendo uma carta de liberdade. Mostrastes assim que todas as sociedades de caridade que prosperam como a vossa sentem-se interessadas na obra do resgate nacional, porque é da abolição que depende neste paiz a permanencia e o florescimento dessas instituições, quer publicas quer privadas, por meio da propagação dos habitos e dos sentimentos de justiça e solidariedade. Não ha lar domestico por mais humilde, não ha profissão por mais obscura, não ha associação por mais pobre, que não tenha immediato interesse em que se complete quanto antes a obra do abolicionismo. (*Muito bem.*)

É que a escravidão é um ar envenenado e esse é o ar que respiramos e que absorvemos, todos e tudo, neste paiz; o chão e a planta; o reino inorganico e o reino organico; o individuo e a sociedade, desde a cellula primordial da familia até ao organismo final do Estado, sem excluir nenhuma associação por mais insignificante e afastada que pareça dos fins e dos interesses da escravidão. (*Applausos.*)

Eu iria muito longe, senhores, se quizesse mostrar-vos como em instituições de protecção e de beneficencia, cujas operações se entranham pelo futuro, que dependem para viver do sentimento de familia, da disciplina do character, do espirito de desinteresse, a influencia da escravidão é fatal e asphyxiante porque ella é o contrario de tudo isso: é o egoismo levado ao homicidio; a imprevidencia absoluta; a degradação da familia; a exploração do nosso semelhante.

O vosso espirito não precisa ser esclarecido a esse respeito. Vós vos mostrais homens de coração procedendo como procedeis, e o coração educado comprehende essa triste affinidade electiva que faz com que a escravidão decomponha todas as boas instituições para se combinar com alguns dos seus elementos e inutilisar os restantes. (*Muito bem.*)

Em nome da Commissão Central Emancipadora eu me limitarei, pois, a transmittir-vos os votos que todos fazemos por vossa longa prosperidade. Que essa prosperidade sirva de exemplo, de estímulo, á fundação de instituições semelhantes, as quaes deixam o homem do salario morrer em paz por ter garantida a honestidade das suas filhas e a existencia da sua companheira de luctas e sacrificios. Taes instituições são uma das mais bellas creações do espirito de solidariedade, que faz com que a humanidade não viva tanto no presente como vive no futuro. Da escravidão á organização poderosa do trabalho como eu a vi nas ligas e associações de operarios e artistas em toda a Europa, vai a distancia que separa os organismos rudimentares do começo da escala animal dos organismos intelligentes e livres que a terminam... É sómente pela educação do espirito como do character, da intelligencia como da vontade, que o operario, o artista brasileiro pôde perder de vista a sua condição actual para chegar á altiva posição do artista



e do operario de outros paizes onde o trabalho tem consciencia da sua força. Instituições como esta são um ensaio de educação, um começo de independencia, um rudimento de associação e um germen fecundo de liberdade. (*Applausos.*)

O abolicionismo, senhores, não é simplesmente a emancipação dos escravos, é a eliminação physiologica, se me faço comprehender assim, da escravidão. No Ceará, no Amazonas não ha mais escravos, mas a escravidão ainda não desapareceu dessas provincias. Acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança. Os que temos em nós tendencias de senhor, os que temos fraquezas de escravos, — e a massa da população brasileira composta de decendentes ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, têm os vicios combinados dos dous typos, o senhor e o escravo, typos que aliás formam um só porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o dono, (*longos applausos*) — os que temos, dizia eu, um desses vicios ou todos elles, devemos pelo exame da nossa consciencia e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer desses tristes legados da escravidão. Este é um dos meios, senhores, para tal fim, e como abolicionista não posso deixar de applaudir os esforços que fazeis para vos unirdes, vos associardes e creardes um exemplo para o nosso povo. A liberdade sem o trabalho não pôde salvar este paiz da bancarrota social da escravidão, nem tão pouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miseria. (*Applausos*) O trabalho sem a instrucção technica e sem a educação moral do operario não pôde abrir um horizonte á nação Brasileira. Ora, dessa educação nada faz parte mais essencial do que o que nós vemos hoje nesta reunião: o culto da familia, o respeito e a protecção á velhice, por fim a previdencia. É um bello espectaculo este; o velho pai

que se finou continuando a ser o chefe invisível da sua família, para a qual, á força de constancia, de sobriedade e de abnegação, elle constituiu um pequeno peculio, que o faz ainda na morte viver entre os seus, adorado como um dos antigos deuses do lar, e apontando á sua descendencia a estrada da honra e do desinteresse. (*Muito bem, muito bem.*)

Eu vos felicito uma vez mais, senhores: que sejais um desmentido ao grave defeito de que tantas vezes somos accusados, de não mantermos as boas instituições que creamos; de termos nobres impulsos, as melhores intenções, mas pouca perseverança; e que este Monte-Pio Popular possa sobreviver-vos e aos vossos filhos, é o meu ardente voto de Brasileiro e de Pernambucano. (*Applausos repetidos.*)

— • • —

## TERCEIRA CONFERENCIA

### NO THEATRO SANTA ISABEL

A 16 DE NOVEMBRO

---

Meus Senhores,

Prometti fazer-vos uma exposição completa de miua vida publica desde que em 1879 tomei assento no Parlamento como deputado d'esta provincia, e venho neste momento cumprir a minha promessa ou antes desempenhar-me d'aquelle dever.

É com effeito um dever. A eleição para o Parlamento imprime em quantos têm a honra de merecel-a o caracter indelevel de homens publicos, e sendo ella, como é, um mandato, quem o recebeu está obrigado a dizer que uso fez d'elle.

Os homens novos podem entrar na carreira politica pedindo ao povo que lhes abra generosamente um credito de confiança e trabalhando depois para pagarem a divida assim contrahida; mas os que uma vez mereceram tal liberalidade só devem solicitar novamente os votos dos seus concidadãos apresentando um saldo a seu favor, mostrando o que fizeram em honra e beneficio da nação que representaram. (*Muito bem.*)

Senhores, vós mandais ao Parlamento não representantes de Pernambuco sómente, mas representantes Pernambucanos da nação Brasileira. O mandato que conferis é duplo. O vosso deputado deve ser fiel aos interesses da

provincia, mas a sua missão na Camara é representar a nação toda. Cada um d'elles é membro de um partido, e todavia tendes o direito de exigir que elle colloque a provincia acima do seu partido; cada um d'elles é representante de Pernambuco, e tendes o direito de exigir que elle não sirva sómente a provincia, que sirva tambem a patria sem separar uma da outra.

Estabelecidos estes principios vou procurar mostrar-vos que só me isolei dos homens do partido liberal para ficar fiel ás idéas d'esse mesmo partido, e que sempre procedi de accordo com esta convicção: que o melhor meio, e o mais certo, de promover a prosperidade e o florescimento de Pernambuco era crear o imperio da egualdade social em todo o paiz e solicitar medidas que fossem para todos os Brasileiros os artigos de uma Segunda Constituição, mas d'esta vez um verdadeiro pacto de alliança entre a Lei Organica e o povo que ella se propuzesse converter em democracia justa, livre e esclarecida. (*Applausos.*)

Não me cabe neste momento justificar a minha eleição de 1878 que foi toda devida á influencia pessoal e ao prestigio do chefe do partido liberal naquella época o barão de Villa Bella. Elle havia tomado um compromisso com meu Pae, a quem os seus serviços ao partido liberal davam esperanza de encontrar no Parlamento um filho em quem elle via um prolongamento intellectual e moral de si mesmo. Em 1878 eu tinha quasi trinta annos, e não carecia pois de dizer como o heroe romano ao disputar uma dignidade acima dos seus annos: « O povo me escolha e terci idade! » Não sou dos que acreditam no direito divino da velhice. Mas dizia-se que eu tomava na lista o lugar de quantos veteranos illustres havia então n'esta provincia. Eu só podia occupar um lugar, mas esse era o de todos! Ninguem fazia esta simples reflexão: que na deputação havia sete homens tão novos como eu. Mas apezar da opposição levantada

especialmente contra mim consegui sempre entrar para a camara ainda que no ultimo lugar da lista Pernambucana.

Eu entrava para o Parlamento com plena liberdade de acção, desde que não tomára nenhum compromisso, nem meu Pae por mim, mas uma gravissima doença que me levou até muito perto da morte fez com que eu não pudesse comparecer ás sessões no tempo em que o barão de Villa Bella fazia parte do ministerio. Na primeira sessão a que assisti o meu illustre e saudoso amigo dava á Camara as explicações da sua retirada do gabinete. Elle e Silveira Martins tinham deixado o gabinete por causa da elegibilidade dos acatholicos!

Por mais que eu viva, senhores, nunca hei de esquecer a impressão que produzio em meu espirito essa primeira sessão do Parlamento em que tomei parte como deputado. Eu voltava dos Estados-Unidos e da Inglaterra, com cujos partidos liberaes me havia identificado, e o facto de dois ministros liberaes serem obrigados a deixar o gabinete de que eram membros por causa de um principio tão fundamental como este — o direito do povo de se fazer representar por qualquer homem da sua confiança sem indagar da religião d'elle — pareceu-me mais proprio do governo de um Francia ou de um Garcia Moreno do que do governo do Brazil. Desde esse dia vi e senti que na Camara não podia estar senão do lado dos meus principios, senão do lado da minha consciencia, quaesquer que fossem as circumstancias, a pressão da disciplina, o interesse momentaneo da partido! (*Muito bem.*) Compreendi então que para a vida politica havia em mim uma inferioridade invencivel, desde que vivemos em um paiz onde a opinião, se applaude, todavia não sustenta a coherencia.

Para fazer carreira entre nós não é preciso, como tantos dizem, ter baixeza de character, falta de escrupulos, amor da adulação, ou servilismo á corôa. Muitos dos homens que

nos têm governado são tão nobres de character, tão puros de vida, tão inaccessiveis á lisonja, e tão incapazes de humilhar-se deante da corôa como qualquer grande estadista estrangeiro. Tome-se o Sr. Saraiva por exemplo. Mas para fazer carreira entre nós é preciso tratar os principios e o direito como entidades metaphysicas, desterral-os da politica, e não consentir que adquiram autoridade alguma sobre nós; é preciso ter a esse respeito o vacuo mais perfeito no cerebro e no coração, e ser pratico antes de tudo, isto é, não tolerar que idéas modifiquem factos e muito menos prejudiquem interesses. (*Assentimento.*)

Desde a primeira vez que assisti a uma sessão como deputado comprehendí que a vida politica entre nós exigia um desprendimento dos principios, ainda os mais vitaes, como eu não tinha forças para impôr á minha organização moral. Acredita-me, senhores, é um momento que se não esquece mais esse em que o homem sente praticamente que ha dentro de si uma força que o impelle para certas causas nobres, e adquire a certeza de que por maiores que sejam as tentações, quando mesmo a ambição se deixe inebriar por ellas, sempre que elle ouvir uma certa voz ha de acudir ao chamado... Pois bem, tal certeza eu adquiri-a desde a primeira vez que entrei na Camara. Vós deveis lembrar-vos na obra prima de Victor-Hugo da buzina que Hernani deu ao velho Ruy Gomes que lhe salvára a vida, e a deixára em penhor nas mãos d'elle, Hernani. Ao primeiro som que ouvisse do instrumento fatal Hernani devia morrer, entregar essa vida que não era mais sua, mas um penhor de honra. Pois bem, eu senti que havia uma buzina que tinha esse mesmo poder sobre mim, cujas notas, quem quer que as vibrasse, fosse o meu maior inimigo, teriam sempre o dom mysterioso de fazer-me preferir até á morte a não responder-lhes ao appello... (*Muito bem!*) Eu litteralmente tinha dado minha vida em penhor aos grandes principios de liberdade!



Desde o primeiro discurso que pronunciei sobre a elegibilidade dos acatholicos deixei bem accentuado o meu modo de encarar a posição do partido liberal no começo d'esta situação.

« Senhores, disse eu á Camara, o partido liberal parece hoje collocado em uma posição que teve sempre as mesmas difficuldades e que a imaginação grega representou bem na fabula de Hercules encontrando-se entre dous caminhos com duas figuras, uma a do prazer, outra a do dever; uma, offerecendo-lhe uma vida feliz e facil, outra uma vida aspera e de sacrificios. (— O Sr. Galdino das Neves: — A primeira é a do *primo vivere*) Não direi como o nobre deputado: A primeira é a do *primo vivere*; direi: A primeira é a do — *Propter vitam vivendi perdere causas...* É perder a razão de existir por amor da existencia. Senhores, o partido liberal parece collocado entre dous caminhos: um é suave, facil, outro é cheio de longos trabalhos; é o caminho da religião dos compromissos. »

Foi por escolher o segundo d'esses caminhos que me declarei em opposição franca ao ministerio Sinimbú. Não vou n'este momento estudar a vida d'aquelle ministerio; deixo de lado as suas fraquezas e os seus infortunios, o muito que elle comprometteu com a sua administração os interesses do nosso partido, mas como preciso dizer quanto basta para justificar a attitude que assumi diante d'aquelle gabinete do qual me ufano de ter sido o mais constante, o mais intransigente e o mais convencido adversario, direi sómente que não se póde imaginar outro ministerio mais opposto a tudo que constitue o liberalismo e o espirito democratico moderno. Como adversario eu multiplicava-me na tribuna do Parlamento e em todas as questões — e foram muitas que se agitaram n'aquelle anno de 1879 — tive sempre a honra de fallar em nome da opposição, eu que apenas entrava para o Parlamento, e de uma opposição que continha

em seu seio os tres maiores vultos da moderna tribuna da Camara: José Bonifacio, Silveira Martins e Martinho Campos. Era, senhores, uma opposição intellectualmente fallando formidavel, essa que além d'esses grandes nomes contava homens como Saldanha Marinho, Pedro Luiz, Eduardo de Andrade, Tavares Belfort, Manoel Pedro, Affonso Penna, Costa Azevedo, mais tarde Leoncio de Carvalho e outros.

Eu poderia reproduzir dos annaes do Parlamento as numerosas manifestações de apreço que recebi dos meus collegas da Camara dos Deputados. Partindo de ambos os lados taes manifestações mostram que soube cumprir o meu dever sem crear animosidades entre as duas fracções liberaes, e pelo contrario fortalecendo o laço partidario, porquanto collocava-me sempre para ferir o ministerio no terreno dos principios do partido. Mas n'este momento em que cumpro um dever, empregando todos os esforços para conseguir a vossa confiança e dando-vos conta do modo pelo qual exerci o meu mandato, devo lêr algumas notas da minha fé de officio. Sim, meus senhores, fiz da minha vida publica uma columna votiva levantada á liberdade e á patria, e se leio algumas das inscrições que n'ella abriram homens generosos é para mostrar-vos que ella não merece ser derribada sob o odio publico.

« Creia o nobre deputado, dizia-me uma vez em sessão um homem que sempre respeitei apesar das suas idéas, porque é um homem que tem a coragem das suas convicções, coragem sem a qual as mais nobres idéas não abrem caminho porque o character é o braço do talento, creia o nobre deputado, dizia-me o Sr. Martinho Campos, que n'esta Camara e fóra d'ella todos têm ouvido com a maior satisfação uma voz que recorda uma auctoridade que nós liberaes nunca esqueceremos. Está no espirito e no conceito de todo o mundo. Todo o mundo tem visto com ufania para nós Brasileiros a estrêa do nobre de-

putado por Pernambuco. » Outra vez, meus senhores, qual não foi a minha surpresa quando interrompendo um seu discurso o Sr. Silveira Martins, o grande orador Rio Grandense, voltou-se para mim e proferiu perante a Camara estas palavras que não vos cito sómente para mostrar-vos como n'elle a generosidade eguala o talento, mas como prova de que na opposição não deixei Pernambuco arrastar-se na retaguarda das deputações: « Posso repetir ao nobre deputado, disse elle, as palavras que Tito Livio dirigiu ao jovem Scipião por haver salvado a vida ao pae na batalha do Tecino: « Eis aquelle a quem a fortuna prepara para salvar a honra da patria! » (*Longos applausos.*)

Vós comprehendéis, senhores, com a admiração e o culto que tenho pela memoria de meu Pae quanto as palavras de animação que confundiam os nossos dois nomes e faziam cahir sobre mim um reflexo da gloria d'elle deviam encher de saudade e de orgulho o coração do filho. As manifestações d'essa natureza foram tão repetidas durante toda a Sessão de 1879 que me julguei obrigado para o fim a agradecel-as conjunctamente. Foi para mim uma occasião solemne aquella em que me desempenhei d'esse dever: « O general Norte Americano Roberto Lee, disse eu então, esse mesmo em cuja alma travou-se um dia o combate de duas patrias: uma a Virginia com todas as associações de familia, com todas as recordações do passado, com o amor que se tem ao logar onde se nasceu; a outra a União, os Estados Unidos da America, fallando-lhe á intelligencia com a promessa da victoria, mostrando-lhe a bandeira estrellada a que elle havia prestado o seu juramento de soldado; o general Lee, dizia eu, refere que uma vez passeando com o filho á beira do mar viu que a creança tratava de pisar sobre os passos que elle ia deixando impressos na areia. Desde esse dia elle jurou a si mesmo que não daria um passo na vida em que seu filho o não pudesse

acompanhar. Por mais movediças que sejam as arêas da politica ha n'ellas para mim pisadas indeleveis, e se não tenho outras qualidades tenho no meu espirito a isenção e no meu character o desinteresse, precisos para não afastar-me do caminho que me está traçado. » (*Muito bem.*)

Se lerdes a collecção dos discursos que proferi no Parlamento vereis que eu procurava elevar todas as questões que se discutiam á altura dos principios cardeaes do direito da justiça e da solidariedade humana. Pertenço, meus senhores, a uma classe de homens politicos, dos quaes o mais notavel que jámais existiu n'este ou em qualquer outro seculo é o homem immortal que hoje governa a Inglaterra com uma dictadura moral para a qual só tereis um paralelo no governo de Pericles, pertenço á uma classe de homens politicos para os quaes a humanidade não é uma expressão sem alcance pratico, mas o ideal mais elevado que o estadista possa ter no pensamento para illuminar como a luz meridiana a imagem da patria.

Para comprehenderdes o modo pelo qual eu transportava qualquer questão ao terreno dos principios, dar-vos-hei alguns exemplos tirados dos maiores debates da legislatura de que fiz parte. Começo, senhores, pela questão da Constituinte que o governo de então propunha-se convocar com poderes limitados e com um mandato imperativo, isto é, uma Constituinte, como foi chamada por José Bonifacio, constituida, ou melhor escravizada á legislatura anterior, reproducção do pensamento d'ella, que assim promulgava uma lei constitucional posthuma. Pronunciei sobre a reforma constitucional dois discursos e vou mostrar-vos em que espirito.

Vêde antes de tudo o meu modo de comprehender a Constituição que faz com que mesmo a Republica possa um dia entrar n'ella pelos votos dos eleitores. « A Constituição não é o que se figura a alguns dos nobres deputados,

a fortaleza do seio da qual o governo pôde sem prejuizo e sem incommodo resistir ao paiz que o bloqueia. Ella não é a imagem d'essas cathedraes gothicas edificadas a muito custo e que representam no meio da nossa civilisação adiantada, no meio da actividade febril do nosso tempo, epochas de passividade e de inacção. A nossa Constituição é pelo contrario de formação natural, é uma d'essas formações como a do solo onde camadas successivas se depositam, onde a vida penetra por toda a parte, sujeita ao eterno movimento, e onde os erros que passam ficam sepultados sob as verdades que nascem. A Constituição não é uma barreira levantada em nosso caminho, não são Taboas da Lei recebidas de um legislador divino e nas quaes não se possa tocar por estarem protegidas pelos raios e trovões. Não, senhores... ella é, um grande mechanismo liberal, um machinismo dotado de todos os órgãos de locomoção e de progresso, um organismo vivo que caminha e se adapta ás funcções diversas que em cada epocha tem necessariamente que produzir. » (*Muito bem.*)

« Todos vós, disse eu em outro discurso procurando destruir a tutela governamental, tendes uma ideia do que eram esses jardins symetricos que o genio de Lenôtre desenhava nos terrenos que lhe eram concedidos. As arvores em vez do seu natural desenvolvimento, em vez dos galhos estenderem-se em todas as direcções, das folhas voltarem-se naturalmente para o sol, e dessa espontaneidade da vida vegetal, tão admiravel na sua confusão, eram sujeitas a certos cortes regulares e estudados, serviam de ornato, de decoração á paisagem. Pyramides, columnas, cylindros, arcos, as diversas fórmulas da geometria ou da architectura figuram nos jardins, onde a vegetação era por assim dizer, a materia plastica d'uma arte decorativa.

« Pois bem, parece que no nosso paiz querem fazer com as idéas como se fazia com as arvores, querem apa-

rar-lhes as expansões, cortar-lhes os galhos que se desenvolvam fóra da linha e reduzir tudo á imponente e fria symetria de Versalhes, á harmonia palaciana dos jardins de Luiz XIV.

« Mas devo dizer que, assim como prefiro a essa especie de ajardinamento, — que não realiza para mim a verdadeira belleza no desenvolvimento da vegetação, — as nossas florestas em que arvores de todos os tamanhos entrelaçam-se e amparam-se na expansão geral da natureza, assim também prefiro que se deixe aos partidos a exuberancia de sua seiva, que se experimente sem receio a liberdade humana, e que se não desfigure a vegetação irregular mas espontanea da nossa democracia. »

Ainda uma e muitas vezes accentuei essa convicção de que o povo não deve ser materia plastica nas mãos do governo.

« O partido liberal, disse eu um dia, já que o nobre deputado por S. Paulo fallou nas pedras do edificio que estamos levantando, das quaes S. Ex.<sup>a</sup> disse que não queria abalar uma só, não deve ter por ideal a ambição ascetica de um Conde de Chambord, de um d'esses politicos que entendem que se póde crear um povo conforme um desenho, e vasar o desenvolvimento humano em certas fórmulas, tornando o governo uma especie de arte religiosa, impedindo a evolução natural da humanidade, e fazendo de todos os homens as pedras de um edificio uniforme.

« Senhores, essa especie de architectura politica, essa edificação da qual o coração, o pensamento, os impulsos do homem são os materiaes de que o estadista se serve para levantar na historia o monumento da sua propria grandeza; essa obstinação em fazer dos homens, não o que elles querem ser, mas o que nos convém que elles sejam, tudo isso pertence ao passado, são restos do direito divino, são



estratificações d'um tempo em que a politica e a religião tinham as mesmas vistas. As nossas idéas são outras; vós tendes confiança no censo, nas restricções, nas capacidades, nas classes superiores, em vós mesmos, em summa; nós só temos esperança no povo entregue á liberdade e a si mesmo. »

Mais de uma vez mostrei á Camara que era deshonoroso para o partido liberal viver sem idéas e peor ainda á custa das suas proprias idéas.

« Sei perfeitamente, dizia eu em 1879, que pela influencia social, pela independencia, pela intelligencia accumuladas no seio da Camara, estão aqui representadas as forças vivas da nação; mas pergunto: onde estão as idéas liberaes em toda esta situação? Lessing no seu *Laocoonte* dizia: Si Deus tivesse em uma das mãos a verdade e na outra a aspiração pela verdade, eu escolheria esta ultima. Assim deve dizer o partido liberal com relação á liberdade. A liberdade realizada pode ser um beneficio e envolver a felicidade de um paiz, mas o que torna um povo livre é somente a aspiração pela liberdade, é o instincto, o sentimento que faz com que elle se esforce e tudo sacrifique para adquiril-a e conquistal-a. Um partido liberal que perde essa aspiração sente fugir-lhe a vida, é um organismo que sobrevive ás suas funcções, e então os seus elementos activos, como se vio com os que foram engrossar as fileiras do partido republicano, entram em outras combinações, porque os homens morrem, os partidos desapparecem, mas a idéa, o movimento, a aspiração são eternos. » (*Applausos*)

Quero tão sómente que conhecaes a linguagem que eu fallava na Camara, para bem avaliardes a significação da vossa escolha. Terminando o meu primeiro discurso contra a Constituinte mutilada eu disse á Camara:

« Senhores, a bandeira liberal é a mesma em todos os paizes com a divergencia natural que ha entre o gráo de

civilização de cada um. Guardadas as proporções de adiantamento social de cada povo, todos os liberaes sentem aspirações communs, todos elles, batendo-se por motivos diversos, têm o mesmo sentimento: nacionalidade, liberdade, ou direito, si a idéa muda, é sempre o mesmo instincto que os impelle. A bandeira liberal tem tido na historia grandes transformações, tem encontrado immensas difficuldades, mas ella é ainda a mesma bandeira que Pericles arvorou no Pnyx, a mesma que os Gracchos levantaram no Forum; é a bandeira da Reforma; é a bandeira do Editto de Nantes; é a bandeira dos Direitos do Homem. Em um paiz que luta pela sua independencia, é a bandeira da nacionalidade; em um paiz que já chegou a grande desenvolvimento, é a bandeira das liberdades politicas; mas em toda parte ella representa o mesmo impulso, de todos os lados saúdam-n'a todos os corações liberaes, quer ella cubra o berço dos povos que nascem, como a Italia, quer cubra o tumulto dos povos que succumbem, como a Polonia. É a bandeira, senhores, da emancipação dos servos da Russia, assim como é a bandeira de Washington defronte dos muros de Richmond. Em nosso paiz foi a bandeira da Inconfidencia, a bandeira de 1817, a bandeira do Ypiranga, a bandeira do Acto Addicional, até que hoje volta a ser de novo a bandeira da Constituição.

« Nós a temos visto algumas vezes triumphar, temol-a visto, mesmo, mutilada mas ainda gloriosa, por entre o fumo que a cerca, além das trincheiras que a detém, galgar as alturas do poder, occupadas pelos nossos adversarios, como quando Eusebio varreu o trafico da face dos mares e Rio Branco decretou a emancipação dos escravos! Mas essa bandeira liberal em que nos dez ultimos annos esteve escripto o distico — Reforma ou Revolução; em que nós escrevemos: Eleição directa, Liberdade religiosa, Emancipação dos escravos, não é a que tremula nas mãos do

sr. Presidente do Conselho, peço-lhe perdão de dizel-o. A que S. Ex.<sup>a</sup> pede privilegio para carregar, assim como a illustre casa de Medina Celi reclamava nas festas do Santo Officio o privilegio de levar a bandeira da Inquisição, é outra, é a bandeira de escrupulos respeitaveis, de concessões tardias, de reformas sophismadas, mas não é a bandeira do partido, e S. Ex.<sup>a</sup> que governa em nosso nome, para completar sua illustre vida, deve restituil-a aos conservadores a quem ella pertence, á corôa que lh'a confiou, para que essa reforma censitaria, essa restricção odiosa do direito de voto, não seja conhecida na historia como a apostasia do partido liberal.» (*Longos applausos*)

Agora, Senhores, vede como eu impugnava um dos actos que ficaram celebres do gabinete, a doação a alguns particulares do valle do Xingú e de tudo quanto fosse encontrado n'aquelle vastissimo territorio.

« N'esta questão, disse eu ao terminar o meu discurso, não vejo os pequenos interesses individuaes, só vejo os grandes interesses do direito e da justiça compromettidos, e por isso fallo com este calor. Em nome de tudo quanto de mais generoso e elevado pôde existir no coração humano, peço o respeito ao direito de propriedade, que é tão sagrado quando se trata dos cafesaes plantados nas margens da Parahyba, como quando se trata da flecha ou do arco, da caça ou da pesca do indio. Eu que espero o dia da emancipação do escravo não posso concordar na formação de companhias que ameacem os direitos ou que explorarem, sem garantia alguma, o serviço e a liberdade dos indigenas.

« Digo-o com toda a franqueza, espero que a região abençoada do Amazonas que pôde ser o berço d'um grande povo seja um dia governada não por leis de monopolios, de concessões, mas pelos largos principios de liberdade industrial, a que um homem tão estreitamente associado

ao progresso daquelle Imperio, á abertura d'aquelle grande rio, Tavares Bastos, prestou nesta Camara e fóra d'ella a forte iniciativa da sua palavra e do seu talento.

« Os indios que vivem nos descampados do Xingú, em cujas aldeias o nosso collega por Matto Grosso (o Sr. Couto de Magalhães) viu do alto da montanha do Paredão, levantar-se a fumaça longinqua, podem não ter-se adiantado muito, guardando a sua lingua, a sua religião, os seus costumes, comparativamente ao tempo em que o Brazil foi descoberto, ha tres seculos, por outra raça. É certo que elles continuam na immobildade da vida livre do deserto; mas é tambem certo que nós não podemos lisongear-nos de termos progredido, relativamente aos primeiros descobridores deste paiz porque os principios que hoje vejo adoptados na politica do nobre presidente do conselho, com relação aos indios e com relação aos escravos, são menos generosos do que os principios dos Jesuitas, e a politica que elle segue é menos humana que a do Marquez de Pombal. » (*Applausos.*)

Quando se tratou da colonisação chinesa em que idéas inspirei-me para oppor-lhe a mais decidida resistencia? Vós ides vel-o:

« Por mais duro, disse eu, que me seja fazer este protesto entendo que é de meu dever não evitalo, porque eu não me chamaria Brasileiro se me occupasse unicamente com o dia de hoje, com as necessidades do momento; se não tivesse um pensamento para o futuro d'esta patria, que devemos deixar aos nossos successores mais prospera e mais livre do que a herdamos dos nossos antepassados. Pois bem, direi ao nobre presidente do conselho: — É o pensamento do futuro, é a vista longa do futuro, que distingue o estadista. O estadista que trata unicamente de afastar os embaraços do presente... que não se importa nem com a degeneração da raça, nem com a degradação do

trabalho, nem com a condição das classes operarias, nem com os perigos inevitaveis de ficarem sem solução, no momento em que deviam tel-a, os grandes problemas sociaes, em uma palavra que se torna o cumplice dos preconceitos, dos interesses, das ambições de classes privilegiadas, no gozo immemorial de oppressões clamorosas, em vez de considerar os direitos fundados na humanidade, na equidade, na justiça, de todas as classes que compõem a sociedade, de todos os homens que têm direito á mesma patria... esse estadista póde ser um politico, póde ter a satisfação de ter vencido todos os obstaculos, dar conta da missão limitada que se impoz, contentar-se com as honras que recebe e com o respeito de que vive cercado, mas não comparecerá perante a historia entre os grandes ministros que honraram os grandes paizes, por que para isto não basta ter conhecimento pratico, empyrico das necessidades do presente, quando ellas se manifestam, é preciso mais: é preciso o sentimento d'um Richelieu, de um Cavour, de um Bismarck, de um Thiers; a preocupação pelo futuro da patria, que é entre nós, a ambição de apagar moral e socialmente o ultimo dos vestigios da escravidão. » (*Pausa*)

Preciso ir agradecendo a bondade e attenção com que me escutaes... Tendes que percorrer ainda uma longa estrada, mas eu vos afianço que será toda uma romaria aos sanctuarios das grandes crenças moraes do nosso seculo. (*Muito bem! Applausos.*)

A opposição que eu fazia ao ministerio Sinimbú era assim inspirada sómente nos altos motivos que governam a minha vida publica, e que, por me parecerem os melhores, eu quizera ver governarem tambem o partido a que pertenço. Não fiz uma opposição de odio nem de prevenção, mas toda de consciencia. O ministerio não podia resistir á sua propria politica; era-lhe preciso, moralmente enfraquecido como se achava, dissolver nada menos de tres Camaras,

além da que já tinha dissolvido, para obter uma simples lei eleitoral. O Senado comprehendeu a fraqueza da situação dos ministros.

Eu mesmo havia feito este appello ao Senado para que rejeitasse a superstição da reforma constitucional, e se puzesse do lado da reforma por lei ordinaria: « No Senado, disse eu, ainda deve estar bem viva a impressão das acclamações que saudaram o voto que elle deu a favor da lei de 28 de Setembro e das flores com que foram cobertas as suas cadeiras. O Senado não deve esquecer que o povo ás suas portas lhe pede a eleição directa, mas feita pelos meios por que o partido liberal a pedio sempre, e sem tirar a ninguém o voto, mas garantindo-o a todos. Tome o Senado essa nobre iniciativa, e como em toda parte se abria espaço para os estandartes orgulhosos que levavam a celebre inscripção *Senatus Populus Que Romanus* não haverá n'esta casa quem não abra alas para deixar passar essa bandeira da eleição directa e do governo livre que trouxer inscripto nas suas dobras: O Senado e o Povo Brasileiro. »

O Senado rejeitou com desdem o projecto. O gabinete, em vez de pedir logo a dissolução como faria um governo forte, quiz ganhar tempo. N'esse intervallo deu-se no Rio um acontecimento lamentavel: a cobrança de um imposto impopular foi impugnada por um motim e esse facto decidio da sorte de um ministerio que parecia desafiar amigos e adversarios!

Deante do ministerio Sinimbú a minha attitude não fôra propriamente de abolicionista antes de tudo, mas sim de liberal opposicionista. Vós vistes que a questão dos escravos figurava em todos os meus discursos; que eu me apoiava na emancipação para guerrear o gabinete, e que devia assim ser chamado abolicionista porque o era, e abolicionista que já collocava a emancipação acima do partido. Mas em 1879 o principal dever de um abolicionista era derribar



o gabinete que se propunha como programma seu garantir a escravidão, restaurar a grande propriedade e deixar estabelecida a corrente Chinez, isto é, a mongolização do nosso paiz. Era um erro tão grande como o dos que o tinham africanizado.

Com a subida do ministerio Saraiva a situação politica mudou completamente. Eu pela minha parte me via em frente de um ministerio composto de alguns dos meus melhores amigos da Camara, como eram Pedro Luiz, Homem de Mello, Buarque de Macedo, e presidido pelo estadista de maior prestigio pessoal do paiz. N'uma sessão da Camara o Sr. Saraiva fez-me a honra e a surpresa de declarar que não me tinha ido buscar para seu collega por fazer eu parte da minoria da deputação Pernambucana no ministerio Sinimbú. Eu não fazia parte da minoria, essa minoria compunha-se de mim sómente. Mas semelhante declaração mostra a relação em que eu me achava para com o illustre presidente do Conselho. S. Ex.<sup>a</sup> fez-me logo a honra de ouvir-me sobre o seu projecto de reforma, ao qual pude suggerir um ou outro melhoramento, como por exemplo a divisão das parochias em secções, que faz a eleição concluir-se no mesmo dia. Eu tinha todos os motivos pessoais para approximar-me do novo gabinete; mas desde que me levantei para apoiá-lo estabeleci francamente os limites da minha adhesão.

« Consinta-me o nobre presidente do Conselho, disse-lhe eu, que acompanhando-o n'essa reforma eleitoral que ha de ser vencedora, e dando-lhe todo o meu apoio para a realização da sua nobre empreza, eu lhe diga: Lembrai-vos de que uma grande desigualdade existe na nossa sociedade. Vós que ides pagar as ultimas differenças entre os cidadãos Brasileiros quer provenham da religião, quer da origem, quer da casta, deveis reconhecer que n'esse sol ha uma grande mancha que o tolda, pois ainda ha escravos no Brazil quando o seculo XIX aproxima-se do seu termo.

« Senhores, este seculo nasceu com a liberdade, sahio das faixas ensanguentadas da Revolução Franceza, e durante elle que grandes resultados obtidos pelas nações que se emancipam! A Italia dividida em pequenas nações despoticas, forma hoje uma só e grande communhão progressiva. A Russia onde 40.000.000 de homens viviam na servidão da gleba, vio de repente pela vontade de um homem o seu solo ficar livre. Nos Estados Unidos, n'esses mesmos estados das margens do Mississipi onde o algodão crescia pelo trabalho escravo, a emancipação produziu dentro de pouco tempo maiores colheitas, e o trabalho livre cicatrizou as feridas da maior das guerras civis.

« Pois bem, não desejo que quando se fizer a chamada das nações que n'estes cem annos têm rompido com a escravidão e se têm civilizado pelo trabalho livre, só o Brazil não possa responder: Presente.

« Eu devia n'este momento solemne fazer esta reserva importante que me deixa toda a minha liberdade de acção quanto ao compromisso que tenho. Não posso forçar o governo a adoptar o meu pensamento, a fazer seu o meu projecto; mas peço-lhe que não ponha estorvos deante d'elle, que não se declare como o ministerio passado resolutamente disposto a não consentir que o prazo da emancipação seja encurtado de um dia, que não arvore como elle a bandeira da escravidão, mas que, sem collaborar, se não quizer, em nossa obra, não embarace, não desengane, não desespere os que querem fazer alguma coisa para abreviar o captivo e melhorar a sorte dos infelizes escravos! »

Foi essa a primeira vez que no Parlamento Brasileiro a questão da emancipação foi elevada a tal altura, a saber, acima dos partidos, e apresentada como a condição *sine qua non* de apoio a um gabinete.

O abolicionismo deixava assim de ser uma aspiração humanitaria platonica, um ornamento dos debates, como

como fôra para alguns em 1879, uma arma de guerra, ou orientação politica como fôra para outros; elle entrava no dominio da politica pratica, das forças que se impõem, das minorias que contam com o futuro e que se sentem crescer rapidamente. Havia abolicionistas, como eu, na Camara, mas que não faziam depender d'essa questão o seu apoio ao governo, não estabeleciam n'esse terreno a sua questão de confiança politica; em tres ou quatro mezes, porém, nós eramos um grupo unido para o cambate, e onde se achava um achavam-se todos.

No ultimo Parlamento de 1882-1884 não houve na Camara uma minoria abolicionista tão resoluta e firme como a que se formou no fim da legislatura de 1879 e 1880. Em todas as questões relativas á liberdade nós podiamos contar com estes dez votos, a começar do Amazonas: Saldanha Marinho, Costa Azevedo, Joaquim Serra, Costa Ribeiro, José Marianno, Joaquim Nabuco, Barros Pimentel, Jeronymo Sodré, Marcolino Moura e Correia Rabello.

Foi n'esse anno de 1880 que tive a honra de pedir urgencia para fundamentar um projecto de emancipação. A Camara concedeu a urgencia para uma sexta-feira. O effeito d'esse voto foi tremendo: dir-se-hia que as fazendas do Rio e S. Paulo iam marchar sobre a capital. O Sr. Martinho Campos fez-me a honra de procurar-me para'dizer-me que ia propôr a que sessão fosse secreta. Respondi-lhe que em sessão secreta não tomaria a palavra e que estando em minoria na Camara o que eu queria era fallar para o paiz. (*Applausos.*) Era estranho, que em 1880 se quizesse discutir em secreto um assumpto que em 1871 fôra discutido do modo mais publico! Era isso proclamar um novo dogma: o dogma da escravidão. No dia marcado a Camara não se reuniu; a idéa de fazer *grève* prevaleceu sobre a de converter a sessão em conciliabulo. Quando pedi nova urgencia o governo fez questão de gabinete, a urgencia cahio por vo-

tação nominal a 30 de Agosto de 1880, mas não sem grande pezar da parte adiantada da Camara que se via obrigada a passar pelas forcas caudinas — o silencio e a compressão — do escravagismo, e não sem que o paiz visse um grupo de homens, movidos tão sómente por uma idéa, inscreverem-se do lado da liberdade de discussão no Parlamento e da liberdade pessoal no paiz com o sacrificio das suas adhesões publicas e particulares.

Eu iria muito longe, meus senhores, se quizesse fazer o historico da sessão de 1880, mas foi durante ella que se formou o actual movimento abolicionista.

Foi então que fundámos a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, cujo Manifesto tive a honra de redigir e que traduzido em duas linguas foi a carta de apresentação dos Abolicionistas Brasileiros ao mundo. Então, senhores, ser abolicionista era mais difficil do que hoje. Hoje diz-se tudo que se quer da escravidão, n'quelle tempo ella ainda gozava de certo prestigio social e dispunha de immenso poder de perseguição. A linguagem do Manifesto pareceu a alguns ousada e perigosa. Ides ver por algumas phrases:

« Ha trezentos annos celebrou-se o primeiro contracto para introdução de Africanos no Brazil e ha trezentos annos que estamos existindo em virtude desse contracto. »

« O facto de ter sido o partido, que é em toda parte o representante natural da grande propriedade privilegiada, do monopolio da terra e do feudalismo agricola, o auctor do grande acto legislativo que paralizou a escravidão, mostra por si só que, no momento em que o paiz puder de todo abolil-a, ella não achará até mesmo entre seus melhores alliados senão desertores. »

« A situação liberal torna-se depositaria da escravidão, e promete entregar o deposito, intacto, com as mesmas lagrimas e os mesmos soffrimentos que fazem a sua riqueza. »

« Não se enganem os nossos inimigos: nós represen-

tamos o direito moderno. A cada victoria nossa o mundo estremecerá de alegria; a cada victoria d'elles, o paiz soffrerá uma nova humilhação. O Brazil seria o ultimo dos paizes do mundo se, tendo a escravidão, não tivesse tambem um partido abolicionista; seria a prova de que a consciencia moral não havia ainda despontado n'elle. O que fazemos hoje é no interesse do seu progresso, do seu credito, da sua unidade moral e nacional. »

« Levantando um grito de guerra contra a escravidão; appellando para o trabalho livre; condemnando a fabrica levantada a tanto custo sobre a suppressão da dignidade, do estímulo, da liberdade nas classes operarias; proclamando que nenhum homem pôde ser propriedade de outro, e que nenhuma nação pôde elevar-se impunemente sobre as lagrimas e os soffrimentos da raça que a sustentou com o melhor do seu sangue e das suas forças, mostramos sómente sermos dignos de pertencer ao paiz livre que quizeramos ver fundado. Ha muitos annos que foi collocada a primeira pedra do grande edificio, mas chegamos ainda a tempo de lançar os nossos obscuros nomes nos alicerces de uma nova patria. » (*Applausos.*)

Além do mais eu tinha que bater-me com homens de talento que não sentiam ainda a força da corrente que os arrastava para nós. Um d'elles o snr. Taunay escreveu-me uma carta que teve o caracter de Manifesto dos conservadores moderados e á qual respondi immediatamente. Eu vos lerei um trecho da minha resposta em que pela primeira vez servi-me, fallando do Parahyba do Sul, da imagem Biblica — rio da escravidão — que tanto tem figurado na polemica das fazendas.

« Em vez porém, disse eu ao Snr. Taunay que impugnara o prazo de dez annos, de collocar-se imaginariamente em uma fazenda das margens do Parahyba, que se tornou o verdadeiro rio da escravidão, tendo diante dos

olhos como objecto do seu interesse, da sua anciedade e do seu estremecimento, a familia do rico fazendeiro, esperando a data do 1.º de Janeiro de 1890 com terror e espanto, e, nas senzalas mephíticas, sem religião, sem familia, sem consolação, como objecto de seu estudo quasi extra-humno, centenas de escravos accumulados, Africanos ou filhos e netos de Africanos, contando em silencio e em segredo os dias que faltam, e esperando aquella mesma data com o alvoroço, com as lagrimas, com a loucura da esperanza — quando esta não é só do individuo, mas da raça; colloque-se por um instante na posição que eu occupo, e ha de ver como a patria parece maior, livre e sem castas; como a compaixão se alarga, quando se confunde com a justiça; como a humanidade deixa de ser uma palavra, quando n'ella se incluem os escravos. » (*Longos applausos*)

Em 1880 nós os Abolicionistas tivemos a dôr de ver succumbir o Visconde do Rio Branco. Tem se dito que fui e sou um detractor da memoria do glorioso autor da lei de 28 de Setembro. É falso. Eu já o disse, a amisade intima que me prende ao illustre e benemerito filho d'aquelle grande homem me impediria de expressar sobre elle qualquer pensamento que pudesse diminuir-lhe o renome. Julgando com severidade a lei de 28 de Setembro de 1871 não a julgo na época em que foi feita, como lei de 1871, mas como lei de hoje, de dez ou quatorze annos depois. A Hespanha promulgou tambem em 1870 uma lei do ventre livre e dez annos depois em 1880 completaram-n'a por outra que converteu desde logo a escravidão em um *patronato* por 8 annos, e nós ainda estamos na lei do ventre livre. Não faz parte da nossa missão elogiarmos hoje a lei de 28 de Setembro: essa é a missão dos nossos adversarios. Mas com relação ao Visconde do Rio Branco eu direi isto: Quando elle foi demittido de director da Escola Polytechnica dirigi uma interpegação ao governo



em homenagem ao homem, e quando elle morreu paguei-lhe da tribuna da Camara o tributo da mais alta admiração.

« O homem que nós lamentamos, disse eu então, não fez uma obra incompleta. Ha uma parte definitiva n'esta grande obra: ha dez annos, ninguem nasce escravo; e quando mesmo não fossemos além da lei de 28 de Setembro de 1871, si esquecessemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ella bastaria para deixar des-assombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existirá mais no nosso paiz.

« É por isso tambem, senhores, que Rio Branco esteve em sua vida na posse do melhor dos sentimentos que os escravos tinham para offerecer aos seus bemfeitores — a gratidão das mães. Na verdade que titulo de gloria teve jamais alguem maior do que esse que lhe foi concedido, quando nas fazendas os ingenuos eram chamados pelo seu nome — como se fizessem parte da sua familia? Que recompensa já teve homem algum maior do que essa, por uma obra toda de desinteresse? Tomei a mim trazer para a tribuna d'esta Camara a gratidão, o pesar, as lagrimas dos escravos. Ainda que o beneficio não se extendesse directamente a elles, ainda que sob o regimen da lei de 28 de Setembro elles só possam esperar a sua liberdade da morte bemfazeja que demasiado os poupa, elles não recusam um ceutil da sua dedicação e do seu amor ao homem que lhes libertou os filhos. É assim que hontem no fundo do quadro, quando viamos descer ao tumulo o grande libertador, estavam as Mães Escravas como as Testemunhas Mudas da Posteridade. Foi esta a sua gloria, e eu venho affirmal-o do alto d'esta tribuna, porque essa gloria é patrimonio da nossa idéa; é a riqueza da nossa causa; é a grande herança que elle apontou á ambição dos nossos homens de estado, mas que, como Alexandre, só deixou — ao mais digno. » (*Muito bem.*)

N'esse mesmo anno explorou-se muito contra nós o sentimento nacional, dizendo-se que eramos instrumentos do estrangeiro, como hoje se explora o sentimento contrario, dizendo que somos inimigos dos estrangeiros, por entendermos que estrangeiros, por honra do seu estatuto pessoal, isto é, da sua nacionalidade, não devem possuir escravos. Mas desde essa epocha, para voltar ao meu assumpto que sou eu proprio, comecei a viver para a emancipação. Os debates da Camara tinham muito pouco interesse para mim. Eu havia votado contra a lei eleitoral que partia do eleitor, e não do votante da Constituição. A Camara sentia-se condemnada e não se reunia quasi. O presidente creava os maiores embaraços ao uso da palavra para fins abolicionistas. Depois de um ou dois conflictos d'essa natureza, pensei em renunciar um mandato que se não me permittia exercer com liberdade; mas o fim da sessão estava proximo e o meu procedimento podia ser mal interpretado. Foi então que resolvi ir passar quatro mezes á Europa para descansar do muito trabalho que tive desde que entrei para a Camara. Durante a minha ausencia a Camara reuniu-se muito poucas vezes e sómente para approvar emendas do Senado. No dia 15 de Dezembro parti para a Europa com destino a Bordéos. Aqui peço licença para deter-vos um instante.

Eu sabia que a Camara ia ser dissolvida e portanto que minha carreira pariamentar tinha findado. Olhando para o tempo que servi no Parlamento sentia-me satisfeito commigo mesmo. Em 1879 quando tomei assento eu era apenas conhecido pelo meu nome e pelos meus escriptos; ninguem sabia se eu reunia ou não as qualidades precisas para a vida parlamentar; eu tinha contra mim n'esta provincia prevenções injustas e fóra d'ella luctava com o peso da grande tradição que era chamado a continuar no Parlamento. Um anno depois, senhores, eu podia ter

orgulho d'isto: os homens mais eminentes d'este paiz entendiam sem distincção de partido que eu tinha merecido ser reeleito, as prevenções converteram-se em adhesão, o meu nome deixou de despertar a idéa de um individuo para despertar a de uma grande causa, os meus inimigos chamavam-se legião mas eram todos inimigos do propagandista, não do homem, e em compensação vi formar-se em torno de mim um nucleo de amigos que pela intelligencia, pelo character, pela falta de inveja e sobra de desinteresse, representam uma das mais bellas communhões que uma idéa social já conseguiu produzir em nosso paiz. Eu tinha durante dous annos feito ouvir a voz da consciencia humana no Parlamento Brasileiro, e tinha sido alli o primeiro advogado da raça negra, o primeiro que ousou pedir justiça para ella, dizer que ella tinha queixas e *direitos*, e lembrar aos Brasileiros que esta patria que nos jactamos de ter edificado é obra dos que estão fóra d'ella, abaixo d'ella. (*Longos applausos*)

Tambem nenhuma satisfação foi maior para mim do que ver-me publicamente honrado na imprensa por me ter posto do lado dos que me não podiam recompensar. « A sua palavra, disse o *Globo* quando parti, fez-se sempre ouvir em defesa do fraco, do opprimido, do infeliz que não tinham para captar defensores senão a propria miseria. » Testemunhos como esse eu podia produzi-los sem numero. Sim, senhores, essa consolação me restava. Eu tinha visto capitulações de consciencia de todas as especies; tinha estudado nos outros a triste psychologia moral da politica; visto ao meu lado a medida estreita dos moveis pessoaes, e sentia-me diverso de tudo isso, em posse de outro ideal, ou se quizerem de outra ambição.

Uma vez disse na Camara a um dos ministros:

« Não quero medir as nossas duas carreiras... A do nobre ministro principiou, como a minha, no parlamento.

S. Ex.<sup>a</sup> chegou depressa a uma das posições mais responsáveis, a uma das posições mais difíceis e elevadas que este paiz possa dar. Eu não tenho desejo de lá chegar, não tenho também esperanças de ser reeleito; mas quiz simplesmente na minha passagem ephemera por esta Camara pôr-me ao lado da liberdade, da justiça, do progresso, da humanidade, que são para mim os maiores interesses do paiz, de maneira que qualquer homem verdadeiramente liberal e de sentimentos generosos me pudesse sempre dar um aperto de mão. »

Esse programma que me impuz, eu o cumpri á risca e espontaneamente. Era isto não ter outra coisa em vista senão a gloria? « Teria eu pensado, escrevi eu em 1881, em sacrificar as minhas mais legitimas aspirações á honra de ter um dia a minha acção pessoal ligada ao triumpho inevitavel de uma causa que uma vez vencedora ha de ter os applausos até dos proprios vencidos? Reconheço que a ambição de assumir no presente uma attitude que seja approvada pelo futuro é uma das mais elevadas inspirações que o homem politico possa ter; até certo ponto ella caracteriza mesmo o estadista. Não foi porém essa a causa determinante do meu procedimento. O serviço da idéa abolicionista é hoje para quem lhe queira ser leal todo de sacrificio, sem compensação alguma, não só de carreira, mas também de nome; é a renuncia do presente e do futuro. »

Mas havia uma gloria que me seduzio sempre... Sabeis qual é? « Eu não quero levar da minha passagem pelo parlamento, disse uma vez na Camara o actual presidente d'esta provincia, o grande pezar de não ter ao menos manifestado a minha adhesão á causa aqui tão brilhantemente defendida pelos nobres deputados pela Bahia e por Pernambuco, sobre tudo pelo ultimo ao qual a maior gloria que eu desejo é a de que, no futuro ao abrir a

historia parlamentar d'este paiz, possa alguém lendo o seu nome sentir alguma coisa d'essa impressão de sympathia, de admiração e de reconhecimento que muito Inglez livre hoje ha de sentir sempre que vir traçado, em uma das paginas de honra de sua historia o nome puro Wilberforce. » Sim, senhores, essa gloria que o nome de Wilberforce suggere está ao alcance de todos — não é a gloria do genio, do poder e da fortuna, os tres elementos da gloria pessoal, que corôa, se me posso fazer comprehender assim, não propriamente a vida, mas o destino dos grandes vultos humanos e que é um presente dos Deuses antes que uma criação de nós mesmos. A gloria de Wilberforce é outra e está ao alcance de todos os homens de cōração, de sentimento e de principios: é aquella que consiste em ter fé na justiça, em ter amor aos opprimidos, em ter esperança na liberdade. Mas a gloria assim merece antes o nome de religião, de ideal, de dever. Não' é outra coisa senão uma consolação que ajuda a viver, uma alegria que derrama sobre a alma um clarão perpetuo; é a gloria dos obscuros, dos humildes, dos anonymos: do homem de bem que confessa os seus principios; do soldado que combate pela sua bandeira... é a gloria de ser homem! (*Ruidosos applausos.*)

Agora sou forçado a pedir-vos permissão para interromper a minha conferencia por alguns minutos... sinto-me muito fatigado.

(*Depois de alguns minutos de interrupção o orador volta á tribuna, e é recebido com longas salvas de applausos.*)

Accusou-se-me de ter ido á Europa detrahir do meu paiz; vejamos. Visitei quatro capitaes apenas, Lisbôa, Madrid, Londres e Pariz. Tende a paciencia de fazer de novo, essa viagem commigo.

Eu não pensava demorar-me em Portugal; o meu destino era Londres onde me esperava um amigo. Foi uma circumstancia fortuita que me fez parar em Lisbôa para

seguir viagem por terra. Em Lisboa, senhores, tudo era novo para mim e eu tinha portanto verdadeira anciedade de ver tudo, e de conhecer os homens notaveis de que Portugal se ufana e que dão á litteratura portugueza um brilho tão grande. No meio de uma vida occupada cada momento por uma impressão nova deu-se o acontecimento que todos vós sabeis, e que tanta repercussão teve d'este lado do Atlantico, a manifestação da Camara dos Deputados admittindo-me a tomar assento no recinto.

Nada estava mais longe do meu pensamento do que esperar semelhante demonstração. Eu assistia á sessão de uma das tribunas da Camara, quando logo depois de tomar a palavra o notavel orador o Sr. Antonio Candido, que eu tinha grande curiosidade de ouvir, notei que todos os olhares se voltavam para mim e comprehendi que era eu o objeto da moção do illustre deputado. Senhores, não posso esquecer essa honra que se me fez em Lisboa, honra excepcional em toda a historia das Côrtes. Nunca tive maior emoção em minha vida do que quando penetrei n'aquella assembléa illustre que se levantou toda para receber-me, e fui sentar-me entre os seus membros.

O partido regenerador emulou com o progressista em tornar a manifestação unanime. O Sr. Julio Vilhena, outro vulto da tribuna portugueza, fundamentou então, « para honrar-me a hospedagem », disse elle, uma proposta convidando o governo a acabar com o castigo das varadas nas praças de pret e individuos a ellas equiparados. Esse acontecimento inesperado deu á minha viagem o caracter que ella depois teve. O telegrapho communicou para Madrid e Londres o que se havia passado na Camara Portugueza e os abolicionistas d'essas duas capitães viram n'essa recepção um motivo para honrarem-me em minha passagem.

Tambem, senhores, não havia razão para eu esconder-me, nem fugir, nem calar-me. Eu não era um cri-



minoso sob a ameaça de extradição; não tinha feito mal algum á minha patria, não estava envolvido em uma empreza que fosse vergonhoso confessar... pelo contrario. Estava luctando pela liberdade e pelo direito, estava promovendo uma grande medida humanitaria, e era prestar um serviço assignalado ao nosso paiz mostrar ao mundo que se havia n'elle a escravidão, o que todos sabiam, havia tambem um partido abolicionista, o que quasi todos ignoravam. (*Applausos.*)

Ter a escravidão e não ter um partido abolicionista — é que seria uma vergonha. Senhores, acreditai-me. O Brazil tinha ha cinco annos no mundo a reputação de paiz retrogrado e fechado, sem elementos de agitação e de movimento, gozando de um feliz despotismo, como se suppõe ser o nosso governo, e tendo por sua principal instituição a escravidão dos Africanos. Essa reputação nós Abolicionistas a temos modificado e estamos modificando do modo mais favoravel. Ha poucos dias liamos tanto no *Times* como no *Journal des Débats* artigos editoriaes sobre o nosso paiz como por certo não seriam escriptos se não tivesse havido o movimento Abolicionista. Não faz mal que nos ataquem, a nós abolicionistas, uma vez que se reconheça que a nação está fazendo grandes esforços para se libertar do jugo servil que a opprime. Vós todos sabeis que ha entre nações musulmanas o despotismo, a polygamia, a intolerancia, a escravidão; se amanhã viesse ao Brazil um Mahometano qualquer mostrar-vos que ha no seu paiz um forte partido o qual quer extinguir todos os vestigios de oppressão e tyrannia e que o Corão é tão compativel com a liberdade em todas as suas applicações como o Evangelho, dirieis vós que esse homem estava detrahindo do seu povo ou que pelo contrario elle estava procurando levantalo aos olhos do mundo? (*Muito bem.*)

Quanto a mim, posso dizer-vos, tudo o que disse ou

escrevi na Europa teve sempre por fim produzir entre o Brazil e o mundo uma aproximação moral que com a escravidão não é possível, e que ha de começar exactamente quando no estrangeiro se tiver conhecimento dos esforços que estamos fazendo para supprimil-a de todo. Quando pois se me accusa de falta de patriotismo por ter usado da linguagem que usei tenho direito de estranhar a má fé ou a ignorancia dos que me fazem tal accusação... Somos nós os abolicionistas que estamos revelando o Brazil á Europa e á America, isto é que estamos destruindo a idéa que o mundo tem de nós por causa da escravidão. (*Applausos*).

Sim, senhores, é a escravidão que nos dá essa reputação de retardatarios, e não a monarchia nem o Catholicismo. A Inglaterra, a Belgica, a Italia têm a monarchia, a França é Catholica, e são reputadas nações livres; mas a escravidão só a têm hoje a Turquia e os povos barbaros.

Mas ouvi a linguagem tanto minha como dos oradores e da imprensa que me acolhiam e disse-me se taes sentimentos não são de natureza a elevar o Brazil na estima dos outros povos.

É me impossivel quasi citar um trecho qualquer do que disse a meu respeito o grande orador Portuguez, tão excessiva foi a generosidade d'elle para commigo, mas quero e devo dar-vos uma idéa do character da manifestação. « A Camara conhece, disse Antonio Candido, e, o que é mais, sente as intimas relações que nos prendem ao Imperio, onde se falla a nossa formosa lingua, onde se commemora a nossa heroica historia, onde a nossa grandeza tem o mais fervoroso culto, onde mais sympathicamente echoam as nossas desgraças, onde muitos dos nossos concidadãos datam o periodo de sua felicidade pela intelligencia e trabalho, onde o nosso espirito reffloresce a cada momento como o de um pai nas glorias e nas fortunas de um filho muito amado... »

Eis ahí a linguagem de um inimigo do Brazil!! (*Applausos.*)

Agora esta magnifica pagina em que elle descreve a grandeza da missão de qualquer abolicionista convencido:

« Não ha causa mais justa, não ha pensamento mais elevado, não ha missão mais nobre nem mais benemerito da que a causa, o pensamento, a missão, que exaltam a vida do parlamentar que nos honra com sua visita. Restituir a milhares de consciencias a soberania do seu pensamento; restituir a milhares de corações a dignidade de seus affectos; garantir a milhões de braços a propriedade de seu trabalho; libertar uma raça inteira que tem direito a viver, a progredir, a experimentar a lucta da existencia, como a experimentam homens e não como a provam as especies inferiores; acabar de uma vez para sempre com o degradante espectáculo do interesse sobre a justiça, da força sobre o direito, de uma educação pervessissima, atrophando cerebros para que não pensem; de uma oppressão brutal, esmagando consciencias para que não protestem; do azorrague infame retalhando as carnes de desgraçados cuja vida é uma maldição sem termos, um martyrio sem piedade; fazer isto é fazer uma grande obra, é realizar um altissimo destino, é subir pelo caminho das virtudes ás eminencias da gloria, é ter reunido os melhores titulos á mais profunda admiração e ao mais justo respeito humano.» (*Longos applausos.*)

E o Sr. Julio de Vilhena, para gravar ainda melhor em minha memoria a sessão a que assisti, propunha a abolição das varadas n'um improviso eloquente, do qual vos citarei alguns trechos, supprimindo d'elles apenas os excessivos louvores que me fazia.

« O orador brasileiro, disse elle, póde dizer ao voltar ao seu paiz que foi recebido de braços abertos nesta Camara, e que lhe honrámos a hospedagem apresentando uma proposta convidando o governo a acabar o castigo das va-

radas. As questões de escravos na Africa nunca foram entre nós questões de partido. Todos tem cooperado n'ellas e a todos pertence a gloria da resolução. O marquez de Sá da Bandeira não representava apenas um partido, representava o paiz na grande obra que emprehendera e em que foi por todos acompanhado.

« Aproveitemos o dia em que entrou nesta casa o orador ; mostremos-lhe que comprehendemos a causa nobre que defende, approvando esta moção, para que elle vá referir á sua patria que a Camara dos deputados encerrou a sessão de 8 de Janeiro de 1881 proclamando a abolição dos ultimos vestigios da escravidão nas nossas possessões ultramarinas.»

Eis ahí o que foi a sessão de 8 de Janeiro de 1881! Impedido de fallar no recinto das Côrtes escrevi uma carta de agradecimento ao Presidente da Camara, carta que foi tornada publica por todos os jornaes de Lisbôa. Em outra agradei as unanimes manifestações da imprensa. N'esses documentos não escondo o unico titulo pelo qual julgo ter direito á estima dos meus concidadãos, confesso-me francamente abolicionista, denuncio a escravidão como se estivesse deante d'ella.

E porque não procederia eu assim ? A historia não está cheia de exemplos que me justificam ? Porque ter contemplações com uma instituição que não se sacia de lagrimas humanas, que não tem horror ao sangue, que precisa para existir da ignorancia e da degradação ! Que povo jamais soffreu despotismo egual ao da escravidão domestica, ao martyrio da raça negra, á Perseguição dos Escravos ! O que queriamos, era fazer a escravidão envergonhar se de si mesma, e essa vergonha já appareceu ; era que a escravidão não se confundisse com a patria, não se identificasse com ella e que pelo contrario o Brasileiro tivesse o direito de denuncial-a á Europa e á America como o inimigo mortal do seu paiz ! (*Longos applausos.*)

O que se deu durante a minha curta passagem por Lisboa foi assim uma aproximação entre os espiritos liberaes dos dois povos portuguezes. Eu havia dito no discurso que proferi como orador official da colonia Portugueza do Rio no terceiro centenario de Camões: « O Brazil e *Os Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal. » Isto definia o nosso sentimento para com a pequena nação Européa que pôde gerar este colosso Sul-Americano. Por outro lado o sentimento Portuguez para conosco era da mesma natureza. O Portuguez tem hoje duas patrias: Portugal e o Brazil. D'essa afinidade de sentimentos nasceu a manifestação que me foi feita nas Côrtes; ella não foi senão um brado tão eloquente quanto desinteressado e fraternal da antiga Metropole para que a nação em que ella se revê através do oceano e na qual adivinha um futuro glorioso para a sua lingua e a sua raça, completasse a obra da Independencia pelo rasgate dos seus filhos escravizados, isto é, ganhasse sobre si mesma uma victoria igual á que em 1822 ganhou contra a mãe patria.

Passemos agora á Hespanha. Em Madrid, senhores, eu encontrava um nucleo de abolicionistas intransigentes, em cuja consciencia a imagem da escravidão multiplicava as suas proporções reaes como se atravessasse os vidros de augmento de um telescopio. Notai que em 1881 quando passei por Madrid já estava promulgada a lei que aboliu nominalmente a escravidão em Cuba e a convertera em patronato, a curto prazo. A escravidão estava pois a acabar nos dominios da Hespanha, mas isso não diminuia de um gráo a febre do abolicionismo Hespanhol. A Hespanha, senhores, tem em certa classe de homens uma vida politica intensa, apaixonada, capaz de todas as explosões, e de que no estrangeiro não se faz idéa. Ella é uma nação que espera alguma coisa, supersticiosa de si mesma, que acredita na superioridade da sua raça, se orgulha do seu passado,

e não se consola do mal que o fanatismo e o despotismo dos seus reis lhe causaram desde o fim da conquista Arabe. Ella ainda não se refez da terrivel sangria, de sangue, de genio e de arte, que a Inquisição lhe fez com a perseguição e expulsão dos Mouros. Mas d'essa grande epopéa medieval assim como da epoca deslumbrante da descoberta da America e da fundação do Imperio onde o sol não se deitava, a Hespanha guardou uma alma em que as paixões e os sentimentos não se contrahiram ainda sob a acção constante da conveniencia e do interesse, como em outros povos, mas conservam a mesma força explosiva e destruidora de si mesmas, o mesmo brilho incandescente com os mesmos reflexos sanguineos que caracterisam as paixões humanas no seu periodo de liberdade, no seu periodo tragico, em que nada as póde conter nem mesmo a vista das Menades precipitando-se sob a sua presa para dilaceral-a. N'um povo assim, cuja alma tem as notas de um côro de tragedia antiga, a escravidão produz um effeito muito mais intenso e uma indignação muito maior do que entre nós, que temos outro coração e que sentimos com muito mais calma e indifferença. Em Madrid o abolicionismo se me revelou como um odio profundo contra a escravidão, como um grito de vingança contra os oppressores. Mas a honra que me fizeram os Abolicionistas de Madrid, tanto na Sociedade Abolicionista Hespanhola, que celebrou uma sessão para receber-me como seu socio benemerito, como no banquete que me offereceram os membros d'aquella sociedade e os senadores e deputados Cubanos, teve todo o caracter de uma aproximação entre o Brazil e Cuba, entre a raça Portugueza e a Hespanhola, entre Portugal e Hespanha, entre o Velho e o Novo Mundo.

Eis o que me dizia, fallando em nome da imprensa democratica de Madrid, o Sr. Arnau. Supprimo na leitura os altissimos epithetos com que elle me honra.



« Permitti-me que em minha qualidade de jornalista levante aqui a minha voz' saudando calorosamente o deputado brasileiro e abolicionista Sr. Nabuco. Permitti-me tambem, e não achareis seguramente excesso de representação estas palavras, que me considere neste instante toda a imprensa liberal da Hespanha, interprete fidelissimo como creio ser de seus ardentes sentimentos de sympathia pela causa que personifica o nosso distincto hospede na America latina.

« De facto, sem offensa a ninguem, longe de meu pensamento e ainda mais distante de meu animo a idéa e o proposito de quebrar no minimo o lemma generoso e comprehensivo desta Sociedade, devo reivindicar, sem embargo, para a democracia hespanhola as honras da solemnidade presente. Nós outros, os democratas, fomos os primeiros a saudar o Sr. Nabuco, apenas elle pôz o pé em terra Iberica. E quando ha poucos dias dispensava-se-lhe a honra singular de um recebimento enthusiasta na camara electiva de Portugal, nós tambem nos sentiamos lisongeados como si a sua satisfação fôra nossa propria, como se fôramos nós quem tributasse essa homenagem de consideração e respeito ao tribuno cujas palavras de fogo, que acabais de ouvir enthusiasmados, fazem tremer essa horriavel instituição da escravidão, alli d'onde, como em seu paiz e em nosso territorio, se levanta ainda com sua negrura espantosa, eclipsando a dignidade humana, qual nuvem de maldição e ignominia. Sinto n'este momento o nobre orgulho de raça, sim, eu o declaro. Recordo com que indivisivel enthusiasmo dispensava recentemente a illustre capital Portugueza as suas melhores alegrias ao Sr. Nabuco. Queiram ou não, nós temos que fazer-nos solidarios d'essas satisfações intimas. »

E o Sr. Arnau continuava a fallar da solidariedade das nações da Peninsula e das herdeiras do seu genio e

de sua lingua na America. Está ahi a approximação entre duas nacionalidades e dois mundos! (*Applausos.*)

Oiçamos agora o Sr. Portuondo, representante de Cuba nas Côrtes:

« O Sr. Nabuco, disse elle, não é somente nosso irmão como filho da nossa grande e nobre raça latina, que occupa tão alto lugar na historia do antigo e do novo mundo, nem por pertencer como nós outros á grande familia liberal, cuja união e cujo amor se consolidam por laços cada dia mais estreitos e apertados em toda a extensão da terra; somos, além d'isso, e sobretudo, irmãos como protectores ardentes e decididos das desgraçadas victimas da oppressão e da tyrannia, como defensores incançaveis dos direitos sagrados da personalidade humana.

« Nós, os Cubanos, em cujo nome fallo agora, vemos ainda no nobre campeão da liberdade dos negros mais um titulo ao nosso fraternal carinho. Somos Americanos; somos filho d'aquella terra esplendorosa e admiravel, que nossos illustres antepassados, os portuguezes e os hespanhoes, surprehenderam em dias para sempre memoraveis, lá entre os nebulosos e escuros horisontes que envolviam os confins do planeta; daquella terra que com esforço poderoso arrancaram do seio profundo dos mares e mostraram ao mundo attonito como apparição immensa de bellezas não igualadas e de incomparaveis esplendores; d'aquella terra cuja vida, ao nascer entre pesares e alegrias, dores e prazeres, foi esmaltada pelos factos mais grandiosos e sublimes de todos os tempos e de todos os lugares. Quando nós os americanos latinos nos encontramos em qualquer parte d'este velho mundo... as nossas almas experimentam iguaes impressões e nossos corações commovem-se ao impulso dos mesmos nobres e generosos sentimentos. E depois quando ás recordações do passado glorioso e ás realidades do presente succedem as aspirações pelo futuro, então, ah! então

tambem encontramos-nos unidos em uma esperança commum cuja realisação poderá ser mais ou menos proxima, mas nem por isso menos evidente e incontrastavel: a de ver um dia triumphantes os grandes ideaes da democracia, baseados no respeito á liberdade e dignidade humanas, no reconhecimento e exercicio dos direitos naturaes do homem e na soberania dos povos. » (*Applausos.*)

E como pela minha parte me exprimia eu? Ides ouvir-me, aqui está o final de meu discurso de Madrid:

« É pela generalidade do mal, que não póde existir n'um ponto do mundo civilisado sem o contaminar em toda sua extensão, que se explica a universalidade do sentimento abolicionista de sociedades, como esta, cuja esphera abrange o munda inteiro, a escravidão toda. Hoje só ha *escravos* no Brazil; pois bem, estou certo muito breve não os haverá mais no mundo. Nas manifestações que acabais de fazer-me, nos applausos com que tendes recebido minhas palavras, vós me daes a prova de que a causa da emancipação não é de um povo so, mas de todos os povos, e ainda mais, de que o sentimento liberal não se detem nas fronteiras de cada paiz, mas associa-se a todas as luctas que se travam pela liberdade humana, em qualquer parte do planeta.

« Essa certeza de que primeiro Portugal, depois a Hespanha, e em seguida os outros povos viram a bandeira em torno da qual nós combatemos, ha de inspirar ao mesmo tempo que terror aos nossos adversarios, animo e coragem ao partido abolicionista brasileiro. Não, ha Senhores, no mundo inteiro actualmente um ponto onde se esteja realizando uma obra maior, mais universal, mais cheia de interesse para a humanidade do que a que empreendemos no Brazil em favor da liberdade de um milhão e quinhentos mil escravos. » (*Applausos repetidos.*)

Está ahi, senhores, outra d'essas reuniões em que eu

desacreditava o Brazil e o fazia descer na estima do mundo! Singular resultado o que eu obtinha, esse de arrancar taes expansões aos homens de coração que me ouviam, de fazel-os identificarem-se commigo, de alliareem a sua patria com a minha n'um mesmo sonho de liberdade e de engrandecimento para ambas. (*Sensação e applausos.*)

Agora passemos á Inglaterra, com a qual principalmente se me associa, no que se me faz grande honra, porque a admiração que sinto pela raça Anglo-Saxonia, pelo que ella tem feito pela liberdade humana, pela parte com que ella entra para a civilisação moderna, é o que eu só vos posso expressar dizendo que ella augmenta em mim o sentimento da minha dignidade pessoal e do meu respeito proprio. Sim, senhores, é na Inglaterra que se comprehende que magestade, é a expressão propria, póde encerrar-se n'este simples titulo que em outros paizes não vale nada — de cidadão. Só o Inglez sente renovado em si o orgulho com que nos grandes dias de Roma ainda o plebeu da Urbs exclamava: *Civis Romanus Sum!* » Em todos os outros paizes parece que falta alguma coisa á dignidade d'esse titulo! (*Muito bem.*)

Diz-se, senhores, que para tornar o meu nome popular entre a *Anti-Slavery Society*, a celebre sociedade abolicionista de Londres, não duvidei diffamar o Brazil. É sempre a mesma historia, mas a verdade é muito diversa. Antes de partir para Londres eu já era muito conhecido da *Anti-Slavery Society*, já tinha recebido d'ella uma honrosissima mensagem de agradecimento por um dos actos da minha carreira de que mais me prezo. Seria por ter denunciado algum crime da escravidão commettido por Brasileiros? Não, senhores, foi por ter denunciado a maior conspiração que jámais houve n'este paiz para privar escravos da sua liberdade legalmente adquirida. Digo a maior conspiração porque como attentado publico seria impossivel descobrir-se

coisa comparavel á violação da lei de 7 de Novembro de 1831 e á reducção ao captiveiro de um milhão de Africanos livres. Mas conspiração contra a liberdade, nunca houve em nosso paiz nada igual á que eu denunciei em 1880 da tribuna da Camara. Quem eram os conspiradores? Seriam Brasileiros? Não, senhores, foram Inglezes. (*Applausos*).

Uma Companhia Ingleza de mineração no Brazil, a de S. João d'El-Rei, comprou, em 1845 todos os bens de outra companhia tambem Ingleza, chamada de Catta-Branca, e entre esses bens estavam 384 escravos que ella se comprometteu a alforriar quatorze annos depois, isto é, em 1859. Pois bem de 1859 a 1879, quando tomei a palavra na Camara, esses homens legalmente livres ficaram todos, excepto os que morreram no captiveiro e estes em numero de 262, mantidos em estado de escravidão pela Companhia Ingleza.

Não ha facto semelhante em nossa historia! Eu denunciei-o com todas as forças como um ultraje tanto ao nosso paiz como á Inglaterra, e foi essa denuncia, coroada pela liberdade dos que restavam d'aquelle grande numero de victimas de uma conspiração sinistra, que a *Anti-Slavery Society* me agradeceu como um serviço á humanidade. (*Applausos*). Longe, pois, de captar-lhe as sympathias de-trahindo do meu paiz foi por uma accusação vigorosa e sem attenuação do procedimento de subditos inglezes (*adhesão geral*), que mereci a estima d'aquella sociedade illustre e desinteressada que trabalha pela causa da humanidade em todos os paizes e que tendo conseguido a liberdade dos escravos inglezes não descançou ainda, e continúa a lutar para conseguir a dos escravos Cubanos, Brasileiros, Egypcios e Musulmanos. (*Applausos*). Eu penso e sinto como ella; sou inimigo da escravidão em todas as partes do mundo, e muito mais do que em qualquer outra no meu

proprio paiz. Não reconheço patria á escravidão, fique isto bem claro, eu que peço que todos os escravos tenham uma patria! (*Longos applausos*).

Em Londres, meus senhores, a *Anti-Slavery Society* fez-me uma manifestação publica, que o seu presidente, um filho do grande Buxton, comparou á que tinha sido feita ao immortal abolitionista Americano, William Lloyd Garrison. Sim, se eu denunciei a escravidão Brasileira em Londres, Garrison, Frederick Douglass, Beecher e a auctora benemerita da *Cabana do Pai Thomaz*, tambem foram á Inglaterra denunciar a escravidão Norte-Americana! (*Adhesão*). Mas eis como eu terminava o meu discurso no Charing Cross Hotel:

« Nós combatemos como outr'ora combateram Sharp e Clarkson, Wilberforce e Buxton, pelo renome da nossa patria e pelo seu progresso moral; estamos fazendo todos os esforços para realizar a obra para a qual apontam todas as aspirações nacionaes. Qualquer que seja a opinião do presente nós conhecemos a do futuro. Nossos humildes nomes serão esquecidos; mas a obra será perpetua, porque ella é o complemento dos esforços do seculo XIX, que declarou a escravidão a mais flagrante violação de todos os deveres do homem para com qualquer dos seus grandes idéaes, quer se denominem Deus, Patria, ou Humanidade, e dessa obra posso fallar com orgulho perante vós e o mundo inteiro, porque não é a conquista de um só homem ou de um só partido, mas da nação inteira, senhores e escravos, contentes por verem a aurora de uma nova vida encerrar o longo periodo da escravidão — de modo que o Brazil, depois de tres seculos de captivo, possa dizer á raça infeliz, á qual elle tanto deve, nas palavras do vosso poeta:

« Começa o dia a romper e a noite fugio! » (*Applausos*)

Ahi em Londres a minha passagem só tinha um effeito:



approximar ainda mais os Abolicionistas de todos os paizes. Guardo d'essa viagem as mais gratas recordações, tantos foram os testemunhos de sympathia pela nossa causa e pelo progresso do Brazil que eu recebi; nenhum d'elles, porém, me foi mais honroso do que uma carta do veterano da cruzada abolicionista Inglesa, o Sr. Joseph Cooper, que me escrevia de seu leito de morte: « O meu tempo n'este mundo está se approximando do seu termo e eu olho para o paiz onde o homem da terra não ha de mais opprimir. Não vos surprehendereis d'isso quando eu vos disser que fui na mocidade um humilde, mas ardente auxiliar de Clarkson, de Wilberforce e dos seus collaboradores, os que abriram caminho á liberdade e á justiça. Que a benção do Altissimo e d'Aquelle que veio proclamar a liberdade dos captivos esteja comvosco e com os vossos trabalhos, é o meu voto e a minha oração ».

Terminada a minha visita á Inglaterra, eu tinha que voltar ao Brazil. Para mim a dissolução era certa, mas não tendo sido decretada desde logo, a reunião da Assembléa Geral devia ter lugar em Maio. Foi sómente em Pernambuco que tive a noticia da dissolução. Querendo estar no Rio para a sessão de 1881 não pude demorar-me em Pariz. Senti muito, senhores, porque dentro de poucos dias teria lugar o banquete commemorativo da abolição nas Colonias Francezas e o veterano e glorioso abolicionista a quem é principalmente devido aquelle acto, o senador Victor Schœlcher, instava para que eu estivesse presente. Mas a minha passagem não foi sem effeito. Eu dei informações ao Sr. Schœlcher sobre os nossos esforços e o banquete de 5 de Maio de 1881 foi toda uma animação á nossa obra. O Sr. Schœlcher apresentou um voto de sympathia aos abolicionistas do Brazil e Gambetta saudou a abolição no mundo. « Eu vim aqui, disse o estadista da Terceira Republica, associar-me com todos os meus amigos

em favor de uma causa já ganha, ao menos pela França; de uma causa abraçada por todos os espiritos generosos tanto em Hespanha como na Inglaterra, na America do Norte como na do Sul e que ha de em breve ter unanimidade em todo o globo habitado ». (*Applausos*).

Está ahí, senhores, longamente contada a historia da minha viagem á Europa. Vós a vistes em suas linhas principaes: uma viagem de descanço convertida em uma peregrinação abolicionista, as sympathias do mundo chamadas a nós; em Portugal a approximação de dois povos, em Madrid a das duas Americas, na Inglaterra a de dois mundos, para a abolição da escravidão na Terra, e no meio de tudo nem uma palavra contra o Brazil, pelo contrario em toda parte votos ardentes pelo nosso triumpho proclamado como a victoria nacional por excellencia.

Eu sei que ha muito quem se acredite mais patriota do que eu porque emquanto dissipam em Pariz fortunas representadas por escravos ou calam-se sobre as nossas instituições ou descrevem o Brazil como o paraizo dos escravos e a escravidão como um estado melhor do que o proletariado Europeu. Ha, porém, diversos modos de ser patriota, e eu represento um estado de consciencia moral diverso do de quantos se habituaram á escravidão ao ponto de não sentil-a mais, desde o ultimo dos seus protegidos até ao mais alto! (*Applausos*)

Voltando ao Rio, meus senhores, em Maio de 1881, eu tinha que preparar-me para a campanha eleitoral. Eu sabia que não seria eleito por parte alguma, mas era do meu dever dar batalha. Na Camara eu renunciára o apoio dos meus amigos de Pernambuco. O Barão de Villa Bella pediu-me uma vez quando o ministerio Sinimbu reorganizou-se com a entrada dos Srs. Sodré e Moreira de Barros que, se eu achasse compativel com a minha dignidade, cessasse a opposição que fazia ao gabinete para não crear

difficuldades na provincia ao grupo que elle dirigia e que era então o perseguido. Respondi ao meu illustre amigo que não se tratava da minha dignidade, mas que minhas convicções me obrigavam a augmentar até a força de meu ataque ao ministerio, como ia fazel-o n'aquella mesma sessão; que elle, portanto, não me considerasse em seus calculos politicos e dissesse aos ministros que nenhum poder tinha sobre mim e não devia portanto soffrer por minha causa. Eu tinha em vista essa conversa, essa renuncia do presente pelo futuro, quando á noite, n'uma sessão magestosa em que ministros e maioria abandonaram os seus postos e a minoria e o povo encheram litteralmente o recinto da Camara, dirigindo-me ao Sr. Leoncio de Carvalho, ministro demittido, disse-lhe: « Nós que somos moços tenhamos sempre diante dos olhos o exemplo de Alexandre ao partir para as suas remotas conquistas da Asia, dividindo as suas provincias, cidades e riquezas, entre os seus amigos e respondendo a um d'elles que lhe perguntava: — Mas o que reservas para ti? — A esperanza! A vez das nossas idéas ha de chegar! » Essa esperanza era longinqua entretanto! Tendo renunciado o apoio do grupo Villa Bella e sendo visto com frieza pelo outro grupo que era n'esse tempo ardentemente ministerial e se preparava para destruir o contrario, apenas dissolvida a Camara, eu que nenhum interesse tinha em assistir a taes proscricções no seio do partido nem em pertencer a uma das duas facções inimigas, desisti desde logo de pedir nas futuras eleições o apoio de qualquer d'ellas. Sob o ministerio Saraiva a divisão continuou chegando ao auge n'esse lamentavel acontecimento da Victoria, e, portanto, ainda sob aquelle ministerio que fez a eleição vi-me impossibilitado de ser candidato por esta provincia, não querendo sel-o de um grupo. Tambem eu só podia apresentar-me pela capital e n'esta não podia pensar em tornar-me adversario do Dr. José

Marianno e não devia, por muitos motivos, impugnar a eleição do Dr. Costa Ribeiro. Foi em taes condições que me apresentei pela Côrte, que por ser o municipio neutro não pertence a provincia alguma e por ser a capital do Imperio e o centro da nossa vida nacional daria á batalha abolicionista a maior repercussão. Mas eu não podia então ser eleito pela Côrte; depois dir-vos-hei porque não podia tão pouco ser eleito agora. A idéa abolicionista representava n'aquella época uma simples aggressão; não tinha chegado a ser acceita pela consciencia nacional. O partido liberal não a levava em conta, e portanto apresentando-me em nome d'essa idéa eu apresentava-me fóra do partido, com os recursos apenas dos votos abolicionistas. Mas mesmo entre estes a educação não estava feita. A intuição nova que leva hoje os republicanos a sustentarem o abolicionismo, não havia ainda apparecido, e os republicanos iam votar por um candidato proprio. A isso era preciso accrescentar a minha attitude. Na minha circular declarei que não pediria votos por favor. Citei essa phrase de Macaulay: « Espero ainda ver o dia em que o Inglez considere uma affronta tão grande ser cortejado e adulado na sua qualidade de eleitor como considera o ser na sua qualidade de jurado. »

N'essa occasião o Sr. F. Octaviano, movido por um nobre impulso qual o de salvar a eleição do filho de um seu antigo companheiro de opposição do perigo em que estava por se ter collocado no terreno da emancipação, entrou em campo a meu favor com uma circular da qual destaco este trecho para meditação de alguns liberaes que vêem inconveniente na eleição de uma minoria francamente abolicionista. « Combate-se a sua candidatura allegando-se o ardor com que se dedica á solução de um grande problema social e ás idéas que a sua consciencia lhe impõe. Mas esse ardor é prova da energia de seu caracter e da

sinceridade com que procede. Arredar taes caracteres do theatro natural das luctas da razão e da sciencia politica, não é promover o bem publico, nem desejar que triumphem essa razão e essa sciencia. É pelo contrario converter a Camara dos Deputados em claustro de resignação, silencio e frieza. É levantar de encontro á Camara dos Deputados outros centros mais poderosos de acção sobre a sociedade, porque terão o prestigio e a garantia da liberdade de controversia no exame e discussão dos assumptos vitaes para o Brazil. » (*Muito bem, muito bem!*)

Tendo collocado francamente a minha candidatura no terreno da abolição, terminei assim a minha circular:

« Não tenho ambição politica: sei que não houve um só homem dos que serviram lealmente ao paiz, desde os Andradas, para quem deixasse a vida politica de ser uma serie continua de amarguras e tristezas. Compreendo, porém, que tenho actualmente no Parlamento, onde o nome que represento appareceu sempre desde as Assembléas do primeiro reinado, um papel que desempenhar na causa com a qual me acho identificado, e só por isso cumprio um dever de honra sujeitando-me aos vossos suffragios. Si os merecer, senhor Eleitor, terei nisso uma grande satisfação pelo beneficio que a vossa escolha traria para uma população inteira de engeitados sociaes, que deviam ter de direito uma voz no parlamento, como os accusados têm um defensor *ex-officio* perante a Justiça. Si, porém, não fôr eleito, deixarei sem pezar a vida politica, porque, si durante o dominio liberal não achei meio de continuar n'ella, foi tão sómente para não confundir a patria com a escravidão e por ter procurado a todo custo separar uma da outra ».

A minha phrase — deixarei a vida politica, foi mal interpretada; eu quiz dizer sómente — deixarei a *carreira* politica.

Perdida a eleição, cumprido o dever de dar batalha,

eu tinha que pensar em viver. Eu havia passado um anno inteiro sem poder occupar-me de mim mesmo, absorvido, de Dezembro a Maio pela viagem de que vos fallei, e de Maio a Dezembro nos trabalhos da minha candidatura. Esse anno representava, pois, para mim um grande sacrificio como este de 1884 tambem representa, porque desde Abril deixei de vencer qualquer dos meus ordenados, tendo vindo ao Brazil para auxiliar n'um momento que me pareceu opportuno, e não podia sel-o mais, o movimento abolicionista e tendo ficado para tratar da minha eleição. Mas, dizia eu, era chegado o momento de pensar em mim, de acceitar uma occupação qualquer, de dar uma direcção á minha vida.

Foi então que se me offereceu o lugar de correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres. No mesmo dia em que fui derrotado, recebi um telegramma da Europa que me dizia: « Venha ». No dia 15 de Dezembro de 1881 parti para meu posto e a 9 de Janeiro do anno seguinte mandei a primeira d'essas Correspondencias de Londres que continuei a escrever durante dois annos.

Aqui, senhores, permitti que eu occupe d'essa magna questão da minha ausencia em paiz estrangeiro, ou do que se tem chamado e se deve chamar o meu exilio. A este respeito só devo explicações aos meus amigos, ao meu partido, e o modo pelo qual elle me acolheu prova que essas explicações lhe parecem desnecessarias, tão justificado me acho eu pelos proprios acontecimentos.

A certas accusações que me foram feitas, um dos abolicionistas a quem o movimento mais deve e que pela sua intelligencia e eloquencia esteve sempre á frente delle, o Sr. José do Patrocinio, respondia d'esta fórma:

« A retirada do Dr. Joaquim Nabuco para a Europa é, no meu modo de entender, uma das provas da sua grande intelligencia e tino politico. — Vencido nas urnas,



o Dr. Joaquim Nabuco só poderia viver no Brazil com inteira independencia. — Todo o mundo sabe que S. Ex.<sup>a</sup> não é rico. Devia, portanto, trabalhar, mas de modo a manter a mesma posição, que tinha anteriormente. — A sua profissão é advocacia. — Ora, nesta profissão o Dr. Joaquim Nabuco tinha logo como obstaculo a animosidade dos homens de fortuna. — Estes com certeza não lhe entregariam causas, porque seria tanto como hospedar um inimigo que não podia deixar de feril-os...

« Restava-lhe a imprensa.

« Podia elle servir-se desse instrumento para subsistir? Quem o contrataria?

« Qual dos jornaes ricos teria a coragem de assumir a responsabilidade do seu nome na redacção?

« Fallo com experiencia de quem muitas vezes vio fazer a conta dos assignantes perdidos...

« O que ficaria aqui fazendo Joaquim Nabuco?

« O *Jornal do Commercio* tinha uma vaga de correspondente em Londres — Joaquim Nabuco se propôz a preenche-la.

« Fóra do Brazil, quando nenhum serviço prestasse á actividade da propaganda abolicionista, prestaria á sua patria o grande serviço de conservar immaculado o seu character.

« Optou, portanto, pelo exilio. »

Os que me atacam por ter partido fazem-me a honra de considerar-me uma força em politica. De outro modo a accusação não teria procedencia. O que elles não queriam é que essa força se destruísse a si mesma, nem se diminuísse. Pois bem, eu depois da minha derrota convenci-me de que o meio de manter isso que elles chamam força era retirar-me por algum tempo do paiz. Senhores, eu não me considerava chefe do partido abolicionista, mas apenas um homem que tivera a fortuna, por fallar do Parlamento, de

chamar a attenção do paiz para o mais serio dos seus males. Esse homem não tinha soldados ás suas ordens, tinha companheiros tão livres de acção como elle mesmo.

O que elle podia fazer de melhor e mais util pela sua causa era nada dever á escravidão, nada acceitar da escravidão. O meu dever era guardar a minha liberdade de acção, estar sempre em posição de externar o meu pensamento e de dizer a verdade ao governo. Isto me impedia de ser funcionario publico, mas por isso mesmo eu não podia viver sem dignidade e sem independencia. Pelo contrario. A minha obrigação era outra: era fazer de minha vida um protesto continuo contra a escravidão, como para tomar um exemplo illustre e que teria sido em vão se não determinasse procedimentos como o meu, Victor Hugo fez da sua contra o Imperio. Na Europa eu não ia ficar inactivo. O meu meio de acção era a palavra e a penna. Não podendo fallar, — e quem fallou no Parlamento sente sempre um vacuo relativo em torno das outras tribunas, porque nas outras não pôde ser ouvido da nação inteira, — eu escreveria, e ahi está o meu livro *O Abolicionismo*, o serviço maior que eu pessoalmente podia prestar á nossa propaganda. Não é só isto; de Londres eu não ia perder de vista a escravidão, pelo contrario, ia ter olhos tão sómente para ella, e ahi está a prova nesse grito de alarma que dei antes de todos contra a venda de ingenuos em hasta publica, grito que pôz termo a esse novo mercado de escravos livres. Ainda mais, senhores, no estrangeiro eu mantinha o ardor dos nossos companheiros de lucta dando aos seus esforços a notoriedade Européa e associando a opinião do mundo aos elementos de acção com que elles contavam. Não se me pôde accusar por isso. O visconde do Rio Branco mesmo o disse. « Hoje, são as palavras d'elle, os povos estão em communicação mais frequente entre si do que ha annos estavam as differentes fracções de uma mesma

nacionalidade. Não podemos encerrar-nos dentro de uma muralha da China e dizer: (Não nos importa a opinião estrangeira; prevaleçam por toda parte a moral, a religião, as verdades da sciencia politica e da economia; os exemplos do mundo civilisado não podem influir sobre nós; não nos devemos importar com elles!)»

Sim, posso dizer que o movimento abolicionista nada perdeu com a minha ausencia, que eu adquiri para servir-o no momento opportuno forças que não teria se me não houvesse expatriado, e que só me expatriei para manter-me independente da escravidão (*Muito bem.*) Quanto ao meu posto, no combate das idéas, não é preciso estar no meio da acção para prejudicar o inimigo. Os espelhos concentricos de Archimedes queimavam de muito longe os navios Romanos (*Bravos!*) O livro, a animação, o golpe intellectual e moral actua de qualquer distancia! Além d'isso, senhores, o papel d'um chefe abolicionista, se nós tivéssemos um, e precisássemos de um, quando pelo contrario precisamos não ter nenhum, não podia ser sempre na Côrte; não é lá que se está fazendo a verdadeira abolição; é nas provincias. (*Apoiados.*) A Côrte é refractaria e lá não se tenta cousa alguma. Em compensação, as provincias estão se queimando para purificar-se, uma a uma, na chamma sagrada que as attrae. O chefe abolicionista devêra estar não no Rio sómente, mas no Ceará, no Amazonas, no Rio Grande do Sul e assim por diante. A descentralização do movimento abolicionista que eu tinha previsto justificou-me assim completamente. (*Adhesões.*)

A força centrífuga multiplicou a velocidade da nossa carreira para o futuro. Eu era um homem politico, e a vez tinha chegado dos homens de acção. Eram estes que podiam tornar a abolição um facto consummado no paiz antes de o ser na lei. A minha ausencia favoreceu antes do que prejudicou o movimento, dando-lhe maior liberdade

do que elle teria se se limitasse acompanhar-me. Nós não precisamos de chefes, nem de tacticas, nem de consistorios... temos uma opinião que cresce, somos um partido livre e aberto a todos. (*Applausos*)

Eis ahi as razões pelas quaes parti. No exilio, meus senhores, a minha historia é muito simples. Eu escrevia as correspondencias do *Jornal do Commercio*, correspondencias em que procurava fazer uso de todos os factos do progresso material, moral e economico do mundo para esclarecimento dos nossos estadistas; escrevia para *La Razon*, jornal de Montevideo, estudos politicos, e respondia a consultas sobre questões de direito Brasileiro. Mesmo na advocacia prohibi-me do modo o mais severo, pelo que mais de uma vez rejeitei commissões que teriam tentado outros, tudo o que se relacionasse com dinheiros publicos ou favores da administração, desejoso de nunca receber um ceutil que importe em aggravo das responsabilidades do thesouro. (*Apoiados.*) Apesar d'essa vida, da qual tenho numerosas testemunhas, do mais requintado escrupulo que já teve homem publico em qualquer paiz ou qualquer tempo, a calumnia ousou ferir-me na minha reputação.

O snr. Andrade Figueira atreveu-se a dizer que eu recebia uma subvenção do governo. O *Jornal do Commercio* desmentio logo essa calumnia. Eu entendi que bastava referir-me a ella com o desprezo que merecia da parte de um homem, cuja consciencia, se tivesse preço, o teria pelo menos tão alto quanto a do snr. Andrade Figueira. (*Sensação.*)

« O que me interessa agora é o destino que terá tido essa gratificação, escrevi eu. Taes gratificações, para produzirem o seu effeito e serem apreciadas pelos donatarios, devem ser levadas ao conhecimento d'elles sob uma fôrma tangivel, e estou ainda sem noticia da somma e do fim d'essa generosidade a mim feita (*Riso*). Não sei mesmo se foi

no ministerio do snr. Saraiva, ou no do snr. Martinho Campos, ou no do snr. Paranaguá, ou no do snr. Lafayette que foi votada. É da natureza d'essas transacções serem secretas, mas o segredo não deve ir ao ponto de não serem reveladas ao individuo que faz objecto d'ellas. Dê-se, pois, o Snr. Andrade Figueira ao trabalho de verificar a quanto sôbem os atrasados que me são devidos, e eu terei occasião de offerecer essa quantia e as que lhe accresçam, em nome do ministro que me tiver feito tão grande honra, para augmentar a recompensa nacional ao snr. dr. Lacerda, descobridor do antidoto do veneno ophidico. » (*Hilaridade. Applausos geraes.*)

Dizem que no meu exilio ainda diffamei o Brazil. Só me occupei da escravidão nas seguintes vezes:

1.º Quando fui a Milão, ao Congresso Juridico Internacional de 1883, propôr uma serie de artigos condemnatorios da escravidão perante o direito das gentes. Esses artigos foram unanimemente acclamados pelo congresso, não é dizer pouco, senhores, em favor d'elles porque figuravam no congresso alguns dos maiores propagandistas da unificação e do progresso moral do direito.

Estavam alli, além de outros, o snr. Henry Richard, o apostolo da paz e do arbitramento, o eminente professor Gabba da Universidade de Pisa, o deputado Italiano Pierantoni, professor de direito internacional da Universidade de Roma, o professor Olive, de Modena, o presidente do tribunal da relação de Hamburgo, o snr. F. Sierweking, o snr. Fioria-Goria, o notavel jurisconsulto de Turim, Sir Travers Twiss, uma das autoridades Inglezas de lei internacional. Vós ides ouvir as proposições votadas e que por ordem do Congresso foram communicadas aos embaixadores e ministros de todas as potencias da Europa, America e Asia. As proposições foram estas:

1.º A Assembléa declara que segundo o direito internacional o trafico dos negros equivale á pirataria.

2.º Sendo a escravidão contraria ao direito natural, qualquer nação póde segundo o direito internacional recusar-se a reconhecer aquella instituição, quer nas pessoas dos estrangeiros, que habitam no seu territorio, quer nas pessoas de seus proprios subditos, que a estabeleçam em paiz estrangeiro.

3.º Toda clausula, em qualquer tratado internacional, em virtude da qual um Estado se obrigue a restituir os escravos refugiados no seu territorio, não é valida perante o direito internacional.

4.º Todos os Estados devem prohibir a seus subditos possuir, comprar ou vender escravos em paiz estrangeiro e ter parte em qualquer negocio ou empresa de tal genero ou em contractos tendo por objecto os escravos.

5.º O ex-escravo, cuja extradição fôr pedida, não deve ser entregue senão nos casos e nas condições em que se reclama um homem livre. A extradição não se realisará se o escravo tiver de ser julgado por outros juizes, ou condemnado a outra pena, a que não estiver sujeito um homem livre.

Isto mostra que eu advogava a causa da humanidade, e a causa do Brazil não póde ser contraria á essa. (*Applausos.*)

No banquete da Municipalidade, se tomei a palavra, foi chamado pela imprensa Milaneza e o meu brinde á Italia foi uma acclamação ao Brazil. Mostrei que nós estavamos como a Lombardia, em cuja capital eu fallava, nas vespas da unificação do paiz. Mas na Italia tratava-se de expulsar o estrangeiro e de reunir os fragmentos da grande nação apenas unidos pela lingua do Dante—esse eterno juramento de fidelidade á patria Italiana. No Brazil a unificação era outra: os oppressores e os opprimidos



formavam um mesmo povo, só havia entre elles um crime. (*Sensação.*)

A segunda vez que me occupei da escravidão foi escrevendo ao *Times*.

Dirigi-me duas vezes ao *Times*, communicando, uma, a libertação da Fortaleza e, outra, a do Ceará.

Eis o que eu dizia ao *Times*, quanto á libertação da Fortaleza: « Estou certo que o effeito d'esse acontecimento que nos promette a nós, Brasileiros, antes de muitos mezes uma provincia de sólo livre, será apressar o dia em que o nosso paiz venha a livrar-se da atmosphera torpida que pesa sobre elle. Consenti pois que eu saúde no *Times* o advento á liberdade de uma grande area e população do Brazil (referia-me ao Ceará), destinada a ser o centro de formação de uma nova patria, que podemos ver desde já deixando a fórma rudimentar e atrasada da escravidão pela estrutura altiva e sempre em crescimento da liberdade ».

Eis agora como eu annunciava a liberdade da provincia: « Estou certo que muitas pessoas na Inglaterra ouvirão com alegria a grande nova que hoje enche o coração de cada Brasileiro. A escravidão ainda existe entre nós em sua fórma menos disfarçada e mais repulsiva. Não careço dizer-vos quanto nos envergonhamos de ser uma tal excepção no mundo civilizado, mas tenho orgulho de poder accrescentar: o acontecimento do Ceará mostra — e outros factos que já estão projectando a sua sombra deante de si hão de completar a prova — que nunca em toda a historia de paizes de escravos, povo algum mostrou, dentro da propria area da escravidão, um sentimento nacional tão forte contra esse regimen como o Brazil n'estes cinco annos ». (*Prolongados applausos*)

Fóra da má fé ou da ignorancia, não ha dois modos de julgar essa linguagem. (*Novos applausos*)

Mas, senhores, eu não posso dizer-vos o enthusiasmo

que despertou em mim o telegramma que com esta simples palavra *Triumpho* me annunciou a libertação do Ceará! Pelo que sentistes no dia 24 de Maio imaginai o que eu não devia ter sentido no estrangeiro. Á libertação da Fortaleza nós Brasileiros residentes ou de passagem em Londres demos um banquete commemorativo. Ides, ver que a nossa festa, de Brasileira que era, tornou-se Sul-Americana.

« Antes de concluir, dissera eu no meu brinde ao Ceará, não deixarei de externar um pensamento que me occorre por estarmos aqui tão perto, quasi á sombra da Abbadia de Westminster. Fui talvez o unico estrangeiro de raça Latina que teve a honra de acompanhar o cortejo mortuario de Charles Darwin. Não posso esquecer que ha quasi meio seculo deixando o Brazil elle escreveu estas palavras: « Deixo agora as praias do Brazil. Agradeço a Deus, e nunca mais hei de tornar a visitar um paiz de escravos ». O naturalista sentia-se fortemente attrahido pelo paiz, mas o homem era repellido pela escravidão!

« Se elle pudesse ter conhecimento desta nossa reunião e soubesse o que ella representa, veria que, pela mesma evolução da qual elle descobrio as leis, o Brazil transformou-se desde então de um povo de senhores e escravos em um povo de dez milhões de homens livres. A escravidão ainda existe, mas a nação divorciou-se della. O que era o interesse de todos, tornou-se o monopolio de poucos, e factos como o do Ceará hão de apressar-lhe a queda. O que falta ao Brazil para conseguil-o é confiança no trabalho livre e no poder organico da Liberdade: porque, desde que essa resolução apparecer e elle queimar os navios apodrecidos em que a Escravidão veio da Africa, ha de achar-se, como Cortez, na posse de um Novo-Mundo de incommensuravel grandeza e inexgottavel opulencia. »

O ministro argentino em Londres, D. Manoel Garcia,

trouxe para o nosso festim a nota da sympathia argentina lembrando a fraternidade da Alliança. Elle podia accrescentar que a guerra do Paraguay, como o confessor Rio Branco, foi um dos factores da lei de 28 de Setembro.

« Como argentino, applaudo os esforços generosos de quantos têm cooperado, disse elle, para extirpar do Brasil essa mancha de sua bandeira. Esta tremulou unida á argentina defendendo causas nobres e generosas, e me honro em expressar aqui no meio de brasileiros meu voto pela amizade de ambos os povos, chamados a grandes destinos, cultivando a paz, explorando seus inexgotaveis recursos, augmentando a instrução, o commercio e a industria pelo trabalho livre, pelo commercio livre, e pelas instituições liberaes. » (*Applausos.*)

Tambem o representante do Chile não deixou de fazer ouvir a voz da forte e viril Republica do Pacifico, a mais rija, a mais compacta e a mais perfeita de todas as organizações sociaes da America de Sul:

« Não, senhores, disse elle proclamando a hegemonia do Brazil, não póde ser um paiz de escravos aquelle que pela sua posição geographica, pela extensão do seu territorio, pela riqueza do seu solo, pelo nobre e generoso character de seus habitantes, está chamado a ser o paladino da America latina em presença da Europa civilizada. » (*Applausos.*)

Levantando o ultimo brinde não pude deixar de accentuar a espontaneidade com que a festa abolicionista brasileira se convertera n'uma demonstração, na Inglaterra, de solidariedade americana.

« A emancipação dos escravos, disse eu, é o principio apenas de um programma, que comprehende o desenvolvimento das relações pacificas e cordeaes sobretudo com a America, a educação moral e intellectual do povo, a criação

de forças sociaes de progresso, e tudo isso quer dizer a mais estreita união da America com o Brazil.

« Nós temos pressa de acabar com a escravidão, por que temos pressa de adaptar o organismo nacional á liberdade, que deve ser a atmosphera de todo o Novo Mundo.

« A emancipação dos escravos entre nós quer dizer um progresso para toda essa região, e, por isso, estou certo de propôr um brinde, que interessa immediatamente a todos os presentes, brindando á emancipação total dos escravos no Brazil, ao fim da escravidão na America. » (*Calorosos e continuados applausos.*)

Está ahí, senhores, mais uma d'essas festas, não sei porque não as chamam de orgias e bacchanaes — haveria a mesma plausibilidade — em que eu procurava rebaixar a minha patria no estrangeiro!

Em Abril d'este anno, de 1884, voltei para o Brazil chegando ao Rio a 18 de Maio. Ao pisar a terra da patria, gravemente doente, vi que o meu nome não havia sido esquecido. A Assembléa Provincial das Alagôas fazendo-me uma honra de que não havia precedente nos annaes das Assembléas Provinciaes, chamou-me a tomar assento á sua Mesa e permittio-me agradecer-lhe essa demonstração inolvidavel. Na Bahia os abolicionistas festejaram a minha passagem por meio de numerosas cartas de liberdade. No Rio, apenas desembarcado, e muito sem forças, entrei logo em campanha. A situação era má, mas eu presentia que em breves dias tudo estaria mudado. Logo depois o ministerio Dantas havia subido e eu estava a postos para sustentar esse ministerio, que é nossa conquista e nossa criação e que representa a idéa abolicionista no poder. Sustentei-o na imprensa em numerosos artigos assignados *Garrison*, que estou certo foram de algum proveito para o Gabinete; sustentei-o na tribuna popular em mais de um

discurso, e em mais de um logar, no Theatro Polytheama do Rio, como no Theatro S. José de S. Paulo, como no Theatro Santa Isabel do Recife, e agora sustento-o ainda defendendo a minha eleição que será antes de tudo a victoria do gabinete 7 de Junho, isto é, da nova situação que elle creou e que está sendo chamada por todos pelo seu verdadeiro nome — de situação abolicionista. (*Repetidos applausos.*) Pensei apresentar-me pela Côrte onde amigos influentes offereciam-me sustentar a minha candidatura em mais de um districto, mas o poder da escravidão no Rio é muito grande, e eu não tratava mais, como em 1881, de dar uma batalha perdida d'antemão, somente para affirmar um principio, mas, sim, de ter um logar de combate no Parlamento. Em vez de pensar em acceitar uma das diversas candidaturas que me eram generosamente offerecidas, não pelo governo, mas pelos proprios candidatos, pensei então em vir a Pernambuco. Animava-me a esperança de que poderia localisar a minha eleição n'este primeiro districto, continuando no Parlamento a representar a minha provincia, e não outra, e da provincia, a capital que é o seu cerebro, o seu coração, a sua vontade. As circumstancias me favoreceram, o meu nome foi acceito e estou hoje pleiteando a minha eleição conforme todos os meus precedentes, á luz da mais clara publicidade, com as mesmas idéas que defendi no Parlamento, sem illudir ninguem, para não atraiçoar ninguem. (*Adhesão geral.*)

Eis ahi a minha historia, senhores, a historia de seis annos determinada, dia por dia, em cada um dos seus acontecimentos pelo mandato que me conferistes em 1879. Foi esse mandato que deu á minha vida a direcção que ella tem tido, por fôrma que eu posso dizer que, mesmo no estrangeiro, era ainda o representante de Pernambuco. (*Prolongados applausos.*)

Apresento-me aos vossos suffragios, com a minha car-

reira toda diante dos vossos olhos. Acreditai-me que me sinto altamente recompensado. Eu cheguei á unica posição que podia tentar-me: a de um simples particular que é escutado por todo o paiz. Na Camara ou fóra da Camara, no Brazil ou na Europa, julgo pertencer hoje a um Parlamento maior e mais alto do que a Assembléa Geral, o Parlamento da opinião. (*Applausos.*) Emquanto eu proceder como tenho procedido, estou certo que terei votos bastantes da parte intelligente, desinteressada e livre do paiz para occupar um lugar n'aquella Assembléa. (*Novos applausos.*) Não viso n'esta questão da emancipação gloria pessoal. Permitti que eu vos repita o que disse a tal respeito em S. Paulo: «Ha na Odysséa, disse eu, um episodio que póde servir-nos de parabola, a nós abolicionistas. É Ulysses dizendo a Polyphemo que se chamava Ninguém, e depois o Cyclope com a *pupilla abrazada*, atroando os ares com os gritos da sua cegueira e respondendo aos gigantes que lhe perguntavam quem lhe causárá taes soffrimentos e lhe arrancava taes clamores no socego da *noite divina*: » Foi Ninguém. » « Se não é ninguém, respondiam os cyclopes, se estás só, não te podemos valer contra o golpe com que Jupiter te fere! » Senhores, não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o espirito do nosso tempo, e por isso o nome do verdadeiro Abolicionista é Ninguém; e eu não quero outro para mim n'esta causa. » (*Sensação, salva de palmas.*) Sim, senhores, o que eu desejo é que depois da lucta terrivel entre abolicionistas e escravocratas a emancipação seja realizada entre as alegrias da nação unida, e que nós todos, como os Athenienses para conciliar as divindades inimigas, levantemos no lugar da discordia o altar do Esquecimento. (*Prolongados applausos.*) Mas nós abolicionistas, dando uma patria ao escravo, damal-o a nós mesmos, e é por isso que esta lucta não se nos afigura menos sagrada do que uma guerra em defesa do nosso proprio territorio. (*Novos applausos.*)



Tenho concluído, meus senhores. Não tenho expressões para agradecer-vos a paciência e atenção com que me ouvistes. Tive que fallar-vos todo o tempo de mim mesmo, mas espero que levareis a certeza de que não tive em vista uma glorificação, mas só as necessidades da defesa. Sinto-me, altamente recompensado de ter vindo a esta provincia n'este anno que representa uma crise nacional. Não volto a ella como um filho prodigo, mas como o soldado firme de uma idéa que esteve sempre no seu posto e que ainda aqui está n'elle, combatendo. Esta terra querida, como eu a chamei em 1879, restituio-me, como verdadeira mãe, a saúde, e deu-me por cima a estima, a adhesão, a confiança dos meus comprovincianos com uma generosidade e largueza que eu não podia esperar. (*Applausos.*) O meu adversario tem sobre mim esta grande superioridade: vive na provincia. Se elle me vencesse, por tal motivo sómente, notai bem, eu teria na minha derrota a satisfação de attribuil-a a esse amor entranhado da terra Pernambucana, que é a unica base sobre a qual Pernambuco pôde reconstruir a sua grandeza e o seu futuro. (*Prolongada sensação.*) Mas viver em Pernambuco é apenas um dos meios de demonstrar-lhe amor e dedicação. Ha outros, senhores, e um d'elles, eu tenho esperança, vos parecerá digno de algum reconhecimento: é o do Pernambucano que recebendo uma vez o vosso mandato escolheu d'entre todas as iniciativas e dentre todas as causas nacionaes aquella que poderia conquistar para a sua provincia maior gratidão do futuro, identificou-se com essa idéa e essa causa na boa e na má fortuna, como deputado e como particular, no paiz como no estrangeiro, e só depôz as armas depois de resgatado o territorio nacional do poder da oppressão e depois de proclamado ao mundo inteiro que no Brazil não havia mais escravos!... (*Tempestuosos applausos.*) Sim, foi esse o meio que adoptei para, como Pernambucano, desempenhar-me

dos deveres de filho d'esta provincia. A victoria do meu contendor, collocando a questão puramente n'este terreno do provincialismo, seria a victoria do sentimento provincial; a minha, a victoria da iniciativa nacional e do renome liberal de Pernambuco. Votando por elle preferis Pernambuco á liberdade e ao Brazil; votando por mim fazeis de Pernambuco, da liberdade e do Brazil, uma trindade una e indissolúvel! (*Viva e prolongada sensação. O auditorio de pé acclama o orador. Por alguns minutos, depois de haver o orador deixado a tribuna, continuam os applausos e os vivas.*)

---

# DISCURSO

PROFERIDO N'UM MEETING POPULAR

NA PASSAGEM DA MAGDALENA

A 16 DE NOVEMBRO

Meus senhores, supponho que grande parte dos que me ouvem n'esta praça estiveram presentes á conferencia que, ha poucas horas tive a honra de fazer no theatro Santa Isabel. <sup>(1)</sup> Esses podem avaliar a fadiga que sinto n'este momento. Eu não devia entretanto adiar para o proximo domingo a reunião convocada para hoje. Já que não vos cançais de escutar-me, espero não cançar de vos fallar, agradecendo aos milhares de pessoas que vieram ouvir-me tão longe, e depois que acabavam de ouvir-me longamente, a adhesão de que me cercam em toda parte. Felizmente estou convencido de que o povo pernambucano não precisa mais explicações minhas. Póde haver curiosidade de saber como eu procederei no caso de ser eleito deputado, mas não póde haver a mesma curiosidade em saber o que prometto fazer porque a tenho plenamente satisfeito. (*Adhesões.*)

Fallo, hoje, no bairro da riqueza do Recife, como domingo passado fallei no bairro da miseria. Seja-me permittido dizer que essa riqueza não parece digna de entusiasmo ou admiração a quem contemplou a riqueza dos povos livres (*applausos*), a quem descobre o contraste das duas e sabe que este simulacro de opulencia com que nos querem deslumbrar, não exprime senão a miseria e o aviltamento da

---

(1) A terceira conferencia, pgs. 57 *et seq.*

nação brasileira (*muito bem*), não é senão uma fôrma ainda d'essa pobreza a que estão fatalmente condemnadas as nações que não trabalham, mas que fazem trabalhar! (*Applausos.*)

Sim, senhores, os que têm visto a riqueza dos povos livres, de nações antigas, em que todos trabalham, em que não recae sobre o trabalho a mesma maldição que aqui parece pesar sobre a côr, não podem comparar esta simulação, este phantasma de riqueza que vemos nas nossas grandes cidades, com a verdadeira riqueza, tal como existe nos paizes que se libertaram do captivo e dos monopolios, e onde as forças nacionaes são todas aproveitadas para o bem-estar da communhão, e não paralyzadas e desperdiçadas como nos paizes de escravos. (*Applausos.*)

Mas, desde que fiz referencia ao bairro aristocratico do Recife, devo dizer que são os homens ricos do paiz os que mais deveriam auxiliar o movimento abolicionista, porque são os que mais interesse têm, interesse material está visto, em dirigir — e para dirigil-o é preciso estar disposto a accelerar-o — aquelle movimento. Se não o fazem é porque n'elles a riqueza não substitue a intelligencia e não corrige a ignorancia. (*Applausos.*)

Não é falta simplesmente de patriotismo, porque, se o interesse fosse claro, elles o satisfariam, sendo, como são muitas vezes os homens do interesse; mas é que esse interesse não se lhes mostra de modo claro e terminante; é que elles não leem nem estudam, não conhecem o valor das leis sociaes de liberdade e egualdade, e por outro lado acreditam que a escravidão está viva, que ella ainda pôde produzir beneficios, que ainda pôde servir de base á fortuna publica e particular, quando a escravidão está morta tanto como exploração de riqueza quando como regimen social e a sua manutenção importa a ruína e a bancarrota de todos e de tudo. (*Applausos.*)

Não é de admirar que os homens de capital e de for-

tuna não vejam senão desastres e perdição fóra do navio apodrecido da escravidão em que navegam, quando uma sociedade, que pretende dirigir a lavoura e pôr-se á frente d'ella, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, não acha como qualificar o projecto Dantas senão de communista. Não creio que d'essa fórma a associação Pernambucana, a que me refiro, auxilie a lavoura, como não creio que a lavoura sustente a tal sociedade. (*Hilaridade.*) Sob a escravidão nem uma nem outra poderiam prestar-se o menor auxilio. Não está no espirito da lavoura escravista auxiliar coisa alguma, e não está ao alcance dos seus directores espirituaes auxiliar-a de qualquer fórma. Vede por exemplo o Centro da Lavoura e Commercio do Rio. Os lavradores e commissarios do sul gabavam-se de ter feito na Europa esplendidas Exposições de Café. Todos acreditavamos que era á custa d'elles, mas no Rio de Janeiro tive occasião de descobrir o segredo d'esse primeiro commettimento de uma classe entorpecida pela escravidão e incapaz de esforço mesmo em proveito proprio. As celebres Exposições de Café do Centro da Lavoura e Commercio eram feitas pelo Ministerio da Agricultura sem que o Parlamento tivesse votado fundos para esse fim. Eram pretextos para titulos e condecorações, custosamente elaborados á custa da subvenção secreta. (*Sensação.*) Assim, sim; mas fóra dos dinheiros publicos a agricultura como classe não realizou ainda coisa alguma, nem em beneficio dos seus productos, nem em beneficio do territorio que possui ou da communhão a que pertence. E por isso que eu não creio na prosperidade de sociedades fundadas para auxiliarem a agricultura e dependentes da agricultura... a menos que recebam doações do Estado.

Mas, dizia eu, n'um Manifesto recente da Sociedade Auxiliadora, o qual está sendo diariamente publicado nos jornaes, mas que, eu creio, não poderá deslocar um unico voto mesmo de agricultor em toda a provincia (*hilaridade*), se

diz que o projecto Dantas é um projecto communista. Pois bem, eu pergunto: O que quer dizer esta linguagem na bocca de homens responsaveis, de homens que deviam medir o alcance de suas palavras? Communista, porque? De que fórma o projecto introduz neste paiz a menor sombra de communismo? Será porque no art. 10 trata de libertar os escravos de 60 annos?

Mas, senhores, em que se contem ahi a idea do communismo? O Estado não vai tomar esses escravos para repartil-os entre nós, mas para dar-lhes a liberdade a que elles toem direito. (*Applausos.*)

Qual é o principio do communismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da propriedade a mais individual que exista no mundo — a propriedade de si mesmo. (*Ruidosos applausos.*)

Ora, si alguma coisa se assemelha ao communismo não vos parece que é a escravidão, communismo da peor especie — porque é communismo em proveito de uma só classe? (*Applausos.*)

Sim, Pernambucanos, se ha homens que sejam interessados — acreditai bem na sinceridade com que fallo — directamente interessados na abolição pelo interesse material, como o devemos ser todos pelo interesse da dignidade humana, são os que representam a riqueza accumulada, quer seja a propriedade da terra, quer seja o capital. Esses é que são mais directamente interessados na abolição, e, se não o comprehendem, é que são tão ignorantes, sinto dizel-o, na generalidade, quanto se suppõem ricos. (*Applausos.*) Entre tantas instituições uteis imaginaveis nenhuma entre nós seria mais proveitosa ao Estado do que uma escola em que se ensinasse aos nossos homens de fortuna os deveres da propriedade e as relações da riqueza particular com as idéas de justiça e de solidariedade e o nivel moral da população toda. (*Applausos.*)



Com effeito, seria um grande serviço o de educar para a communhão e o patriotismo a esses que representam a propriedade, e que assim representam, na sua maior parte, uma geração que desapareceu, porquanto a propriedade honestamente adquirida no Brazil, hoje é adquirida a muito custo, e a que existe é quasi toda resto do trabalho de outra época, de outra geração diversamente educada e muito menos agitada e inconstante do que a nossa. Educar a nossa enfezada e rachitica plutocracia, a qual já não supporta a armadura de qualidades viris dos que lhe edificaram a fortuna (*muito bem*), quer dizer antes de tudo fazer-lhe comprehender um dos dogmas sociaes do nosso tempo: que ella não tem sómente direitos, mas tem tambem deveres (*applausos*) e deveres para com o territorio que ella possue, para com a população que d'ella depende, para com a sociedade que a protege e garante, e a communhão de que ella faz parte, e ao abrigo de leis immemoriaes e de favores imprescriptiveis parte preponderante e absorvente. (*Longos applausos.*)

A minha convicção, senhores, é que formado perante a historia o processo das nossas classes proprietarias, havia-se de reconhecer que ellas, quer na posse da terra, quer no gozo do capital, haviam durante gerações consecutivas faltado completamente aos seus deveres sociaes e usado com usura dos seus direitos. (*Sensação prolongada.*)

Pois, meus senhores, haverá indifferença mais criminosa do que a indifferença com que a classe unica que dirige os destinos d'este paiz desde que elle se fundou, tem assistido ao crescimento desamparado da nossa população, á promiscuidade no nosso povo, á miseria que se espalha por todo o paiz, á degradação dos nossos costumes, só se preocupando dos seus interesses de classe, de manter o jugo ferreo dos seus monopolios deshumanos e attentatorios da civilização universal, augmentando ao mesmo tempo no seu

interesse exclusivo e para seus fins particulares as responsabilidades do Estado, levando-nos ao orçamento que hoje temos, isto é, hypothecando o futuro do paiz que não lhe pertence aos seus credores e aos seus parasitas? (*Applausos ruidosos.*)

Acredito ter estudado com a maior attenção e a maxima profundidade que a minha intelligencia me permite o orçamento do Imperio, e penso que temos chegado a uma situação financeira sem remedio. É triste ser forçado a admittir tal conclusão, mas seria falta de lealdade não confessal-o, tendo chegado a ella. Vós vos queixais da situação da provincia! Mas essa situação não é mais do que o resultado da situação geral do Imperio, que absorveu todas as economias e todos os recursos do povo e não deixou ás provincias uma só fonte de rendimento, porquanto o proprio manancial está esgotado. (*Muito bem.*)

O paiz chegou ao extremo da sua força taxativa; os impostos não podem ser augmentados. O nosso orçamento tomou proporções collossaes, que assentam, como eu já disse, sobre estes quatro pilares carcomidos: a apolice, a divida externa, o papel-moeda, o *deficit*. (*Applausos*)

Como podeis remediar semelhante situação? Os impostos não podem ser elevados, a divida não póde ser reduzida; as provincias vão cahindo em bancarrota, umas após outras; o nosso credito, essa fonte de confiança que parecia inexgottavel no estrangeiro está começando a ser affectado, e já se descobrio que, ha muito tempo, nós pagamos as nossas dividas com os emprestimos que fazemos!

N'estas condições, pergunto se as finanças da escravidão (porque são as finanças da escravidão), as finanças de uma classe unica, exclusiva detentora da riqueza nacional e senhora do Parlamento, d'uma classe que entendia que este paiz era rico bastante para realizar os sonhos de todos os especuladores, não chegaram a um estado de bancarrota

adiada dia a dia com expedientes de empréstimo, e se todos não sentem que uma catastrophe pende sobre o credito publico, catastrophe que só poderia talvez ser obviada por um sacrificio collossal de todos nós — mas sacrificio que o regimen actual, que a presente direcção e organização da sociedade não nos levaria por certo a fazer, porque seria em pura perda, e os abusos, crimes e excessos recommençariam no dia seguinte. (*Applausos repetidos*)

A que meio recorrer? Ao papel-moeda? Seria depreciar ainda mais o credito, a firma, a moeda do Estado. A apolice? — Já se começou a desconfiar de que a apolice não é tão seguro emprego de capital como parecia, além de que se comprehende que o Estado não póde continuar n'esse papel de sugar, por meio das apolices, todas as economias da producção para desperdiçal-as, em vez de deixar que ellas sejam applicadas a melhorar as condições do nosso sólo, a beneficiar o interior e a desenvolver as nossas industrias.

O que resta a um paiz n'essas condições é uma politica ousada, mas severa, e sobretudo consciente, dirigida por uma bussola invariavel através de todas as correntes. Sim, senhores, as nossas finanças ha muitos annos que são governadas mais do que pela ignorancia, pela inconsciencia. O general d'ellas tem sido esse general que Turenne tanto admirava — O Acaso. (*Applausos*). O que nos póde salvar, mas que me parece um remedio impraticavel, seria uma politica firme e perseverante, que consistisse em restringir as despezas publicas primeiro, excepto a da amortização da divida, e depois em applicar ao augmento de producção as sobras da producção, em crear industrias, em variar os nossos productos coloniaes e sobretudo em empregar no trabalho rural toda essa população inactiva, privada do trabalho e para gozo da qual nós deveramos reconquistar a terra de que a escravidão fez um monopolio, por meio de um novo imposto que é uma necessidade da situação, — o imposto territorial. (*Muito bem.*)

Mas essa, senhores, é uma politica financeira que não depende só do governo, mas da nação ; que o Parlamento não pôde decretar, porque sois vós mesmos que a podeis pôr em pratica, e para a qual o Estado teria que concorrer menos com uma boa lei de orçamento do que com grandes reformas sociaes. (*Applausos*) N'essa politica ha immenso interesse para o proletariado — porque elle só precisa de ter trabalho — mas ha tambem immenso interesse para o rico, para o capitalista, porque a continuar este estado de coisas, em breve as apolices em que elles depositam tanta confiança não valerão mais do que o escravo, essa outra illusão fatal, esse outro abysmo em que desapareceram tantas fortunas. (*Muito bem*)

Longe, portanto, de serem communistas, são os abolicionistas os que querem salvar da riqueza publica aquillo que ainda pôde ser salvo, os que querem manter o credito do Estado, e evitar uma bancarrota, que será inevitavel se não houver uma reacção em nossos costumes e em nossa politica, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e de indifferença em que entrou por causa da escravidão!

Fallando hoje n'este bairro da Magdalena, que se ufana de ser a porção rica do Recife, era do meu dever chamar a attenção do capital e da riqueza para o interesse vital que a meu ver elles têm na transformação segura e pacifica do actual regimen... Não é só aos « que nada tem a perder », como nos chamam, que o abolicionismo se dirige. Não ha uma classe social que não tenha n'elle o maximo interesse e que não venha a tirar vantagem da sua prompta e completa victoria, mas nenhuma d'essas classes tanto como a que representa a propriedade existente, quando mais não fosse, e nada procedesse do que tenho dito, porque com a escravidão toda a fortuna e prosperidade têm character provisorio, é social e moralmente instavel. (*Applausos.*)

Agora direi algumas palavras sobre um manifesto do meu adversario publicado esta manhã. Depois de accusar-me de « virulencia e acrimonia de phrase e falta de urbanidade » o Dr. Portella accrescenta: « Por essa conferencia, impressa depois de revista e corrigida na calma do gabinete, avalio o que elle terá dito nos successivos discursos que tem feito ao *ar livre*, não destinados á imprensa! »

Pois bem: eu tenho o direito de retorquir que, depois de ter lido o que o Dr. Portella escreveu nos jornaes, ao *ar livre* da imprensa, eu avalio o que elle terá dito de mim a portas fechadas, no segredo das suas confidencias com os eleitores. (*Sensação. Applausos.*)

Sim, senhores, tenho direito de queixar-me d'essa phrase do meu antagonista, porque fallo sempre perante milhares de pessoas, muitas das quaes Conservadores, que podem, por assim dizer, tachygraphar na memoria as minhas palavras, e portanto fallo sempre para os que não me ouvem tanto como para o auditorio que me cerca... Em todo caso se mudo de linguagem na praça publica, faço-o exactamente quando é maior o numero das testemunhas, e ninguem deixará de reconhecer que esse procedimento é mais nobre do que o de procurar aluir o credito pessoal do adversario nas entrevistas sem echo e sem testemunhas da cabala de porta em porta. (*Muito bem.*)

Mas antes d'isso devo observar que um candidato pessoalmente, não precisa de dizer nada contra o seu adversario, quando encontra tanta gente, como a que me aggride pela imprensa, que se encarrega de dizer tudo por elle.

Quanto a mim gabo-me de ter tratado sempre, tanto o candidato do 1.º districto, como o do 2.º, com toda a deferencia pessoal; ainda não impugnei o character ou a capacidade de nenhum d'elles. O que digo e repito é que elles não merecem os votos dos abolicionistas hoje, nem os

merecerão enquanto não tiverem a coragem de dizer o que querem e mostrar os titulos com que os disputam a abolicionistas dedicados. (*Adhesões*)

Sim, senhores, não se trata de uma questão de pessoas; eu não tenho nada que ganhar, tenho tudo que perder em tornar a lucta politica travada entre mim e o candidato conservador uma questão pessoal, quando ella é por sua natureza uma questão de principios.

Espero que ambos sobreviveremos á batalha do dia 1.º de Dezembro com as nossas reputações perfeitamente intactas, assim como espero que n'aquelle dia os eleitores não escolherão entre dois individuos, mas entre duas opiniões, duas politicas, dois interesses de ordem social como ainda outros não... (*Os applausos cobrem a voz do orador.*)

Vejo, e applaudo, que o meu contendor esforça-se por mostrar que elle tambem é um inimigo da escravidão. Senhores, ha duas sortes de inimigos da escravidão: uns que são inimigos da escravidão em palavras, e que ficam sendo amigos e alliados dos amigos da escravidão e recebem os votos d'ella; e outros que são inimigos de facto e são distinguidos dos primeiros pelo odio que despertam em todo o campo escravista. Mas o que digo é isto. Qualquer que seja o nome dos partidarios da escravidão, quer se chamem *Escravocratas da gemma*, como o snr. Martinho Campos, quer se chamem *Emancipadores*, como os escravocratas do Norte, elles teem todos a mesma responsabilidade, porquanto o voto, por exemplo, do snr. Portella contra o projecto Dantas pesou tanto onça por onça, na balança da Camara passada, como o voto do snr. Andrade Figueira. (*Applausos.*)

Accusam-me de ter fallado com dureza do partido conservador chamando-o — *partido do chicote*.

Não fallei do partido, fallei da politica, mas quando fallasse do partido tel-o-hia calumniado?



Supponde que eu me levantava para propôr, da tribuna da Camara, a abolição dos castigos corporaes. Acreditaes por acaso que os Emancipadores do Norte votariam por ella? Julgais que o partido conservador aceitaria a minha proposta?... (*Vozes: — Não! Não!*) Por certo que não, e portanto até elles declararem solemne e publicamente que são contrarios aos castigos corporaes, emquanto considerem o codigo penal das fazendas e dos engenhos parte integrante e viva da nossa lei consuetudinaria, temos todos o direito de dizer que elles são, porque o querem ser — o partido do chicote! (*Applausos prolongados.*)

Não é sómente isto; vêde até onde vai a responsabilidade dos chamados Emancipadores. Vós sabeis que, no mez de Agosto, o Conselheiro Dantas fez questão de gabinete de um projecto sobre a emancipação dos escravos de 60 annos. Esses escravos, si a lei tivesse passado, estariam hoje livres. (*Sensação.*) Muitos d'elles morreram na escravidão e outros estão talvez no momento em que vos fallo chorando sob o azorrague do feitor. Pois bem, eu vos pergunto: quem é o responsavel pelos açoites, pelas torturas que possam ainda ser infligidas a esses homens? (*Sensação.*) Não serão todos aquelles que impediram que, n'este anno de 1884 elles ficassem livres por uma lei de emancipação semelhante á lei de 28 de Setembro? (*Applausos.*)

Se, quando o ministerio Dantas apresentou o seu projecto, a opposição conservadora tivesse, como lhe cumpria, se ella queria alguma coisa — o que eu nego — apresentado um contra-projecto; se ella tivesse dito: « Vós quereis isto, nós queremos esta alternativa », então não se lhe poderia fazer uma accusação tão grave. Mas o partido conservador não propôz nada. (*Muito bem.*)

É lamentavel que o partido conservador do Norte não tivesse accentuado publicamente as divergencias e dissensões

latentes, sem causa todavia nos altos principios moraes, que existem entre elle e o partido conservador do Sul; mas, já que falta resolução a esse partido para pôr-se do lado da idéa emancipadora, elle não tem direito a recompensa alguma, não tem direito aos votos de um eleitorado esclarecido, não pôde vir pedil-os debaixo da mesma bandeira que nos cobre! (*Muito bem.*) Faltou-lhe a coragem no momento preciso. Se ha ainda no Brazil escravos de 60 annos, se ainda a nação não começou a usufruir uma lei, cujo resultado seria extinguir a escravidão dentro d'um prazo muito menor do que o actual, que é o da morte, deve-se isso aos votos conservadores, á união d'esse partido sob a bandeira da resistencia.

Pois bem, sendo assim entre emancipadores e escravocratas não ha quem possa fazer differença, e acredito que o eleitorado do Recife não a fará. (*Applausos.*)

Eu vejo que o meu contendor colloca-se sob a alta protecção do conselheiro Saraiva... mas o conselheiro Saraiva recusando o poder, porque não podia com a Camara passada resolver o problema servil, mostrou terminantemente que não quer ficar na «fiel execução da lei de 28 de Setembro.» O illustre chefe liberal felizmente nunca se prendeu áquella lei, cuja tremenda injustiça — a de não ter cuidado das gerações de escravos existentes — elle denunciou desde logo no Senado. Não, não é com o prestigio do snr. Saraiva que a resistencia escravista se ha de cobrir impunemente n'esta crise da nossa historia. (*Muito bem.*) Elle tem a sua responsabilidade propria que de fôrma alguma se confunde com a do partido conservador, com a da Camara dissolvida... (*Applausos.*) <sup>(2)</sup>

---

(2) O orador leu o seguinte trecho de uma carta que o senador Saraiva lhe fez a honra de dirigir em 1883 para mostrar que o eminente chefe liberal não se contentava com a lei de 28 de Setembro: «É essa a razão porque o Gabinete 28 de Março não podia ser o reformador da lei de 28 de Setembro. Queria uma reforma efficaz, e só

É o voto d'essa Camara rejeitando o projecto que tendes de julgar e estou certo que o eleitorado, do alto da sua consciencia e do seu patriotismo, pronunciará contra os que por simples interesse partidario prolongaram os dias da escravidão em nosso paiz uma sentença que será a gloriosa justificação do governo que se atreveu a consultar a nação Brasileira sem medo dos que ha seculos a opprimem e, o que peor é, a possuem. (*Applausos.*)

Sim, senhores, este grande eleitorado não será convertido n'uma feira politica, em que se vejam os postes infamantes de inscripções como estas: « Aqui compram-se votos! » « Aqui promettem-se empregos! » « Aqui falsificam-se cédulas! » « Aqui se coagem eleitores! » Não! A opinião do Recife ha de pairar acima do monstruoso mercado de consciencias com que querem deshonorar esta cidade, e, franca e altamente enunciada, ella será uma glorificação da idéa que nós abolicionistas representamos. (*Applausos prolongados.*)

É com essa esperanza que me despeço de vós, eleitores do 2.º districto de Afogados, agradecendo-vos o terdes concorrido a mais esta reunião, a qual pelo numero e pelo enthusiasmo parece um prenuncio de victoria para a liberdade e o direito no dia 1.º de Dezembro. (*Prolongados applausos. Vivas. O orador é ruidosamente aclamado.*)

---

poderia fazer uma reforma illusoria. Não sejamos impacientes. A reforma virá mais cedo do que V. Ex.<sup>a</sup> mesmo cogita, e será apressada não tanto pelos propagandistas radicacs, como e principalmente pelos que tudo esperam e tudo querem obter da lei 28 de Setembro com um fundo ridiculo de emancipação e sem providencias auxiliares e energicas que estimulem a emancipação por todas as formas regulares.»

# DISCURSO

PRONUNCIADO NO MEETING POPULAR

NO LARGO DO CORPO SANTO

A 28 DE NOVEMBRO

---

Meus senhores,

Sinto que a Associação Commercial me tenha recusado sob o fundamento de que não é associação politica o privilegio que eu reclamava de fazer esta conferencia nos seus salões, isto é de dizer o que tinha que dizer aos eleitores d'este bairro commercial do Recife na séde official do commercio Pernambucano. É estranho que os representantes delegados do commercio n'esta cidade supponham ainda que podem separar o commercio da politica, que póde haver prosperidade commercial sem boas instituições sociaes, e não se atrevam, elles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples demonstração do escravagismo, a acolher da mesma fôrma o movimento abolicionista! (*Applausos.*)

Pois, senhores, terá sido tão demorada a evolução do commercio Pernambucano que no fim do seculo XIX os negociantes do Recife não vejam que commercio e escravidão são termos incompativeis? (*Applausos.*) Será possível que elles ignorem que a escravidão quer dizer monopolio, e que a missão do commercio em to-da parte é destruir os monopolios? (*Applausos.*) Ha nos archivos da historia Per-

nambucana um documento que serve para mostrar quanto semelhante comprehensão por parte do commercio provaria o vagar da sua marcha. É uma carta dirigida aos Administradores da Companhia, no dominio Hollandez, pela camara da villa de Olinda. «Será patente engano, dizia a camara, cuidar que toda grossura e riqueza que o povo póde adquirir por meio do commercio livre, podem restringindo-se vir a cahir na bolsa da Companhia porque nunca houve coisa particular que podesse equivaler o que é geral que tem vezes de infinito; d'onde não só se segue que ficará este povo pobre e miseravel reduzido a esta estreiteza e privado da esperança de poder engrossar em cabedal e riqueza, senão ainda fraco e indefensavel, e o que mais é, que estas riquezas que elle havia de lograr, não poderá alcançal-as a Companhia por ser seu cabedal (supposto que grande) limitado e o de livre commercio (por ser geral) como infinito.» Já no seculo XVII os commerciantes de Pernambuco comprehendiam que o que é limitado ainda que grande, não póde competir com o que é geral, que é infinito, e por isso oppunham-se ás restricções feitas ao commercio. Seriam precisos dois seculos, senhores, para estender-se essa noção tão simples á escravidão e dizer que o capital da escravidão, que é limitado, não se póde comparar ao do trabalho livre que é geral? (*Applausos.*)

Com effeito, não é mais preciso mostrar como a escravidão entorpece, limita, paralyza e arruina o commercio. Se o que o commercio do Recife tem em vista é o interesse d'estas e d'aquellas firmas em relações com estes e aquelles senhores de engenho, a questão é muito diversa, mas nenhuma classe tem o direito de impedir o progresso do paiz em nome das transacções que fez e dos seus lucros pendentes. Não se tem o direito de allegar um interesse particular de ordem pecuniaria contra o interesse publico de ordem moral. Mas se o commercio tem em vista o de-

senvolvimento do proprio commercio, a estabilidade das transacções, a consolidação do credito, a prosperidade e a riqueza da communhão de que elle é por assim dizer o apparelho circulatorio, seria quasi perder tempo insistir que a escravidão é o seu maior inimigo, a causa da sua decadencia e da sua apathia. (*Applausos.*)

Tomai qualquer dos grandes ramos da profissão mercantil. De que é que precisa o que chamarei o grande commercio assucareiro, o que mais se identifica com a escravidão? Precisa antes de tudo de uma regularidade inflexivel de pagamento; que os adeantamentos que faz lhe voltem logo em assucar, que a safra se preste a grandes transacções... Pois bem, senhores, não quererá essa parte do commercio comprehender que á escravidão é devido o estado ancioso da agricultura, que o credito pessoal da lavoura está quasi destruido pelos habitos e pela educação do regimen de trabalho que ella adoptou, que o seu credito real offerece uma base muito restricta ao capital que podia fecundar o solo, porque a incerteza do valor do homem annullou o valor da terra, e que d'esse estado de coisas aggravado pelo preço baixo do assucar, para a lavoura, e pela baixa do cambio, para o commercio, resulta uma taxa alta de juro que é a ruina mesmo do agricultor, que elle não tem possibilidade de pagar,—o que tudo produz esse desamor pela sua profissão, essa indifferença pela população circumvizinha, esse provisorio sem fim, condições em que a agricultura se torna uma calamidade para o paiz, para os que vivem n'ella, os senhores de engenho, e os que vivem d'ella, os capitalistas da praça? (*Muito bem, muito bem!*)

É isso porventura o que quer o grande commercio de assucar do Recife? Não vê elle, não sente elle que a emancipação traria pelo menos o resultado de destruir essa incerteza e de crear uma situação estavel quando não trouxesse, o que affirmamos trará, um augmento do valor da



terra, o que dará desde logo base mais segura á divida hypothecaria, e uma vez adquirindo valor a terra aravel, o parcellamento se faria rapidamente, apparecendo a pequena propriedade do lavrador — forma natural da cultura da canna hoje que a iniciativa dos grandes engenhos centraes está determinando a divisão do plantio e do fabrico?... É um erro, é um grande erro, suppor que tolerada a escravidão por mais tempo a crise actual da lavoira e do commercio resolver-se-hia de modo facil... A escravidão, eu o tenho dito por vezes, mas devo repetil-o, não póde salvar nada do que já está compromettido, só póde comprometter muita coisa que, talvez, se pudesse ainda salvar. Ella é literalmente a ruina de classes inteiras, e emquanto se não fechar esse falso caminho da fortuna que conduz disfarçadamente ao precipicio, a desgraça da communhão toda será de dia em dia maior. (*Applausos.*)

Vede outro ramo do commercio, o de consumo, e para simplificar tomemos indistinctamente o de importação e o de retalho. Do que é que precisa todo o commercio que vive de vender para o paiz e não de comprar para o estrangeiro? Precisa, está visto, de augmentar as suas transacções, de vender em larga escala e com as maiores facilidades possiveis. A tudo isso a escravidão se oppõe, porque ella é inimiga do commercio, não o quer dentro das suas porteiras, vê nos unicos agentes d'elle que entram em contacto com as suas *fabricas*, o mascate e, mais recentemente, o vendeiro, um alliciador de escravos, um cumplice de furtos. Alem d'isso a escravidão restringe o dinheiro a poucas mãos que o vêm derramar na cidade, é certo, e isso impede a formação de pequenos centros de commercio no interior, outros tantos meios de desenvolver e multiplicar as relações commerciaes; ao passo que pelo character mesmo do systema escravista grande parte do capital produzido pelo escravo está condemnado a ser exportado, ou como

lucros de estrangeiros, ou como despesa de Brasileiros ricos na Europa. Tudo isso, senhores, diminue as oportunidades e impede o crescimento do commercio, que precisa sobretudo de que todos os Brasileiros sejam seus consumidores, e consumidores directos, e que veria pela emancipação multiplicar-se o numero d'estes por toda a população que pudesse viver do seu trabalho. (*Applausos.*)

Eu iria muito longe se quizesse n'este momento estudar convosco o effeito que tem sobre o commercio a tarifa da escravidão. Sim, se como eu disse, as finanças hoje arruinadas do Brazil são as finanças da escravidão, a tarifa de importação, base principal d'essas finanças, deve tambem ser chamada a tarifa da escravidão. Mas todos vós conheceis o mechanismo, que por vezes eu mesmo vos tenho exposto, graças ao qual chegamos a arrecadar annualmente a cifra colossal do nosso orçamento. Nenhum financeiro nosso parou um momento deante d'esta simples questão: se nós podemos gastar o que gastamos. Um dos axiomas d'elles em materia de finanças é este: O paiz póde gastar quanto se puder arrecadar. Esse axioma elles o completam com outro: — Deve-se gastar (alem do que se arrecada) quanto se puder tomar emprestado. Graças a esses axiomas nós compromettemos já, não sómente a vida das gerações actuaes, condemnadas *in perpetuum* ao jugo pesado do imposto maximo, mas as gerações futuras que não nos hão de esquecer. Pois bem, essa tarifa que eleva extraordinariamente pelas suas fluctuações, juntas ás fluctuações do cambio, assim como pelos seus altos preços, o valor de todos os artigos de que precisamos, causa muitos estorvos ao commercio e diminue, quanto mais cresce, o desenvolvimento natural das transacções. E até onde subirá ella? O que ha alem d'esses preços? Não tenhais duvida alguma — elles hão de subir ainda muito. O Brazil é um territorio vastissimo, tem necessidades de toda ordem, a sua despesa

não póde ficar estacionaria, por mais que se a restrinja, ao passo que o recurso unico admittido está nos impostos indirectos, já exgottados. Deixai continuar o systema da escravidão que é um só todo, do qual o papel moeda depreciado, a apolice sugadora, o *deficit* permanente são partes tão essenciaes como a hypotheca, a usura, a bancarrota, e estas como o tronco e o chicote, e assim por deante,—tudo preso, ligado, inseparavel, — e vereis a que fica reduzido o commercio e que expansão elle terá sobretudo em provincias como esta em que a escravidão já está fallida. (*Applausos.*)

Não, senhores, é preciso pensar virilmente, affoitamente, e não querer sacrificar a algumas pessoas compromettidas um interesse nacional como é o commercio, que precisa da liberdade, como do ar, da liberdade em todas as relações sociaes. (*Applausos.*)

Eu não farei á intelligencia do commercio Brasileiro a injuria de suppôr que elle não comprehende o valor mercantil da liberdade, da dignidade e do direito. (*Applausos.*) Com effeito, o passivo nacional da escravidão reduz a nada o activo de que ella se jacta... fazei a conta de lucros e perdas, calculai o valor do homem livre, o valor do imigrante, o valor do trabalhador, o do pequeno proprietario, o do consumidor, o do alumno da escola primaria, o do artista, e vêde que fracção d'esse valor é o valor do escravo! Não, não ha que comparar, e ver isso e não se decidir; ter uma idéa d'isso e não fazer d'essa idéa o centro da nossa vontade e da nossa iniciativa, é lançar o futuro todo do paiz na herança jacente da escravidão!

Mas, senhores, quando eu não tivesse outro argumento que empregar, bastar-me-hia este para convencer uma classe como o commercio, ao mesmo tempo ciosa do seu patriotismo e conscia da vaidade de resistencias inuteis. Póde alguem, póde o capital disponível todo d'esta praça e

d'este paiz, deter a velocidade da avalanche abolicionista? Não sentis que a escravidão está morta e que mesmo com o Imperador, o Parlamento, o exercito, a marinha, a magistratura, o concurso dos cidadãos — forças que já perdestes ou que ides perdendo uma a uma — junto do seu tumulto não a poderíeis resuscitar? Para que então, dizei-me, obstinarde-nos a manter um provisorio que não pôde ser remediado, uma situação anomala de incerteza quando tendes, como nós, uma grande e unica certeza? A intelligencia do commercio está em reconhecer as situações e adaptar-se a ellas, em não consumir-se, como os partidos do passado, em luctas desesperadas, em não sacrificar o que pôde ser salvo para salvar o que está irremessivelmente perdido. (*Applausos.*)

E quanto ao vosso patriotismo a que alludi, sabeis que quando o Sr. Dantas propôz ao Imperador a dissolução da Camara, o chefe do Estado teve que estudar o conflicto entre o parlamento e o governo e perguntar a si mesmo se a nação estaria com os ministros ou com os deputados, com o projecto emancipador ou com a escravidão... Foi por pensar que o paiz desejava ir alem da lei de 28 de Setembro treze annos depois d'ella, que estava com o movimento emancipador e não com a immobildade escravista, que o Imperador decidiu-se a assignar o decreto de dissolução. Se não foi por isso, foi, então, por entender que era preciso forçar a nação a caminhar, mostrando-lhe, com a iniciativa e a decisão do poder que ella, na sua má educação politica, se tem costumado a seguir, que o caminho da emancipação gradual estava livre e desembaraçado.

Pois bem, senhores, quereis hoje que o mundo inteiro diga n'um caso que o Imperador fez credito á nação de sentimentos generosos que ella não tinha; em outro que o Imperador é mais liberal do que a nação! (*Longos applausos.*)

Acreditai-me, e com estas palavras vou concluir, tão fatigado me sinto, é um espectáculo triste esse que damos de ter medo da liberdade e de adherir como um povo sem vontade e sem confiança em si mesmo á escravidão, que se lhe prova todos os dias ser uma causa de inferioridade, de enervação, e de atrazo. Temos medo do trabalho livre! Temos medo da liberdade de contracto! Não podemos desprender-nos do que sabemos ser um vicio que nos degrada, um crime que nos deshonra, uma ineptia que nos arruina! No emtanto, senhores, defronte de nós fechados no circulo estreito a que a escravidão limitou a actividade e a energia da nação Brasileira, está encoberto um Mundo-Novo, virgem como a America quando Colombo apenas a sonhava. Lembrai-vos d'essa expedição heroica; da fé e do genio de um só homem planejando essa invasão do infinito á busca de uma terra que só existia no mappa do seu cerebro; as leguas e leguas de mar percorrido, e para o fim, depois do prazo marcado para a descoberta, o desanimo, a revolta da tripulação, a resolução de voltarem ainda que fosse preciso sepultar no oceano o louco que os havia levado tão longe dentro do naufragio e da perdição, e de repente os primeiros signaes de vida, galhos fluctuantes, aves que apparecem, o perfume longinquo das florestas até que dos mastros do navio sôa o grito sublime de *Terra!*... o maior transporte que o coração humano sentiu através dos seculos...

Ah, senhores, possamos nós Brasileiros, que temos fé no futuro, que acreditamos na existencia alem dos limites da escravidão de um mundo desconhecido, ouvir tambem na manhã do 1.º de Dezembro esse grito de *Terra!* levantar-se dos mastros dos nossos navios e encher os corações dos escravos e dos livres ao despontar da nova patria! (*Longos e repetidos applausos.*)

---

# DISCURSO

AOS ARTISTAS DO RECIFE

NO CAMPO DAS PRINCEZAS

A 29 DE NOVEMBRO

---

Artistas Pernambucanos,

Eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral n'este districto sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que devieis ser e estais destinados a ser, representais a principal força politica moderna, a soberania do trabalho. (*Applausos.*) Digo — não pelo que sois — porque infelizmente o desenvolvimento das classes operarias têm sido retardado entre nós pela escravidão de modo a não serdes ainda hoje senão uma fracção pequena, quasi insignificante, do eleitorado das cidades, no Recife como na Bahia e no Rio.

Eu vejo que os candidatos contrarios recommendam-se quasi sempre ao commercio e á lavoura, como se n'este paiz quem não tem negocio ou não possui terras não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. Vós sabeis que, para elles, o commercio, são os grandes negociantes de assucar, e a lavoura não comprehende os cultivadores, mas somente os proprietarios, do solo. Mesmo nas capitães não ha recommendação egual á de candidato d'essa aristocracia do commercio e da lavoura, dois alliados que em tempo de paz se detestam e não cessam de mostrar a



má opinião que um tem do outro. Pois bem, eu se pudesse do eleitorado todo, invocar o auxilio de uma só classe e, identificar-me com ella, não o faria nem com o commercio e a lavoura, poderosos pela sua riqueza e sua clientela, nem com os funcionarios publicos, formidaveis pelo numero, nem com os proprietarios e os profissionaes, fal-o-hia com a mais insignificante de todas as parcellas do eleitorado — com os operarios que vivem do seu trabalho de cada dia. (*Applausos.*)

Eu sei bem que vós não pesais pelo numero, e não influis pela fortuna, e além d'isso estais desarmados por falta de organização; mas, como na phrase revolucionaria de Sieyès, podeis desde já dizer: « O que é o operario? Nada. O que virá elle a ser? Tudo. » (*Applausos.*) É que o futuro, a expansão, o crescimento do Brazil está em vós, depende de vós, e emquanto não fôrdes um elemento activo, energico, preponderante, vós que sois a democracia nacional, (*applausos*) emquanto grandes correntes de idéas não vos moverem e não tiverdes consciencia da vossa força, não teremos chegado ainda ao nivel das nações emancipadas.

Comparado comvosco é immenso o numero dos funcionarios eleitores. O funcionalismo afogaria o trabalho, mas quem não prefere estar identificado com os artistas a representar os funcionarios? Entre nós o funcionalismo é uma doença e doença mortal. Todos querem ser empregados publicos; artistas de talento estão promptos a deixar a officina pela repartição. A esse respeito circulam as noções mais extravagantes e promessas escandalosas. Como tive occasião de dizer em Afogados, onde essas promessas, *para quando o partido conservador subir*, são offerecidas em maior escala ao acceite de eleitores necessitados e credulos, se todo o mundo fosse empregado publico cada qual teria que pagar a si mesmo o seu proprio ordenado... Vós comprehendéis que quem sustenta os empregados publicos são

os productores, os contribuintes: se o funcionalismo chegasse para quantos o procuram, o ordenado de cada empregado teria que sahir da sua propria algibeira. (*Riso approbativo.*) Mas nós temos um tão pequeno numero de empregos disponiveis que é duro ver o jogo que se faz com elles para desmoralizar e corromper os que deviam viver do seu trabalho manual, os que deviam ser forçados ás artes. Vós tendes interesse na barateza de todos os artigos e commodos necessarios á vida, e portanto em que os impostos sejam brandos e não elevem os preços acima das vossas posses. O funcionalismo, pelo contrario, ou melhor a empregomania só póde viver com um grande orçamento, grandes impostos e grandes *deficits*. No emtanto, senhores, a representação dos artistas é quasi nenhuma, e a dos funcionarios publicos é enorme. Não serei eu, porém, quem se preste a desmoralizar as artes e as profissões mechanicas, promettendo empregos publicos e estimulando assim uma propensão nacional, que é uma fórma da incapacidade moral para o trabalho e da inferioridade em que elle é tido, ambas effeitos da escravidão... e que effeitos! de que tristes, duradoiras e multiformes consequencias! que terrivel causa de atrazo e de retrocesso!

É por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietarios do solo a quem chamam — a lavoura; nem os descontadores de safras, a quem chamam — o commercio; nem os empregados publicos, que representam a enfermidade nacional por excellencia; nem as profissões scientificas, que formam uma aristocracia intellectual, grande demais para um povo tão deprimido como o nosso; escolheria, sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operario, porque está n'elle o germen do futuro da nossa patria; porque o trabalho manual, sómente o trabalho manual, dá força, vida, dignidade a um

povo, e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por toda e qualquer especie de trabalho em que ella algum dia empregou escravos. (*Applausos.*)

Mais de uma vez tenho mostrado, n'esta campanha, a sympathia que sinto pela principal classe de nossa communhão, a que cultiva a terra, ou sem salario, como os escravos, ou sem garantia de ordem alguma como os *moradores* livres do interior. Por uma serie de circumstancias serão precisos talvez trinta annos para se fazer comprehender a essa classe, a qual é uma população, que ella tambem tem direitos. Vós, porém, artistas das cidades, não levareis todo esse tempo a adquirir a noção da vossa dignidade e dos vossos direitos, e em minha opinião não ha n'este momento medida mais urgente do que a de educar-vos para a posição que occupais — não sómente de cidadãos a cujo alcance a Constituição poz todos os cargos publicos, mas tambem de classe chamada nada menos do que a salvar o paiz pela reabilitação do trabalho. (*Applausos.*)

Para isso o primeiro passo é abolir a escravidão. Escravidão e trabalho repellem-se tanto como escravidão e liberdade. O que é a escravidão senão o roubo do trabalho e a degradação, desde o berço, do trabalhador? O que é o senhor de escravos senão um patrão que reduziu a coisas, e possui como coisas, os seus operarios? Vede, bem, vós homens do trabalho, que a escravidão é um attentado contra vós mesmos! Alem d'isso o trabalho manual que existe em nosso paiz é quasi todo de descendentes de escravos, de homens em cujo sangue crystallizou algum sofrimento de escravo. Ora vós sabeis que a escravidão passa de geração em geração: que ella força os musculos da primeira, paralyza os movimentos voluntarios da segunda, enerva o coração ou deprime o cerebro da terceira, e assim por diante. (*Applausos.*)

A escravidão, a historia natural o mostra, não é uma instituição exclusivamente humana. Ha outra especie animal que a adoptou nas suas republicas subterraneas: é a formiga. (*Riso.*) Pois bem, entre as formigas, como entre os homens, ella produz os mesmos effeitos. Os observadores das formigas descobriram que as especies d'entre ellas que empregam escravos não podem sequer alimentar-se por si mesmas... N'esses pequenos animaes, que são entretanto o symbolo da actividade incessante, a qual nada desanima, a escravidão produziu durante seculos esse mesmo effeito infallivel: o de inhabilitar os que se costumaram a ella para viver sem soccorro estranho... É assim, nas sociedades humanas: os povos que vivem da escravidão não sabem, não pôdem, trabalhar, e os povos que não trabalham, vivem por favor alheio... (*Applausos.*)

Eu sei bem, que em taes condições, abolida a escravidão no Brazil, o organismo paralyzado não adquiriria de repente a energia que levou gerações a consumir; mas, já que a salvação unica possivel está no trabalho, quanto antes começar a reacção e quanto menos adeantada estiver a decomposição da vontade e da força, mais esperança haverá de que os effeitos da doença não sejam mortaes...

Mas não é sómente essa enervação que prejudica o desenvolvimento do trabalho já emancipado. É o estigma lançado sobre elle. Esse estigma precisa, não de annos, mas de seculos para apagar-se. Ainda hoje na Europa, em paizes mesmo onde a escravidão acabou na Edade Media, a causa de certos despezos e inferioridades, de preconceitos e desigualdades, entre ramos diversos do trabalho, é um resto da escravidão, sepultada entretanto sob profundas camadas sociaes... Por muitas gerações ainda a nodoa infamante que a escravidão lançou sobre o trabalho em toda a America e principalmente no Brazil ha de continuar a ser a maldição da nossa patria, mas, por isso mesmo,

quanto antes revogarmos a condemnação do trabalho manual, quanto antes ferirmos de morte o poder que a fulmina, mais cedo teremos libertado as classes operarias da inferioridade em que estão collocadas. (*Applausos.*)

Vede, senhores, que passos agigantados vai dando essa repulsão pelo trabalho, consequencia da escravidão! Já entre nós muitos preferem mendigar a trabalhar. A mendicidade, chaga dos governos despoticos e dos paizes congestos, começa a apparecer em nossas capitaes. Em parte na apparencia a mendicidade é de emprego, breve sel-o-ha exclusivamente de dinheiro. N'essa mendicidade têm cabido descendentes de antigas familias, netos de morgados. Para a aristocracia, educada na escravidão quando não hoje, gerações atrás, pedir é menos humilhante do que trabalhar! (*Applausos.*)

Vós sabeis como as artes nasceram entre nós e que vida difficil ellas têm tido. O seu nivel pouco tem subido do que era no tempo colonial, a sua organização é ainda rudimentar. As altas tarifas, necessarias para sustentar a phantasmagoria das nossas finanças, não bastam para dar-lhes impulso, para habilital-as a lutar com a industria estrangeira. Os altos preços da vida, a falta de economia, a frouxidão dos principios sociaes, tudo opera para elevar o custo da mão d'obra, e isto, junto á nenhuma educação mechanica do operario, impossibilita o que todos deveramos tanto desejar — a nacionalização das industrias essenciaes á vida.

Pensou-se muito tempo entre os artistas, mesmo do Recife, que a nacionalização do commercio a retalho produziria o milagre de espalhar entre elles a abundancia. Não ha maior erro. Qualquer restricção á liberdade de commercio só teria o effeito de arruinar este paiz. Seria uma deshonra e uma calamidade, ainda que não fosse mais do que uma restricção illusoria. Afastar o estrangeiro estabe-

lecido, repellir o capital, crear um privilegio para alguns Brasileiros á custa da communhão toda, quem pensaria hoje em commetter tal suicidio? Mas a nacionalização do commercio não deixa de ser um ideal patriotico uma vez que seja realizada naturalmente, por meio da livre concorrência, pela victoria da actividade, do espirito mercantil, da solidez do credito, do commercio nacional. Assim tambem com as artes, nada mais patriotico do que todos concorrermos para que os artigos produzidos em nossas officinas possam substituir e dispensar a importação estrangeira. Para este fim, senhores, estou prompto a promover todos os meios de protecção ás artes, que eu julgar legitimos e equitativos.

Começarei por dizer-vos francamente que não acredito na protecção das tarifas. Pelo nosso systema tributario, que apoiando-se sobre as fraquezas psychologicas do nosso povo, sobre a ignorancia e a covardia do contribuinte, o qual só paga impostos não sabendo quanto paga, os impostos do Brazil são na sua maior parte indirectos. Em tal systema a tarifa é sempre proteccionista, e a nossa está caminhando para ser prohibitiva. Não creio que se pudesse mudar de repente a incidencia geral da nossa taxaço e recorrer a outros impostos, e por isso não pedirei que se tire ás artes e industrias nacionaes a protecção de que já gozam, mas tambem não concorrerei para constituir monopolio e crear industrias de falsificação tornando a tarifa prohibitiva. Essa especie de protecção é o roubo do pobre e n'um paiz agricola, é um contrasenso. Não, senhores, não será elevando o preço de todos os productos, tornando a vida mais cara, obrigando a população a pagar impostos exaggerados a cada fabricante, que eu me hei de prestar a proteger as artes... A protecção que prometto reclamar é outra, e quasi que toda indirecta. As industrias a que devemos entregar-nos são as industrias naturaes do paiz, aquellas em que o estrangeiro



não possa competir connosco, as que deixem ao productor lucro razoavel sahido do producto mesmo e não da equivalencia aos direitos da tarifa que obrigam o consumidor a pagar-lhe. Mas, senhores, creado o mercado de salario no paiz, aberta a terra ao pequeno cultivador, nascendo os centros locaes, começando-se a destruir o estigma lançado sobre o trabalho, o progresso das artes acompanhará a transformação do paiz e ellas crescerão com elle. (*Applausos.*)

Do que vós precisais é principalmente de educação technica e se eu entrar para a Camara tratarei de mostrar que os sacrificios que temos feito para formar bachareis e doutores devem agora cessar um pouco em quanto formamos artistas de todos os officios. (*Applausos repetidos.*) É tempo de pensarmos na educação do operario de preferencia á educação do bacharel. (*Riso.*) É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado attenda a esse immenso interesse do qual elle parece nem ter consciencia! (*Applausos.*)

É essa a dupla protecção que vos prometto promover: a primeira, leis sociaes que modifiquem as condições do trabalho, como elle se manifesta sob a escravidão, e façam da industria nacional a concorrente victoriosa da estrangeira em tudo que fôr seu legitimo dominio e, a segunda o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artifices. (*Applausos.*)

Mas vós tambem, pelo vosso lado, podeis ajudar-vos muito, unindo-vos, associando-vos. Não sois muitos, é certo, mas ligados um ao outro pelo espirito de classe e pelo orgulho de serdes os homens do trabalho n'um paiz onde o trabalho ainda é mal visto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade. Vós sois a grande força do futuro, é preciso que tenhais consciencia d'isso, e tambem de que o meio de desenvolver a vossa força é sómente a asso-

ciação. Para apprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fóra da associação não tendes que ter esperança.

Amanhã, meus senhores, fallarei ainda uma vez antes da eleição sobre a minha candidatura. Vós sabeis o alcance immenso que teria vosso pronunciamento a favor d'ella. Homens do trabalho, mostrai que a escravidão se ainda possui as sensalas, já não possui as officinas (*applausos*); protestai contra esse poder implacavel que tendo feito oiro com o soffrimento e a vida de trabalhadores, como vós, quer hoje empregar esse oiro manchado de sangue em corromper o voto de homens livres. (*Applausos.*) Ha entre vós homens de côr, mas n'elles não haverá um so d'esses Judas que por trinta dinheiros vendem a sua raça, sua Mãe. (*Applausos.*) Esse ultimo ultraje da escravidão á dignidade humana não partirá de vós, artistas Pernambucanos. Identificados com a causa da liberdade, o vosso voto será no dia 1.º de Dezembro ao mesmo tempo uma petição e uma ordem ao Parlamento convocado, para que liberte, levante e proteja o trabalho em toda a extensão do paiz, sem differença de raças nem de officios... a escravidão retardou de dois seculos a emancipação do proletariado nacional, mas hoje, que elle começa a pensar e a querer, é preciso que a sua primeira intimação aos poderes delegados seja a favor dos escravos, de cuja classe em sua maior parte elle sahiu... (*Applausos.*) Sim, senhores, é preciso que as primeiras palavras d'esse proletariado, que hoje surge em nossa politica, sejam de liberdade, de justiça e de egualdade, porque nenhum povo póde ser grande sem ser livre, feliz sem ser justo, unido sem ser igual. (*Applausos unanimes e repetidas acclamações.*)

---

## QUARTA CONFERENCIA

### NO THEATRO SANTA ISABEL

A 30 DE NOVEMBRO

Senhores,

Amanhã a cidade do Recife terá que pronunciar-se sobre a unica questão nacional que até hoje foi sujeita ao exame e deliberação do povo Brasileiro. (*Applausos*) Estamos assim na véspera da maior batalha politica da geração actual, e devemos preparar-nos para entrar n'esse grande combate com a força de animo que transforma a coragem de qualidade animal na primeira das qualidades viris, — calma e dignidade. (*Muito bem*)

Se vencermos como contamos vencer, como tudo nos garante que venceremos, não nos esqueçamos de que a nossa victoria é parcial e que não é ainda definitiva. Não é o Recife, não é Pernambuco, só por si que ha de decidir do appello feito á nação, ao passo que a escolha dos nossos nomes significa apenas uma investidura solemne, o direito que adquiristes, vós abolicionistas Pernambucanos, de fazerdes ouvir a vossa voz no Parlamento.

Mas não é só isso... Se a nossa victoria fosse completa e decisiva, ainda assim o melhor uso que poderíamos fazer d'ella seria offerecel-a como um penhor de reconciliação aos nossos adversarios, porque a patria que queremos ver fundada não ha de ser nossa sómente, ha de ser tambem d'elles e dos seus filhos (*longos applausos*), e por isso o

que se figura hoje como uma victoria dos abolicionistas seria logo no dia seguinte reconhecido como patrimonio da nação inteira, escravos e senhores, (*applausos*) como a conquista de todos nós que n'este momento parecemos inimigos implacaveis! Sim, mais ainda dos nossos antagonistas do que nossa, porque a parte d'elles seria infinitamente maior sendo elles os que maiores interesses têm na propriedade estabelecida, na riqueza nacional accumulada pela escravidão, propriedade e riqueza que desde então ficariam assentados sobre a justiça e a moral. (*Applausos*)

E que motivo teriamos nós amanhã para entregar-nos a uma d'essas explosões de alegria popular que acompanham a reivindicação de grandes direitos, a destruição de oppressões seculares? Quando estivessemos festejando o nosso triumpho, quantos escravos não estariam passando pelas torturas da escravidão? Sim, senhores, enquanto houver um escravo no Brazil nós abolicionistas devemos trazer em nossos corações o lucto da patria... (*Muito bem, muito bem!*)

Mas se toda a nossa esperança fôr illudida, se em vez de vencedores, formos amanhã os vencidos, que importa que haja no Parlamento um ou dois abolicionistas de menos hoje que a nossa causa está triumphante na consciencia nacional? (*Applausos repetidos*)

Preparemo-nos, pois, para a batalha no recolhimento das nossas almas de Brasileiros e patriotas... Como os soldados Christãos que entravam em combate rezando e com a fé posta n'um instrumento de supplicio convertido em symbolo de redempção, levemos no coração a fé na virtude mysteriosa das lagrimas dos escravos, que não podem hoje como desde tres seculos, infiltrar-se no solo d'este paiz senão para abençoal-o como patria dos seus filhos... (*Applausos*)

Sabemos todos onde está o inimigo. Deixai de lado as

vossas superstições e preconceitos... Como Cambyes ao invadir o Egypto <sup>(1)</sup> punha na primeira linha de batalha os animaes sagrados dos Egypcios, sabendo que elles não ousariam atacar os seus proprios deuses, os nossos adversarios combatem por trás dos sentimentos que sabem ser-nos sagrados e inviolaveis... Mas não tendes medo de ferir esses principios com que elles se protegem dos nossos golpes... Nem o direito de propriedade, nem a vida e a segurança das familias, nem o credito do Estado, nem a união dos Brasileiros, nem a integridade da Patria, soffrerão a mais leve ferida. Esses interesses, esses principios nada têm que ver com a escravidão, que é o inimigo de nós todos e de todos elles. (*Applausos*) Os vossos idolos ficarão intactos; ainda mais, no ardor do combate vós os vereis sustentando a boa causa que é a nossa. (*Applausos*)

Senhores, quando a magestade d'esta reunião, como creio que ainda não houve igual no Recife, não bastasse para tornar imperecivel em mim a lembrança da campanha eleitoral que deve terminar amanhã, estou certo de que a todo tempo os que me escutastes darieis testemunho de que empreguei todos os esforços da palavra e da persuasão ao meu alcance para conquistar o voto, a opinião, da capital de Pernambuco, em favor da idéa abolicionista. Quanto a mim estou satisfeito com ter proclamado os principios cardeaes da nova propaganda e por ter começado a vel-os germinar... Essas grandes verdades que tratei de passar para os vossos espiritos com a mesma força e evidencia com que ellas se impuzeram ao meu, hão de ficar profundamente gravadas no patriotismo e na consciencia de todos vós. A primeira foi que ha Brasileiros ainda sem patria, e que a nação Brasileira, com o regimen servil, está posta

(1) Duas ou tres vezes ha n'estes discursos lembrança de uma serie de artigos do orador publicados no *Jornal do Commercio* (1884) com a assignatura de *Garrison*.

fóra da lei no interior, abaixo da lei nas cidades... (*Applausos*) A segunda foi que a propriedade não tem só direitos, tem também deveres, e que ella tem faltado a todos os seus deveres, dos quaes não chegou ainda a ter sequer consciencia. (*Applausos*). A terceira foi que a solução do problema da miseria nas cidades, da ociosidade e da indiferença no interior, só póde ser produzida por uma lei agraria, que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o dominio publico toda a immensa extensão de terras que o monopolio escravista não cultiva nem deixa cultivar. (*Applausos*) A quarta foi que nós precisamos de reformas sociaes que tenham por centro esse unico interesse nacional — o trabalho — (*applausos*): liberdade do trabalho, amor ao trabalho, instrucção technica e civica do trabalhador, voto do operario, protecção ao trabalho, criação de industrias, etc., e que precisamos d'esse grupo de reformas sociaes de preferencia a mudanças e reformas politicas que não affectam o nosso povo, mas tão sómente a olygarchia creada pela escravidão. (*Applausos*)

Essas verdades podem parecer novas, arriscadas e injustas... mas, assim como a pedra da Kaaba que de branca tornou-se preta pelo toque de gerações successivas de crentes, ellas hão de ser cada vez mais reverenciadas pelo povo Brasileiro, a cujas necessidades mais palpitantes e viciaes correspondem, hão de ser os dogmas de uma crença politica diversa d'aquella em que fomos educados no periodo de superstição e de ignorancia, em que a nação se resume na classe governante e deixa-se o povo crescer na degradação, no captiveiro e na miseria... (*Longos applausos*)

Pitt dizia ao duque de Devonshire: « Estou certo de que eu posso salvar a Inglaterra e de que ninguem mais o póde ». Não posso fallar como o grande estadista, porque só depois de arrancadas as raizes da escravidão é que se poderá avaliar a extensão do mal que ella nos fez e o que



ella não solapou... mas posso dizer com a mesma fé e segurança: « Se não estou certo de que a abolição possa salvar o Brazil, estou certo de que nada mais o póde. » (*Applausos*) Fallo do presente, porque quanto ao futuro, a abolição o póde e o ha de salvar. (*Novos applausos*)

Sim, senhores, essa prosperidade, essa fertilidade de que a escravidão se ufana, é apenas a ironia da esterilidade nacional. (*Muito bem*) A escravidão só existe, só produz porque nós não produzimos (*applausos*), porquanto se houvesse trabalho livre não havia escravidão... (*applausos*), e nós só não produzimos, porque ella existe e produz, porquanto se não houvesse escravidão haveria o trabalho livre, o trabalho nacional... A fertilidade d'ella é assim, como eu disse, a nossa esterilidade... É como no Genesis, quando a esposa esteril julgava-se fecunda, julgava-se mãe, se uma de suas escravas concebia do patriarcha e, na phrase da Biblia, paria sobre os joelhos d'ella... Sim, senhores, é a escravidão que pare ha tres seculos sobre os joelhos da nossa patria! (*Longos applausos*)

Como é triste esse espectaculo de um paiz novo reduzido á decrepitude por um systema que deixa sem trabalho, que impede de trabalhar, á massa valida da população nacional. Eu tive occasião de ver o reflexo triste que elle projecta, até mesmo no coração das nossas cidades, nas minhas visitas ao eleitorado. Em que condições de pobreza, de dependencia, de abandono, encontrei parte do povo que entrou no eleitorado.

Que admiravel coragem, a d'esses homens que cream uma familia, contribuem para o augmento da população nacional, nas condições de vida a que estão sujeitos! Quantas vezes, á porta d'essas casas, hesitei em entrar, pensando que era um sarcasmo ir pedir o voto a esse povo que nenhum interesse tem na politica desde que a politica nenhum interesse tem por elle! Pare-

cia-me na posição em que me acho que era augmentar a afflicção ao afflicto pedir que tomasse parte na eleição a homens carregados de filhos e que não têm em parte alguma trabalho, cuja vida é uma lamentação perpetua e hereditaria, e aos quaes a sociedade não mostra a minima sympathia e não dá a minima protecção! Sim, senhores, parecia-me um sarcasmo essa visita, e mais de uma vez só tive coragem para atravessar o limiar da porta além da qual eu ia encontrar sempre o mesmo triste espectáculo, ver o mesmo horizonte, o mesmo futuro de uma de nossas familias pobres, o mesmo abandono do nosso povo á necessidade que o opprime, a angustia da fome adiada de hora em hora pela caridade alheia, — além da qual eu via a mendicidade, doença das nações decrepitas e das populações congestas, despontando como uma nodoa na face d'este paiz novo e ainda não povoado, a physionomia, enfim, de uma raça que vai perdendo a esperança, tendo tanto esperado em vão!...

(Sensação)

Mais de uma vez, dizia eu, só tive coragem para entrar como candidato no lar de familias que via reduzidas á condição de nada ter e de nada poder esperar, porque entrava alli em nome de uma classe ainda mais infeliz do que a dos nossos proletarios, a dos escravos, porque eu representava por indicação nacional desgraças ainda maiores, soffrimentos, talvez de outra natureza, porém ainda mais cruciantes. (Sensação prolongada. Pausa)

Hoje que temos chegado ao termo d'essa campanha é direito nosso proclamar o modo pelo qual a dirigimos. Foi como vistes uma lucta travada com um adversario que fugia á publicidade e manobrava sómente no segredo e no silencio da cabala. (Applausos repetidos) N'essa lucta tudo o que dissemos e fizemos foi perante vós, deante de milhares de testemunhas. Tambem por isso não travámos o combate no terreno pessoal, discutindo individuos, mas no

terreno impessoal, discutindo idéas. (*Applausos*). Preferi á cabala a propaganda; preferi conquistar a opinião a mendigar votos. (*Applausos*). N'este mez de Novembro fallei quasi dia por dia. Os meus discursos foram ouvidos por milhares de pessoas. Ellas que digam se fallei duas linguagens, se encobri o meu pensamento, se prometti alguma cousa que não estivesse de accordo com as promessas, ou melhor, com os compromissos do movimento abolicionista... Vêde pelo contrario a attitude falsa e coacta dos nossos adversarios, a desconfiança que têm do povo, o medo que tem das idéas, e o silencio profundo em que atravessam como sombras o scenario das luctas eleitoraes! (*Applausos*)

Na vespera da batalha é preciso calcular as contingencias todas da acção, e isso nos colloca, aos abolicionistas, deante de diversas hypotheses parlamentares. A primeira é constituirmos maioria abolicionista, o que importa a votação do projecto Dantas. A segunda é sermos minoria abolicionista n'uma Camara liberal; a terceira é sermos minoria abolicionista n'uma Camara conservadora. Devo dizer que essas duas hypotheses se resumem n'uma só: a necessidade de uma dissolução. Nem a maioria conservadora ha de ser tão grande que os conservadores possam governar com a proxima Camara, nem o partido liberal ha de consentir em ter a sua politica frustrada e muito menos dirigida por qualquer pequeno grupo que se queira ligar á opposição. Nos dois casos o Imperador terá novamente que escolher entre os liberaes e os conservadores e eu acredito que o chefe do Estado não ha de divorciar a monarchia do movimento abolicionista... (*Applausos*)

Os conservadores intimam já ao Imperador a alternativa celebre de Gambetta a Mac-Mahon: « Submitter-se ou demittir-se. » Em uma das sessões mais agitadas da ultima Camara eu observei um deputado conservador, vendo o relevo que elles davam nas suas censuras á influencia da corôa,

que o partido conservador parecia estar abrindo mão da monarchia e fazendo offerecimentos á Republica. « E quem lhe diz, foi a resposta, que já não temos pensado n'ella? » Mas, no meu entender pelo menos, se a monarchia tivesse que consultar o seu interesse sómente e não os seus deveres para com a patria, — que o é também da dynastia e que continuará a sel-o quando mesmo ella deixe de reinar, — ainda assim o verdadeiro caminho a seguir seria o de estar ao lado dos inimigos da escravidão até á destruição completa d'esse regimen... (*Applausos.*)

Ao estudar o character e o alcance das novas eleições para á vista d'ellas tomar uma deliberação sua, se preciso fôr, o Imperador não se deve cingir ao exame unico dos algarismos e aos resultados finaes do escrutinio. Se o partido conservador triumphasse de modo a poder governar com a sua maioria sem o recurso da dissolução, a hypothese seria outra, mas como essa é impossivel, é inutil discutir os deveres da corôa para com a nação em tal caso. Do que eu trato n'este momento é de cada um dos dois partidos precisar do decreto de dissolução para governar, isto é de appellar para a prerogativa. Em tal caso é que eu digo, o Imperador não deveria olhar para o resultado puro do voto, mas ter em vista diversos factores importantes que concorreram para elle. O dever da corôa seria procurar conhecer antes de tudo a vontade da nação para não contrariar-a. As eleições de amanhã vão mostrar em que minoria a opinião conservadora está no paiz... o segundo escrutinio é a coalisção dos odios intestinos e pessoas com as divisões politicas, e não poderia servir de base solida a uma restauração conservadora. (*Muito bem, muito bem.*)

Mas o Imperador, além de attender á maioria numerica das opiniões liberaes, em estado de liberdade como se acham no primeiro escrutinio, se quizesse realmente conhecer o sentimento e as tendencias do paiz, deveria ter em vista:

primeiro, o censo alto do eleitorado; segundo, o monopólio da escravidão; terceiro, o estado de divisão do partido conservador; quarto, a iniciativa e os sacrificios do partido liberal, e quinto o momento actual.

O censo alto, senhores, quer dizer que a nação está fóra do eleitorado, que este não a representa sufficientemente, e que, portanto, se n'uma questão que interessa o que se chama propriamente povo como é a da emancipação, esse eleitorado censitario dêsse com exclusão do povo a maioria, a metade, ou a quasi metade, do Parlamento ao partido da reforma, não podia haver duvida que a nação estava com esse partido n'essa reforma (*grandes applausos*), e seria ir de encontro á evolução nacional chamar os seus adversarios ao poder por um golpe de Estado. (*Novos applausos.*)

O monopólio da escravidão significa que esmagado o paiz pela posse exclusiva da terra e pela dependencia em que está dos proprietarios toda a população do interior, e dividido este em feudos impenetraveis á agitação e ao movimento das idéas livres, se a escravidão não conseguiu triumphar, não pôde pelo terror e pela perseguição apossar-se do Parlamento, a nação, livre d'essa pressão odiosa e aviltante, ter-se-hia pronunciado de modo muito mais franco e decidido pela liberdade e pelo direito. (*Applausos.*)

O estado de divisão do partido conservador tem este alcance — que, se fosse chamado ao poder depois de uma victoria duvidosa, ou, peor ainda, depois de uma derrota manifesta, a opposição subiria para dividir-se e dividir-se-hia para cair. (*Longos applausos.*) Sim, senhores, a emancipação seria, como eu já disse, a inevitavel Pharsalia dos duumviros do Norte e do Sul. Eu faço d'esta tribuna ao sr. João Alfredo a mais grave de todas as accusações: a de ter entrado na grande e historica eleição de 1884, escondendo dos eleitores e da nação a idéa de que os seus thu-



riferarios o fazem adepto e com a qual o recommendam ao chefe do Estado, e de escondel-a para poder subir ao poder em certas contingencias por uma surpresa praticada contra os seus proprios amigos. Eu o accuso de não ter consentido que a deputação conservadora Pernambucana manifestasse de fôrma alguma em opposição a divergencia em que estava da deputação conservadora do Rio, S. Paulo e Minas, explorando assim uma grande reforma nacional para fins de partido, elle que sabe como em 1871 o partido liberal apoiou o ministerio Rio Branco e desinteressadamente concorreu para que os seus adversarios realizassem uma medida da qual tinham antes feito arma de destruição contra elle. (*Applausos.*) Mas, senhores, o que seria do partido conservador dividido? Não estamos mais no tempo das Camaras unanimes como a de 1871. Por melhor escolhidos que fossem, os proconsules conservadores não fariam qualquer das metades do seu partido levar de vencida a outra e mais o partido liberal e o republicano... Imaginai o Sr. João Alfredo appellando como o Sr. Dantas para o paiz e tendo que lutar contra todos os seus inimigos externos e a dissidencia do seu partido! Que eleições faria elle? (*Applausos.*)

Por isso tambem mencionei em quarto logar a iniciativa e os sacrificios do partido liberal. Quando se tratou da eleição directa o Imperador disse que, a fazer-se, a reforma devia ser realizada pelo partido do qual ella era programma. O que dizer hoje da emancipação depois que os conservadores uniram-se como um só homem para derrotal-a nas urnas?

Notai bem, senhores. Os conservadores resistem a todas as reformas pela mania de resistir, que é uma verdadeira enfermidade n'elles desde que resistem aos seus proprios interesses.

A eleição directa, muito mais sendo censitaria, era do interesse d'elles e resistiram até á ultima. A emancipação é do interesse d'elles e elles resistem ainda. Em taes condições



haverá egualdade de circumstancias? Não deve o Imperador ao dar a sua confiança para realisar as grandes reformas liberaes preferir o partido que as inicia e se sacrifica por ellas ao partido que especula com ellas e as explora? (*Ruidosos applausos.*)

Por ultimo, e em quinto lugar, fallei do momento actual. Seria este o momento da resistencia e da reacção hoje que o movimento já libertou tres provincias, que o entusiasmo abolicionista communicou-se ao exercito e á armada, que o nome do Brazil está compromettido perante o mundo a uma reforma seria, que a anciedade publica irrompe de todos os lados e todos sentimos estar na véspera da redempção do nosso paiz? (*Applausos*)

Assim, senhores, não tenhais medo de que o partido conservador se recomende mais á confiança do Imperador do que o liberal, a cujo programma de reformas, á realisação de cujas idéas parece-me d'ora em diante ligada a sorte da monarchia no Brazil. O Imperador imitará o rei Humberto e não a Affonso XII, certo de que sustentar o partido liberal no poder é fortificar a monarchia, e derribal-o é lançal-a n'um caminho de aventuras que só pode levar á revolução, desde que a alternativa — o despotismo — é impossivel no Brazil e contrario a todas as tendencias historicas da nossa raça e da propria dynastia Brasileira. (*Applausos*)

Eu sei que os nossos adversarios procuram deter-nos o passo invocando contra nós um homem que hoje estaria comnosco a menos que elle quizesse destruir a sua propria legenda, o visconde do Rio Branco. Senhores, o visconde do Rio Branco, Paranhos, viveu e morreu no serviço do Estado, deixou o seu nome inscripto em innumerados actos legislativos e administrativos do reinado, foi ministro repetidas vezes, com a excepção notavel da missão Saraiva escreveu por assim dizer a historia da nossa diplomacia no

Rio da Prata durante toda a sua vida politica, e no entanto o que é que o povo sabe, o que é que o mundo sabe do visconde do Rio Branco? Que elle fez a lei de 28 de Setembro. (*Applausos*) Isso quer dizer que não foi o nome de Paranhos que fez grande a emancipação dos escravos, mas que foi a emancipação que fez grande o nome de Paranhos. (*Grandes applausos*)

Mas, senhores, esqueço-me que estamos na vespera do combate e que vós e eu devemos reservar as nossas forças para o dia de amanhã. Amanhã com effeito a cidade do Recife vai ser chamada a pronunciar-se n'um julgamento solemne, entre duas idéas irreconciliaveis, entre dois espiritos que, como o do bem e do mal nas theogonias do Oriente, estão em perpetuo conflicto na marcha do mundo. (*Applausos*) Vede o sombrio prestito com que a escravidão pretende disputar os vossos votos, o cortejo com que se apresenta em vossos comícios. Olhai para essa multidão que desfila atrás do carro triumphal do Moloch Americano, que ha tres seculos se alimenta entre nós de victimas da Africa, sacrificadas á sua sede de sangue! (*Applausos*) São os velhos de sessenta annos carregados de velhice e de trabalho, que não deram sómente ao seu senhor inexoravel grandes safras de assucar e de café, mas lhe deram filhos e netos, essa outra colheita que o enriqueceu; os galés de uma vida cuja historia toda é a tragedia da senzala, sem uma consolação, sem um apoio fóra de si mesmos e do seu proprio coração torturado, da sua consciencia esmagada, sem nenhum d'esses apoios estranhos que nós todos temos na vida, nem a familia, nem os amigos, nem o magistrado, nem a religião, nem a lei; portadores de uma vida assim roubada toda a si mesmos, ao seu corpo e á sua alma, vida cujos dias um por um cahiram fundidos em moedas de cobre nas mãos do proprietario... e vós imaginais que sofrimentos devem ser os do homem cujos dias são assim

vasados um por um, sem respeito ás necessidades *physicas* e moraes do ser pensante, que nós somos, em moedas de cobre... Vede todo esse cortejo de invalidos, seguidos dos seus filhos e netos escravos como elles, primicias do seu proprio sangue que elles offereceram á cupidez de seu senhor sem por ellas todavia resgatar-se da escravidão (*applausos*), — porquanto a escravidão é isso mesmo: é o trafico do que ha mais santo, mais mysterioso, mais inexplicavel na natureza: a maternidade! (*sensação*); é essa lei barbara e atroz que diz á mulher que concebe: «Teu filho vai ser um escravo como tu, tu vais enriquecer o teu oppressor com o producto do teu seio»... Não se diga que entre nós está abolido esse monstruoso principio, porque não está; é em virtude d'elle tão sómente que existe a escravidão em nosso paiz, e abolil-o, seriamente, seria decretar a emancipação de todos os escravos, presente gratuito e involuntario, ás vezes filho do crime e da violencia, que as escravas fizeram aos seus senhores! (*Prolongada emoção*) Ah, senhores, porque não aconteceu para honra da natureza humana em nosso paiz que, como se diz de certas especies animaes, a especie humana tambem não se reproduzisse no captiveiro! (*Nova emoção*) Parece que não poderei chegar ao fim das minhas phrases, tanto sou arrebatado pela torrente das impressões que me causa esse regimen que quando não foi pirataria tornou-se em lei de Herodes... Mas não são sómente os velhos de sessenta annos que appellam para vós: são todas as gerações escravas, a contar do *ingenuo* — escravo até aos vinte e um annos! De que massa humana sois feitos, Pernambucanos, se tão grande injustiça não vos revolta e tão grande soffrimento não vos commove! Vós, homens pobres, como quereis que os poderosos se compadeçam de vós, se não tendes compaixão para entes ainda mais infelizes e desamparados do que vós mesmos! Não... isso não é possivel. Não será com

os vossos votos que se manterá por mais tempo uma instituição deshumana e cruel, violação perpetua de todas as verdades fundamentaes da sciencia como da religião, da jurisprudencia como da moral, causa de atrophia que pesa durante seculos sobre o desenvolvimento das nações, instituição que destróe e avilta tudo o que as instituições sociaes têm por fim edificar e engrandecer! (*Applausos prolongados.*)

Não, senhores, a cidade do Recife accordou do somno profundo de tantos annos de indifferença e de insensibilidade e n'este logar d'onde fallo, do centro de tantas tradições e de tanto heroismo, que se não fôra a escravidão seria hoje uma Republica forte e respeitada e que com a escravidão começa a esquecer o passado e a descrêr do futuro, dir-se-hia que nós ouvimos uma voz que nos brada: «Basta de perseguição, basta de soffrimento!» É a voz que sóbe do solo das vossas batalhas nacionalistas, das vossas revoluções liberaes, e é, escutando-a e articulando-a, que eu denuncio n'este momento solemne a escravidão ao povo Pernambucano com todas as forças de minha alma. (*Applausos*). Sim, em nome do passado e do futuro, denuncio ao povo do Recife reunido nos seus comícios aquella instituição que para ser condemnada pela consciencia humana basta ser chamada pelo seu nome — de escravidão (*applausos*); eu a denuncio como incurso em todos os crimes do codigo penal, em todos os mandamentos da lei de Deus. (*Longos applausos*) A vós, artistas, eu a denuncio como o roubo do trabalho; a vós, sacerdotes, como o roubo da alma; a vós, capitalistas, como o roubo da propriedade; a vós, magistrados, como o roubo da lei; a vós, senhoras, como o roubo da maternidade; a vós, pais, filhos, irmãos, como o roubo da familia; a vós, homens livres, como o roubo da liberdade; a vós, militares, como o roubo da honra; a vós, homens de côr, como o roubo de irmãos; a vós, Brasileiros, como o roubo da patria... sim a todos eu a denuncio essa escla-

---

vidão maldita como o fratricídio de uma raça, como o parricídio de uma nação!

*(Longos e estrepitosos applausos. Durante muitos minutos o auditorio acclama o orador).*

## QUINTA CONFERENCIA

### NO THEATRO SANTA ISABEL

A 6 DE JANEIRO DE 1885

Meus senhores,

Ao ver-me hoje de novo diante de vós parece-me que não o curto intervallo de quatro semanas, mas um espaço de tempo muito maior, nos separa do dia em que pela ultima vez tive a honra de dirigir-vos a palavra n'este recinto. O numero em que affluis a esta reunião e o acolhimento que me dispensais basta para mostrar que não está quebrado nenhum dos laços de confiança e solidariedade que nos prendiam antes da eleição; mas os acontecimentos que intervieram desde o dia 1.º de Dezembro produziram em nossos espiritos uma impressão tão profunda que os factos de ha um mez parecem distanciados de nós um anno e é difficil voltarmos ao estado de espirito em que nos achavamos antes do primeiro escrutinio.

Sim, senhores, nada é mais nobre do que o sentimento que nos faz pensar assim. Houve sangue derramado na presente eleição, e o nosso respeito á inviolabilidade da vida humana é tal que o sangue derramado, ainda mesmo quando nenhuma gotta d'elle possa ser lançada sobre nossas cabeças, tem o poder de paralyzar-nos completamente na reivindicção dos mais legitimos direitos.

Pela minha parte devo confessar que os factos de S. José produziram em mim um abalo profundo. A primeira



impressão que eu tive foi toda de anciedade pelo perigo que correu no dia da sua victoria o meu illustre amigo, o deputado pelo 2.º districto, mas a segunda foi de lucto pela sorte dos que succumbiram n'essa lucta improvizada, e de todo imprevisita, que um momento pareceu dever extender-se a toda esta capital.

Não posso expressar-vos o pezar que me causa o ter que ficar associada á lembrança da minha eleição no Recife a scena selvagem de S. José, porque tenho o direito de dizer que esse não devia ser o desfecho de uma campanha eleitoral como foi a minha, feita toda diante do povo, sem nenhum meio subterraneo, sem cabala e sem fraudes, e na qual pôde-se dizer que o candidato esqueceu-se no abolicionista.

Entretanto, senhores, tal é a crueldade e o cynismo dos que, em falta de bandeira de partido, levantam hoje como estandarte as roupas ensanguentadas de seus infelizes correligionarios, o que é que diz e repete a imprensa conservadora? Que as mortes de S. José foram o resultado das minhas conferencias! Como se esses tantos discursos em que não ataquei pessoas, e sómente defendi idéas, em que apregoei as principaes aspirações sociaes e politicas da nossa época, ou não tivessem tido auditorios numerosos capazes de dementir a calumnia, ou tivessem produzido effeito contrario ao que nobres pensamentos expressos em linguagem elevada deviam produzir sobre uma população civilizada, em uma cidade como o Recife!

Vim a esta cidade em serviço da idéa abolicionista. Apresentando-me candidato procurei fazer da minha eleição uma campanha politica de repercussão nacional. Para isso desprezei a cabala, a intriga de porta em porta, e entreguei-me todo á propaganda. Na sustentação das reformas que advogava fallei mais de vinte vezes ao povo; os meus discursos ou foram tachygraphados ou foram em suas partes

essenciaes retidos de memoria por centenas de pessoas. Pois bem, eu desafio a que se produza de todo esse immenso cabedal que entreguei, sem preparo quasi, á analyse microscopica dos meus adversarios, uma phrase sequer que eu não possa repetir e pela qual não me confesse responsavel.

É certo que os que me responsabilizam pelo grão de entusiasmo, de excitação e de anciedade popular no dia 1.º de Dezembro, não dizem que eu directa ou indirectamente concorresse para os acontecimentos de S. José, de outra fôrma senão por meio d'estas conferencias que, segundo elles, levaram o povo d'esta cidade a identificar-se de tal modo com a minha eleição que a idéa de que eu fôra derrotado, tomando-o de surpresa, seria como uma faísca lançada sobre o immenso material de paixões explosivas que uma longa tradição historica depositou entre as diversas camadas do povo de Pernambuco.

Mas, senhores, que novo crime é esse de se fazer estimar pelos seus comprovincianos? De lançar raizes no coração do povo? De provocar o interesse geral, a anciedade mesma da população, para a eleição que se disputa? (*Applausos.*)

Eu argumento na hypothese dos nossos adversarios, porque a theoria d'elles sobre os factos de S. José não é a minha. A minha é muito diversa e logo eu terei que expol-a. A d'elles é que o povo do Recife, — porque foi o povo indistinctamente; não eram, como com elles, capangas armados e assalariados para o dia; era o povo mesmo, homens de todas as edades, de todas as posições e de todos os partidos, — a idéa d'elles é que o povo do Recife foi a S. José commetter assassinatos como um bando de assassinos, movido pela sobreexcitação em que estava por causa d'esta campanha. Elles pretendem assim responsabilizar-me por ter concorrido para o derramamento de sangue com a agitação produzida no animo publico pelos meus discursos.

Senhores, eu sei bem que todo homem politico que promove grandes reformas sociaes, e que para isso tem de expôr as extorsões e os abusos dos privilegios que ataca, e, por outro lado, de estabelecer a relação directa, causal, entre as injustiças denunciadas e o soffrimento, a miseria, a triste condição dos opprimidos, arrisca-se sempre a accusações de provocar o derramamento de sangue e explosão de coleras populares... Durante o longo processo de toda e qualquer reforma social, o sangue, o crime, digamos logo, resultado de impaciencias que se não podem conter ou de paixões momentaneas que se não podem supprimir, intervem como elemento perturbador da lucta, como que para ainda mais envenenal-a. A historia está cheia de situações d'essas, em que os homens de reforma, os mais humanos e até mesmo os mais timidos, viram-se de repente paralyzados pelo crime que, pretendendo auxilial-os, os obrigava a parar e perguntarem a si mesmos se estavam seguindo o verdadeiro caminho; mas em caso nenhum faltou a esses homens a accusação dos adversarios de terem provocado o derramamento de sangue.

A essa accusação, senhores, deve sentir-se superior todo aquelle que póde no decurso de uma longa agitação de seis annos apontar para tudo que tem feito, dito, ou escripto, e pedir que se lhe mostre um acto ou uma phrase que pudesse actuar no espirito de um homem sensato para movel-o a um attentado contra a vida ou a pessoa de quem quer que fosse.

É estranho, senhores, que os conservadores me contestem o direito da palavra na quadra eleitoral. Eu cheguei no fim de Setembro ao Recife, desconhecido de quasi toda a população. Era amigo intimo, é certo, do presidente da provincia, mas sabia, não só que elle não se prestava a fazer reacção alguma, como que elle não poderia auxiliar-me, no estado a que chegaram as finanças provinciaes, quando, por

mais necessario que fosse, nenhum candidato podia conseguir d'elle o pagamento dos ordenados atrasados dos funcionarios... Em taes condições, ser reputado candidato official era carregar com a responsabilidade de uma situação odiosa para a qual eu não havia de fôrma alguma concorrido, e isso sem a minima compensação, porquanto, vós sabeis, as grandes repartições do Estado e da provincia no Recife estão sob as ordens de conservadores, e o empregado — que tem meios no escrutinio secreto de encobrir o voto — prefere marchar de accôrdo com o seu chefe permanente a, quando muito, agradar a um presidente provisorio, que apenas acabada a eleição deixará a cadeira. Além d'isso, tão fundo se entranhou a convicção de que os liberaes não reagem, que a ameaça de um conservador *para quando o partido subir* produz em toda parte maior pressão sobre o funcionario eleitor do que mesmo a intimação do mais autorizado liberal.

Sem elementos officiaes, portanto, eu via-me, n'uma cidade empobrecida e necessitada, em frente de todo o capital, de toda a plutocracia assucareira, de toda a clientela nacional e estrangeira, leiga e ecclesiastica, commercial e operaria, mercenaria e ociosa da escravidão. Tinha além d'isso contra mim a campanha da diffamação e do insulto feita no *Tempo* e no *Diario de Pernambuco*, onde até a memoria de meu Pai era vilipendiada por dinheiro. Sem recursos e com demasiado espirito publico para entrar no mercado de votos, para o qual os nossos adversarios tinham creado um como *fundo dos reptis*; sem empregos que prometter; incapaz de desrespeitar no minimo dos funcionarios a liberdade do seu voto; em lucta com as poderosas familias commerciaes e proprietarias de quem tanta gente depende, e por fim sem residencia n'esta provincia para responder ao argumento maximo de que tanto se abusou — que eu não era mais Pernambucano, o que podia eu fazer senão re-

correr a esta tribuna, entender-me directamente com o povo, procurar n'elle a base precisa á minha candidatura, que — essencialmente do povo por ser abolicionista — eu tinha obrigação de empregar os ultimos esforços para tornar popular? (*Longos applausos.*)

O que resultou d'esse esforço, em que me prodigalizei dia por dia, sempre acompanhado por milhares de pessoas, vós sabeis. O partido liberal em massa n'esta cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espectaculo, novo tambem no Brazil: o de uma eleição disputada, como nos Estados-Unidos ou na Inglaterra, na praça publica, em grandes *meetings*, com esta differença sómente: que n'aquelles paizes ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se deante d'elle na mais transparente publicidade possivel, ao passo que em Pernambuco eramos nós abolicionistas os unicos a dirigir-nos ao povo, a fallar ao povo, e tinhamos assim, da publicidade, da luz meridiana, sem tramas e sem mysterio, que disputar as eleições a um partido cujos movimentos eram todos secretos, cujos meios eram todos desconhecidos, que machinava, comprava, falsificava e se armava nas trevas! (*Applausos.*)

Por isso mesmo, senhores, tenho o direito de lamentar que á lembrança da campanha eleitoral mais legitimamente conduzida, a mais pura, mais patriótica e mais extreme de qualquer idéa de fraude, corrupção ou violencia, como foi a campanha dos abolicionistas no Recife, fique associada a nodoa de sangue de S. José.

Mas já que fallo d'esse modo no sangue derramado devo dizer todo o meu pensamento a respeito. Pelo muito que tenho ouvido sobre esses acontecimentos não me resta a minima duvida de que a responsabilidade dos factos de S. José não pertence ao partido liberal, que todo esse con-

flicto, em que mais uma vez se demonstrou a crueldade do medo, foi um panico, e, como todos os panicos, surpresa de um momento.

A theoria conservadora é, como vos disse, que o povo foi a S. José annullar uma eleição que me fôra contraria e disposto a matar e a morrer para chegar aos seus fins. Deixemos por emquanto de parte a intenção com que o povo foi a S. José, mas a disposição em que elle estava não era nem de matar nem de morrer. Ninguém tinha idéa na multidão de conflicto, de sangue derramado. A surpresa em todo o Recife quando se soube que uma eleição do 1.º districto, que, todas, se esperava passassem na maior calma, não podia ter sido mais geral, e essa surpresa é a melhor prova da disposição dos animos. Excepto entre os organizadores da victoria conservadora, que tinham homens armados em S. José, em Afogados e na Magdalena, ninguém tinha pensado na possibilidade de lucta a mão armada no 1.º districto. O que aconteceu em S. José não podia ser mais imprevisto, nem mais casual.

Os factos passaram-se tão rapidamente, houve tanta imprudencia dos dois lados, o material accumulado era tão explosivo, que nenhum partido tem direito de imputar ao outro o que chamarei propriamente a *scena de sangue*. Segundo o que me parece ser a verdade, pelo depoimento das testemunhas e pela verosmelhança, os factos passaram-se d'esta fôrma.

O sr. José Marianno, deputado eleito, chegou com tres ou quatro companheiros á Matriz de S. José no momento em que se começava a lavrar a acta da eleição... Quando examinava um protesto apresentado por um mesario liberal (os conservadores dizem que esse protesto foi apresentado com a idéa de ganhar tempo para deixar chegar os *invasores*, o que mostra como tudo se explica uniformemente quando se tem uma idéa preconcebida e



uma theoria que justificar), ouvem-se vivas do povo que se aproxima. O sr. José Marianno tranquillisa os mesarios dizendo que vai ver o que é, e affirmando que não ha intenção hostil da multidão. A mesa porém sem confiar em José Marianno fecha a grande porta que a isolava da galeria e estabelece assim precipitadamente, n'um momento de terror, a clandestinidade da eleição.

Fechada a porta, espalha-se entre o povo a idéa de que se estava falsificando a acta. Na historia dos movimentos populares muitas vezes o signal da lucta tem sido uma porta ou uma grade que se fecha deante do povo. Na excitação dos animos occorreu logo, e impoz-se a muitos, a idéa de forçar a porta atrás da qual se suspeitava haver uma fraude em execução. Forçada a porta, o fiscal do dr. Portella o fallecido major Esteves appareceu armado e protegido por seu irmão e um seu sobrinho em frente do povo. Esse povo estava tão pouco disposto a matar e a morrer que recuou em uma distancia egual ao cumprimento d'esta sala, até precipitar-se pela escada abaixo, deante de pistola do major Esteves! Esse homem, só fez recuar a multidão! Que animo tinha ella de fazer uma carnificina em S. José! Foi sómente depois, quando tendo José Marianno gritado a Esteves: « Senhor major, não assassine assim seus irmãos! », elle sem saber o que fazia disparou sobre José Marianno, que o grito fatal: — José Marianno está ferido! produziu uma revolução no animo do povo, a multidão de novo precipitou-se para cima e travou-se então corpo a corpo a lucta terrivel em que morreram Esteves e seu sobrinho.

Tudo isso passou-se tão rapidamente, de modo tão inesperado, no meio de um tão grande panico, que sómente o odio partidario, ou antes a especulação partidaria, póde querer lançar sobre o partido liberal essa nodoa de sangue.

Notai que em parte alguma, nós, abolicionistas ou liberaes, tivemos um unico homem armado, e que, em diversas secções, os nossos mesarios, como um d'elles me dizia, funcionaram entre assassinos. Na Paz, por exemplo, os conservadores estavam preparados para uma batalha, elles, o partido da ordem! Se se sentiam ameaçados por nós liberaes, que fomos a todas as secções sem cogitar da possibilidade de disparar um tiro, era á auctoridade que deviam pedir protecção. Parece incrível que nos conselhos de um partido conservador prevaleçam idéas tão sinistras, como essa de levar gente armada para as parochias, legado da antiga eleição. Imagine-se que realmente era de temer, — não de planos premeditados porquanto todos reconhecem que nós liberaes estavamos certos de ganhar a eleição no 1.º districto por grande maioria, mas sim do desapontamento do povo ao julgar-se trahido, — um movimento popular, espontaneo, confuso, desordenado, contra qualquer das secções conservadoras, deviam os nossos adversarios preparar-se para resistir-lhe armando braços irresponsaveis? A fatalidade da eleição em S. José foi haver gente armada na Mesa. Não ha, absolutamente, o mais leve, o mais insignificante indicio, para provar que a ordem publica seria alterada em S. José se os conservadores não houvessem, primeiro, fechado a porta creando a suspeita de clandestinidade, depois apparecido em armas contra o povo a fazer fogo de dentro para fóra, e se, por ultimo, o major Esteves não houvesse atirado contra José Marianno, desarmado e sem defesa, no dia mesmo do seu triumpho. Não ha a mais tenue, a mais fragil indicação de que as represalias do panico — como foram as mortes de S. José — tivessem sido actos intencionaes, sem provocação alguma, contra homens em legitima defesa. A repulsa do povo em grande distancia, é um facto de que todos foram testemunhas e em que são accordes, assim como a volta de

parte d'esse mesmo povo repellido quando souo o grito de « José Marianno ferido! »

Tenho dito bastante sobre uma desgraça que ninguém lamentou mais do que eu; por certo, não os que fazem d'ella uma bandeira de rancor, e cuja responsabilidade pertence infelizmente ao homem destemido e partidario que, sósinho, fez face á multidão desprevenida e entusiasta que penetrou na Matriz, e morreu victima da sua coragem e dos seus odios politicos. Se em vez d'elle, tivesse morrido José Marianno, contra quem elle atirou, eu teria o direito de dizer-lhe, no seu processo, que elle não tinha qualidade para repellir o povo do Recife da Matriz de S. José, e que na sua conhecida exaltação chegou a esquecer o perigo em que collocou a população do Recife: de assistir a uma noite de S. Bartholomeu politica, a uma explosão horrivel da vindicta popular, atirando sobre José Marianno.

Mas o grande argumento é este: « Para que foi José Mariano a S. José? O que tinha o povo que fazer em S. José? » Senhores, é preciso não esquecer que tudo isso foi questão de minutos, que ninguém tinha calma, assim como ninguém sabia ao certo do resultado da eleição, e muito pouco do modo porque ella tinha corrido nas secções. A ida de José Marianno á S. José era a coisa mais natural do mundo, sobretudo constando que havia um protesto liberal. Se se planejasse uma fraude, não teria sido mais facil e mais prompto realizal-a na Camara Municipal d'onde o povo sahia? Mas foi exactamente porque o povo viu com seus olhos que na Camara Municipal, no nosso baluarte, houve uma fraude, que elle pensou que podia ter havido fraudes semelhantes em outros lugares, e o que todos queriam saber n'aquelle momento era quem tinha ganho, ou para melhor dizer, se eu tinha realmente perdido a eleição.

Esse povo levava n'alma uma grande ferida: elle tinha

descoberto a traição em vossos arraiaes, visto que o inimigo tinha entre os nossos pessoas encarregadas de trocar o meu nome pelo do Dr. Portella, e foi ao grito de Traição que elle acompanhou o homem da sua confiança ao primeiro ponto a que este foi buscar esclarecimentos.

Ninguém entretanto tem competencia para instaurar processos de intenção e affirmar que o povo do Recife foi a S. José levando um plano sinistro. A imaginação assustada attribue ao adversario toda especie de más intenções, mas ninguém tem o direito, de atirar a bala sobre outrem só pelo que imagina e receia.

É preciso mais alguma coisa do que o nosso medo para constituir a criminalidade albeia. (*Applausos.*) O povo tinha o direito de ir a S. José, e ninguém tinha portanto o direito de atirar sobre elle por lá ir. (*Novos applausos.*) Elle tinha o direito de assistir á eleição, e ninguém tinha o direito de tornal-a clandestina, fechando a porta n'um momento de terror. Em S. José não havia que rasgar papeis, porque a acta não estava começada. A eleição tinha ficado inutilizada desde o momento em que se estabeleceu a clandestinidade d'ella. (*Applausos.*)

Ninguém do lado liberal tinha interesse em derramar sangue, e se houve sangue derramado resultou elle de um conflicto no qual o que prevaleceu foi, como em todos os casos semelhantes, a inconsciencia e a crueldade d'esse elemento perigoso e sanguinario que apparece em todas as luctas eleitoraes de nosso paiz e que é um resto da escravidão.

Resumindo-me, a scena de S. José não foi um plano, não teve um fim, não é de fórma alguma da responsabilidade do partido liberal, nem de José Marianno, e todos devemos sentir-nos infinitamente menos responsaveis por ella do que quantos ainda hoje apoiam a escravidão pela dilaceração de escravos nas garras sangrentas da Lei de Lynch! (*Sensação.*)

Mas, senhores, vejamos como o facto de não se ter concluído a eleição na Matriz de S. José affectou e affecta a eleição do 1.º districto. Reconhecendo-se a votação constante do edital do *Diário*, o dr. Portella tinha maioria de votos sobre mim.

Elle pretende assim ter sido eleito no primeiro escrutínio, por isso não se apresenta no segundo convocado para o dia 9, e os seus amigos dizem que, tendo elle ganho a eleição, é injusto e immoral consentir que a victoria lhe seja roubada por um acto de violencia, do qual foi victima o seu proprio fiscal.

Senhores, eu não teria objecção alguma a que o diploma de deputado pelo primeiro districto fosse expedido ao meu adversario, se a lei o permittisse. Em tal caso eu iria á Camara pedir uma nova eleição, baseando-me em que essa pequena maioria de tres a quatro votos que elle, segundo as suas allegações, teve ácima do quociente legal, foi uma parte insignificante de votos obtidos por fraude, abuso de confiança ou corrupção.

Nenhuma Camara moralizada deixaria de reconhecer o meu direito a uma nova eleição. Pois bem, essa nova eleição é o segundo escrutínio. Não é preciso que eu vá pedil-a á Camara, ella resulta da propria lei e do facto de não se ter ultimado a eleição de S. José. (*Applausos.*)

Como se poderia contar ao dr. Portella os votos de uma eleição de que não houve acta? A acta é porventura um documento que se possa ou substituir ou dispensar? Póde um tumulto ter a virtude de servir de acta á eleição interrompida e de dar-lhe o cunho de legitimidade? Com que direito se faria uma excepção da eleição de S. José para approval a sem acta, privando-se-me, a mim candidato, — que não concorri de fórma alguma para o tumulto, que repillo com indignação a idéa de o ter desejado, — do direito de verificar pela acta a regularidade do processo



eleitoral a que não assisti? É duro que um acto de força altere o resultado de um escrutinio, mas foi a lei, foi o Parlamento que assim o quiz quando estabeleceu para a apuração a necessidade das authenticas, e seria igualmente duro que o tumulto me privasse de direitos que a lei me confere. Não está em meu poder alterar o systema estabelecido, consentindo que sejam apurados como bons votos que não consta de nenhuma acta como foram recebidos. Em taes condições, o segundo escrutinio é legal e inevitavel, e como um segundo escrutinio equivale, quando não houve no primeiro senão dois candidatos, a uma nova eleição, eu tenho o direito de appellar para o eleitorado Pernambucano para que n'esta eleição nova mostre do modo o mais patente, dando-me maioria de votos sobre os que pretende ter tido o dr. Portella, que fui eu quem desde o primeiro escrutinio o eleitorado d'esta capital escolheu para seu representante. (*Longos applausos.*)

Fui, porém, accusado de contradição por ter, primeiro, dito que não acceitaria o mandato de deputado com a annullação dos votos de S. José e, depois, reclamado que me fosse expedido o diploma de deputado sem aquelles votos. Que contradição ha n'isso? Eu só posso renunciar um direito que me tenha sido reconhecido, e para renuncial-o devo exigir que m'o reconheçam. Não se renuncia o que se não tem. Mas n'esse mesmo artigo, pelo qual se me argue de contradictorio, repeti a declaração de que só me serviria do diploma que reclamava para pedir nova eleição. Eu nunca reconheci que o dr. Portella tinha sido legitimamente eleito, isto por um lado, e por outro nunca declarei que não acceitaria um mandato resultante da nova eleição ou de um segundo escrutinio, que é uma nova eleição, e da peor especie, como vos hei de mostrar. O que eu disse foi que sem os votos da 1.<sup>a</sup> secção de S. José não ficaria na Camara, que não queria um diploma mu-



tilado, em que houvesse uma nodosa de sangue, por outro que não queria tirar proveito algum dos factos de S. José, de quem quer que fosse a responsabilidade d'elles. (*Applausos.*)

Em minha opinião a Junta Apuradora devia ter-me expedido diploma. Não preciso dizer quanto estimei, e mesmo concorri para isso, que ella o não fizesse, antecipando assim pelo menos de tres mezes uma segunda eleição que eu esperava que a justiça da Camara dos Deputados não havia de negar-me, e dando-me occasião de ir para o Parlamento, se eu fôr o vencedor, com o meu diploma ratificado por uma autoridade muito mais competente do que a Camara dos Deputados para reconhecer o legitimo deputado d'este districto: o eleitorado do Recife. Eu deixava assim de ser deputado de Junta Apuradora, portador de um diploma gracioso, como têm havido tantos, para ser deputado de uma segunda eleição.

Não é segredo portanto para ninguem, que a esta hora eu podia ter no bolso um diploma, pelo menos, melhor do que o do dr. Portella; um diploma que os mesarios d'este requereram mesmo ao juiz de direito presidente da Junta que me expedisse! e que renunciei esse diploma, o qual me dava direito de concorrer ao terceiro escrutinio em melhores condições do que o meu contendor, porque tinha por mim a lei, renunciei-o para sujeitar-me a nova votação e ter assim a minha causa sujeita ao unico juiz que a póde decidir de modo a satisfazer-me a mim e ao povo Pernambucano: o proprio eleitorado que o dr. Portella e eu pretendemos ter tido do nosso lado no dia 1.º de Dezembro. Estou certo, senhores, de que nenhum dos conservadores que me accusam de contradictorio teria feito as declarações que fiz, nem rejeitado um diploma certo para correr os riscos de uma eleição duvidosa. (*Novos applausos.*) Elles não gostam muito de eleições repetidas. Não tem muita

confiança no elemento popular e contentam-se com qualquer especie de diploma que os leve á Camara, (*Applausos.*)

Mas dir-se-ha: « Vós dissestes que não querieis tirar dos factos de S. José nenhuma vantagem. Não será o segundo escrutinio uma grande vantagem? Em primeiro, lugar, é sempre vantagem para quem perdeu uma eleição poder pleiteal-a de novo e ter assim uma possibilidade de ganhar o que de outra fórma estaria perdido. Em segundo lugar, é uma vantagem pleitear a eleição nas circumstancias presentes, quando o partido conservador está aterrado e teria medo de ir novamente ás urnas. »

Acabo de formular do melhor modo que me é possível a objecção que se me faz.

Sim, senhores, eu declarei não querer tirar vantagem alguma, isto é, para ser deputado, dos factos de S. José, mas o segundo escrutinio não é vantagem, porque o segundo escrutinio não é um presente de diploma que se me faz, é uma nova luta em que entro. (*Applausos.*)

Uma segunda eleição não é uma vantagem para o candidato que foi antes derrotado, é sim uma vantagem, e grande, para o candidato que conta com a maioria do eleitorado. Quanto ao segundo ponto, eu protesto contra elle; não ha nada, absolutamente nada, que justifique o mais ligeiro receio da parte dos conservadores de concorrer novamente ás urnas. A impressão que os levou ao Arsenal já devia estar dissipada.

Quem entretanto não vê que se eu tivesse sido realmente batido na eleição de 1.º de Dezembro não faria senão piorar a minha posição, perante a provincia, o paiz, e a Camara, dando ao meu adversario occasião de vencer-me n'um segundo escrutinio? Pois póde-se me julgar tão levemente presumpçoso que eu quizesse tirar dos factos de S. José a vantagem de ser esmagado pelo meu adversario?

O segundo escrutinio, imaginando-se que o candidato

conservador realmente venceu no primeiro, seria de conveniencia para elle só. A sua victoria allegada é disputada por quasi toda a população da cidade, ella na *melhor hypothese* para elle, tomando-se a propria apuração dos seus mesarios, foi apenas de alguns votos acima do quociente legal, votos que não representam a decima parte dos votos que entraram para as urnas na crença, por parte dos que os depositavam, de que eram para mim e que sahiram d'ellas metamorphoseados pela traição.

Em taes circumstancias, quando tal nodoa recae sobre o triumpho que elle reclama; quando outra impugnação, de diverso character, mas tambem muito séria, se lhe faz, a saber: a compra de votos, o vicio maior que nos paizes livres e moralizados possa affectar as eleições, porque significa o Parlamento em almoeda, o leilão da representação nacional; quando egualmente todo o mundo attribue aos conservadores a fraude que fez desaparecerem tres cédulas da urna da Camara Municipal, baluarte abolicionista em que nenhum liberal tinha interesse em tocar, porque seria destruir a sua propria maioria; o segundo escrutinio era da maior utilidade para o candidato conservador, se elle realmente contava com o eleitorado. (*Applausos.*)

Era o caso de mostrar que não teve só a maioria, que a teve sem compra de votos, sem fraude, sem traição. Era o caso de tirar a prova. e esmagadora. Se elle me venceu da primeira vez, porque não me venceria da segunda! Se não houve dinheiro, não haveria receio de que os que nós affirmamos haverem sido comprados se negassem a votar segunda vez. Se não houve traição, o facto de serem apontados alguns dos agentes d'esse plano occulto não faria perder um só voto. Se os factos de S. José são de responsabilidade do partido liberal-abolicionista, se nós derramamos sem piedade sangue pernambucano para chegarmos aos nossos fins, se a segurança publica foi substituida pelo

terror dos assassinos, haveria Pernambucano bem intencionado, de coragem moral e de espirito publico, que não fosse, d'essa vez, protestar com o seu voto contra o estado a que nós reduzimos esta infeliz provincia?

Sim, senhores, o segundo escrutinio em taes condições seria um presente feito, não a mim, mas ao meu adversario que podia fazer ratificar o seu triumpho, agitando as roupas ensanguentadas dos seus amigos mortos por elle, appellando para a generosidade d'este povo, o qual não poderia ver de sangue frio o candidato repellido querer usurpar o mandato que elle tivesse conferido ao outro.

Todas as vantagens são do meu adversario, e no emtanto é elle que recua! (*Applausos.*) É elle que não quer acceitar a prova. Porque? Será porque está eleito? Elle sabe bem que o diploma que tem não lhe dá entrada na Camara; elle sabe que o segundo escrutinio é *estricamente legal*; que tel-o-hia sido pela simples decisão do juiz de direito, quanto mais por uma decisão do juiz de direito baseado sobre um Aviso do governo que estabeleceu para o futuro um aresto eleitoral; por ultimo elle sabe que apesar de tudo não póde contar ainda com essa coalisção de conservadores e liberaes dissidentes para me excluir da Camara se eu porventura lá chegar, porque, o numero dos deputados de que elle está certo não basta para garantir-lhe reconhecimento.

Quem vio a *acta falsa* de S. José apparecer de repente 15 dias depois da eleição nos livros do escrivão Fulgencio, sabe que o dr. Portella não é homem que esqueça um elemento qualquer, por mais insignificante, de triumpho. Aquella acta foi feita para obter-se a assignatura do juiz de direito no diploma do candidato conservador. Um aviso do governo inutilisou essa fraude. Os mesarios conservadores fizeram então o que teriam feito em qualquer outra hypothese: expediram por conta propria ao dr. Portella um titulo que chamaram diploma e que não passou da cer-

tição da apuração fictícia por um poder ilegalmente constituído. (Digo que o teriam feito em qualquer outra hypothese porque essas tres cédulas desapparecidas da mesa da Camara Municipal só desappareceram para dar logar ao protesto feito pelo representante do dr. Portella, e esse protesto foi feito para me serem contestados, se fosse preciso, na apuração os votos da Camara Municipal.) Mas procedendo assim os mesarios collocaram-se e collocaram o candidato conservador acima da lei. Elle pela sua parte sabe bem que ninguem se póde collocar acima da lei, que o segundo escrutinio foi legalmente convocado e como tal ha de produzir os seus effeitos legais, e que portanto se eu tiver a maioria n'elle estarei n'uma posição, legal e moral, verdadeiramente entrincheirada, porque estarei por tras de duas eleições!

Quem depois de taes provas — e sobretudo da abstenção do partido conservador — não se acreditaria deputado eleito do Recife?

O dr. Portella calcula o effeito moral, e abstem-se! Não estará patente n'essa abstenção o receio de sujeitar-se a uma deliberação popular, a um novo escrutinio que fosse um verdadeiro plebiscito sobre a honestidade, a legitimidade, a realidade da eleição do 1.º de Dezembro? Não é evidente que se os conservadores não se apresentam de novo não é por medo de perturbações da ordem publica, nem tão pouco por certeza de terem já eleito o seu deputado e de vel-o tomar assento na Camara, mas porque não se atrevem a pedir ao eleitorado que diga quem venceu a eleição passada, quem levou ás urnas maior numero de eleitores? (*Applausos.*)

Mas por isso mesmo, senhores, o meu dever é o opposto. Exactamente porque o meu adversario recua diante d'essa prova, é que eu devo submeter-me a ella; se elle se colloca acima da lei, eu sujeito-me á lei. Mas a vós todos, Pernambucanos, eu tomo por testemunhas de que eu podia a esta

hora estar na posse de um diploma melhor do que o d'elle; que esse diploma dava-me assento como deputado no Parlamento e voto na organização da Camara, o que elle nem uma coisa nem outra tem com o seu titulo; e que assim eu podia estar com a minha causa affecta tão sómente ao voto da Camara, para cujas colligações elle appella, mas que preferi a esse diploma certo o segundo escrutinio, contando que o vosso sentimento de justiça e lealdade approvaria esse meu procedimento, e preferindo ter o meu mandato sujeito a vossa ratificação a devel-o ao favor do chamado « terceiro escrutinio ». (*Longos applausos.*)

Vós todos, Pernambucanos que me ouvis, dizei portanto aos eleitores ausentes que eu hoje fallei aqui esta linguagem: que o segundo escrutinio nas circumstancias em que foi convocado é menos uma lucta politica do que uma decisão judicial. Só vós podeis ter conhecimento, — porquanto os nossos costumes não permitem provar essas allegações em juizo, — da corrupção e da traição que deslustraram a eleição passada. Se estais convencidos de que o dr. Portella foi legitimamente eleito, votai por elle, sem distincção de partido; se porém estais convencidos de que eu tive a maioria dos vossos votos e que sómente a traição e a fraude frustraram esse resultado annuciado de antemão por todos vós, votai por mim, que em taes condições empenharei todos os esforços possiveis para defender o mandato que duas vezes me tiverdes assim concedido. (*Novos applausos.*)

Não se diga que eu entro sósinho em campo. O partido conservador abstem-se, mas a abstenção é uma forma de lucta; abstem-se, pedindo a cada eleitor nosso que deixe de comparecer, insinuando que eu não preciso de votos porque não tenho concorrente. Todos vedes que por isso mesmo estou empenhado em uma eleição mais difficil, mais anciosa e peor do que a anterior. É quasi uma eleição publica, o que afasta d'ella grande numero de pessoas que



seriam logo perseguidas pelo poder convergente das forças escravistas, é uma lucta a descoberto contra um inimigo escondido, é um sacrificio, em summa, em vasta escala, do povo Pernambucano ao partido liberal e á emancipação dos escravos. Para os nossos adversarios nos baterem basta que o numero de votos seja menor do que da vez passada. Não se trata de um triumpho legal, esse eu o teria qualquer que fosse o numero de eleitores, desde que ha a abstenção do outro lado; trata-se de um triumpho moral, de uma victoria sobre a propria abstenção, que force os adversarios a reconhecer que nós temos a maioria do districto, e esta, se a ganharmos a despeito de tudo e de todos, será o maior de todos os triumphos nas eleições d'este Parlamento. (*Applausos*)

É isto, meus senhores, o que eu tinha que dizer-vos hoje e agradeço-vos o modo porque me ouvistes. O resultado das eleições no Imperio é ainda incerto, mas pode-se ver desde já que, apesar de todos os immensos obstaculos oppostos á sua marcha, a idéa abolicionista fez, eleitoralmente fallando, immenso progresso, e que o Imperador não ha de escolher este momento em que ella ascende para abatel-a, dissolvendo esta camara no interesse conservador, mantendo o paiz, — que já não pode mais e está morrendo por causa do provisorio em que vive, — na incerteza e suspensão que um interregno parlamentar agitado havia forçosamente de produzir. Nós podemos portanto contar com a duração da situação liberal, e ter a esperança de que ella continue a ser e se torne cada vez mais abolicionista. Isso é devido em grande parte aos esforços do eminente estadista que hoje governa o Brazil e cujos serviços n'esta crise nacional a historia, ficai certos, não ha de esquecer.

Temos assim razão de estar satisfeitos com os resultados eleitoraes conhecidos, tanto mais quanto á maioria

parece não ha de faltar a força, a coragem e a decisão precisas para não consentir que a escravidão ganhe em terceiro escrutinio a batalha que tiver perdido no primeiro e no segundo, e para não deixar que se nos roube uma victoria que é da civilização e que, á vista do poderio da escravidão, dos seus capitaes immensos, da sua infinita clientela, dos seus direitos adquiridos, e, mais que tudo, do Terror Negro, póde ser considerado um dos milagres da lei do progresso, um facto providencial no desenvolvimento do Brazil. (*Applausos*) Quanto a mim, senhores, vim a Pernambuco servir á causa da abolição, e, eleito ou repellido por vós na eleição final de 9 de Janeiro, eu me julgarei altamente recompensado dos meus esforços e mais do que compensado das calumnias todos os dias despejadas contra mim pela imprensa conservadora, se vos ficar a impressão de que a minha vinda ao Recife no fim de 1884 concorreu para dar ao movimento abolicionista o incremento, o volume e a força que elle hoje tem nesta cidade. (*Applausos*).

Sim, senhores, se depois da minha partida os abolicionistas de todas as procedencias formarem entre si um forte e poderoso laço de união ; se, comprehendendo que a abolição uma vez effectuada (e para ser effectuada ella ainda carece infelizmente de tempo) ha de produzir como produziu nos Estados-Unidos uma situação nova cheia de outros problemas, e exigindo a continuação no poder do mesmo espirito e do mesmo partido que desferiu o grande golpe, elles se unirem para o presente e para o futuro, para reconstruirem sobre outras bases, verdadeiramente nacionaes, o edificio a que houverem tirado a pedra angular, e se unidos assim por uma só aspiração sentirem que o nosso dever maior para com o povo, hoje, é instruil-o, ensinar-lhe os principios da moral social, incutir n'elle o espirito publico que nos falta a todos e para isso crear a tradição

nacional e provincial que está interrompida, fazer amar a nossa terra e a nossa provincia renovando o culto quasi extincto das glorias e do heroismo Brasileiro e Pernambucano; se o partido abolicionista do Recife, em uma palavra, der ao paiz inteiro o exemplo de uma organização nova, democratica e liberal, que prepare o povo para merecer a liberdade que estamos conquistando para elle, e se para todos esses grandes resultados eu tiver concorrido com a minha palavra, acreditai, senhores, que terei pago na melhor moeda que a minha gratidão poderia cunhar, a divida do meu nascimento n'esta grande provincia que deu ao Brazil os quatro fortes sentimentos de Patria, Nacionalidade, Independencia e Liberdade. (*Applausos unanimes e prolongados. Acclamações ruidosas.*)

## SEXTA CONFERENCIA

### NO THEATRO SANTA ISABEL

A 18 DE JANEIRO DE 1885

Meus senhores,

Acreditai que a minha situação de espirito hoje é muito diversa d'aquella em que eu me achava quando vos dirigi a palavra pela ultima vez. Estavamos então na vespera de uma batalha, cujo exito era mais que duvidoso, porque não luctavamos com um inimigo descoberto, luctavamos com a abstenção insidiosa e com a indiferença que resultava da fuga dos adversarios. (*Longos applausos*) Eu sentia ao fallar-vos pouco antes do 2.º escrutinio um constrangimento que se devia revelar tanto na minha expressão como em minha linguagem, constrangimento que nascia da duvida em que estava, se tinha sido de vantagem para a causa abolicionista ter eu vindo disputar como candidato a eleição do Recife. Notai bem, eu não tinha duvida sobre a vantagem que resultou para o abolicionismo da campanha em que tomei parte, dos esforços que empreguei para levantar a opinião desta capital e fazel-a pronunciar-se com estrondo; mas eu podia ter feito tudo isso, e conseguido ainda mais, sem ser eu mesmo o candidato, e a duvida que me constrangia era se eu não tinha de alguma forma compromettido a nossa causa arriscando-a a uma derrota na pessoa de um

homem que o odio e a paixão dos nossos adversarios identificavam com a propria idéa.

Em tudo que tem acontecido o meu primeiro pensamento foi sempre para a nossa causa; o que eu procurei examinar, se a minha força como instrumento da idéa abolicionista soffrera ou augmentara. Pois bem, mais de uma vez na incerteza da lucta, temendo a traição e a indifferença, tive duvidas antes do 2.º escrutinio sobre a prudencia da minha deliberação ao solicitar o mandato d'esta capital. Para os homens que promovem uma grande reforma é ás vezes melhor conservarem-se fóra do campo das luctas politicas, tão mescladas de paixões estranhas, em que os principios acham-se entranhados nos interesses, como o oiro na rocha. Nada mais natural do que as minhas duvidas, e a minha inquietação. Todas as diversas emoções que tenho tido desde o principio deste nobre e grande commettimento, de vir disputar ao esclavagismo esta cidade, berço de tão gloriosas tradições, todas essas emoções partiram de um unico sentimento impessoal e superior a mim mesmo: o zelo, o interesse pelas idéas com que me identifiquei. (*Applausos*) Por isso tambem, senhores, foi grande a minha contrariedade, quando tive que fallar-vos dos factos de S. José, das fraudes e traições do 1.º escrutinio, porque, qualquer que fosse a importancia d'esses acontecimentos, eu quizera não discutir a minha eleição, mas só o grande problema da abolição, a questão vital do paiz, a causa nacional por excellencia, a qual se confunde tanto com a minha vida e os meus actos como a luz do universo com as fórmulas ephemerass que ella illumina. (*Applausos*)

Mas por isso mesmo que receio sujeitar o abolicionismo em minha pessoa a revezes e contratempos, e ver-me enfraquecido na opinião como um dos seus auxiliares, sempre que posso ganhar para elle uma batalha, tenho uma satisfação proporcional ao receio de prejudical-o. É assim que

hoje o coração se me dilata ao ver-vos, n'esta imponente reunião que eu desafio aos nossos adversarios que imitem (*grandes applausos*), celebrando o triumpho esplendido do dia 9 de Janeiro, essa prova magestosa que a soberania popular deu da sua adhesão á nossa causa, com os seus 890 votos, a maioria real de qualquer média do eleitorado effectivo da capital (*applausos*), que me conferiram o mandato de deputado d'este districto. 890 votos n'este segundo escrutinio quer dizer que eu teria tido mais de novecentos no primeiro se a expressão da vontade popular não houvesse sido falsificada. Contra semelhante algarismo a que se reduzem as pretensões dos que ainda hontem blasonavam que o Recife era delles, que elles tinham esta cidade em penhor? Elles preparavam-se para representar a *Gargalhada*, depois do que chamavam a *farça* do segundo escrutinio, mas quem viu algum conservador rir ao ser publicado o numero de votos? (*Longos applausos*) Se o meu contendor tivesse effectivamente sido eleito no 1.º escrutinio, elle seria hoje, antes mesmo de reunida a camara, o ex-deputado Portella, porque não pôde ser considerado representante de um districto um homem a quem a maioria do eleitorado repudiou de modo solemne, em uma eleição legal. (*Applausos*)

Mas o meu contendor não havia sido eleito. O segundo escrutinio legalmente convocado servio para tirar a prova das fraudes e falsificações do primeiro. (*Applausos*) Os eleitores foram os mesmos, mas os resultados foram muito diversos. Será que os mesmos homens tenham votado primeiro por um, depois por outro candidato? O Parlamento não pôde acceitar essa theoria que faria do eleitorado que elle representa uma massa inconsciente, ou antes sem consciencia, theoria contra a qual protesta a dignidade dos eleitores. A explicação verdadeira é outra e está no sentimento de vós todos: o primeiro escrutinio foi todo alterado pela fraude e pela traição. (*Repetidos applausos*)



Tenho dito porém bastante sobre este assumpto e não preciso a vós, povo do Recife, tornar mais saliente o prestigio de que o abolicionismo Pernambucano se cobrio no dia 9 de Janeiro. Não é exacto que o partido conservador se desinteressasse do pleito. Absteve-se, mas não desinteressou-se, porque empregou todos os esforços para arredar os eleitores das urnas e, como sabeis, é mais facil conseguir uma abstenção do que um voto. Para mim essa data é a mais completa justificação do modo pelo qual dirigi a recente campanha e da confiança com que me apresentei a disputar a cadeira occupada pelo dr. Portella. Outros teriam talvez vencido com mais facilidade; nenhum, porém, teria tido uma victoria de tanta significação para o movimento abolicionista, porque está na consciencia de todos vós que eu não tinha outro titulo para conseguir o resultado que obtive senão a minha solidariedade e identificação com aquelle movimento, e portanto que a minha eleição foi antes de tudo a victoria de uma idéa, a victoria da Revolução que, por meio da lei se quizerem e senão pelos proprios acontecimentos, está fatalmente resolvida na consciencia publica. (*Estrepitosos applausos*)

Não me servi, senhores, ao acaso d'essa palavra — Revolução, e como essa é uma palavra que desperta logo no espirito mil idéas diversas, é preciso que vos diga todo o meu pensamento. Fazendo-o cumpro um dever para com o eleitorado que me elegeu e me investiu de toda a sua confiança.

Senhores, por qualquer lado que se a considere, a escravidão é um edificio que ameaça ruina, e infelizmente é sobre nós que elle ha de desabar. Seculos de ignorancia cimentaram a união da escravidão com o nosso povo, que de uma fôrma ou de outra sahio d'ella, e a situação em que nos achamos collocados é esta: de um lado uma insignificante minoria interessada em conservar a propriedade

humana, do outro uma população inteira sem ver que essa propriedade, que não a attinge directamente, é a causa de todo o seu atrazo no presente e no futuro. Entre esses dois elementos, alliados e sympathicos um ao outro, apparece uma consciencia nova, um dissolvente moral poderoso, e como a vida intellectual e politica, as forças directoras do paiz, concentram-se nas capitaes, as cidades tornaram-se o foco de irradiação d'aquella consciencia, começaram a perturbar a vida nacional, a harmonia em que viviam os elementos estaveis da sociedade, em uma palavra, a operar uma revolução nos habitos, na educação, nos sentimentos do paiz durante tres seculos de escravidão. O que affirmo é que hoje chegamos a um ponto em que essa revolução, se não se fundir nos moldes de diversas grandes reformas sociaes, fará seu caminho através de todas as resistencias, creando mesmo resistencias imaginarias para destruil-as.

Sim, meus senhores, estamos sobre um solo profundamente minado por grandes correntes vulcanicas. Se a resistencia fôr uniforme em toda a superficie por fórma a comprimir, em toda a parte igualmente, as lavas que querem irromper, o perigo será geral. Se não apparecer em parte alguma o volcão, o terremoto destruirá tudo que esteja edificado sobre a area abalada. Como Brasileiros, o que nos interessa mais saber, é se ha probabilidade de resistencia e compressão, que eu chamaria loucas se não houvesse infelizmente uma lei fatal na pressão dos interesses accumulados e amalgamados.

Nós, abolicionistas, elegemos a Camara. Supponde que com as suas estatisticas e conluios, os nossos adversarios pretendem roubar-nos a victoria ganha, e constituir o Parlamento á sua feição, insufflar-lhe o seu espirito. Supponde que se pretende commetter o crime de subtrahir-nos assim uma Camara. A crise de que fallei se produzirá logo. Nenhuma opinião consente que se lhe roube uma victoria

d'essa ordem; que se lhe arranque das mãos uma legislatura. (*Applausos*)

Mas semelhante hypothese é impraticavel. A que podia ameaçar-nos seria a de uma dissolução logo depois de reunida a Camara por um acto do Imperador. Supponde que a quantidade de diplomas contestados, a parcialidade na apuração, e as luctas acrimoniosas dos partidos durante ella, causavam no animo do Imperador uma impressão desagradavel, a desconfiança de que os Conservadores estavam sendo tratados de modo injusto, e que elle se decidia a dissolver a Camara em favor da opposição... Então, sim, senhores, estaríamos na vespera de acontecimentos luctuosos, mas quem sabe se não tambem na vespera da grande transformação nacional? (*Longos applausos*)

Notai bem a natureza da situação actual para comprehenderdes o valor da solução conservadora. De commum accôrdo, as eleições foram feitas na presente crise no terreno da abolição gradual. O que as perturbou, as inflammou, e lhes deu o character que tiveram foi o interesse extraordinario que se prendia á consulta feita ao paiz. Foi a escravidão que transportou as nossas eleições para o campo da lucta social. Pois bem, se os Conservadores fossem agora chamados ao poder elles teriam que subir em nome da escravidão, seriam os vingadores da escravidão offendida, (*apoiados*) e qual de vós acredita que semelhante reacção não lançaria de repente o paiz n'um desequilibrio profundo?

Se ao Imperador repugna o espectaculo de dois Parlametos, chamando os Conservadores, elle ou teria em toda parte eleições de sangue, ou teria de novo um parlamento duplo. Se a lei deu já lugar a violencias, uma nova eleição daria a maiores; se houve fraude, a fraude seria dobrada; e quanto á intervenção, imaginai com que ancia os vencedores não se atirariam sobre os despojos e de que vin-

ganças sinistras não ficaria assignalada a restauração de um partido que teve a minoria nas urnas (*applausos*), que no primeiro escrutinio mostrou que só pôde vencer parcialmente pela nossa desunião (*novos applausos*), e que para ter na Camara o numero de votos que vai ter especulou com os soffrimentos dos escravos, fez da morte no captivo de velhos de sessenta annos o preço da sua expiação, diante da grande propriedade, pela redempção dos nascituros, e prestou-se ao inglorio papel de obstar ao progresso moral da patria, fazendo-a, como no somno hypnotico se faz o magnetizado acreditar que é outra pessoa, fazendo-a acreditar que ella é a escravidão! (*Sensação prolongada seguida de muitos applausos*).

Imaginai as vinganças e desaffrontas de uma reacção escravista durante o processo da emancipação nacional (*applausos*), e vede o que seria esse novo interregno, esse provisorio novo, decretado em favor da escravidão que o paiz acabou de repellir!

Não, não é possivel que n'este momento da nossa vida social o Imperador, chamando a si a função de arbitro do paiz, entregue o poder aos conservadores por meio de uma dissolução temeraria. Não se deve mudar de cavallos no meio da torrente, era a phrase de Lincoln, e nós estamos atravessando um vau perigoso. A dissolução com os conservadores significaria uma reacção escravista em plena torrente abolicionista. (*Applausos.*) Veriamos então um d'estes dois phenomenos: ou tendo especulado com a escravidão para subir ao poder, os conservadores tratariam logo de especular com a emancipação para se manterem n'elle, e dividir-se-hiam ao meio, ficando a cauda do partido sem a cabeça, porque a cabeça, onde está a força pensante e directora e o verdadeiro espirito do partido, é escravista, — n'esse caso a parte official, aulica, e opportunistica teria que vir pedir-nos o nosso apoio, mostrando que nas eleições

de 1884 elles tinham feito da escravidão apenas degrau para subir; ou veriamos um phenomeno muito diverso — o da união conservadora, respeitada a gerarchia do partido e a preponderancia do elemento tradicional, o mesmo que travou com Rio Branco a grande batalha de 1871.

Tanto um como outro phenomeno devem ser evitados pelo Imperador. Pois o partido liberal unido, porque está unido, não é mais apto para realizar uma idéa que é sua e pela qual acaba de arriscar-se a ser precipitado do poder, do que um grupo do partido conservador, contra o espirito e a organização d'esse partido, onde elle é realmente forte, no Sul, e isso para a realização de uma idéa contra a qual esse grupo combateu unido com o outro nas presentes eleições, isto é, uma idéa que elle empregou todos os meios para abafar no nascedouro? (*Applausos*)

Que força teria essa fracção de especuladores politicos avidos de poder, para os quaes nem mesmo o escravo, nem mesmo uma raça de infelizes, deve ser deixada fóra do campo da exploração partidaria? Não será mil vezes mais forte do que esses scepticos, que só acreditam na força; que não sabem para onde voltar-se definitivamente, se para o Sul, se para o Norte, se para as fazendas de café e os engenhos de assucar, se para as cidades; que não se atrevem a dividir-se apesar de divergentes, e para ficarem unidos sacrificam á união do partido os interesses Moraes da patria, concorrendo para a conquista do poder com o mais triste dos contingentes: os soffrimentos e a miseria de uma população inteira... (*Movimento*) não será mais forte do que essa metade do partido conservador o partido liberal, unido depois da prova de sinceridade que deu e dos sacrificios que tem feito? Lembrai-vos que foi este partido sob o actual ministerio que primeiro se atreveu em toda nossa historia politica a desafiar a escravidão para um duello eleitoral, quando ella se jactava de ter em seu poder a quasi tota-



lidade das cadeiras do Parlamento. Tratando-se de realizar uma idéa que é nossa, não temos a nosso favor a união, a prioridade, o amor á reforma, a indicação nacional, e mais do que tudo a direcção do espirito publico, divorciado da velha Sibylla conservadora? (*Applausos.*)

O outro phenomeno — a reacção — é uma impossibilidade material. A escravidão não teria meios de reconquistar o terreno perdido: não teria força armada, não teria força moral. A reacção hoje, sabeis o que significaria? Significaria um passo immenso para a Republica. Lembrai-vos de como nasceu o partido republicano em 1869. Foi a expulsão dos liberaes do poder que atirou um grande numero de liberaes nos braços da Republica. Os conservadores de S. Paulo nas recentes eleições preferiram em toda parte a Republica ao liberalismo, mesmo escravista. Quando pela voz de Campos Salles e Prudente de Moraes a bandeira da republica federal fôr pela primeira vez desdobrada em nosso parlamento, sel-o-ha com o placet deliberado do partido conservador, o partido monarchico por excellencia. Seria de admirar, senhores, que o partido liberal mais impulsivo, mais chegado ao ideal da futura geração, alliado natural de todas as instituições democraticas, mostrasse por sua vez preferir a Republica á escravidão! (*Longos applausos.*)

Mas não receiemos a reacção. O que se passou de irregular nas presentes eleições é o que se tem dado em toda a parte do mundo onde as questões sociaes são sujeitas a votos. Entre nós foi a escravidão que imprimiu esse character apaixonado e violento á ultima campanha, sim, foi a escravidão combinada com o censo alto, com a exclusão do povo.

Com a escravidão, senhores, como podemos ter eleições livres? No interior ellas são feitas sob a ameaça de um despejo summario, que, se não equivale, como o Sr. Gla-



dstone disse que equivalia na Irlanda, a uma sentença de morte, equivale á miseria da familia, á mendicidade e á fome. E não é só isso, ellas fazem-se sob a pressão do Terror Negro, d'esse Terror que impressiona a imaginação com todas as privações de uma nova excommunhão social e aponta para os quadros barbaros da Lei de Lynch em plena execução no paiz! Nas cidades, é o povo privado do voto, espectador apenas de investiduras que se intitulam populares... Eu votei contra a presente lei, dizendo ao gabinete que era preciso não esquecer o principio de Aristoteles — que não ha solidez nas instituições quando o numero dos interessados em destruil-as é maior do que o dos interessados em preserval-as... Eu lembrei o grito de Lamartine: « Não deixeis uma verdade fóra da Constituição! » Mas deixou-se mais do que uma verdade, deixou-se um povo (*applausos*), e d'ahi essa intervenção que os amedronta dos espoliados, n'um processo de que os excluiram, mas do qual elles sentem que depende a sua honra, a sua dignidade, os seus direitos. (*Applausos*.) Essas são as eleições da escravidão, e que admira que ella nos deixe em seu testamento politico, essa bancarrota do voto independente e o mercado eleitoral quando vemos que em tudo a successão d'ella é uma infinidade de ruinas moraes e materiaes: em finanças, o papel-moeda depreciado, uma divida esmagadora, um *deficit* perpetuo; na agricultura, a devastação, a secca, um producto unico, o trabalho paralyzado; na formação social, a degradação do povo, a ignorancia e a miseria; na politica a influencia combinada do despotismo com a olygarchia, em toda a parte signaes de decadencia ou de dissolução, as instituições de previdencia desmoronando-se, as fortunas abaladas, a riqueza particular toda em deposito nas mãos de um banqueiro — o Estado, que só paga com o que lhe emprestam, um sentimento indefinivel de mal-estar e de duvida como se sentissemos vacillar os alicerces

mesmos de nossa patria e tudo, litteralmente tudo, ameaçasse ruina imminente!

Em taes condições, senhores, o momento não é de palavras, é de actos. Eu quiz nesta ultima vez em que tenho a honra de fallar-vos, expôr-vos a situação toda com os seus perigos e contingencias. Eleito por vós, sinto-me, em minha consciencia, revestido de toda a força da opinião para no Parlamento fallar em vosso nome. Se uma coalisão de elementos heterogeneos me expellir da Camara, a consciencia d'esta cidade receberá um grande golpe com a imposição de um representante que ella rejeitou, o immenso esforço do partido liberal unanime, e dos que se alliaram com elle n'esse imponente escrutinio de 9 de Janeiro, será frustrado, mas a minha ausencia de uma Camara assim reconquistada pela escravidão não diminuirá a força da corrente que a ha de trasbordar. Essa Camara, qualquer que seja não poderá servir de represa a uma onda de tres seculos de formação. Hoje eu não tenho mais as emoções que tinha quando ha seis annos entrei em lucta com a escravidão: desanima-me quasi, de obtermos solução efficaç e verdadeiramente nacional, a resistencia que nada póde abrandar dos proprietarios; mas que se fará dentro de pouco justiça aos escravos e á raça negra, não é mais para nenhum de nós objecto de duvida. (*Applausos.*)

Sim, meus senhores, eu vos direi por ultimo lançando um olhar sobre o caminho que temos percorrido desde 1879. Ha muitos annos que estamos subindo essa grande cordilheira do abolicionismo em que estão separadas as vertentes do Brazil colonial das vertentes do Brazil moderno. (*Applausos.*) A principio, o que nos fez emprehender essa dolorosa e fatigante ascensão á borda sempre do precipicio e atravez de mattas virgens seculares, foi a propria altura dos cimos nevados que nos pareciam inacessiveis... Mas como acontece nas montanhas, logo perdemos de vista os

accidentes do solo que pisavamos, esquecemos as privações que soffriamos, para nos absorvermos na immensidade do horizonte. Hoje podemos dizer que chegámos ao cume d'esse divisor das aguas, d'essa alta fronteira moral que separa duas épocas da nossa historia, dir-se-hia duas nacionalidades. De um lado avistamos o ponto do qual partimos, nós abolicionistas, com todos os seus prolongamentos até á orla apagada dos tempos coloniaes; do outro avistamos o mappa extensissimo do futuro nacional.

Que importa que o solo que pisamos seja por sua natureza volcanico, se é preciso atravessal-o para passar da região desolada e mephitica da escravidão para as planícies saudaveis e fecundas do trabalho livre? Até hoje não houve em nossa marcha um abalo qualquer, mas, tal é a coerção das leis que presidem á marcha dos povos, nós não poderíamos mais parar n'essa migração nacional, quando mesmo tivéssemos que fazel-a entre alas de volcões accesos e por sobre as oscillações e o panico de grandes terremotos sociaes. (*Sensação e applausos.*) Sim, senhores, não haveria que estranhar em uma sublevação do solo em que pisamos, porque o que nos temos debaixo dos pés é uma nação! (*Novos applausos.*) É essa fatalidade providencial, essa necessidade historica, que me faz dizer aos nossos adversarios, os quaes se consomem n'uma lucta improficua e ingloria, que só serve para embaraçar o futuro d'este paiz: O que está feito, está feito; o que está por fazer... está feito. (*Applausos unanimes e repetidos. Longas e ruidosas acclamações.*)

## NOTA

Durante a campanha eleitoral o sr. Joaquim Nabuco pronunciou no Recife, os seguintes discursos:

- Outubro, 12. — 1.<sup>a</sup> Conferencia no Theatro Santa Isabel.
- Outubro, 25. — \*Discurso perante a União Abolicionista Commercial, no Recife.
- Outubro, 26. — Discurso em seguida á conferencia José Marianno, no Theatro Santa Isabel.
- Novembro, 1. — 2.<sup>a</sup> Conferencia no Theatro Santa Isabel.
- Novembro, 2. — \* Discurso aos eleitores de Santo Antonio, no Theatro de Santo Antonio.
- 2, á tarde. — Discurso aos eleitores do Peres.
- Novembro, 5. — Discurso aos eleitores de S. José, no pateo da Igreja de S. José de Riba-mar.
- Novembro, 9. — Discurso no Monte-Pio Popular Pernambucano.
- Novembro, 9. — \* Discurso em seguida á conferencia Martins Junior.
- 9, á tarde — \* Discurso aos eleitores do 1.<sup>o</sup> districto de Afogados, no largo da Paz.
- Novembro, 13. — \*Discurso em seguida á conferencia José Marianno, no pateo de Santa Cruz (Bôa Vista).
- Novembro, 16. — 3.<sup>a</sup> Conferencia no Theatro Santa Isabel.
- 16, á tarde. — Discurso aos eleitores da Magdalena, na praça do conselheiro João Alfredo (Passagem).
- Novembro, 20. — \*Discurso em seguida á conferencia José Marianno, na Bôa Vista.
- Novembro, 23. — \*Discurso n'um *meeting* do partido liberal no Theatro Santa Isabel.
- Novembro, 28. — Discurso aos eleitores do Recife, no largo do Corpo Santo.
- Novembro, 29. — Discurso aos artistas do Recife, no Campo das Princezas.
- Novembro, 30. — 4.<sup>a</sup> Conferencia no Theatro Santa Isabel.

- 30, á noite. — \*Discurso aos eleitores do 1.º districto de S. José, na rua Imperial.
- Janeiro, 6. — 5.ª Conferencia na Theatro Santa Isabel.
- Janeiro, 9. — \*Discurso ao povo do Recife em agradecimento pelo 2.º escrutinio, na rua do Imperador.
- Janeiro, 18. — \*Discurso na inauguração do retrato de José Marianno, no Lyceu da Artes e Officios.
- Janeiro, 18. — Ultima Conferencia no Theatro Santa Isabel.

Além d'essas vezes o orador fallou, durante a campanha, em diversas reuniões privadas de eleitores e por occasião de manifestações populares.

Dos vinte e tres discursos acima, a Commissão Central Emancipadora, do Recife, publica hoje doze. Os restantes deixam de ser impressos, não havendo sido tachygraphados, nem sendo possivel ao orador recompol-os por falta de notas.

No discurso aos eleitores de Santo Antonio o orador tomou para thema, a posição dos abolicionistas no seio do partido liberal, mostrando que esse partido não poderia repellir o seu elemento contrario á escravidão sem aniquilar-se moralmente. No discurso aos eleitores do Peres e de Afogados, o orador occupou-se das relações entre a escravidão e a agricultura, e a miseria da população, respectivamente. No discurso no Pateo de Santa Cruz occupou-se dos effeitos da escravidão sobre as relações entre nacionaes e estrangeiros e tambem sobre o sentimento religioso, a proposito da guerra movida pelo clero politico do Recife ás candidaturas abolicionistas. No discurso no grande *meeting* do partido liberal o orador occupou-se do dever especial dos homens de côr para com o movimento abolicionista.

Os discursos que não puderam ser reproduzidos acham-se marcados n'esta nota por um asterisco.

# INDICE

Prefacio pelo Dr. Annibal Falcão.....	v
Primeira Conferencia. — PERNAMBUCO E O APELLO Á NAÇÃO...	1
<p>Acolhimento no Recife, 1. — O que fez á provincia, 2. — O seu titulo de Pernambucano, 3. — <i>A minha patria!</i> 3. — Popularidade de José Marianno, 5. — Os extremos da chapa liberal, 5. — <i>Sim ou Não?</i> 5. — As pontes do Capibaribe, 6. — Interrupção do Dr. J. J. Seabra, 6. — As duas politicas, 6 — O homem que resuscitou o partido liberal, 7. — Como a escravidão viola a liberdade de consciencia, 9. — Simile da Igreja de Estado, 9. — Indifferença dos homens de cõr, 9. — A ignorancia dos moradores do campo, 10. — O abolicionismo e a immigração, 10. — Reformas liberaes: governo de gabinete, responsabilidade ministerial, supremacia da Camara, federação, alargamento do suffragio, maior representação das cidades, arbitramento, politica Americana, 13 e 14. — O grande rio equatorial, 14. — O Brazil futuro, um presente do abolicionismo, 15. — O Leão do Norte, 15. — Segunda Restauração Pernambucana, 16. — Liberdade e Trabalho! 16.</p>	
Discurso pronunciado a 26 de Outubro.....	17
<p>José Marianno: a sua vida e sua influencia, 18. — O <i>Palacete</i> do Commercio, 18. — O sangue de Medusa, 19. — Gusmão Lobo, 20. — O x do sr. João Alfredo e o zero do sr. Paulino, 20. — Os Conservadores e o trafico, 21. — Só têm idéas no poder, 22. — O centenario de 1789, 23. — O processo entre partes — a Patria e a Escravidão, 23.</p>	
Segunda Conferencia. — REFORMAS SOCIAES ! .....	25
<p>O silencio dos adversarios, 25. — O Zacharias conservador no Templo, 26. — A aristocracia Inglesa nos <i>meetings</i>, 26. — O manometro politico, 26. — Direito do eleitorado de ouvir os candidatos, 27. — Está ganha a victoria moral, 27. — A escravidão que não se vê, 30. — Crescimento e ramificação da escravidão, 30. — Regimen de trabalho agricola, systema territorial, regimen social e politico, 30 e 31. — Inutilidade de reformas politicas, 31. — Exemplos, 32. — Bismarck e Gladstone, 33. — Abolição civil e <i>terri orial</i> da escravidão antes de tudo, 34. — A lei de 28 de Setembro: a <i>Divina Co media</i>, 35. — A lei Rio Branco estabelecendo a escravidão por sete annos, 35. — Emancipação immediata com indem-</p>	



nisação « é uma tolice », 36. — « O Brazil não é rico bastante para pagar o seu crime », 37. — O censo alto não impede a torrente, 38. — O voto de todas as classes, 39. — Escravos soldados e senhores barões, 39. — O *Contubernium* da Igreja, 39. — Futuro incerto e difficil da raça negra, 39. — Communistas, Nihilistas, *Os que não têm o que perder, Les Gueux!*, 40. — A passagem do Deserto, quarenta annos de apprendizagem, 41. — A muralha do character nacional, 42. — A transfiguração do Brazil, 42. — Devemos saber esperar! 42.

**Meeting popular em S. José de Riba Mar. — A LEI AGRARIA.** 45

O abolicionismo e o partido liberal, 46. — A *tregua de Deus*, 47. — Para que os conservadores voltem ao poder é preciso que lhes deixemos o que conservar, 47. — André Rebouças, 47. — A lei agraria, 48. — A propriedade da terra, 48. — O imposto territorial, 48. — A Constituição e o nosso systema tributario, 48. — O paiz nas mãos de alguns proprietarios e a população na miseria, 48. — Nivelar para cima, 49. — A riqueza e o trabalho, direitos comparados, 50. — O interesse do operario na ordem publica, 50. — A abolição meio de garantir a propriedade, 50. — « São os escravos que esperam ha tres seculos!.... » 52.

**Discurso no Monte-Pio Pernambucano. — A EMANCIPAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES DE PREVIDENCIA.....** 53

**Terceira Conferencia. — A MINHA CARREIRA PUBLICA.....** 57

Eleito deputado em 1878, 58. — O barão de Villa Bella, 58. A elegibilidade dos acatholicos, retirada de Silveira Martins e Villa Bella, 59. — A buzina de Hernani, 60. — Opposição ao ministerio Sinimbu, 61. — A memoria de meu pai, 62 e 63. — A Constituição e a Republica, 64. — Os jardins de Lenôtre, 65. — A liberdade realzada e a aspiração de liberdade, 67. — A bandeira liberal, 68. — O privilegio dos Medina Celis, 69. — A doação do Xingú, 69. — A colonização Chinez, 70. — O que faz um grande estadista, 71. — « O Senado e o Povo Brasileiro! », 72. — O ministerio Saraiva, 73. — Condição do apoio, 73. — Minoria abolicionista em 1880, 75. — O voto de urgencia, 75. — Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, 76. — Uma resposta ao sr. Taunay: o rio da escravidão, 77. — A morte do Rio Branco, 78. — O seu elogio na Camara, 79. — A ambição de gloria, 82. — Partida para a Europa em Dezembro de 1880, 83. — Em Portugal, recepção no Parlamento, 84. — Como temos elevado o nome do Brazil, 85. — Discurso dos deputados Antonio Candido e Julio de Vilhena, 87. — A *Perseguição dos Escravos*, 88. — Acolhimento em Madrid, o character hespanhol, 90. — Discursos dos srs. Arnau, 91, e Portuondo, 92. — A *Anti-Slavery Society*, 94. — Os escravos do Morro-Velho, 95. — Discurso em Charing-Cross, 96. — Candidato pela Côte, 100. — O sr. F. Octaviano, 100. — Minha circular, 101. — Partida para a Europa em 1881, 102. — Correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres, 102. — José do Patrocinio toma a minha defesa, 103. — O *Abolicionismo*, 104. — O trafico de ingenuos,

104. — O movimento maior nas provincias, 105. — Uma calúnia do sr. Andrade Figueira; o veneno ophidico, 106. — Congresso Internacional de Direito das Gentes em Milão, 107. — Minhas propostas sobre a escravidão e o trafico, 108. Cartas ao <i>Times</i> , 109. — Banquete em Londres pela redempção da Fortaleza, 110 <i>et seq.</i> — Volta ao Brazil em 1884, 112. — Garrison, 112. — Conferencias no Rio, em S. Paulo e no Recife, 113. — O Parlamento da opinião, 114. — Ninguém! 114. — O altar do esquecimento, 114. — Pernambuco, a liberdade e o Brazil, 115.	
Meeting Popular na Magdalena. — O ABOLICIONISMO E A RIQUEZA PARTICULAR.....	117
<p>O bairro da riqueza, 117. — A riqueza dos paizes livres, 118. — Forças nacionaes desperdiçadas, 118. — O interesse dos homens ricos, 118. — A Sociedade Auxiliadora da Agricultura e o projecto Dantas, 119. — As exposições de café, 119. — Escravidão e communismo, 120. — Escola para os homens de fortuna, 120. — Os deveres da propriedade, 121. — O processo historico das classes proprietarias, 121. — Indifferença pela condição do povo, 122. — A bancarrota adiada, 122. — «O general-Acase», 123. — Politica salvadora, amortizar e produzir, 123. — A apolice e o escravo, 124. — Uma accusação do dr. Portella, resposta, 125. — Escravocratas e emancipadores, 126. — O partido do chicote, 126. — A abolição dos castigos corporaes, 127. — A invocação do sr. Saraiva, 128. — Uma carta do sr. Saraiva, 128 <i>nota.</i> — A corrupção eleitoral, 129.</p>	
Meeting Popular no Recife..— A ESCRAVIDÃO E O COMMERCIO...	131
<p>Uma recusa da Associação Commercial, 131. — Commercio e escravidão incompativeis, 131. — Escravidão é monopolio, 131. — Um exemplo do Pernambuco Hollandez, 132. — A escravidão e a restricção de commercio, 132. — O commercio assucareiro, como a escravidão o affecta, 133. — O valor da terra e a dívida hypothecaria, 134. — Commercio de importação e de retalho, 134. — A tarifa da escravidão, 135. — Axiomas dos nossos financeiros, 135. — O systema da escravidão um só todo — do papel moeda ao chicote, 136. — Valor mercantil de liberdade, 136. — Lucros e perdas da escravidão, 136. — A escravidão está morta, 137. — O Imperador e a nação, 137. — Um Mundo-Novo, 138. — A Nova Patria! 138.</p>	
Discurso aos artistas. — A ESCRAVIDÃO E O TRABALHO.....	138
<p>A soberania do trabalho, 138. — Candidatos do commercio e lavoura, 138. — «O que é o operario? Nada. O que virá elle a ser? Tudo, 139. — Empregados publicos e artistas, 140. — Promessas <i>pura quando o partido conservador subir</i>, 140. — Candidato dos operarios, 141. — Senhor de escravos, patrão que possui seus operarios, 142. — Efeitos da escravidão em gerações successivas, 142. — A escravidão entre as formigas, 143. — Estigma sobre o trabalho, 143. — Restos d'esse estigma na Europa, 143. — A mendicidade, 144. — O</p>	

proteccionismo e as artes, 144. — Commercio nacional a retalho, uma fallacia, 145. — Industrias naturaes, 145. — Operarios em vez de bachareis, 146. — Instrucção technica, 146. Associai-vos! 147. — Artistas, descendentes de escravos, 147. — Os Judas da raça negra, 147. — O proletariado nacional 147.

**Quarta Conferencia. — A VESPERA DA ELEIÇÃO..... 149**

A maior batalha da geração actual, 149. — Victoria ainda parcial, 149. — Um penhor de reconciliação, 149. — A patria é para nós todos, 150. — O luto da patria, 150. — Os animaes sagrados dos Egypcios, 151. — Reunião como não houve igual no Recife, 151. — Os principios que proclamei, 151. — Brasileiros sem patria, a propriedade tem deveres, imposto territorial, reformas sociaes, 152. — A pedra da Kaaba, 152. — Pitt a Devorshire, 152. — Só a abolição pôde salvar o paiz, 153. — A fertilidade da escravidão, esterilidade nacional, 153. — As mulheres da Biblia, 153. — O abandono do nosso povo, 153. — Visitas ao eleitorado, 154. — O horizonte da familia pobre, 154. — Em nome dos escravos, 154. — Como foi dirigida a campanha, 154. — Preferi a propaganda á cabala, 154. — Attitude coacta do adversario, 155. — Atravessam como sombras o scenario politico, 155. — Tres hypotheses na futura camara, 155. — O Imperador e a nova dissolução, 155. — « Submitter-se ou demittir-se », 155. — Os conservadores pensando na republica, 156. — A patria da dynastia, 156. — A monarchia e a abolição, 156. — O primeiro escrutinio mostra a força dos partidos, 156. — Opiniões em estado de liberdade, 156. — O censo alto, 157. — O monopolio da escravidão, 157. — A divisão do partido conservador, 157. — Os sacrificios do partido liberal, 158. — A situação a que chegamos, 159. — Humberto e não Affonso XII, 159. — Rio Branco, foi a emancipação que o fez grande, 160. — O Moloch Americano, 160. — Os velhos de sessenta annos, 161. — Trafico da maternidade, 161. — Denuncia da escravidão: o fratricidio de uma raça, o paricidio de uma nação, 162.

**Quinta Conferencia. — O SEGUNDO ESCRUTINIO..... 166**

O poder do sangue, 166. — Defesa d'estas conferencias, 166. — As grandes reformas e o derramamento de sangue, 168. — Seis annos de agitação pacifica, 168. — Candidato official, 169. — A pressão conservadora sobre funcionarios, 169. — O *Fundo dos Reptis*, 169. — Campanha na praça publica, 170. — Theoria conservadora do conflicto de S. José, 171. — José Marianno em S. José, 171. — Clandestinidade da eleição, 172. — « Não assassine assim seus irmãos! » 172. — O povo repellido, 172. — Os conservadores armados, 173. — Se não houvessem atirado sem provocação, a ordem publica não teria sido alterada, 173. — Se José Marianno fosse ferido, 174. — Fraude na Camara Municipal, 174. — A acta não pôde ser substituida nem dispensada, 176. — É direito do candidato verificar pela acta a regularidade do processo eleitoral, 177. — A minha contradição, 177. — Rejeitou o diploma sem os votos de S. José, 178. — O segundo escrutinio não é um presente, é uma nova lucta, 179. — Porque o seu adversario recua? 181.

— A acta falsa de S. José, 181. — A nova eleição deve ser uma eleição judicial, 183. — A abstenção, peor forma de contestar a eleição, 184. — Não basta o triumpho legal, é preciso o moral, 185. — A união dos abolicionistas, 185. — Patria, Nacionalidade, Independencia e Liberdade! 186.

**Sexta Conferencia. — O NOVO PARLAMENTO..... 187**

A duvida antes do segundo escrutinio, 187. — Principios entranhados em interesses como o oiro na rocha, 188. — O triumpho esplendido de 9 de Janeiro, 189. — É mais facil conseguir uma abstenção do que um voto, 190. — A revolução necessaria, 190. — O roubo de uma legislatura, 191. — Hypothese da dissolução dada aos conservadores, 192. — O que seria a reacção escravista, 193. — O partido liberal é muito mais forte para realizar uma idéa propria, do que metade do partido conservador para realizar uma idéa alheia, 194. — Especuladores e scepticos, 194. — Os direitos adquiridos do partido liberal, 195. — Os conservadores e a republica, 195. — A republica e a escravidão, 195. — As eleições no interior sob o *terror negro* e a *lei de Lynch*, 196. — « Não deixeis uma verdade fóra da Constituição! » deixámos um povo, 196. — A certeza da justiça, 197. — A cordilheira do abolicionismo, 197. — O que está por fazer... está feito, 198.

---

# Campanha Abolicionista no Recife

Joaquim  
Nabuco

